

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MARIANA PEREIRA DE AMORIM

**IDENTIDADE TERRITORIAL DO DESCENDENTE TIROLÊS EM
SANTA LEOPOLDINA – ES**

VITÓRIA - ES
2018

MARIANA PEREIRA DE AMORIM

**IDENTIDADE TERRITORIAL DO DESCENDENTE TIROLÊS EM
SANTA LEOPOLDINA – ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de Cidade e Impactos no Território, na linha de pesquisa e Patrimônio, Sustentabilidade e tecnologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Hermannny de Almeida

VITÓRIA - ES

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial do Centro de Artes da Universidade Federal do
Espírito Santo, ES, Brasil)

A524i Amorim, Mariana Pereira de, 1990-
Identidade territorial do descendente tirolês em Santa
Leopoldina–E.S / Mariana Pereira de Amorim. – 2018.
189 f. : il.

Orientador: Renata Hermannny de Almeida.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Identidade. 2. Imigrantes. 3. Santa Leopoldina (ES). 4.
Áustria. I. Almeida, Renata Hermannny de. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

Elaborado por Cynthia de Andrade Bachir – CRB-6 ES-485/O

MARIANA PEREIRA DE AMORIM

“IDENTIDADE TERRITORIAL DO DESCENDENTE TIROLÊS EM
SANTA LEOPOLDINA – ES”

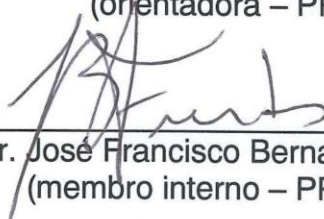
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 27 de março de 2018.

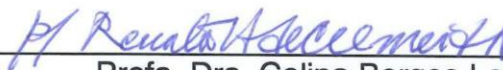
Comissão Examinadora



Profa. Dra. Renata Hermann de Almeida
(orientadora – PPGAU/UFES)



Prof. Dr. José Francisco Bernardino Freitas
(membro interno – PPGAU/UFES)



Profa. Dra. Celina Borges Lemos
(membro externo – UFMG)
(via webconferência)

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Everton, pelo suporte no processo de conhecer a história e as pessoas do Tirol capixaba.

À minha amada mãe Queila, por todo carinho, paciência e amor durante toda a dissertação.

Ao Rafael, pela companhia nas montanhas capixabas.

À professora Renata, pela paciência e por acreditar na construção do trabalho nesses dois anos de caminhada, o meu muito obrigada por me ensinar tanto durante o período da pós graduação.

Aos amigos do Patri_Lab, Aline, Angélica, Cássio, Valéria, Joice, Júlia, Damiany e Miguel pelo auxílio nos mais diversos momentos durante esses dois anos, fazendo do Patri_Lab um lugar de troca de experiências e carinho.

À Universidade Federal do Espírito Santo e à CAPES pelas bolsa de estudo, uma ajuda imprescindível para a realização desse trabalho.

E por fim, as pessoas do povoado do Tirol, que ao cederem o seu tempo para boas conversas proporcionaram a construção desse trabalho.

RESUMO

O trabalho estuda a identidade territorial de descendentes de imigrantes tirolezes, fixados em território de caráter rural. O objeto-concreto é a comunidade do Tirol, localizada no interior do município de Santa Leopoldina, região centro serrana, do estado do Espírito Santo. A pesquisa se desenvolve na revisão bibliográfica para a compreensão conceitual do termo identidade territorial. Os estudos voltados para o território e a identidade são considerados, por Saquet (2013), como multidisciplinares, envolvendo diversas áreas da ciência humana, como geografia, filosofia, arquitetura e psicologia. Para Dematteis e Governa (apud SAQUET, 2010), o estudo acerca da identidade territorial deve considerar a coerência interna (limites e diferenças específicas), o processo histórico (tradições, memória e atitudes) e as metas futuras (fins e objetivos). O recorte territorial compreende os limites da comunidade, delimitados em "Mapeamento de Comunidades Urbanas e Rurais do Espírito Santo" (IJSN/IBGE, 1993). A comunidade é fundada no ano de 1859, por imigrantes tirolezes, a partir da implantação ocorrida em terras ainda inexploradas e de difícil acesso. Deste modo, o povoamento torna-se isolado por mais de um século. Tal panorama altera-se com o início de melhorias nas estradas, nos meios de comunicação e no intercâmbio cultural e financeiro entre a comunidade e o governo austríaco, a partir da década de 1980. Assim sendo, é possível conjecturar como hipótese para o trabalho: a relação do homem com o território é singular nesta localidade, devido ao contexto histórico do local até meados da década de 1980 quando, após a entrada do capital estrangeiro e a melhoria da infraestrutura, ocorre a ruptura da relação homem e território. A metodologia utilizada é a abordagem histórica, conceitual, qualitativa e empírica, desenvolvida por meio de: revisão bibliográfica, para a ampliação do conceito da identidade territorial, com os trabalhos de Alberto Magnaghi; Milton Santos e Marcos Aurélio Saquet; levantamento de campo com recurso de registro oral, a partir de entrevistas associadas à questionário e produção de mapas, utilizando a abordagem territorialista italiana para demonstrar o uso do território com o auxílio das ferramentas de geoprocessamento, o software QGis. Pretende-se, portanto, registrar a Identidade Territorial dos descendentes, buscando compreender as mudanças da relação, homem e território. Utiliza-se da metodologia da História Oral para aproximação ao conteúdo empírico e a abordagem territorialista para representar a identidade territorial. Conclui-se que a identidade territorial do Tirol é singular, a coerência interna é determinada pelas barreiras territoriais como declividade e cursos d'água, os elementos materiais e imateriais identificados são as edificações religiosas, os edifícios de serviço público, as vias principais, as edificações residenciais, as plantações, a língua, a religião e por fim, os próprios depoentes.

Palavras-chave: Imigração Tiroleza. Identidade Territorial. História Oral. Abordagem Territorialista Italiana.

ABSTRACT

The paper studies the territorial identity of descendants of Tyrolean immigrants, set in a rural territory. The concrete object is the Tyrolean community, located in the interior of the municipality of Santa Leopoldina, central region of the state of Espírito Santo. The research is developed in the bibliographic review for the conceptual understanding of the term territorial identity. The studies focused on territory and identity are considered by Saquet (2013) as multidisciplinary, involving several areas of human science, such as geography, philosophy, architecture and psychology. For Dematteis and Governa (apud SAQUET, 2010), the study of territorial identity should consider internal coherence (specific limits and differences), historical process (traditions, memory and attitudes) and future goals (goals and objectives). The territorial clipping includes the boundaries of the community, delimited in "Mapping of Urban and Rural Communities of Espírito Santo" (IJSN / IBGE, 1993). The community is founded in the year 1859, by Tyrolean immigrants, from the implantation occurred in lands still unexplored and difficult to access. In this way, settlement becomes isolated for more than a century. This situation changes with the beginning of improvements in the roads, in the media and in the cultural and financial interchange between the community and the Austrian government, from the decade of 1980. Thus, it is possible to conjecture as hypothesis for the work: the relation of the man with the territory is unique in this locality, due to the historical context of the place until the middle of the decade of 1980 when, after the entrance of the foreign capital and the improvement of the infrastructure, the relationship between man and territory occurs. The methodology used is the historical, conceptual, qualitative and empirical approach, developed by means of: bibliographical revision, for the extension of the concept of territorial identity, with the works of Alberto Magnaghi; Milton Santos and Marcos Aurélio Saquet; a field survey with oral registration, based on questionnaire interviews and map production, using the Italian territorialist approach to demonstrate the use of the territory with the help of geoprocessing tools, QGis software. It is intended, therefore, to register the Territorial Identity of the descendants, seeking to understand the changes of the relation, man and territory. The Oral History methodology is used to approximate the empirical content and the territorialist approach to represent territorial identity. It is concluded that the territorial identity of Tyrol is unique, internal coherence is determined by territorial barriers such as declivity and water courses, the identified material and immaterial elements are religious buildings, public service buildings, main roads, residential buildings, plantations, language, religion and, finally, the deponents themselves.

Key words: Tyrolean immigration. Territorial Identity. Oral History. Italian Territorialist Approach

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Traje típico gaúcho.....	53
Figura 02 - Kilt Escocês	53
Figura 03 - Pirâmides	53
Figura 04 - Pompéia.....	53
Figura 05 - Memorial de onze de setembro.....	54
Figura 06 - Memorial do Muro de Berlim	54
Figura 07 - Vaticano	54
Figura 08 - Meca	54
Figura 09 - Floriano Luís Thomas	67
Figura 10 - Casa Floriano Luís Thomas	67
Figura 11 - José Schaeffer	67
Figura 12 - Casa José Schaeffer.....	67
Figura 13 - Armino Flegler.....	68
Figura 14 - Casa Armino Flegler	68
Figura 15 - Martin Gröner	68
Figura 16 - Casa Martin Gröner.....	68
Figura 17 - Luciano Le Paus	68
Figura 18 - Casa Luciano Le Paus.....	68
Figura 19 - Herny Schultz	69
Figura 20 - Casa Herny Schultz	69
Figura 21 - Atlas do patrimônio do Tirol	76
Figura 22 - Esquema manual	78
Figura 23 - Luzia Schutz	81
Figura 24 - Localização do povoado do Tirol.....	87
Figura 25 - Colônia de Santa Isabel, fotografia por Victor Fonte em 1860.....	90

Figura 26 - Local da colônia de Santa Leopoldina, trecho do mapa "Terrenos ocupados pela colônia de Sta. Leopoldina na Província do Espírito Santo", 1866	92
Figura 27 - Colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, trecho do mapa " <i>As colônias e vias de comunicação</i> ", 1866.....	92
Figura 28 - Residência de Américo Pralon	93
Figura 29 - Identificação dos lotes da Santa Leopoldina trecho do mapa <i>Carta topographica da colônia de Santa Leopoldina</i> , 1872.....	94
Figura 30 - Império Austro-Húngaro 1900.....	95
Figura 31 - Localização das comunidades tirolezes no Brasil.....	101
Figura 32 - Trecho do mapa <i>Regiões do Espírito Santo, colonizados por alemães</i> , em 1914, produzido por Wagemann	105
Figura 33 - Rio Santa Maria da Vitória com o monte Mestre Álvaro. Natureza esquematizada por Baviera e reproduzida por E. Berninger	106
Figura 34 - Sede de Porto do Cachoeiro	107
Figura 35 - Foto de imigrante tirolês Anton Föger	110
Figura 36 - Foto do imigrante tirolês Johann Thomas	110
Figura 37 - Trecho da Planta da Província do Espírito Santo onde estão as colônias de 1878	112
Figura 38 - Caminhão da Associação Agrícola com gengibre	116
Figura 39 - Plantação de gengibre em declividade, destaque para mata nativa	116
Figura 40 - Casa do colono tirolês austríaco Reichel, fotografia de Dietze em 1876. Edificação junto ao curso de água implantada em um vale	119
Figura 41 - Pilador de café na região da Colônia de Santa Leopoldina. Foto de Hugo Wernicke em 1910	120
Figura 42 - Moinho na propriedade de Floriano Thomas	120
Figura 43 - Prazo do Colono tirolês austríaco Ignaz Helmer em Califórnia, povoado vizinha ao Tirol, fotografia de Dietze em 1876	122

Figura 44 - Edificação construída pela família Reich na década de 1930 ou 1940. Detalhe da armação em madeira aparente pela deterioração da material	123
Figura 45 - Edificação construída pela família Schaeffer. Detalhe do espaço inferior utilizado como depósito	123
Figura 46 - Esquema da distribuição interna da edificação família Reich	124
Figura 47 - Edificação construída pela família Gröner	126
Figura 48 - Detalhe varanda da edificação da família Reich	126
Figura 49 - Esquema da distribuição interna com modificações da edificação família Reich	126
Figura 50 - Casa atual da família Schaeffer	127
Figura 51 - Escola, Igreja, Casa Paroquial e largo	129
Figura 52 - Mercado Endringer.....	129
Figura 53 - Cemitério antigo	130
Figura 54 - Cemitério novo	130
Figura 55 - Primeira Igreja católica do Tirol, Santa Leopoldina, fotografia de Albert Richard Dietze em 1876.....	132
Figura 56 - Primeira Igreja católica do Tirol e casa paroquial em 1895.....	132
Figura 57 - Comunidade verbita no Tirol. De pé: Ir. Bianchi e Ir. Germano. Sentados: Pe. Bommes, Pe. Müller.....	133
Figura 58 - Escola paroquial, igreja e casa paroquial do Tirol.....	134
Figura 59 - Núcleo do Tirol.....	134
Figura 60 - Escola do Tirol, em 15 de novembro 1947.....	137
Figura 61 - Crianças da Escola do Tirol em visita a Universidade Federal do Espírito Santo.....	137
Figura 62 - Camilo Thomas em aula na comunidade do Tirol.....	140
Figura 63 - Professor Karl Igl.....	140
Figura 64 - Alpinistas tirolese na comunidade do Tirol em frente à igreja católica em 1974	141

Figura 65 - Olga e Camilo Thomas na varanda da casa do casal no Tirol	141
Figura 66- Posto de saúde	143
Figura 67 - Biblioteca	143
Figura 68 - Creche	143
Figura 69 - Pousada Gasthof Tirol	143
Figura 70 - Cartão postal produzido da década de 1980, destaque para a topografia acentuada, a casa típica, o conjunto religioso do núcleo e coral.....	144
Figura 71 - Tropa com mulas carregando mercadorias.....	147
Figura 72 - – Rota Imperial, antiga estrada São Pedro de Alcântara	148
Figura 73 - Placa de identificação da antiga estrada ‘São Pedro de Alcântara’, hoje Estrada Franz Bauer	148
Figura 74 - Totem Rota Imperial.....	160
Figura 75 - Detalhe do Totem Rota Imperial	160
Figura 76 - Placa Alto Tirol e Tirol.....	153
Figura 77 - Recanto do Tirol e Tirol.....	153
Figura 78 - Alto Tirol, Bragança e Pousada Gasthof Tirol	154
Figura 79 - Pedra Preta, Bragança e Sede do município	154
Figura 80 - Documentação de Compra e Venda do ano de 1881	158
Figura 81 - Documentação recebimento de imposto e taxa, 1943	158
Figura 82 - Limite Luxemburgo-Alto Tirol	160
Figura 83 - Limite Califórnia-Tirol	160
Figura 84 - Cemitério antigo com túmulos dos antepassados da família LePaus ...	160
Figura 85 - Igreja	164
Figura 86 - Casa Paroquial.....	164
Figura 87 - Antiga edificação da família Gröner	164

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 01 - Divisão do território	30
Diagrama 02 - Base da identidade	42
Diagrama 03 - Tipologia dos modelos	57
Diagrama 04 - Rede de entrevistados	65
Diagrama 05 - Processos metodológicos para a produção do Atlas do patrimônio ..	79
Diagrama 06 - Base da identidade territorial	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Informações complementares dos entrevistados	66
Quadro 02 - Informações complementares dos entrevistados	66
Quadro 03 - Sobrenomes austríacos predominantes, em destaque tirolese.....	98
Quadro 04 - Imigrante austríacos instalados em Santa Leopoldina nos séculos XIX e XX	99
Quadro 05 - Destino dos imigrantes austríacos	101
Quadro 06 - Imigrantes estabelecidos no núcleo do Tirol, Santa Leopoldina	110
Quadro 07 - Organização da lavoura dos colonos	113
Quadro 08 - Relação dos vigários com residência em Tirol	135
Quadro 09 – Origem e religião dominante dos antepassados dos depoentes	166

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização do Tirol	103
Mapa 02 – Declividade e hidrografia	109
Mapa 03 – Uso do solo	114
Mapa 04 – Ocupação do solo.....	118
Mapa 05 – Edifícios públicos e casa dos depoente.....	128
Mapa 06 - Estradas	145
Mapa 07 – Microterritorialidades	152
Mapa 08 – Elementos e áreas identitários	155
Mapa 09 – Atlas do Patrimônio	169

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	18
2.	CONCEITUANDO IDENTIDADE TERRITORIAL	26
2.1.	ABORDAGEM CONCEITUAL DO TERRITÓRIO	28
2.1.1.	Territorialidade e suas interfaces com a dinâmica social e os conflitos da sociedade.....	35
2.1.2.	Sociedade em movimento: os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.....	39
2.1.3.	Território como local da memória.....	50
2.2.	IDENITDADE: FORTALECIMENTO DO REGIONAL FRENTE AO GLOBAL	42
2.2.1.	Construção da Identidade	45
2.3.	IDENTIDADE TERRITORIAL: PROCESSO AUTORREFERENCIAL DE UMA COMUNIDADE NO TERRITÓRIO	47
2.3.1.	Construção da Identidade	50
2.4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
3.	METODOLOGIA: HISTÓRIA ORAL E ABORDAGEM TERRITORIALISTA ITALIANA	57
3.1.	HISTÓRIA ORAL	59
3.1.1.	Construção da rede de entrevistas	64
3.1.2.	Método e elaboração do roteiro de entrevistas e aproximação aos depoentes	69
3.2.	REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DO TERRITÓRIO	71
3.2.1.	Abordagem territorialista italiana.....	72
3.2.2.	Atlas do Patrimônio	76
3.2.3.	Processo metodológico para a construção do Atlas	77
3.3.	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	81

4.	IDENTIDADE TERRITORIAL DA COMUNIDADE DO TIROL, SANTA LEOPOLDINA – ES	84
4.1.	POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO NÃO LUSITANA: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPÍRITO SANTO.....	87
4.1.1.	A imigração germânica em Santa Leopoldina: fatores que favorecem a imigração.....	89
4.1.2.	Tyrol austríaco: contexto histórico.....	95
4.2.	COLÔNIA DO TIROL: TIROLESES AUSTRIÁCOS EM SOLO CAPIXABA	102
4.2.1.	Porto Cachoeira: ponto de partida	104
4.2.2.	Colônia do Tirol.....	108
4.3.	ATLAS DO PATRIMÔNIO TIROL, SANTA LEOPOLDINA, E.S.....	161
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	171

1 INTRODUÇÃO

O título da dissertação apresenta dois elementos de estudo: conceitual (acerca do termo identidade territorial) e investigativo (a respeito do objeto-concreto¹). Desse modo, o trabalho se desenvolve na revisão bibliográfica para a compreensão conceitual da identidade territorial e no alargamento do estudo do objeto-concreto, o povoado² do Tirol, Santa Leopoldina - ES.

A revisão bibliográfica, necessária para a construção de uma base conceitual sólida, tem seu alicerce nos estudos de três autores, Alberto Magnaghi³, Marcos Aurélio Saquet⁴ e Milton Santos⁵. É necessário frisar que tais, teóricos apresentam importância linear na construção da rede conceitual, e que Saquet está inserido no centro da rede, porque é o membro articulador entre os autores.

A noção de identidade é apropriada a partir de Saquet (2013) e está relacionada à vida em comunidade, isto é, às relações afetivas, às coletivas e de reconhecimento, que são específicas de cada lugar e situação, podendo existir ou não. Para o autor, as comunidades transformam, constroem e se relacionam com o território em que vivem. O conceito de Magnaghi (2005) vai ao encontro da noção supracitada, pois o arquiteto compreende a identidade como um produto social da territorialização, na construção de um código ligado ao material e à genética dos grupos sociais e interpreta o patrimônio territorial a partir da economia, política, cultural e natureza.

Tendo isso posto, o estudo disserta no entendimento da identidade como um componente fundamental da constituição territorial, ocorrendo de forma singular em cada localidade. Por conseguinte, a análise e conservação da forma de vida local e dos elementos bases são necessários para o reconhecimento da identidade. No que

¹ Segundo Serra (2006) objeto-concreto são os exemplares que estão no ambiente físico. Eles precisam ser documentados, medidos e observados.

² "Quando possui pelo menos um estabelecimento comercial de bens de consumo e dois dos seguintes serviços ou equipamentos: um estabelecimento de ensino de primeiro grau, um posto de saúde, com atendimento regular e um templo religioso de qualquer credo [...]. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial, ou que não esteja vinculado a um único proprietário do solo, e cujos moradores exerçam atividades econômicas quer primárias, terciárias, ou mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela ". Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

³ Professor em Planejamento Territorial, na Faculdade de Arquitetura da *Università di Firenze* (UniFI), Itália e coordenador do *Laboratorio di Progettazione Ecologica degli Insediamenti* (LaPEI), Itália.

⁴ Pós-doutorado na *Politecnico e Università di Torino*, Itália (2006). Professor no programa de Pós-Graduação do curso de Geografia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Brasil.

⁵ Doutor em Geografia pela *Université de Strasbourg*, França (1958). Professor titular de Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP), Brasil (1997). Título de Professor Emérito da Universidade de São Paulo (USP), Brasil, (1997).

tange os elementos bases, a pesquisa considera as edificações, a língua, as tradições e a religião. As bases são denominadas de *atos territorializantes* dos atores sociais e históricos. Os atos são, compreendidos por Saquet como, sedimentos no espaço que demonstram uma co-evolução entre sociedade e natureza. Magnaghi (2005) afirma, a natureza está contida na construção histórica do território e, portanto, da identidade.

Santos (1991), Magnaghi (2005a) e Saquet (2013) apreendem o território como resultado histórico e denotam a importância do tempo nas relações sociedade *versus* natureza e da reterritorialização⁶. Portanto, o trabalho desenvolve-se nas continuidades e nas redefinições, ou seja, nos movimentos particulares entre a comunidade e a natureza do objeto de estudo. No que tange aos estudos geográficos e urbanísticos do território, verificam-se referências bibliográficas voltadas para o constante movimento da identidade, isto é sua construção, desconstrução e reconstrução através do tempo por meio da coletividade.

Segundo Santos, na atualidade, as regiões, como grandes metrópoles até pequenas vilas, se mundializam-se ou sofrem influência da globalização, desse modo, estão inseridas em redes econômicas, culturais e políticas. Assim sendo, reafirma o pensamento de Magnaghi (2005a), para quem a identidade é um produto da comunidade e está ligada a redes e tem relações interna e externas. A identidade manifesta-se como oposição, sendo consciente ou não, aos processos de mudanças bruscas das comunidades. Em vista disso, a pesquisa aborda o desenvolvimento local com a valorização das potencialidades endógenas e a participação dos sujeitos locais, pois, compreende identidade territorial como uma força para a construção do próprio futuro.

O estudo pretende investigar o processo histórico da construção do objeto-concreto; suas particularidades territoriais, ou seja, aquilo que é próprio e singular daquela localidade; sua coerência interna no territorial, logo, seus limites espaciais e suas diferenças específicas; seu processo histórico, por conseguinte, suas tradições e suas memórias; e, as projeções do futuro como comunidade, ou seja, seus objetivos, com o intuito de conhecer a identidade territorial.

⁶ São ciclos de territorialização de um lugar. A análise do processo histórico de territorialização é descrito como uma sequência de ciclos de épocas sucessivas: de um estado de natureza original, uma territorialização não intencional, e atos territorializantes sistemáticos; visíveis através da antropização material e cognitiva (ANDRADE, 2015, p.22).

É necessário apontar para a importância da utilização de um método de representação dos elementos/*atos territorializantes*, supramencionados. Dessa maneira, o estudo apoia-se nos trabalhos de Magnaghi (2005a), sendo assim, na Escola Territorialista Italiana⁷, utiliza a metodologia e a técnica de *representação identitária* do lugar⁸. Para Magnaghi (2005a), é fundamental um sistema de representação que possibilite ao estudo uma imagem identitária, paisagística e da sociedade local e de seus atores⁹.

Segundo Magnaghi, os agricultores são os principais produtores de desenvolvimento no território, dotando-os de funções, protagonistas de valorização de ecossistemas, da paisagem, e da arquitetura, e de promoção de desenvolvimento econômico de base local. Considerando o pensamento de exposto, justifica-se a escolha do objeto-concreto, a comunidade rural do Tirol, Santa Leopoldina, Espírito Santo, pois apresenta como característica o caráter rural, sendo os seus atores sociais ligados ao trabalho com a terra.

Outra justificativa é a importância histórica do povoamento, no que se refere à imigração não lusitana no Brasil, na segunda metade do século XIX. Tirol é o primeiro núcleo de colonização tirolesa do Brasil; o único núcleo de imigração austríaca no Espírito Santo; e, é um dos primeiros núcleos de colonização da antiga Colônia de Santa Leopoldina. É importante destacar, o reduzido número de estudos acerca da imigração e da evolução dos locais colonizados por imigrantes tiroleses no Brasil, reforça a escolha do Tirol como objeto-concreto da pesquisa. Essa condição revela uma lacuna a ser preenchida em estudos voltados para a composição da imigração não lusitana no país.

A dissertação é desenvolvida no *Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento*, que tem como objeto de investigação o município de Santa Leopoldina, tendo trabalhos concebidos no âmbito rural e urbano do município. As pesquisas, vinculadas ao laboratório, visam à uma articulação técnico-científica e sociocultural; uma investigação através da conservação patrimonial e do desenvolvimento territorial.

⁷ A Escola Territorialista Italiana é fundada por Alberto Magnaghi, contudo conta com a participação de múltiplos laboratórios italianos, de diversas disciplinas, entretanto são voltados para o estudo do território, tendo o intuito estudos para o desenvolvimento local.

⁸ O termo é elaborado pela escola territorialista, ao longo da pesquisa *Laboratori territoriali per lo sviluppo locale autosostenibile*. (ANDRADE, 2015)

⁹Atores internos, *insiders*. Atores externos, *outsiders*.

Assim sendo, a comunidade do Tirol, Santa Leopoldina, apresenta os requisitos necessários para a realização do estudo.

O objeto concreto está localizado a 17 km da sede, Santa Leopoldina, a 68 km da capital Vitória, e; apresentando área total de 18.1032 km². O povoado do Tirol é caracterizado por ocupação difusa pelo território, contudo, apresenta um núcleo central, contendo a Igreja do Divino Espírito Santo, a casa paroquial, a escola de ensino fundamental do Tirol, o mercado Endringer e o largo, e; tem como base econômica a produção de gengibre. Os limites do povoado são estabelecidos no ano de 1993, por meio do projeto "Mapeamento de Comunidades Urbanas e Rurais do Espírito Santo", desenvolvido pelo Instituto Jones dos Santos Neves, em convênio com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A histórica da comunidade, inicia-se ano de 1859¹⁰, quando o primeiro contingente de imigrantes tirolezes chega ao país. Os imigrantes são assentados em terras inexploradas, no interior da colônia Santa Leopoldina. Neste local, são responsáveis pela construção das primeiras casas, abertura das precárias estradas de acesso e o cultivo das plantações. O povoamento permanece durante dezessete anos como o único grupo de tirolezes do Brasil.

O nome do núcleo de colonização é uma homenagem à pátria de origem dos colonos, Tyrol, Áustria. Os imigrantes trazem, de sua terra de origem, a fé na religião católica. A crença é uma característica importante nas colônias de imigração de origem austríaca. A partir das pesquisas de vinculadas ao *Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento* é possível afirmar a Igreja do Divino Espírito Santo e a casa paroquial são elementos centrais na comunidade dotados de valor que perdura até as gerações atuais.

A igreja do Divino Espírito Santo - Igreja do Tirol é construída entre os anos de 1898 a 1901, com auxílio dos padres do Ordem Missionária do Verbo Divino. A igreja, recebe o nome da paróquia, é consagrada ao Divino Espírito Santo. A edificação funciona como matriz até a igreja definitiva ser finalizada na sede do município. O tombamento da igreja ocorre no ano de 1983¹¹, pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo.

¹⁰ Frasceschetto (2014)

¹¹ Resolução nº05/1983, Conselho Estadual de Cultural, Secretária do Estado do Espírito Santo.

Até a primeira metade do século XX, a forma de vida e infraestrutura da comunidade não se modifica. Ocorrem, a partir da década de 1980, mudanças estruturais e culturais que transformam a comunidade. A pesquisa voltada para as colônias de imigrantes tirolese na América Latina, realizada pelo professor Karl Igl¹², na segunda metade do século XX, gera investimentos do governo austríaco em desenvolvimento de infraestrutura básica na região.

O recurso financeiro é responsável pela melhoria das estradas, a construção do posto médico da comunidade, da biblioteca, da Pousada Gasthof Tirol e a criação de uma creche. Para a Associação de Agricultores do Tirol e Califórnia (AgriTiCal) é entregue um caminhão, um trator e ferramentas, assim como a administração da pousada¹³.

Apresentado, brevemente, o contexto histórico do Tirol, faz-se possível conjecturar:

- A implantação do núcleo de imigrantes tirolese ocorre em terras ainda inexploradas e com acesso restrito. Esse fato torna a comunicação com a colônia de Santa Leopoldina e com os demais núcleos de colonização uma atividade árdua;
- O núcleo de imigrantes tirolese torna-se isolado, não havendo grandes fusões da cultura dos imigrantes tirolese com outras culturas;
- A partir de entrevistas realizadas com a quarta e quinta geração de descendentes (60-80 anos), ocorre uma ruptura da relação do homem com o território no final dos anos 1970.

Portanto, a partir dos elementos acima citados, a pesquisa apresenta como hipótese: Como consequência da comunicação ineficiente e do difícil acesso, o núcleo de colonização fica isolado durante um século. Esse fato, provavelmente, determina a relação, homem e território, singular nessa localidade. Tal relação se mantém até final dos anos de 1970. Pretende-se, portanto, registrar a Identidade Territorial das gerações de descendentes, buscando compreender as mudanças da relação, homem e território.

¹² Graduou-se em História pela Universidade de Innsbruck (Tirol) em 1933, criador da Associação Austríaca de Folclore em 1958. Em 1961, foi nomeado professor catedrático junto à Universidade de Innsbruck.

¹³ Todas as informações foram retiradas das entrevistas realizadas com Olga Thomas, Geraldo Thomas e José Schaeffer realizadas entre maio e junho de 2016 pela autora.

Sendo assim, o objetivo central da pesquisa é compreender a identidade territorial dos descendentes de imigrantes tirolezes da comunidade rural do Tirol, Santa Leopoldina-ES.

Os objetivos específicos são:

- Estudar a área de colonização dos imigrantes tirolezes fixados na região da antiga Colônia de Santa Leopoldina;
- Documentar o quadro ambiental, territorial, paisagístico de referência para a história e a memória da comunidade;
- Georeferenciar e mapear edificações identificadas por sua relevância para a memória e o sentimento de pertencimento da comunidade estudada;

A pesquisa utiliza a metodologia proposta por Geraldo Gomes Serra¹⁴. Os procedimentos empregados seguem quatro momentos do método científico. Pretende-se observar para descrever o fenômeno, conceber uma hipótese para explicar o fenômeno, utilizar-se dessa hipótese para prever outros possíveis fenômenos e, por fim, verificar a veracidade da hipótese. Isso posto, o método requer tarefas sistematizadas, atividades operadas sequencialmente a partir de um plano racional.

Por esse motivo, o estudo apresenta uma abordagem histórica, conceitual e empírica, de âmbito qualitativo, com o intuito de conhecer, compreender e representar a identidade territorial da comunidade do Tirol, Santa Leopoldina-ES. Utiliza-se, para a construção da investigação e desenvolvimento da dissertação, seis etapas de procedimentos:

- Primeira etapa: pesquisa bibliográfica, relativa ao conceito de identidade territorial. A pesquisa apresenta seu cerne nos estudos de Alberto Magnaghi, Marcos Aurélio Saquet e Milton Santos.
- Segunda etapa: revisão bibliográfica acerca da imigração tiroleza da área selecionada como objeto-concreto. As referências bibliográficas abrangem: publicações, artigos, dissertações e livros que abordem o assunto.

¹⁴ Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil (1985). Professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo (NUTAU) da Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

- Terceira etapa: aproximação ao objeto conteúdo empírico da pesquisa. Revisão bibliográfica acerca da metodologia da História Oral, utilizada como método de aproximação, tendo como técnica entrevistas elaboradas previamente com a criação de um roteiro e a formação de uma rede de entrevistas. Os autores que fomentam a base dessa etapa são: Lucília de Almeida Neves Delgado, André Bortolazzo Correr, Sônia Maria de Freitas e Alice Beatriz da Silva Gordo Lang.
- Quarta etapa: Revisão bibliográfica acerca da representação da identidade territorial a partir da Abordagem Territorialista Italiana, com o auxílio dos autores: Alberto Magnaghi, Daniela Poli, Bruno Amaral de Andrade, Massimo Carta e Fabio Lucchesi.
- Quinta etapa: análise dos dados encontrados nas etapas anteriores e a identificação do conceito no objeto de estudo.
- Sexta etapa: produção da representação gráfica utilizando softwares de georeferenciamento.

Após a realização das etapas metodologias é possível concluir a existência de uma identidade territorial particular do povoamento do Tirol, Santa Leopoldina. Identificar os aspectos necessários para a identidade territorial: os limites internos; a identificação dos elementos de longa duração no território e as metas futuras da população.

A coerência interna do Tirol é estabelecida por meio de elementos territoriais como a declividade e os cursos hídricos. Os atos de longa duração são materiais, os edifícios religiosos; os cultivos nas encostas e as pastagens nas cotas mais baixas; os edifícios de serviços; as vias e, as edificações. E imateriais: a língua alemã, a religiosidade; e, o trabalho como produtor rural sendo o ato mais relevante para a identificação da identidade territorial, pois é o elemento influenciador de todos os supramencionados.

Contudo, observa-se um desmantelamento das cooperações entre os moradores da região, desse modo, uma perda das conexões interpessoais entre os membros do povoado. Tendo como consequências importantes a perda da fala do dialeto alemão e a não manutenção do trabalho nos cultivos das propriedades familiares, o que pode indicar um possível futuro próximo sem a possibilidade de reconhecimento da identidade territorial do Tirol.

Quem quer compreender hoje a política deve começar por se inclinar não sobre a economia ou a geopolítica, mas sobre a identidade religiosa, nacional, regional e étnica de cada sociedade.

Manuel Castells (1998 apud HAESBAERT, 1999, p. 170)

2 CONCEITUANDO IDENTIDADE TERRITORIAL

No presente capítulo, *Conceituando Identidade Territorial*, tem-se a construção de uma base conceitual sólida para a dissertação. Busca-se o embasamento teórico na revisão bibliográfica acerca do conceito identidade territorial. Os autores de destaque que fomentam o alicerce para o trabalho são: Milton Santos, Marcos Aurélio Saquet e Alberto Magnaghi.

O trabalho empenha-se na articulação dos conceitos: território e identidade. O capítulo versa sobre a identidade territorial de maneira interdisciplinar, pois desenvolve o conceito na visão da Geografia e do Urbanismo, com suporte nos estudos dos autores supracitados. Na compreensão de Pollice (2010), no artigo *O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local*, o conceito identidade territorial é um dos objetos de reflexão na ciência geográfica “[...] a identidade territorial veio adquirindo um lugar de destaque na análise geográfica” (GRASSO, 1998, p. 617 apud POLLICE, 2010, p.7). O intuito, em particular, da pesquisa conceitual é a compreensão do conceito estabelecendo assim parâmetros para a análise do objeto de estudo.

Com base no trabalho de revisão bibliográfica de Marcos Aurélio Saquet (2010), no livro *Abordagens e concepções do território*, a respeito do conceito território, observa-se um alargamento dos estudos voltados para o termo a partir da década de 1970. É nesse recorte temporal, que pesquisadores incorporam aos seus estudos conteúdos empíricos e novas articulações teóricas e metodológicas. Para o geógrafo, é uma nova fase nos debates sobre o território.

Eliseu Savério Sposito¹⁵ (2004) reafirma o pensamento de Saquet (2010), em *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*, ou seja, o alargamento dos estudos geográficos do território ocorre nas últimas décadas do

¹⁵ Pós-doutorado na *Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne*, França (1996). Professor titular de Graduação do curso de Geografia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil.

século XX. Tatiana Colasante¹⁶ (2016, p. 47), na tese de doutorado *O processo de reterritorialização dos gaúchos no norte do Paraná: A construção de uma identidade territorial*, apoia-se em Clavam (1999), para assegurar que no período supramencionado a “[...] dimensão simbólica do território acaba vindo com intensidade na Geografia”.

A abordagem simbólica ganha destaque no momento em que se desenvolvem as pesquisas sobre o espaço vivido, período em que inicia a corrente da Geografia Crítica¹⁷, estruturada “[...] sob o pensamento dialético materialista, o território passa a ser estudado como produto histórico, relacional e reticular, *locus* de conflitos e contradições sociais” (COLASANTE, 2009, p.47). Segundo a doutora em Geografia, a abordagem é inaugural nos estudos de Jean Gottman.

Contudo, como aponta Maria Encarnação Beltrão Sposito¹⁸ (prefácio de SAQUET e SPOSITO, 2009), os estudos voltados para o território apresentam ainda relevância no século XXI e contemplando diversos campos disciplinares. Segundo a autora, para a compreensão ampla do nosso tempo é necessário ter uma visão múltipla, a partir da evolução e transformação do mundo.

O conceito de *território* [...] Tem sido, também, objeto de interesse de outros cientistas sociais, preocupados em compreender o nosso período, a partir das tendências de circulação das pessoas, das informações e dos bens, que geram mobilidade, fluidez, instabilidade e imponderabilidade que, articuladas entre si, produzem a complexidade que nos cerca (SPOSITO in SAQUET e SPOSITO, 2009, p.7).

Dematteis (prefácio de SAQUET, 2010) recomenda que as novas pesquisadas territoriais do século XXI apresentem como problemática a ação coletiva local, que não desprezem as diversidades ecológicas e culturais, onde ocorre a difusão de novas representações baseadas no reconhecimento e valorização das potencialidades próprias do território e de cada sociedade. Nota-se a importância do reconhecimento dos novos trabalhos das potencialidades endógenas, que necessitam ser difundidas.

¹⁶ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil. Professora colaboradora de Graduação do curso de Geografia na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Brasil.

¹⁷ Corrente “[...] estruturada sob o pensamento dialético materialista, o território passa a ser estudado como produto histórico, relacional e reticular, *locus* de conflitos e contradições sociais” (COLASANTE, 2016, p. 47)

¹⁸ Prefácio do livro *Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos* (2009), organização de Marcos Aurélio Saquet e Eliseu Savério Sposito.

A revisão bibliográfica dos autores internacionais é construída tendo como fundamento os pesquisadores italianos. Segundo Saquet (2013, p.58), em *Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão*, as referências italianas são importantes na construção e revisão de uma "[...] concepção multidimensional-(i)material, histórica e reticular de geografia, desenvolvimento e território." O país que tradicionalmente explora o conceito do território apresenta, para Saquet e Sposito (2009), em *Território territorialidades: teorias, processos e conflitos*, uma rede de articulação de pesquisas entre Brasil e Itália.

Como mencionado, o autor italiano de maior destaque é o arquiteto e urbanista Alberto Magnaghi. A pesquisa apresenta também as contribuições do geógrafo italiano Giuseppe Dematteis¹⁹ e Fabio Pollice²⁰, visando a ampliação do conceito. Saquet (2010) apropria-se da citação de Quaini para demonstrar a importância da obra de Dematteis: "[...] a sua reflexão representa, no plano Europeu, uma das primeiras e mais coerentes tentativas de centralizar na nova geografia humana os conceitos de representação e de práticas" (QUAINI, s/n, p.18 apud SAQUET, 2010, p.79).

No contexto brasileiro, os estudos voltados para o território, identidade e identidade territorial abordam as pesquisas de Milton Santos e Marcos Aurélio Saquet e se apoiam nos autores brasileiros, Rogério Haesbaert²¹, Eliseu Savério Sposito e Tatiana Colasante.

2.1 ABORDAGEM CONCEITUAL DO TERRITÓRIO

Etimologicamente, afirma Haesbaert (2010) em seu livro *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*, o termo território tem sua origem do latim *territorium*, sendo utilizado no sistema jurídico romano como fração de terra ocupada, dentro das demarcações de uma jurisdição político-administrativa, referindo-se, portanto, ao uso e à apropriação da terra.

A palavra território deriva do termo latim terra e corresponde ao termo *territorium*. Este se constrói pela adição à terra do sufixo *torium*, que designa o lugar [...]. O que se enfatiza com o sufixo é o sentido de localização do termo original é **a localização de uma determinada porção do espaço**

¹⁹ Professor de Geografia Urbana e Regional na Faculdade de Arquitetura do Politécnico de Turim, Itália. Diretor do centro de pesquisa Eu-Polis (*Sistemi Urbani Europei*) do DITER (*Dipartimento Interateneo Territorio* do Politécnico e da Universidade de Turim), Itália.

²⁰ Professor pesquisador no *Dipartimento delle Dinamiche Territoriali e Ambientali*; Universidade de Salento, Itália.

²¹ Pós-doutorado na *Open University*, Inglaterra (2003). Professor titular de Graduação do curso de Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.

envolvendo superfície, formas e limites (BAILLY, 1992 apud SAQUET, 2005, p.12, grifo nosso).

A etimologia da palavra território reforça o pensamento de Milton Santos para a escolha do termo, como elemento de análise do objeto de estudo. Para o autor, a análise deve ocorrer a partir do uso, por vezes compreendendo-o como sinônimo de espaço humano e habitado.

Na verdade eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território. Houve um tempo em que a gente discutia muito isso: "o espaço vem antes", "não, o que vem antes é o território". Eu acho que são filigranas que não são indispensáveis ao verdadeiro debate substantivo. Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles. Agora, a retificação que ando fazendo é que não serve falar de território em si mesmo, mas de **território usado**, de modo a incluir todos os atores. O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com **o território usado**, e que esse diálogo inclui as **coisas naturais e artificiais**, a **herança social** e a **sociedade em seu movimento atual** (CARVALHO, LEITE e SEABRA, 2004, apud, COLASANTE, 2016, p.43, grifo nosso).

Com o intuito de abordar previamente o conceito de espaço²², apropria-se o conceito de Santos (1991), em seu livro *Metamorfoses do Espaço Habitado*, como um arranjo indissociável de objetos sociais, naturais, e geográficos juntamente com a comunidade. Para o autor, são os grupos sociais que preenchem, movimentam e animam os objetos. A formação do espaço é estabelecida por dois componentes: a configuração territorial e, a dinâmica social. Entende-se a dinâmica social como o conjunto de relações de uma sociedade, sendo constituída pelo conjunto das variáveis econômica, política e cultural em um determinado momento histórico.

A configuração territorial (ou configuração espacial), na compreensão de Santos (1991), é o conjunto dos dados naturais, podendo ser modificados pela ação do homem através dos "sistemas de engenharia". A configuração territorial é organizada sobre o território por meio dos elementos naturais e artificiais. Os arranjos dos objetos sobre o território altera seu aspecto conforme o momento histórico.

[...] configuração territorial formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for (SANTOS, 1991, p.75).

Para Saquet (2010, p. 13), o conceito de território é "[...] complexo, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida." Esses

²² Para o Santos (1991) são sinônimos de espaço: organização espacial, estrutura espacial, organização do espaço, estrutura territorial.

elementos são partes estruturantes do território, que segundo Magnaghi (2005a), no livro *The Urban village: a charter for democracy and local self-sustainable development*, são divididos em três ambientes: físico/natural, antropológico e construído.

[...] o território significa **construções/edificações, relações sociais, dominação, apropriação e interconexão realizada no bojo da dinâmica territorializadora do capital**, numa perspectiva que envolve o estudo das áreas, das redes e das malhas a partir da relação capital-trabalho. Há um processo de produção do território (MAGNAGHI, 1976), multiforme e multidimensional, [...]. E mais, o território é apropriado e produzido em diferentes níveis escalares (MAGNAGHI, 1976; DEMATTEIS, 1985). (SAQUET, 2013, p.60, grifo nosso).

Diagrama 01 - Divisão do território



Fonte: Amorim, 2018

Saquet (2013) apropria-se da citação de Aberto Magnaghi e Claude Raffestin com o intuito de afirmar a materialidade e imaterialidade do território em constante interação com os sujeitos e grupos sociais, sendo o resultado desse contato a territorialidade. A ampliação da noção de territorialidade é apresentada no item *1.1.1 Territorialidade: fruto da dinâmica social, interação e conflitos da sociedade*.

"O território não é um asno" (Magnaghi, 2000, p.50; Bertoncin e Pase, 2006, p.7; tradução livre) e não é um sujeito social, é substantivado, material e imaterial, por **sujeitos, grupos e classes sociais** que estão em constante **interação, conflitos e disputas. As interações são as territorialidades** que se efetivam diacrônica e sincronicamente, significam alteridade e exterioridade (Raffestin, 1997 e 1993/1980) na vida em sociedade sem se descolar da natureza exterior. Os nossos corpos de sujeitos históricos pesam, sentem, percebem, criam e têm necessidades, aspirações e desejos [...]. (SAQUET, 2013, p.49, grifo nosso).

Dematteis (1994 apud POLLICE, 2010, p.8) associa o conceito de território ao solo como meio de comunicação dos sujeitos, ferramenta, e objeto de trabalho do homem, instrumento de troca e de cooperação. Portanto, o território é o local onde determinada comunidade "[...] se reconhece e se relaciona no seu agir individual ou coletivo, cuja especificidade – entendida como diferenciação do entorno geográfico – descende do

processo de interação entre esta comunidade e o ambiente”. Para Pollice (2010), o território é o produto da relação comunidade e espaço.

A terra é tornada território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação [...]” (DEMATTEIS, 1985, p.74, apud SAQUET, 2010, p.81).

O território, por outro lado, não é outro senão um espaço relacional que se constrói no tempo como produto de um processo de sedimentação cultural; um processo que tem o seu motor próprio na relação identitária que se instaura entre uma comunidade e o espaço da qual esta se apropria. O espaço, como sublinhado por Raffestin, torna-se território de um ator que não somente é tomado em uma relação social de comunicação (POLLICE, 2010, p.8).

Em Haesbaert (2003 e 2010), no artigo *Da desterritorialização à multiterritorialidade*, o autor apresenta leituras da noção de território:

- a) Econômica: Dimensão espacial das forças econômicas, o território é fonte dos recursos e, é a relação de conflito entre as classes sociais, na relação do capital-trabalho na dimensão espacial. É a leitura menos difundida do território.
- b) Jurídica-política: É a vertente mais difundida, o território é um espaço que apresenta seus limites definidos, portanto, é um espaço delimitado e onde é exercido um determinado poder.
- c) Cultural: É sobretudo a dimensão simbólica do território, abordagem mais subjetiva onde o território é visto como um objeto de apropriação simbólica de uma sociedade sobre o espaço vivido.

Para Colasante (2016), a dimensão simbólica do território nos estudos geográficos é introduzida com ímpeto nos anos de 1970 e 1980, a partir de pesquisas fenomenológicas e humanistas, como as análises das iconografias de Jean Gottmann. O geógrafo fortalece uma visão de território que favorece as noções psicológicas, privilegiando os interesses das comunidades. “Neste período que compreende a corrente da Geografia Crítica, estruturada sob o pensamento dialético materialista, o território passa a ser estudado como produto histórico, relacional e reticular, *locus* de conflitos e contradições sociais” (COLASANTE, 2016, p. 47).

Para Haesbaert (2003), o território manifesta a dimensão simbólica e cultural, simultaneamente, a partir da identidade territorial. A identidade territorial é construída por grupos sociais para obter, o que o autor denomina como, “controle simbólico” do território onde vivem. É, conseqüentemente, uma forma de apropriação do território, e, contém, concomitantemente, uma dimensão com caráter político e disciplinar, pois

o autor compreende como uma maneira de dominação e disciplina dos sujeitos. No que tange à identidade territorial, o conceito é desenvolvido no item 1.3 Identidade territorial: processo autorreferencial da comunidade com seu território.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...] uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1999, p. 42).

Para Saquet (2005), no artigo *O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração*, o território é resultante de um processo de união de forças interconectadas e da articulação dos aspectos econômicos, políticos e culturais. A junção entre os elementos e os aspectos EPC²³ é diverso para cada território e/ou período histórico. Para Haesbaert (2003), e Sposito (2004), pesquisas que desprezem completamente qualquer uma das três vertentes inviabilizam estudos aprofundados e/ou específicos e estão fadados a ver apenas uma pequena feição do território.

[...] uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam o seu caráter eminentemente político, está fadada a **compreender apenas uma parte dos complexos meandros do poder** (HAESBAERT, 2003, p.14, grifo nosso).

[...] um território torna-se concreto quando associado à sociedade em termos jurídicos, políticos ou econômicos. Ele compreende recursos minerais, que podem ser classificados por sua quantidade ou sua qualidade, é suporte da infra-estrutura de um país, é por sua superfície que os indivíduos de uma nação se deslocam. Ele tem sua verticalidade [...]. Ele vai além da superfície com terra, estendendo-se ao mar, quando este é compreendido nas águas territoriais de um país [...] enfim, o território [...] pode ser compreendido [...] pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza (SPOSITO, 2004, p. 112).

Para Sposito (2004), os aspectos, supramencionados, tornam o território um objeto concreto. Segundo Saquet (2005), os aspectos EPC apresentam uma via dupla com a configuração territorial, pois esses a condicionam e são condicionados pela configuração territorial. Os autores afirmam não existir distinção nem hierarquia entre as três dimensões, elas estão no mesmo nível e se relacionam mutuamente. Esses aspectos são produtos das relações sociais das sociedades presentes no território através do tempo.

²³ Econômico, político e cultural.

Na dimensão econômica, sucintamente, o território é discutido como produto da divisão territorial do trabalho; na dimensão política ou jurídico-política, compreende-se o território como um espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado e, na cultural ou simbólico-cultural, o território é visto como um produto de apropriação/valorização simbólica (SAQUET, 2005, p. 13).

Sposito (2005 apud COLASANTE, 2016) aponta para três perspectivas dos estudos geográficos territoriais mais difundidas no âmbito acadêmico. Para o autor, dentre as linhas de pesquisa, a mais estudada na atualidade é a reflexão acerca do indivíduo e o seu cotidiano, assim sendo, é a leitura do sujeito frente os aspectos do território.

- a) Naturalista: Entende o território como elemento da natureza, próprio de uma sociedade, onde deve-se lutar para proteger e/ou conquistar.
- b) Ligada ao indivíduo: A compreensão e apreensão do indivíduo frente a sua leitura do território e apresentação dos aspectos cognitivos e simbólicos remetendo à identidade. É a concepção do território que abarca estratégias indenitárias.
- c) Espaço: concepção do território como aproximação no conceito de espaço, onde esses dois termos se mesclam e misturam.

Dentre as leituras apresentadas, a dissertação apodera-se da reflexão a respeito do indivíduo imerso na vida em sociedade, pois segundo Santos (1991), a organização da vida em sociedade é a resultante, ou seja, o produto da união das variáveis externas e internas que constituem o território. No que tange às externas essas são adaptáveis ao local e incorporam-se à escala local. Para o autor, além das escalas, as variáveis podem apresentar a sua origem em diferentes tempos. O tempo, para Santos (1991), é um conceito fundamental para o estudo da compreensão acerca do território e da territorialidade.

Santos (1991) afirma que o homem impõem à natureza suas próprias formas, as quais o geógrafo chama de formas ou objetos, sendo eles culturais, artificiais ou históricos. Desse modo, a natureza incorpora a ação do homem no território e a partir dele adquirir feições diversas, sendo que cada feição é respectiva de um dado momento histórico.

A natureza conhece um processo de humanização cada vez maior, ganhado a cada passo elementos que são resultado da cultura. Tornando-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. O processo de cultura da natureza torna-se cada vez mais, o processo de sua tecnificação (SANTOS, 1991, p.89).

O autor entende o homem como sujeito transformador e a terra como é o seu objeto de trabalho. Para Santos (1991), o trabalho é o que distingue o homem dos outros animais do planeta. É o que torna o homem “[...] uma forma de vida *sui generis* é a capacidade de produzir” (SANTOS, 1991, p.87). Sendo que, o homem, segundo o autor, não vive sem o trabalho. Viver é necessariamente produzir o espaço, portanto, o homem vivencia constantemente um processo de construção do espaço geográfico. Todo o trabalho do homem é um processo de reflexão, pois segundo Santos (1991), o homem deve refletir para prever o resultado do seu esforço (trabalho). Portanto, não existe uma atitude de repetição do homem no território, e sim, uma atitude de invenção, renovação.

O processo de trabalho exige um aprendizado prévio, o homem necessita aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. [...] quanto é maior a troca com a natureza, tanto maior o processo de intercâmbio entre os homens. A relação entre o homem e o seu entorno é um processo sempre renovado que tanto modifica o homem quanto a natureza (SANTOS, 1991, p.88).

Haesbaert (2003) acrescenta ao pensamento de Santos, o valor do trabalho em comum, a necessidade de se defender, a religiosidade e a coabitação conecta os membros de um povo ao seu solo (território) e nasce o sentimento de pertencimento e do nacional.

Contudo, alerta Sposito (2004), o território não é somente relações sociais, é a materialidade espacial das relações sociais, do fluxo, da conexão e enraizamento. O geógrafo considera o território sendo, concomitantemente, natureza e sociedade; ideia, matéria, fixos e fluxos; enraizamento, conexão e redes; economia, política e cultura, domínio e subordinação; e, local e global. O pensamento de Sposito vai ao encontro de Saquet (2010), pois privilegia, em seus estudos, as relações econômicas, políticas, culturais e, também da natureza (EPCN) do território.

O elemento natural complementa a apropriação e o poder que norteia as concepções de território no momento em que a natureza exterior ao homem passa a ser concebida como patrimônio (COLASANTE, 2016, p.51).

Afirma Saquet (2013, p.59), "A identidade também é um dos componentes basilares do território, juntamente com as relações de poder e com a natureza exterior ao homem". As noções de identidade e identidade território são explanadas no item 1.2 *Identidade: fortalecimento do regional frente a globalização* e 1.3 *Identidade territorial: processo autorreferencial de uma comunidade no território*.

Magnaghi (2005a) compreende a natureza como patrimônio, pois é a partir da relação natureza e grupo social que resulta no território. Desse modo, reforça a necessidade de um desenvolvimento sustentável com a finalidade de preservar a natureza. A análise da problemática é importante, pois contempla o apoderamento do homem sobre a natureza e o poder que regula o território. Nos estudos de Saquet (2013), o desenvolvimento é uma problemática territorial. Para Magnaghi (1995, 2000, e 2009 apud SAQUET, 2013) e Dematteis (1985, 1994, 1995 e 2001 apud SAQUET, 2013), o desenvolvimento deve ser guiados por uma "[...] participação, cooperação, preservação ambiental, valorização e conservação do patrimônio territorial [...] de cada grupo social [...]" (SAQUET 2013, p.60).

Magnaghi (2005a), compreende a união entre o território e o desenvolvimento sustentável como uma ferramenta capaz de tornar o lugar autossustentável, capaz de se eco-desenvolver e de se autogovernar. Para o arquiteto, o desenvolvimento autossustentável é o fruto da valorização das identidades locais e dos recursos territoriais. Em vista disso, Magnaghi (2010 apud RODRIGUES, 2016), garante que a sustentabilidade é somente possível quando existe uma relação harmônica entre a política ambiental, econômica, social e territorial. Isso posto, Magnaghi (2005a), atribui a degradação ambiental ao modelo de desenvolvimento vigente que é o que promove a desterritorialização. No item *1.1.2 A sociedade em movimento: os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização*, as noções são abordadas.

Magnaghi (2003 apud SAQUET 2010) compreende o território como resultado histórico e evidencia a importância do tempo, das relações sociedade *versus* natureza e da reterritorialização. Em vista do que fora exposto, entende-se que para a análise completa do território é necessário considerar todos os aspectos supramencionados. Desse modo, o estudo concentra seus esforços no entendimento dos "[...] elementos e questões, ritmos e processos, da sociedade e da natureza exterior ao homem." (SAQUET, 2010, p. 23)

2.1.1 Territorialidade e suas interfaces com a dinâmica social e os conflitos da sociedade

A territorialidade é o fenômeno resultante das atividades cotidianas de lazer; trabalho; religiosa; familiar; e, escolar. É o fruto dos processos específicos de cada território que sucede na construção da dinâmica sócio espacial. Portanto, "[...] é natureza e

sociedade simultaneamente, enraizamento, conexão e redes, domínio e subordinação, local e global [...]" (SAQUET, 2005, p.25). A territorialidade é o resultado, próprio de cada território, do processo de produção. Compreender a territorialidade auxilia nos estudos dos aspectos e processos da vida cotidiana de cada lugar.

O território é efetivado quando ocorre a manifestação e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais, pois são estas que consubstanciam o poder e que os homens mantêm entre si na vida cotidiana, concluindo assim que, **onde existem homens há relações e, têm-se, ao mesmo tempo, territórios**. As relações são o poder e o poder são as relações e são estas que cristalizam o território e as territorialidades plurais (SAQUET, 2005, p. 16, grifo nosso).

[...] **territorialidade é fruto das relações diárias**, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente. Ali há, evidentemente, a presença e influência da natureza [...] no processo de territorialização e na constituição de territorialidades, o que nos remete a uma postura múltipla frente ao território (EPCN) (SAQUET, 2005, p. 16, grifo nosso).

O território é o mediador de forças entre um grupo de indivíduos que tentam, por meio de suas ações, controlar e induzir relações, sujeitos, e, fenômenos. Essa tentativa é para Saquet (2005), a territorialidade, que segundo Raffestin (1993 apud SAQUET, 2005, p. 21), transparece nas ações do cotidiano: “[...] na produção, troca e consumo; significa ligação, interação social; é a face vivida da face agida do poder; enfim, é multidimensional, com um caráter também econômico e cultural (semiologia²⁴)”. O pensamento de Saquet (2005) vai ao encontro ao de Haesbaert (2003), pois os dois compreendem a territorialidade como um componente/força de poder, é uma estratégia para manter a ordem.

Sack (1986 apud COLASANTE, 2016), esclarece que a territorialidade pode ser utilizada como método de exclusão e restrição, o autor salienta, que nesses casos não existe a necessidade da presença física no território dos sujeitos que dominam e controlam. O autor (SACK 1986 apud, COLASANTE, 2016), acredita que a territorialidade está relacionada aos processos sociais, e, na apropriação do território das diversas comunidades que resulta na materialização de distintas maneiras de controle e poder. Por consequência, possibilita a exclusão ou restrição de determinados sujeitos em algumas áreas definidas. Os limites e as barreiras visíveis

²⁴ Ciência que objetiva os sistemas de signos (ritos e costumes) os sistemas de comunicação da sociedade.

e invisíveis dos territórios, são para Colasante (2016), o que o caracteriza essencialmente, pois são eles que condicionam os acessos dos sujeitos.

Segundo Saquet (2005), a aproximação da noção territorialidade necessita de uma abordagem política, econômica e cultural. Tal afirmação, confirma o pensamento de Colasante (2016): os limites não apresentam caráter meramente político e econômico, são também frutos dos aspectos simbólicos e culturais do território, estabelecendo o que é próprio daquela sociedade. Santos (2008, p.233), entende que "O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força". Contudo, os limites do território não apresentam a mesma extensão com o passar do tempo.

Os "muros" que envolvem o território não se restringem aos aspectos políticos e econômicos, também são de caráter cultural e simbólico, ou seja, todas as ações que condicionam o comportamento humano se tornam passíveis de expressar uma territorialidade que estabelece os limites entre aquilo que é "nosso" e aquilo que é do "outro" (COLASANTE, 2016, p.56).

Quanto aos limites do território, observa-se a importância da delimitação dos "muros" do território como o primeiro dos três aspectos utilizados na base conceitual de Sack (1986) utilizada por Colasante (2016). Os três aspectos que caracterizam a territorialidade são:

- a) Deve existir uma classificação por área;
- b) Existe uma forma de comunicação;
- c) Há um controle sobre o território, de acesso ao local e aos objetos dentro da área.

Colasante (2016), relaciona o primeiro aspecto à demarcação de uma área restrita em sua acessibilidade. O seu acesso é definido por alguém ou por grupo que possua o seu usufruto. O segundo tópico está na comunicação, que pode ser por meio de gestos e por elementos como sinalização, muros ou grades, o importante para essa característica é que o outro compreenda os limites do território. Por fim, temos as medidas de proteção e restrição da circulação em determinado local, com monitoramento e, por vezes, punições.

O primeiro aspecto está relacionado ao estabelecimento de uma área na qual a acessibilidade será restrita e determinada por aquele que a possui. Assim, somente os sujeitos que possuem autorização podem ultrapassar os limites e também ter acesso aos elementos que estão presentes naquela área. A segunda característica se relaciona ao fato de que para que o outro saiba dos limites do território, é necessário que haja uma forma de comunicação, seja gestual ou na materialização de elementos como placas e cercas que

denotam a apropriação deste território. Finalizando, temos a terceira característica da territorialidade que corresponde às medidas que devem ser tomadas para que se consiga restringir a entrada em determinadas áreas. Isso pode ser conseguido mediante supervisão constante ou medidas de punição (COLASANTE, 2016, p.55).

Os limites e fronteiras são para Haesbaert (2003) um elemento importante para a constituição do território, pois funciona como barreira, ou, nas palavras do autor, como constrangimento, ao livre acesso ou à livre circulação tanto de bens, pessoas, informações e capitais.

O espaço geográfico [...] é um meio com o qual representamos as nossas relações com o resto da sociedade e do mundo, dando-lhe um significado [...] em termos de territorialidade, como forma particular de experiência que nos permite se identificar, em uma trama de relações [...] (DEMATTEIS, 1985, p. 98 apud SAQUET, 2010, p. 80).

Colasante (2016), compreende a diferenciação territorial como fruto dos diversos tipos de ações dos sujeitos sociais no território, ou seja, como resultante das variadas inúmeras identidades. Soja (1971, apud COLASANTE, 2016), aponta para três elementos essenciais da territorialidade:

- a) Senso de identidade espacial: é a característica que está atrelada às iconografias identitárias, como bandeiras, vestimentas, imagens, gastronomia, entre outros. Compreende-se como a espacialidade individual que conecta-se com a espacialidade do grupo/comunidades;
- b) Senso de exclusividade: a territorialidade ativa nos sujeitos o senso de identidade e de exclusividade, pois, no menor sentimento de invasão daquilo que não pertence ao grupo torna-se uma ameaça;
- c) Intensidade ou canalização das atividades humanas no espaço: dentro de áreas delimitadas, a territorialidade concentra as atividades e comunicações.

É a partir da territorialidade que os grupos sociais constroem seu território, portanto, existem diversos níveis de territórios que se sobrepõem e se manifestam das mais variadas formas, como manchas, áreas, áreas-redes ou rede-rede. Para Colasante, (2016), o território na contemporaneidade deve ser estudado a partir da perspectiva das redes, pois está-se diante de um território movido pela mobilidade, velocidade e flexibilidade. "Ao estabelecer a nossa territorialidade estamos também constituindo nossas ações através de redes, nós e malhas que possibilitam uma maior fluidez no território, incluindo-se aí uma expansão das nossas redes de sociabilidade" (COLASANTE, 2016, p.59).

Nota-se que as representações simbólicas de uma sociedade são concebidas em função da tradição e cultura, e, comumente, são utilizadas como estratégias do poder. Assim sendo, poder e cultura não são forças opostas ou excludentes, mas, complementares. Na abordagem territorial, a territorialidade é um processo indispensável para assimilar a formação de territórios; as relações entre as dimensões econômica, política, cultura; os componentes da natureza externa ao homem; e, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (SAQUET, 2005).

2.1.2 Sociedade em movimento: os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização

Saquet (2013), compreende os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização²⁵, como fases de uma comunidade. Em um primeiro período, os sujeitos estão territorializados; num segundo, a partir do momento em que ocorre o deslocamento para outros territórios, ou seja, a saída do seu território de origem, a desvinculação física do território, os sujeitos se desterritorializam. Segundo Colasante (2016), a desterritorialização é um processo relacional e contínuo, que encerra com o estabelecimento dos sujeitos em outro território. Assim sendo, inicia a reterritorialização, quando esses sujeitos começam a se restabelecer e criar vínculos em outros territórios.

Para Saquet (2003, 2009, 2011b), o processo T-D-R está vinculado de forma incessante, através de descontinuidades engendradas por estratégias distintas, dinamizadas, sobretudo, por processos históricos que são determinados pela expansão do capitalismo a partir de interações socialmente definidas que conferem diferentes territorialidades espaçotemporais (COLASANTE, 2016, p.58).

Portanto, existem no território movimentos de continuidades, rompimentos/rupturas e mudanças; movimentos responsáveis pela reconstrução das identidades por meio das relações sociais. É possível afirmar, frente aos argumentos acima esclarecidos, que a formação dos territórios não resulta de um longo processo para a construção das identidades. Pode-se adicionar a característica volúvel do território que possibilita a reconstrução das identidades a todo o momento. Autores como Haesbaert e

²⁵ T-D-R

Colasante atribuem tal movimento aos processos de migração e, também, aos meios de comunicação.

Acrescentamos que os territórios são volúveis e não obedecem limites rígidos, o que contribui para que as identidades sejam reconstruídas a todo o momento resultando em culturas de caráter híbrido, marcado pela pluralidade. Neste sentido, não só a migração por territórios distintos, mas a influência dos meios de comunicação, possibilitam o convívio com diferentes culturas, agregando novos elementos para nossa identidade territorial (COLASANTE, 2016, p.45).

Para Pollice (2010), a identidade pode ser considerada uma consequência desses processos e/ou a causa dos mesmos. Segundo o autor a identidade não é apenas um suporte para as fases da territorialização é "[...] um conjunto específico de condições que fornece os vínculo e as possibilidades às ações sucessivas" (GOVERNA, 1997a, p.34 apud POLLICE, 2010, p.9). Quando a identidade é considerada como efeito da territorialização, desterritorialização e reterritorialização, esses processos tendem a ampliar o sentido de pertença da sociedade, ou como Pollice (2010) nomeia, o sentimento de "especificidade do lugar".

Dado o recorte teórico da dissertação, a análise conduz o trabalho para um olhar sobre o território que supere a pesquisa voltada somente sobre os aspectos materiais do território, e que enfatize a dimensão cultural, vinculada às rupturas ocorridas no território ao longo dos anos.

[...] numa leitura de território que dá ênfase à dimensão cultural, temos a **desterritorialização vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais**. Aqui, o território pode adquirir uma conotação culturalista e, muitas vezes, pode se confundir com o conceito de lugar visto basicamente como estratégia de identificação cultural, referência simbólica que, sob a desterritorialização, perde sentido e se transforma em um "não-lugar [...] Esses **não-território, culturalmente falando, perdem o sentido de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais desenvolvem laços simbólicos e afetivos com os lugares em que vivem**. Além disso, na construção de suas identidades culturais, cada vez menos estariam participando as referências espaciais ou a relação com um espaço de referência identitária (HAESBAERT, 2003, p.17, grifo nosso).

2.1.3 Território como local da memória

O território é o local de apropriação de diferentes estruturas; econômicas, políticas e culturais. Dessa forma, quando se considera o território local de memória, acrescenta-se uma dimensão psicológica à físico. Nessa abordagem, acerca do território está o sentido de identidade. É o território, de todos os lugares de memórias, onde é possível identificar a ação do homem.

O território é, para Saquet (2005, p. 18), um ambiente de referência para a construção da identidade, podendo ser também fruto das identidades. A vertente cultural reconhece no território um aglutinador de um “[...] ser social, um espaço de [...] simbiose; vivem nas mesmas paisagens, participam de atividades cotidianas, de mesma cultura regional ou nacional, dividem representações afetivas, com cumplicidades [...]”. Para o autor, formam uma unidade a partir das interações espaciais.

Os grupos sociais constroem projeções espaciais das lembranças passadas no intuito de sustentar a memória. Portanto, Saquet (2005) afirma, o território é palco de oportunidade da lembrança, pois coloca disponível aos olhos dos homens coisas ou personagens, fomenta a possibilidade de rememorar e repensar acontecimentos passados vividos pelo grupo social. Para o autor, o território é a memória do futuro tendo para a construção e manutenção da identidade das sociedades papel fundamental.

As gerações herdam um território com seus atributos e características específicas. Como cada geração percebe e compreende essas características como trunfos ou obstáculos vai depender dos seus objetivos como sociedade. Portanto, Saquet (2005), afirma que cada sociedade pode reorganizar o território de acordo com o seu projeto do futuro. Compreende-se que a memória “[...] modifica ou sugere um espaço distinto, particular: condiciona, influencia e é condicionada, sujeitada, determinada. Há, aí, uma relação recíproca entre o pensar e o ser.” (SAQUET, 2005, p. 19).

Após as considerações supramencionadas a respeito do território, autores como Maghagni, Dematteis e Pollice, empreendem a mudança do conceito de território para *milieu*.

O *milieu* – refazendo-se a definição proposta por Dematteis – é um conjunto permanente de caracteres socioculturais sedimentados numa certa área geográfica através do evoluir histórico de relações intersubjetivas, por sua vez em relação com as modalidades de uso dos ecossistemas naturais locais (DEMATTEIS, 1994). Mas é neste próprio processo de sedimentação do qual tem origem o *milieu*, que é possível individualizar as determinantes últimas da identidade territorial (POLLICE, 2010, p.9).

Para Pollice (2010), existe uma relação de reciprocidade entre o *milieu* e a identidade, pois

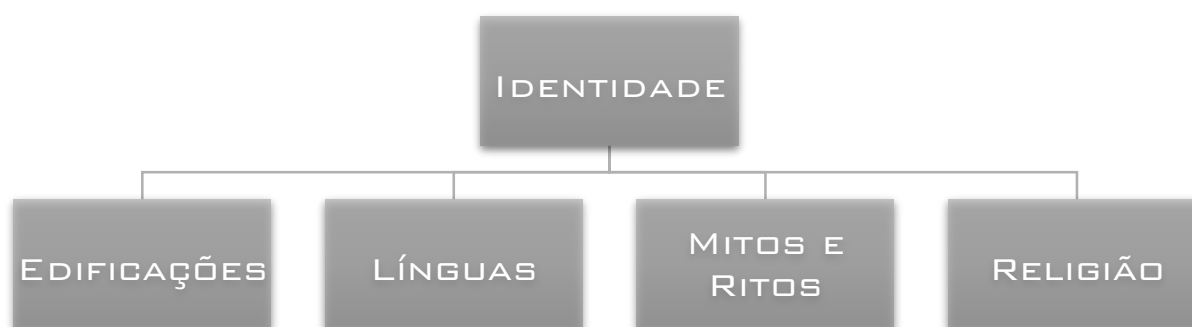
[...] o apego à paisagem pode ser interpretado como a resultante última de um processo de investimento afetivo. Mas é propriamente este processo que reforça na comunidade local o sentido de pertença e que dispara processos

de desenvolvimento endógeno e autocentrado. “O território – escreveu Claval (1995) – serve de suporte aos sentimentos de identidade” e é em virtude destes mesmos sentimentos que o território pode transformar-se sem perder a própria especificidade cultural. Também a componente afetiva da identidade, ainda que de modo não direto, está, portanto, em condição de interagir com os processos de desenvolvimento em escala local (POLLICE, 2010, p.16).

2.2 IDENTIDADE: FORTALECIMENTO DO REGIONAL FRENTE AO GLOBAL

Magnaghi (2000 apud, SAQUET, 2010, p.148) escreve que, o conceito relativo à identidade é definido por um “[...] *código genético local, material e cognitivo*, é um produto social, da territorialização e se constitui no patrimônio territorial de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente.” A identidade de uma sociedade é sustentada em quatro bases: edificações, língua, mitos e religião (Diagrama 02).

Diagrama 02 - Base da Identidade



Fonte: Amorim, 2018

As bases, supracitadas, são denominados por Saquet (2010), como *atos territorializantes* dos atores sociais e históricos. Entende-se “atos” como sedimentos no espaço que demonstram uma co-evolução entre sociedade e natureza. A natureza está contida na construção histórica do território e da identidade que, para Magnaghi (2005b), é compreendida como patrimônio que precisa ser gerenciado a partir de um desenvolvimento sustentável.

Colasante (2016, p.51), assim como Magnaghi (2005b), entende a natureza com patrimônio territorial, “[...] a natureza pode ser entendida como patrimônio territorial, uma vez que o homem não somente necessita da identificação e apropriação da natureza, mas, depende da preservação da mesma para garantir sua reprodução biológica e social [...]”. É necessário, portanto, para o estudo dos *atos territorializantes* uma pesquisa aprofundada da presença dos elementos estruturantes da identidade no território.

Saquet (2013, p.59) amplia a perspectiva da identidade para uma unidade que envolva pessoas e relações econômicas, culturais e políticas. "[...] ela envolve relações afetivas e de pertencimento [...]. A identidade está presente na organização política realizada, normalmente, a partir das diferenças e dos conflitos sociais [...]". O autor considera a identidade um produto histórico, ou seja, é a partir do passar dos anos que ela se constrói e se reconstrói.

A identidade está em movimento de construção, desconstrução e reconstrução através do tempo. Giuseppe Dematteis (SAQUET, 2010) considera a identidade como patrimônio herdado do passado. "Para Giuseppe Dematteis [...] a identidade significa um patrimônio herdado do passado, [...] uma organização social na busca do desenvolvimento." (SAQUET, 2010, p.152). No mesmo sentido do pensamento de Dematteis, tem-se a compreensão de Pollice (2010), onde a identidade é um fenômeno dinâmico e não estático, é, portanto, uma interação continua entre a comunidade e o seu território.

A **identidade** é, constantemente, **reconstruída histórica e coletivamente**, se territorializa, especialmente, através de ações políticas (de gestão) e culturais. Há uma combinação da processualidade histórica e relacional na explicação da identidade e da formação do território. A **identidade** é um componente **fundamental da constituição territorial** (SAQUET, 2010, p.149, grifo nosso).

Em vista disso, a identidade adquire novas roupagens e/ou conotações, modificando as definições e significados dos antigos *atos territorializantes*. Para Colasante (2016, p. 78) "As identidades que se processam no território englobam diversos elementos constituídos em diferentes escalas espaço-temporais e que refletem vários instantes que são passado e presente, constantes e infindáveis".

A **identidade tem sido tratada** de diferentes maneiras em estudos do território, especialmente, **como continuidades histórico-culturais, simbólicas**, inerentes à vida de um certo grupo social em um determinado lugar. Esse processo pode sofrer mudanças, mas **a conservação de elementos da forma de vida é fundamental para reprodução dessa identidade** (SAQUET, 2010, p. 147, grifo nosso).

O pensamento de Saquet (2010), supracitado, está em consonância com o de Milton Santos (1991) em *Metamorfoses do Espaço Habitado*, para quem a passagem do tempo deve ser compreendida com continuidade histórico-cultural. Em vista disso, "[...] podemos compreender a situação através do movimento. E movimento é um outro nome para o tempo" (SANTOS, 1991, p.99).

Santos (1991) elucida: mudanças realizadas com o passar dos anos no território, dificilmente, apagam os traços materiais do pretérito. Assim sendo, Santos entende como não existindo um local onde não exista o preexistente, “[...] não existe um lugar onde seja novo ou onde tudo seja velho [...]” (SANTOS, 1991, p.98). Para o autor, a humanidade vive um novo momento em sua história, marcado pela internacionalização. Santos (1991) afirma, que o mundo tornou-se um, com demandas em escala mundial, no entanto, para atender as novas necessidades de consumo não existe o respeito as culturas, as regiões e os países.

O termo globalização, para Tarouco (2011), populariza-se durante a década de 1980, quando surge uma economia mundial que alastra suas redes técnicas de informação em tempo real.

Intensificam-se as trocas, as relações entre diferentes áreas do Globo tornam-se mais intensas e assumem diversos papéis, não só econômicos, mas também políticos, culturais etc. **Qualquer parte ganha conotação, tornando-se cada vez mais aberta, mais vulnerável às influências exógenas.** [...] o **espaço se torna uno** para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização (SAQUET, 2010, p. 147, grifo nosso).

Colasante, (2016), apoia-se no pensamento de Hall (2006), ao escrever que a globalização é um processo, o qual acarreta mudanças e deslocamentos recorrentes nos referencias das sociedades. As mudanças fluidas e efêmeras geradas a partir da globalização constituem o que a autora define como crise de identidade, “[...] ‘velhas identidades’, representadas por sujeitos unificados, encontram-se em declínio, cedendo lugar às novas identidades e a sujeitos fragmentados” (COLASANTE, 2016, p.74).

Para Saquet (2005), a globalização apresenta contextos territoriais diversos, que interagem entre si com mutualidade.

A formação das redes de circulação e comunicação contribui para o controle do espaço; elas agem como elementos mediadores da re-produção do poder da classe hegemônica e interligam o local ao global, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos ou classes sociais (SAQUET, 2005, p.15).

Segundo SAQUET (2010), na modernidade mesmo uma pequena vila está inserida em redes, tanto economicamente quanto cultural e politicamente. Portanto, a identidade que é um produto da comunidade, como mencionado por Magnaghi (2000, apud SAQUET, 2013), está ligada a redes de relações internas e externas.

Santos (1991, p.47) entende que quanto mais as diferentes regiões se mundializam, ou seja sofrem influência da globalização, tratam de forma diversa a globalização, "[...] estudo regional assume papel importante [...] com a finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do Globo, dadas suas especificidades".

Inadaptado aos novos dados da economia, impotente para pôr em ordem a proliferação contemporânea das reivindicações identitárias, abalado pelos processos do multiculturalismo, [o território] foi ultrapassado pelos avanços de uma mundialização que pretende unificar as regras, os valores e os objetivos de toda humanidade (BADIE, 1996, apud, HAESBAERT, 2010, p.19).

Segundo Haesbaert (1999), em seu texto *Identidades Territoriais*, a identidade surge como oposição, podendo ser consciente ou não, aos processos que acarretam mudanças bruscas na sociedade. Segundo o autor, vive-se em um mundo da mobilidade, das diásporas e de novos nômades, desse modo, a identidade dos indivíduos e grupos sociais em relação ao território é repleta de perplexidade e ambiguidade. SAQUET (2013, P.59) reafirma o pensamento de Haesbaert, "A identidade, social e historicamente construída, [...], pode ser uma importante mediação para a resistência e para a construção de projetos de desenvolvimento de base local [...]".

2.2.1 Construção da Identidade

É nesse contexto, local *versus* global, que Tarouco (2011, p.1) aponta para o crescente número de estudos que apresentam como fonte a compreensão da construção de identidades que "[...] personalizam os lugares num mundo globalizado. O tema identidade é muitas vezes intangível, [...] é preciso resgatar símbolos de um lugar para se compreender melhor essa sociedade e conseguir mostrá-la para o mundo."

Segundo Hall (1992 apud Tarouco, 2011), ocorre na formação da identidade três movimentos. Tais ações, para o autor, revezam-se entre momentos de abertura para elementos externos e momentos de valorização de elementos internos. Os movimentos ocorrem seguindo uma ordem e são:

- a) Desintegração das identidades nacionais;
- b) Fortalecimento das identidades nacionais com o intuito da resistência à globalização;

c) Declínio das identidades nacionais, culminando com o surgimento das identidades híbridas.

Para Tarouco (2011), os momentos de construção de identidade coletiva de Hall, apresenta fases semelhantes aos processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Pois segundo o autor, ambos intercalam períodos de abertura ao exterior e manutenção dos aspectos internos. Entende-se que os processos de formação da identidade territorial²⁶ não são fixos e finitos, pois o território não apresenta limites fixos, eles podem ser reconstruídos e redefinidos diversas vezes.

[...] hoje não se pode mais falar em identidade, mas sim, identidades, pois, estas fazem parte de um processo em constante (re) construção, marcado por influências externas, que trazem novos elementos de incorporação e ressignificações. A identidade não se constrói apenas na relação entre os sujeitos, mas, **fundamentalmente, na relação do sujeito com o espaço**, o que resulta em um sentimento de pertencimento e afetividade com seus lugares de convívio cotidiano (COLASANTE, 2016, p. 79, grifo nosso).

Segundo Pollice (2010), atribui-se à identidade dois valores: o valor afetivo e o valor patrimonial. Ao considerar o valor patrimonial, o autor compreende a identidade uma força motriz influenciadora do desenvolvimento local. Nesse processo de incentivador do desenvolvimento, as referências materiais ou imateriais são recursos a serem considerado e precursores dos projetos de desenvolvimento autossustentáveis, principalmente no fortalecimento das forças endógenas *versus* as forças exógenas.

Atribuir um **valor patrimonial** à identidade significa, ao invés, considerar a **identidade** como um **recurso** imediatamente em condição de **incidir sobre o desenvolvimento local**. Não é à toa que a identidade é frequentemente identificada naquele conjunto de recursos de vários tipos, que cada **comunidade organizada territorialmente** possui, e que constituem o **potencial endógeno para o desenvolvimento** (POLLICE, 2010, p.16, grifo nosso).

A referência não é somente aos recursos tangíveis, resultado do processo de territorialização do espaço e identificáveis tanto nos artefatos quanto na própria organização do território, mas também nos **recursos intangíveis**, como a propensão empreendedora, o nível cultural, o espírito colaborativo, a ética comportamental, a sensibilidade estética. São de fato estes recursos que constituem o fundamento sócio-territorial dos **modelos de desenvolvimento endógeno** e, mais particularmente, daqueles **sistemas locais que trazem a própria competitividade do vínculo estreito e virtuoso que se instaura entre a dimensão territorial e aquela econômico-produtiva** (POLLICE, 2010, p.16, grifo nosso).

Pode-se concluir que a identidade é uma força de oposição contra as forças de mudança dos atores externos. Para assimilar deve-se interpretar sua permanência no

²⁶ O conceito de Identidade Territorial será abordado no 1.3 *Identidade Territorial: processo autorreferencial de uma comunidade no território*.

tempo e por fim identificar os *atos territorializantes* dos atores sociais e históricos no território. Colasante (2016), assume que a identidade concede ao sujeito se reconhecer e localiza-se em um arranjo social, permitindo também que esse seja reconhecido e localizado por outros. A fixação do sujeito no território permite estreitamentos sociais entre os grupos, o que forma a identidade.

As considerações desenvolvidas manifestam-se com clareza uma interdependência entre os dois termos conceituais: território e identidade. Assim sendo, a subcapítulo *1.3 Identidade Territorial: processo autorreferencial de uma comunidade no território*, pretende conceituar a noção de identidade territorial.

2.3 IDENTIDADE TERRITORIAL: PROCESSO AUTORREFERENCIAL DE UMA COMUNIDADE NO TERRITÓRIO

Saquet (2010) afirma, que a identidade é territorial. Seu significado está além da ideia de pertencimento de um certo local; é o resultado de um processo de territorialização. Neste trabalho, o conceito identidade territorial é:

[...] a ideia geral é a de que as características específicas de determinados lugares e regiões são elementos constitutivos da sua identidade. As características materiais e imateriais (biofísicas, sócio-culturais, econômicas, sócio-psicológicas, etc.) dos territórios são mutáveis, mas é precisamente a sua identidade que confere originalidade e singularidade aos lugares e regiões e, vice-versa, que os distingue de outros territórios, vizinhos ou distantes. Mas, **a identidade territorial revela o espectro, as formas e a intensidade de integração econômica e cultural dos lugares e regiões, no passado e no presente, no âmbito de redes e sistemas socioeconômicos e espaciais hierarquizados** (ROCA; MOURÃO, 2003, apud COLASANTE, 2016, p. 77, grifo nosso).

O conceito identidade territorial reflete os atributos específicos de determinado lugar, portanto, suas características, particularidades e especificidades, e, os aspectos materiais e imateriais. Logo, sua base de construção no território é física juntamente com elementos imateriais, apresentando um olhar sobre os elementos próprios do território. Os elementos culturais se articulam com os aspectos jurídicos, políticos ou econômicos do território, como mencionado por Sposito (2004). Para Pollice (2010), a identidade territorial é um processo autorreferencial de uma comunidade que culturalmente apropria-se de um território, para o autor, é a sua essência. É nesse contexto que Pollice (2010) articula o conceito de identidade territorial ao termo *genius loci*.

[...] considerado como “aquele conjunto único de caracteres físicos, de mensagens culturais e de sensações emotivas, que faz do lugar aquilo que é, ou o torna diverso e único em relação a qualquer outro lugar” (ARTUSI, 1996, p.3). O *genius loci* vem, portanto, a configurar-se como a manifestação perceptiva da identidade territorial; expressão de síntese dos aspectos tangíveis e intangíveis da qual esta se compõe. E é a própria presença de elementos intangíveis que solicita uma mais aprofundada reflexão sobre a dimensão perceptiva da identidade (POLLICE, 2010, p15).

No que corresponde a construção da base material da identidade territorial tem-se a atribuição do valor simbólico a elementos selecionados na paisagem pela comunidade local, o reconhecimento desses é considerado como a expressão tangível da identidade territorial. "A atribuição destes valores simbólicos se funda quase sempre sobre a imagem que a comunidade local (*insiders*) possui de si mesma e da própria especificidade territorial [...]" (Pollice 2010, p. 13). O trabalho apoia-se na valorização dos ensejos coletivos de identificação dos elementos, pois os considera oportunidades de contribuições para reforçar as identidades territoriais, no intuito de serem fortalecedores do desenvolvimento local autossustentável, com atribuição estratégica.

Todavia, é a própria presença destes **“momentos” de identificação coletiva que permite o reforço das identidades territoriais** e faz de maneira que estas assumam um **papel estratégico nos processos de desenvolvimento local**. Como evidenciou Gottman, o conjunto destes símbolos abstratos constitui a iconografia do território e contribui para construir e para manter a identidade de uma comunidade (POLLICE, 2010, p. 14, grifo nosso).

A identidade territorial, assim como outras identidades, também deve ser pensada como continuidade histórica. "É o movimento de sua constituição, através das constantes mudanças [...] que irá definir o status ontológico desse processo, sendo o resultado das constantes transformações [...] os contornos desse processo." (COLASANTE, 2016, p.78).

A identidade territorial orienta, na visão de Pollice (2010), os processos de territorialidade. Para o autor, esses mesmos processos reforçam as ações de identificação da comunidade e seu território. Na territorialização "[...] a identidade territorial assume uma valência estratégica enquanto atribui significado e fundamento à “denominação”, entendida como resultante de um “controle simbólico do espaço” (POLLICE, 2010, p.10). Os mecanismos de controle, para o autor, permitem a difusão da identidade territorial sua expansão e sua fixação no território. Ao final do subcapítulo 1.2 *Identidade: Fortalecimento do regional frente a globalização*, entendemos a identidade como recurso para consolidar objetivos, estratégias e processos de desenvolvimento local autossustentável.

Uma forte identidade territorial não contribui somente para estimular processos de desenvolvimento endógeno e autocentrado, mas está também em condições de, direta ou indiretamente, **predeterminar objetivos e estratégias** (POLLICE, 2010, p. 11, grifo nosso).

Contudo, para que ocorra o efeito desejado as decisões devem ser compartilhadas pela "[...] comunidade [...] e pelas forças que operam sobre o território [...]" (POLLICE, 2010, P.12). As escolhas compartilhadas são facilitadas quando existe um forte sentido identitário, um sentimento comum de empatia e de pertencer ao grupo. Esse sentimento é fruto de uma sedimentação cultural, sendo o território sua via de expressão (POLLICE, 2010).

Afirma Haesbaert (1999, p.172), a "[...] identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território [...]", isto é, o espaço constitui parte fundamental do processos de identidade. Portanto, segundo o autor, não existe território sem uma identificação e atributos de valor (podendo ser negativa ou positiva) ao espaço pelos seus habitantes.

"[...] a identidade é territorial e significa, além de **pertencimento** a um certo lugar, o **resultado do processo de territorialização**, com elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade" (SAQUET, 2010, p.152, grifo nosso).

Pollice (2010) evidencia a mudança da identidade territorial no transcorrer do tempo, o movimento do tempo altera os símbolos²⁷, podendo ser estimulada pela visão atores externos, por vezes, a comunidade pode alterar/adequar o olhar em referência a própria especificidade. A perspectiva dos atores externos "[...] tendem a elaborar representações adaptativas e frequentemente preconcebidas das identidades dos outros, diminuindo distâncias culturais e [...] dificilmente superáveis sem instrumentos interpretativos adequados. (POLLIE, 210, p.13). Por conseguinte, as representações dos *outsiders* torna-se dominante se esses atores apresentarem uma cultura predominante e influente.

[...] a identidade territorial muda no tempo, estão também **mudando os símbolos** desta identidade; e às vezes esta mudança é estimulada pela própria representação que os *outsiders* fazem do território e da sua especificidade. Em circunstâncias particulares, a comunidade local pode ser progressivamente **induzida a adequar a percepção de si e da própria especificidade cultural, modificando a própria iconografia**. Isto acontece, sobretudo, quando os *outsiders* são portadores de uma cultura dominante e

²⁷ A noção de símbolo para a identidade territorial será ampliada no item 1.3.1 *Construção da identidade territorial*.

os processos de desenvolvimento em escala local apresentam uma matriz fortemente exógena (POLLICE, 2010, p.14, grifo nosso).

Isso posto, assim como Saquet (2010), Pollice, (2010) e Colasante (2016), Haesbaert (1999) evidencia a existência de elementos/*atos territorializantes* existentes no território que são partes fundamentais da identidade das sociedades. "Determinadas identidades ou, caso se preferir, facetas de uma identidade, manifestam-se em função das condições espaço-temporais em que o grupo está inserido". (HAESBAERT, 1999, p. 175).

A identidade social/territorial [...] pode tanto ser interpretada como algo "dado", decorrente da **naturalidade**, da **vivência** e da **cultura**, como também **pode ser vista como algo construído, uma auto-atribuição**, quando os indivíduos se reconhecem como gaúchos, nordestinos, mineiros, etc (HAESBAERT, 1999, p.182, grifo nosso).

Para Dematteis e Governa (SAQUET, 2010), o estudo acerca da identidade territorial deve considerar sua coerência interna (seus limites e diferenças específicas), seu processo histórico (tradições, memória e atitudes) e suas metas (fins e objetivos). Dessa maneira, faz-se necessário o estudo do processo histórico de construção do objeto-concreto, suas especificidades territoriais suas projeções futuras, com o objetivo de conhecer a identidade territorial.

[...] substantiva-se uma **identidade territorial** para tentar **construir o próprio futuro** [...]. Este é um dos sentidos fundamentais da identidade, com o significado da mobilização e luta política numa práxis de transformação do *status quo* (SAQUET, 2014, p.19).

2.3.1 Construção da Identidade territorial

Para o entendimento da identidade social e da mediação do espaço na construção da identidade territorial, é muito importante discutir a noção de símbolo. "Partilhamos da concepção daqueles que, na semiologia, entendem o símbolo não como sinônimo de signo ou de simples "representação" ou substituição". (HAESBAERT, 1999, p. 177).

Todas as identidades estão localizadas no tempo e espaço simbólicos. Elas têm aquilo que Edward Saïd chama de suas "geografias imaginárias", suas "**paisagens**" características, seu senso de "lugar", de **casa/lar**, de heimat²⁸, bem como suas **localizações no tempo** - nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado [...] (HALL 1997, p.72, HAESBAERT, 2010, p.179).²⁹

²⁸ Casa em alemão. Tradução nossa.

²⁹ Elas só são territoriais quando sua estruturação depende sobretudo dessa apropriação simbólica no/com o território.

Para Colasante (2016, p.72), as representações simbólicas são importantes para união entre os indivíduos com suporte na identidade territorial. "As representações simbólicas constituem elementos de coesão entre os sujeitos a partir da identidade territorial." Tendo isso posto, conclui-se que as sociedades modernas ou complexas necessitam de pontos de referência para os seus sistemas, esses parâmetros são escolhidos a partir de classificações de objetos, pessoas, relações e ideias existentes em seu cotidiano. Portanto, as sociedades não classificam o que não conhecem.

Os pontos de referências, segundo Haesbaert (1999), tornam-se símbolos dominantes. A escolha dos símbolos dominantes, para Haesbaert (1999, p. 180), recorre "[...] à dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência "condense" a memória do grupo". O teórico apresenta os monumentos históricos nacionais como exemplos a serem citados.

A (re)construção imaginária da identidade envolve portanto uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade. Nesta perspectiva, "a memória é solicitada e reestruturada sem cessar. Não existe aí nem perversidade nem mentira sistemática, mas necessidade de edificar uma coerência operatória e suportável (HAESBAERT, 1999, p.180).

A formação da identidade territorial está contida na relação do sujeito com o território e com o grupo social ao qual ele pertence. É uma construção por intermédio de processo que são diversos para cada território e sociedade. Esses processos, são constituídos por diferentes razões em diversos momentos da história da sociedade.

Para Tarouco (2011, p.3), a formação da identidade territorial apresenta raízes no contexto social, coletivo e histórico de cada local. "É um processo de produção simbólica e discursiva, que busca realçar as características e valores próprios de cada lugar, em contraposição aos elementos representativos de outras culturas". É, portanto, a identidade que confere ao lugar sua personalidade e o diferencia dentro de um contexto global.

As relações sociais, segundo Haesbaert (1999), são parcelas importantes para a constituição da identidade territorial, pois se processam por intermédio do território em uma relação de apropriação, identificação e valorização dos símbolos existentes no território pelos sujeitos que participam das relações sociais. "Assim, podemos dizer que as identidades se constituem em aspectos relacionais que se tornam, sobretudo, "territoriais" quando a sua construção se processa no território" (COLASANTE, 2016,

p.78). Para Santos (1991), a dinâmica social é configurada pelo conjunto de variáveis presentes no território: economia, cultura e política.

O processo de formação da identidade territorial é complexo e apresenta momentos de continuidades e descontinuidades, aspectos subjetivos e objetivos. No caso de ações intencionais (objetivas), Colasante (2016) aponta, para a ideologia do Estado, onde ocorre a imposição de valores e símbolos nacionais. Os casos subjetivos/espontâneos estão relacionados à ideia de pertencimento/afetividade com o território.

Segundo Castells (2008), em seu livro *A sociedade em rede*, a origem e formação da identidade territorial pode variar em três tipos de construção:

- a) Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes das sociedades com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação;
- b) Identidade de resistência: criadas por sujeitos que se encontram em condições/posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pelos dominantes;
- c) Identidade de projeto: criada a partir dos sujeitos para redefinir sua posição na sociedade, sobretudo, a partir de reivindicações.

Tarouco (2011, p. 4) apoia-se na ideia de Castells, onde “[...] toda identidade é construída e, da necessidade dos lugares em desenvolver uma imagem que os diferencie dos demais[...]”. Assim sendo, podem-se mencionar elementos que materializam a identidade territorial.

- a) Arquitetura: é um dos principais elementos materiais que auxilia a fixação de um lugar na memória das pessoas.
- b) Monumentos: são referências mundiais que se tornam marcos históricos de um tempo específico característico de determinado lugar.
- c) Indumentárias: Está vinculada, frequente, aos aspectos culturais de um lugar. Pode-se citar o chapéu mexicanos, o kilt escocês e os trajes gaúchos.

Figura 01 – Traje típico gaúcho



Fonte: Google imagens

Figura 02 – Kilt Escocês



Fonte: Google imagens

d)História: É utilizada como plano de fundo das cidades de grandes feitos que são recontadas nos livros, nas mídias e pelas pessoas. São as pirâmides do Egito com os faraós, Pompéia na Itália soterrada pela erupção do Monte Vesúvio representando o esplendor do império Romano e a Acrópole evidenciando a mitologia grega.

Figura 03 – Pirâmides



Fonte: Google imagens

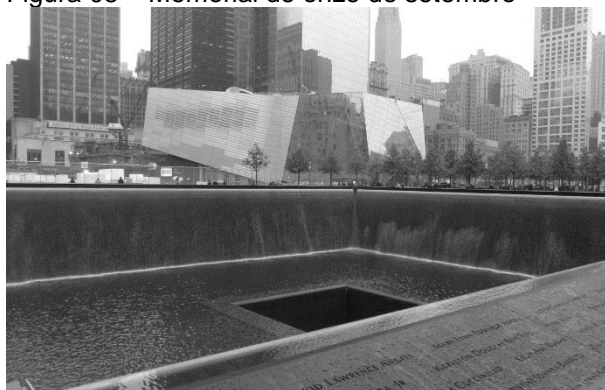
Figura 04 – Pompéia



Fonte: Google imagens

e)Fatos políticos: São episódios que marcaram uma região, um país ou o mundo. Esses acontecimentos podem tornar expressivos o bastante para que memoriais sejam construídos. Como exemplo pode-se citar o atentado de onze de setembro, Nova Iorque, Estados Unidos e a queda do muro de Berlim, Alemanha.

Figura 05 – Memorial de onze de setembro



Fonte: Google imagens

Figura 06 – Memorial do Muro de Berlim



Fonte: Google imagens

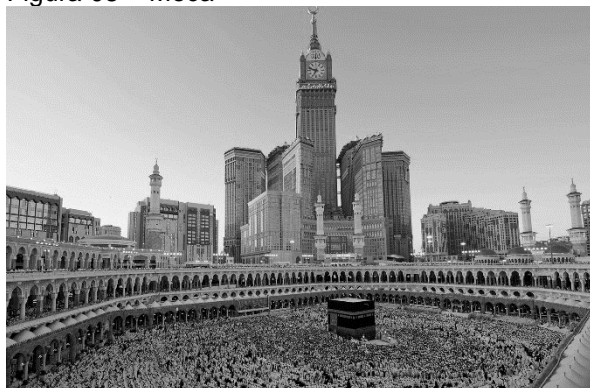
f) Religiosidade: A religiosidade é pratica de diversas formas em diversos locais ao redor do planeta. Locais que representam a fé ao redor do planeta são, Vaticano centro do Catolicismo, Roma, Itália, Meca na Arábia Saudita centro do Islamismo.

Figura 07 - Vaticano



Fonte: Google imagens

Figura 08 – Meca



Fonte: Google imagens

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A construção da base conceitual é realizada em forma de malha, a qual apresenta como fio conduto, o geógrafo brasileiro Marcos Aurélio Saquet. A rede conceitual da dissertação é formada a partir do trabalho de revisão bibliográfica do termo território. Contudo, não existe um autor principal, como também não existem forças de tensão no diálogo entre eles. Na rede, um autor complementa o outro e reafirma o que foi posto.

O conceito de identidade territorial apoia-se na compreensão de que as características específicas do território são elementos essenciais da sua identidade, pois são esses atributos que distinguem um território do outro. As características são materiais e

imateriais e apresentam caráter evolutivo, ou seja, com o passar o tempo pode ocorrer a mudança desses elementos. Assimila-se a identidade territorial como um processo autorreferencial de uma comunidade que apropria-se de um território e ao criar vínculos e raízes desenvolve-se politicamente, economicamente e culturalmente naquele espaço.

Assim sendo, a comunidade reconhece os símbolos existentes no território como a materialização de sua identidade coletiva. Portanto, não existe identidade territorial sem a identificação dos aspectos/características/elementos pela comunidade local. À vista disso, a identidade territorial indica as formas alteradas pela sociedade; a interação econômica, cultural e política; os limites; as tradições; a memória e, os objetivos futuros da comunidade fixada no território.

Busca-se, portanto, uma metodologia para aproximação ao conteúdo empírico, com o intuito de assimilar como os depoentes se auto afirmam e detectar no território os *atos territorializantes* materiais e imateriais. À vista disso, compreende-se a metodologia da História Oral como ferramenta de diálogo entre pesquisador e povoado.

Nesse contexto introduz-se a problemática da representação, no seguinte questionamento: “*como representar os elementos fundamentais para a apreensão da identidade territorial?*” O capítulo metodológico fundamenta-se nos estudos de Magnaghi, por conseguinte, na Escola Territorialista Italiana, valendo-se da metodologia e da técnica de representação identitária. Para o autor, é necessário um sistema de representação que viabilize o estudo da imagem identitária, paisagística e dos atores sociais.

Há uma espécie de linha que seguimos e que nos liga a ontem, ao hoje e ao amanhã. É claro que montamos e cortamos muitas coisas, sobretudo aquilo que não se encaixa no que pensamos ou queremos ser. Escrevemos a nossa própria história. É o que nos leva para o futuro.

Paul Auster

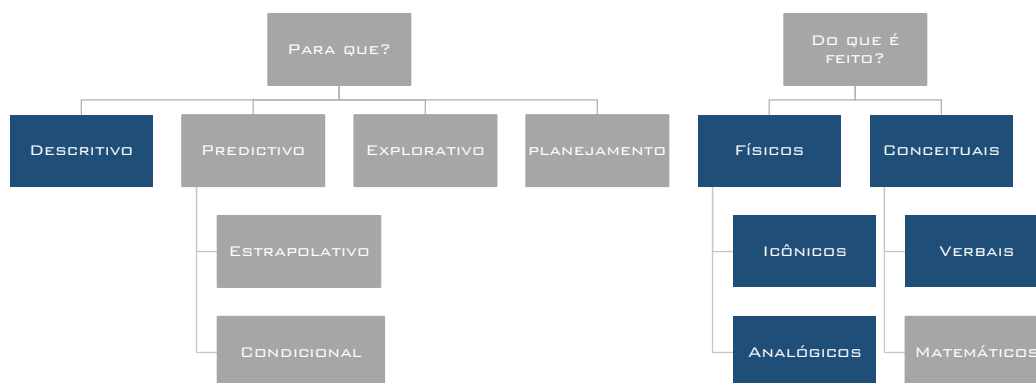
3 METODOLOGIA: HISTÓRIA ORAL E ABORDAGEM TERRITORIALISTA ITALIANA

Serra (2006, p. 93), no livro *Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação*, apropria-se da tipologia de modelos de Echenique (1995), para classificar o "modelo"³⁰. O autor ressalta a importância e a necessidade do modelo para uma dissertação

Uma pesquisa utiliza-se de diversos tipos de modelos e que o próprio relatório final, a dissertação ou a tese são eles mesmos modelos conceituais descritivos, [...] contendo muitos modelos icônicos (desenho e fotos) e analógicos (esquemas, plantas e etc.) (SERRA, 2006, p.93).

O objeto encontra-se no mundo, o que está representado no estudo é o modelo deste objeto, formado por textos, fotos e desenhos. Portanto, o modelo é reducionista, ou seja, contém somente as características relevantes do objeto. A tipologia de modelos de Echenique se divide em (Diagrama 03):

Diagrama 03 - Tipologia dos modelos



Fonte: Amorim, 2018

No primeiro nível de classificação, o modelo deste estudo é definido como descritivo, pois pretende-se apresentar as características do objeto, relevantes para os objetivos. Para o segundo critério, o trabalho encontra-se classificado como modelo conceitual verbal, definido por Serra (2006, p.94) como "[...] constituído de palavras que exprimem ideias". A pesquisa também é um modelo físico, pois propõe uma simulação

³⁰ "Representação geral do objeto da pesquisa". (SERRA, 2006, p.90)

da forma do objeto, utilizando dos métodos de representação icônica (fotografias), e um modelo analógico (mapa).

Os métodos selecionados, que dão forma ao modelo, apresentam um diálogo com caráter híbrido entre a representação do território e o procedimento que necessita de intenso trabalho de campo, com contato direto com o objeto. Busca-se, segundo Andrade (2015, p.25), na dissertação *Representando o patrimônio territorial com tecnologia da geoinformação: experimento em Santa Leopoldina/ Espírito Santo*, "[...] um percurso à qualidade iconográfica das imagens, mas, sobretudo ao tipo de iconografia adotada para representar um objeto." São escolhidas, como metodologia, a História Oral e a Abordagem Territorialista Italiana.

A História Oral é um procedimento metodológico composto pela elaboração de fontes e documentos. Utiliza-se das narrativas estimuladas e/ou induzidas, testemunhos, interpretações e versões. É uma metodologia que deve ser aplicada somente na construção da história recente, pois emprega a técnica de entrevistas com o intuito de registrar depoimentos sobre a história de uma pessoa ou comunidade com base na memória e em outros fatores subjetivos. A bibliografia delineia-se a partir de Lucília de Almeida Neves Delgado³¹, André Bortolazzo Correr³², Sônia Maria de Freitas³³ e Alice Beatriz da Silva Gordo Lang³⁴.

Para Andrade (2015), a abordagem territorialista italiana, compreende a representação como uma das etapas do planejamento. A corrente de pensamento busca a construção de um atlas territorial, fazendo uso de ferramentas de tecnologias SIG. Assim sendo, a representação é voltada aos testemunhos, como quadros identitários, modelos de ocupação e ecossistemas territoriais. A bibliografia específica utilizada para a elaboração de mapeamento com tecnologia da geoinformação se

³¹ Doutora em Ciências Humanas/Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil (1989). Pesquisadora Colaboradora Sênior da Universidade de Brasília (UNB) e Professora Titular da Universidade do Distrito Federal (UDF).

³² Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil (2014).

³³ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Especialização em História Oral na Universidade de Essex, Grã-Bretanha (1988).

³⁴ Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil (1987). Pesquisadora e membro da diretoria do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, membro do Conselho Científico da Associação Brasileira de História Oral, membro da Comissão Editorial da revista Cadernos Ceru.

delineia a partir de Alberto Magnaghi, Daniela Poli³⁵ e Bruno Amaral de Andrade³⁶ e Massimo Carta³⁷ e Fabio Lucchesi³⁸.

3.1 HISTÓRIA ORAL

A História Oral é um procedimento integrado a uma metodologia que privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participam de processos históricos ou testemunham acontecimentos no âmbito da vida privada ou coletiva. Objetiva a construção de fontes ou documentos que subsidiam pesquisas. Não é história em si mesma, mas possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória (DELGADO, 2006).

Como metodologia de pesquisa, compreende um conjunto encadeado e preciso de **procedimentos** de trabalho e inclui uma **técnica** para a **construção dos documentos**; seu objetivo não se limita à ampliação de conhecimentos e informações sobre o passado, mas se propõe **conhecê-lo através da versão de pessoas que o viveram ou que o possam testemunhar**, focalizando um dado aspecto da realidade social. O conhecimento da realidade social é inesgotável [...] (LANG, 2007, p.16, grifo nosso).

Para Correr (2014), em *Identidade tirolesa em Santa Olímpia (Piracicaba/SP): festas, tradições e memória*, o método é composto por informações que são fruto de uma interpretação, consciente ou não, de um passado, que pode ter sido vivido, imaginado, projetado, real ou simplesmente desejado. No artigo *História Oral e Migração: A questão do Regresso*, Lang (2007, p.16) indica: a metodologia não se trata somente de “[...] conhecer e de preservar o conhecimento do presente e passado, mas de prover meios para planejar o futuro, modificar a realidade social ou aperfeiçoá-la”.

A técnica no Brasil tem sua origem através de duas vertentes: História de Vida, com bases nas escolas italiana e francesa, e História Oral americana, desenvolvida na Universidade de Colúmbia, Estados Unidos (CORRER, 2014). Segundo Lang (2007),

³⁵ Pós-doutorado na *Università degli Studi Firenze* (UniFI), Itália (2000). Professora de *Pianificazione e Progettazione del Territorio e del Paesaggio*, no departamento de Arquitetura e Urbanismo, *Università degli Studi Firenze* (UniFI), Itália. Membro da *Società Italiana degli Urbanisti* (SIU) e da *Società internazionale dei territorialisti e delle territorialiste* (SDT).

³⁶ Doutorando em Planejamento Urbano pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil (2015-2018).

³⁷ Doutor em *Progettazione urbana, territoriale e ambientale*. Professor de *Fondamenti di Urbanistica* na *Università degli Studi Firenze* (UniFI), Itália. Membro do *Laboratorio per la Progettazione Ecologica degli insediamenti* (LAPEI) e do *Laboratorio per la Rappresentazione Statutaria e Identitaria del Territorio* (LARIST).

³⁸ Doutor em *Progettazione Urbana, Territoriale e Ambientale* na *Università degli Studi Firenze* (UniFI), Itália (2001). Professor no *Dipartimento di Urbanistica e Pianificazione del Territorio* na *Università degli Studi di Firenze* (UniFI).

a partir da década de 1950, é introduzida em pesquisas na Universidade de São Paulo (USP), a técnica das Histórias de Vida por Roger Bastide³⁹.

Morais (2004) e Correr (2014) apontam que a vertente americana só chega ao país na década de 1970, através do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, por meio da Fundação Getúlio Vargas. A partir da década de 1990, o método tem uma expansão significativa, devido à criação da Associação Brasileira de História Oral, no ano de 1994. O trabalho da entidade, gera, devido a seminários, a divulgação dos estudos com utilização da técnica.

Essas duas vertentes (americana e francesa) continuam presentes nas discussões atuais sobre História oral no Brasil e no mundo, sendo que os centros criados, nesse período, permanecem até os dias atuais como produtores e multiplicadores da reflexão sobre essa metodologia (CORRER, 2014, p.27).

Delgado (2006) compreende, no livro *História oral: memória, tempo, identidades*, a História Oral como um procedimento qualitativo, utilizado nas áreas do conhecimento histórico, antropológico e sociológico. A metodologia proposta, pela doutora em ciências humanas, apresenta dez potencialidades metodológicas e cognitivas referentes à metodologia.

As potencialidades são: revelar novos campos e temas para pesquisa; identificar novas versões e hipóteses dos fatos já analisados; reaver memórias locais, comunitárias, étnicas, nacionais, regionais, de gênero, entre outras, utilizando-se de cruzamento de depoimentos; construir novas evidências; reconstruir acontecimentos ou processos não registrados em algum tipo de documentação; redefinir cronologias históricas a partir de novos olhares e interpretações; dar voz aos personagens ou testemunhas marginais da história ou do acontecimento; registrar e documentar versões alternativas da história; associar os acontecimentos da vida pública e da vida privada e ser uma alternativa ao documento escrito ao seu caráter estático, que permanece o mesmo através do tempo.

Dentre as potencialidades supracitadas, as determinante, para a escolha da metodologia para a dissertação, são a possibilidade de utilizar a História Oral como

³⁹ Roger Bastide (1898-1974), professor francês do corpo docente da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, nos primeiros anos. Lecionou Sociologia nessa Faculdade de 1938 a 1954. Ver Lang, 2007.

ferramenta para recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas e reconstruir acontecimentos ou processos que não foram registrados em algum tipo de documentação.

Lang (2007) ressalta, o método capta o que ocorre na junção da vida individual, do entrevistado, com a vida social. Isso porque, segundo a autora, o indivíduo cresce em uma realidade social, da qual ele é fruto, sendo assim, sua história de vida é marcada profundamente pelo meio sócio cultural. Tendo tais características, a História Oral é utilizada como metodologia em trabalhos acadêmicos relacionados ao tema imigração. Pode-se citar o trabalho da pesquisadora Alice Beatriz Lang, sua pesquisa é voltada para a imigração portuguesa em São Paulo e do mestre em filosofia André Correr, com a identidade da colônia de tirolezes em Piracicaba, São Paulo. É necessária uma atenção especial aos limites da metodologia. Dentre algumas limitações, vale destacar: possível influência do transcritor da entrevista, predominância da subjetividade⁴⁰ e utilização do método somente às épocas contemporâneas.

[...] o que se quer é captar, através de seus comportamentos, **o que se passa no interior das coletividades** de que participa. O indivíduo não é mais o 'único'; ele agora é uma pessoa indeterminada, que nem é necessário nomear, é somente uma unidade dentro da coletividade (QUEIROZ, 1991, p. 10 apud LANG, 2007, p.18, grifo nosso).

Destaca-se a necessidade de uma dinâmica perante as entrevistas de neutralidade, Deve-se evitar demonstrar algum espanto, discordância e concordância do entrevistador frente ao depoente. Para Delgado (2006), é indispensável adequar o vocabulário e as terminologias para o público a ser estudado, a flexibilidade também é importante, como alterar o roteiro, evitando assuntos indesejados ao depoente ou acrescentando outras questões. Portanto, evita-se a presença de terceiros na realização das entrevistas. Segundo a Delgado (2006, p.28), esses apontamentos podem “[...] interferir na dinâmica da entrevista, seja inibindo o entrevistado, seja influenciando no conteúdo de sua narrativa e opiniões”.

Referências bibliográficas sobre a História Oral identificam duas possibilidades de entrevistas mais usuais: os depoimentos de história de vida e entrevistas temáticas. Os depoimentos de história de vida têm como objetivo reconstruir a trajetória de vida,

⁴⁰ Para Delgado (2006) a subjetividade não deve ser pensada como um problema, e sim, como um desafio. Tanto na fase de entrevistas quanto na fase de interpretação.

da infância até os dias atuais, por meio do diálogo com uma determinada pessoa (podendo ser anônima ou pública). A entrevista temática é a alternativa escolhida para o estudo. Segundo Correr (2014), as entrevistas temáticas fazem referência ao momento/local que constitui o foco central da pesquisa.

Entrevistas temáticas se referem a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados. Compõem um elenco específico vinculado a um projeto de pesquisa, a uma dissertação de mestrado ou a uma tese de doutoramento. Exemplo: movimentos culturais, cotidiano de vida em determinada cidade, movimentos sociais urbanos, movimentos camponeses, história de imigrante (DELGADO, 2006).

A metodologia apresenta etapas que devem ser realizadas em ordem e de maneira organizada para que não ocorram erros e esquecimentos no decorrer da pesquisa, pois, caso algum dado ou registro não tenha sido arquivado de maneira correta, poderá não ocorrer novamente o encontro com o entrevistado.

- 1ª Etapa: Definição do objeto de estudo e elaboração do projeto de pesquisa: é a etapa da pesquisa definidora do procedimento da História Oral como metodologia. Para Delgado (2006), a metodologia e a pesquisa documental devem caminhar juntas e se auxiliarem de forma mútua.
- 2ª Etapa: Preparação dos roteiros das entrevistas. a preparação das entrevistas deve produzir um roteiro que tem como escopo contribuir para alcançar os objetivos propostos pelo projeto. É nesta etapa que devem ser escolhidos os critérios para a definição dos potenciais entrevistados e o número da amostras. O número de entrevistados deve acumular material necessário que permita comparações e conteúdo para a construção de evidências.
- 3ª Etapa: Realização das entrevistas: antes das entrevistas é importante explicar o projeto de pesquisa ao depoente. Neste momento, deve-se apresentar qual instituição o trabalho está vinculado, explicar os objetivos da pesquisa, juntamente com as formas de divulgação dos resultados do trabalho. É de suma importância que o entrevistado preencha e assine a carta de cessão (Anexo I).

Ao término de um depoimento de história de vida, de entrevistas de trajetória de vida, ou de entrevistas temáticas é necessário apresentar ao entrevistado, para sua anuência, uma carta de cessão, que deve ser clara e fazer referência às diferentes possibilidades de socialização das entrevistas, destacando-se: produção de textos, para publicação, constituição de acervos, redação de dissertação ou tese (DELGADO, 2006, p.31).

- 4ª Etapa: Transcrição das entrevistas: busca-se reproduzir com fidelidade a entrevista realizada, a transcrição deverá denotar possíveis erros de pronúncias e palavras característica do entrevistado, assim como expressões, pausas e risos. É importante se ater à pontuação, procurando-se não alterar o sentido das frases e palavras. Para McCleary (apud CORRER 2014), as transcrições em seu formato bruto são inviáveis ao leitor. Por isso, o texto pode ser editado, trabalhado e interpretado para se alcançar a compreensão do leitor.

Há diversas formas de transcrição dentro da história oral. Uma delas é a que pressupõe a tradução mais próxima do literal, se é que isso é possível, da linguagem oral para a linguagem textual, incluindo sinais específicos que destacam as pausas, interrupções, ações do indivíduo, em busca de uma maior proximidade do texto escrito com o texto falado (CORRER, 2014, p. 37).

- 5ª Etapa: Análise de entrevistas: o maior desafio da última etapa é a construção de evidências. Busca-se estabelecer correlações e análises comparativas que possam contribuir para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados da melhor forma possível.

Uma ideia ingênua com relação à história oral é, literalmente, o que o entrevistador conta em seu sentido puro; pelo contrário, **a interpretação do pesquisador, as condições sociais, o uso das teorias e outros meios de análise, são fundamentais para a própria construção histórica** (CORRER, 2014, p.32, grifo nosso).

Correr (2014) e Lang (2007) discorrem sobre o pensamento ingênuo com relação à História Oral ser, literalmente, o que o entrevistador conta em seu sentido puro. Ao contrário, a interpretação do pesquisador, as condições sociais, o uso das teorias e outros meios de análise, são fundamentais para a própria construção histórica. O documento precisa ser interpretado, considerando como e por que é construído, deve ser analisado quanto à forma e quanto ao conteúdo, visando principalmente os objetivos da pesquisa.

Lang (2007) destaca a necessidade de os discursos das entrevistas serem utilizados de forma cruzada, para trabalhar com comparações, buscando compreender o fenômeno e separar os particularismos de casos isolados. Daniel Bertaux (1980 apud Lang, 2007) recomenda a busca do “ponto de saturação”, para o autor é o exato momento em que as informações essenciais começam a se repetir.

3.1.1 Construção da rede de entrevistas

A partir do estudo da perspectiva da História Oral, a aplicação da metodologia inicia-se com o desenvolvimento dos critérios para a escolha dos entrevistados. Na presente dissertação são selecionados três parâmetros de escolha:

- Morar na comunidade rural do Tirol;
- Ser descendente de imigrantes tirolezes;
- Ter acima de 65 anos.

Para a formação da rede de entrevistas, é estabelecido o contato com o docente de Geografia, Geraldo Thomas. O professor nasce na comunidade em 1967, estuda Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo e atualmente doutrina na rede pública de ensino do município de Santa Leopoldina. Até o ano de 2015, leciona alemão na comunidade e tem grande participação na região durante as décadas de 1990 e 2000. Geraldo é filho, do falecido, Camilo Thomas, importante articulador da comunidade na década de 1980 e principal vínculo local com o governo austríaco para a arrecadação de investimentos na região. O professor é denominado como ponto zero⁴¹ da rede de entrevistas.

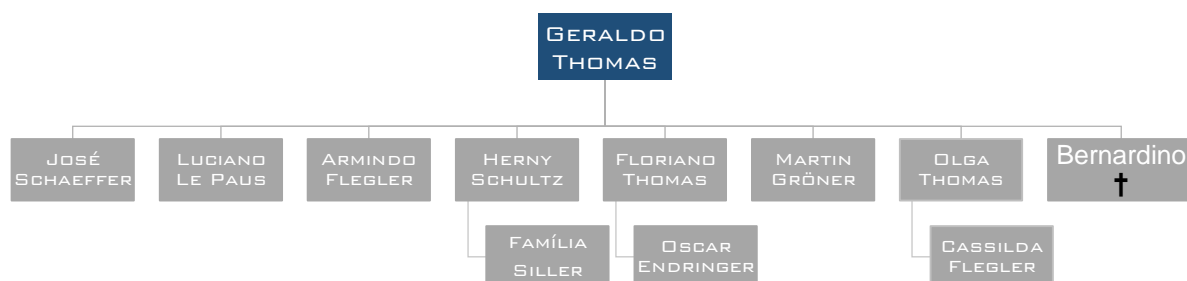
A rede de entrevistas preliminar conta originalmente com oito pessoas que atendem a todos os pré-requisitos, infelizmente o entrevistado Bernadino veio a óbito antes da realização da entrevista. Delgado (2006) cita a importância de iniciar as entrevistas com os depoentes mais idosos ou doentes. Observa-se um acréscimo na rede (Diagrama 04), sua ampliação dá-se com a indicação de outros membros da comunidade pelos próprios entrevistados. Os depoentes Floriano Thomas, Olga Thomas e Luzia Schultz citam Oscar Endringer, Cassilda Flegler e a família Siller, como membros importantes do povoado.

Contudo, o contato aos membros supracitados não é possível, desse modo, pretende-se para trabalhos futuros a ampliação da rede de entrevistados. É necessário apontar que apesar da entrevistada Olga Thomas não morar mais na comunidade, desde do ano de 2015, sua participação é considerada por sua ativa atuação na vida da

⁴¹ Termo cunhado por Meihy apud Correr (2014, p.32). Definição do sujeito que conheça a história do grupo, ou quem se deseja fazer a primeira entrevista.

comunidade durante toda vida, sendo seus relatos importantes para alcançar os objetivos propostos.

Diagrama 04 - Rede de entrevistas



Fonte: Amorim, 2018

Após estabelecida a rede de entrevistados, o trabalho segue as etapas, acima mencionadas, e com auxílio da obra “*História oral: possibilidade e procedimentos*”, da Prof^a. Dr.^a em História Social Sônia Maria de Freitas, é elaborado um roteiro de perguntas a serem empreendido com os selecionados. Busca-se uma organização e planejamento nas entrevistas realizadas por meio do questionário que está dividido em três partes: perfil do entrevistado, trajetória do imigrante e identidade (Anexo II).

Todas as entrevistas são realizadas pela autora, com auxílio de um gravador, uma câmera digital e um caderno de campo. Os encontros são todos realizados na casa dos entrevistados, com exceção do entrevistado Floriano Thomas, cuja entrevista é realizada em uma mercearia nas proximidades de sua residência.

Nenhum dos entrevistados demonstrou resistência para a realização da entrevista. Alguns foram extremamente gentis, agradeciam a visita e sempre oferecem café e biscoitos. Outros buscam fotos da família e certidões de nascimento para auxiliar no processo de resgate da memória. Os dados dos entrevistados são organizados em um quadro de maneira a simplificar e organizar o material. São sistematizados em tabelas simplificadas as principais informações dos entrevistados: nome, sobrenome, idade, escolaridade, profissão, religião nome do cônjuge, estado civil, número de filhos e local da atual residência.

Quadro 01 - Informações dos entrevistados

	NOME/APELIDO	SOBRENOME	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	RELIGIÃO
01	FLORIANO LUÍS	THOMAS	70	1º GRAU INCOMPLETO	LAVRADOR	CATÓLICO
02	JOSÉ	SCHAEFFER	64	5º SÉRIE + SUPLETIVO	LAVRADOR	CATÓLICO
03	ARMINDO	FLEGLER	78	1º GRAU INCOMPLETO	LAVRADOR	CATÓLICO/ LUTERANO
04	MARTIN	GRÖNER	79	1º GRAU INCOMPLETO	LAVRADOR/ FERREIRO	LUTERANO
05	LUCIANO	LE PAUS	68	NÃO ESTUDOU	LAVRADOR	CATÓLICO
06	OLGA	THOMAS	70	1º GRAU INCOMPLETO	LAVRADORA	CATÓLICA
07	HERNY	SCHULTZ	63	1º GRAU INCOMPLETO	LAVRADOR	LUTERANO
08	GERALDO	THOMAS	49	SUPERIOR COMPLETO	PROFESSOR	CATÓLICO

Fonte: Amorim, 2018

Quadro 02 - Informações complementares dos entrevistados

	NOME/APELIDO	NOME DO CÔNJUGE	ESTADO CIVIL	Nº FILHOS	LOCAL RESIDÊNCIA
01	FLORIANO	ANGELA MARIA ENDRINGER	CASADO	03	COMUNIDADE DO TIROL
02	JOSÉ	MARIA LOURDES SCHAEFFER	CASADO	04	COMUNIDADE DO TIROL
03	ARMINDO	ADELIA LICHTENHELD FLEGLER	CASADO	03	COMUNIDADE DO TIROL
04	MARTIN	HARMINDA LICHTENHELD GRÖNER	CASADO	06	COMUNIDADE DO TIROL
05	LUCIANO	MARIA SANTANA	VIÚVO	09	COMUNIDADE DO TIROL
06	OLGA	CAMILO THOMAS	VIÚVA	03	SANTA LEOPOLDINA
07	HERNY	LUZIA SCHULTZ	CASADO	04	COMUNIDADE DO TIROL
08	GERALDO	EDINETE FACCO	CASADO	02	SANTA LEOPOLDINA

Fonte: Amorim, 2016

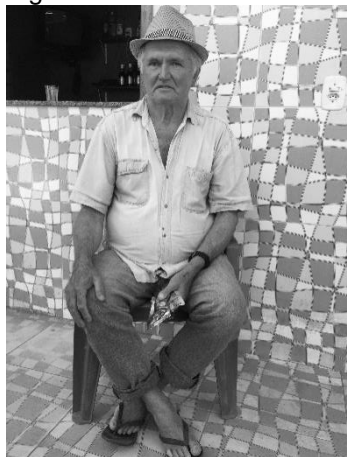
Todos os entrevistados apresentam entre si alguma relação de parentesco, o que demonstra que além de vizinhos de propriedade, os laços entre as pessoas da comunidade também são construídos por casamento nos dias atuais. Olga Thomas é cunhada de Floriano Thomas. O filho mais novo de Olga Thomas, Valério Thomas casou com a filha mais nova de Luciano Le Paus. A neta de Luciano Le Paus casou no ano de 2015 com o filho mais novo de Herny Schultz. A esposa do entrevistado Martin Gröner é irmã da esposa do também entrevistado Armindo Flegler.

O perfil dos entrevistados é semelhante na amostra pesquisada, dados como a escolaridade, o número de filhos e a profissão são próximos. Todos os depoentes são lavradores, e se mantêm ativos até hoje, para eles o trabalho inicia na infância e permanece na velhice. A religião é predominantemente católica, os depoentes da religião luterana afirmam frequentar a igreja e as festividades católica. Armindo

Flegler, por exemplo, afirma ser luterano e frequentador da igreja católica, contribuindo com o dizimo católico. No que tange a escolaridade, predomina o primeiro grau incompleto, o único entrevistado que finalizou os estudos é José Schaeffer.

A não permanência das gerações posteriores, filhos e netos, é semelhante em todos os casos, quando permanecem no Tirol é, somente, um filho com seu cônjuge e sua filiação e moram sempre nas proximidades dos genitores. Observa-se a saída da primeira geração de descendentes no início da década de 1980 e a fixação dessas novas gerações nas áreas urbanas. Os filhos dos depoentes exercem outras profissões como cabeleira, professor, enfermeiros, vendedores, entre outros e não sabem falar o dialeto alemão, pois segundo os depoentes, na infância os mesmos conversavam com os filhos somente em português.

Figura 09 - Floriano Luís Thomas



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 10 - Casa de Floriano Luís Thomas



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 11 - José Schaeffer



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 12 - Casa de José Schaeffer



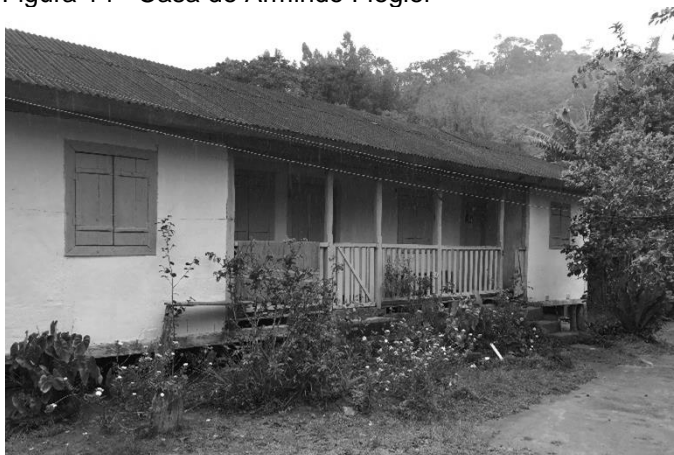
Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 13 - Armindo Flegler



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 14 - Casa de Armindo Flegler



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 15 - Martin Gröner



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 16 - Casa de Martin Gröner



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 17 - Luciano Le Paus



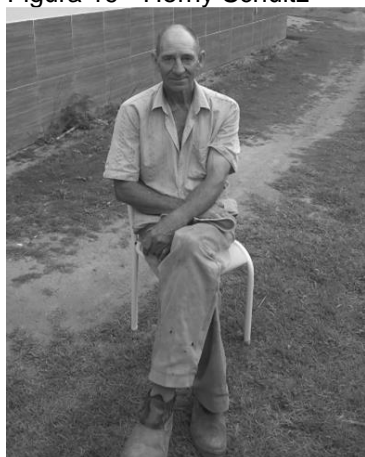
Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 18 - Casa de Luciano Le Paus



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 19 - Herny Schultz



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 20 - Casa de Herny Schultz



Fonte: Acervo da autora, 2016

3.1.2 Método e elaboração do roteiro de entrevistas e aproximação aos depoentes

Após da escolha do tema e a elaboração do plano de pesquisa, formula-se um roteiro para as entrevistas, Para Freitas (2006), uma entrevista sem o mecanismo do roteiro pode ser subjetiva e não apresentar todos os dados necessários e fundamentais para o estudo. A autora afirma que não existe uma entrevista, que vise à produção de documentos, puramente espontânea.

A improvisação é considerada um caminho que leva o pesquisador à confusão. Portanto, a elaboração das perguntas deve ser ocorrer na realização do roteiro. Os quais, auxiliam principalmente aos entrevistados mais tímidos, que apresentem dificuldade em expressar o que sente; e, os idosos, que normalmente, necessitam de perguntas já elaboradas para compreender exatamente qual a informação o pesquisador necessita.

O roteiro é uma ferramenta de aproximação e passa ao entrevistado uma confiabilidade em relação ao entrevistador. Freitas (2006) enfatiza que depoentes se tornam mais acessíveis, à entrevista, quando os mesmos percebem que o pesquisador é familiarizado com os temas abordados no decorrer da entrevista. No entendimento da autora, a falta de conhecimento por parte do pesquisador pode gerar desinteresse, sendo o indivíduo estudado intelectualizado ou não, gerando poucos resultados do procedimento.

Busca-se estabelecer uma relação harmoniosa e de confiança entre o entrevistado e pesquisador. Pois, são inúmeras as pesquisas em que são necessárias diversas entrevistas para se alcançar o objetivo do estudo. Por tanto, o roteiro deve apresentar

na formulação das perguntas o vocabulário de compreensão do entrevistado, deve-se saber o quanto, o que perguntar, como questionar e como desenvolver as questões.

É importante a elaboração de um roteiro abrangente a ser utilizado em todas as entrevistas, com o intuito de obter certa unidade no material produzido (FREITAS, 2006). Contudo, é necessário diferenciar o roteiro destinado para homens e para mulheres, pensando nas diferentes atuações dos gêneros. A aplicação dos roteiros não deve ser feita de forma rígida, pois questões importantes podem surgir naturalmente durante as entrevistas. Porém, Freitas (2006) alerta: deve-se deixar claro ao entrevistado, que o roteiro tem caráter temático e não se restringe à trajetória de vida do depoente.

Os roteiros, em geral, seguem uma ordem cronológica, tanto para entrevistas temáticas quanto para trajetórias de vida. O curso cronológico, origem, formação, influência, marcos significativos, auxiliam a memória do depoente. Todavia, é comum, segundo Freitas (2006), em algumas situações, o entrevistado dar saltos cronológicos, visando evitar algum período negativo de sua vida. É natural o entrevistado, introduzir durante o curso da entrevista temas não considerados previamente no roteiro original, por vezes, o resultado pode gerar em um enriquecimento da pesquisa. Apesar disso, o pesquisador sempre deve manter o controle geral do fluxo da entrevista, com o intuito de garantir a realização dos objetivos da pesquisa.

A formulação da pergunta é de suma importância para conduzir o entrevistado a uma resposta precisa. Caso sua formulação seja realizada de maneira não clara, o depoente pode não conseguir compreender de maneira total a pergunta.

Deve-se evitar o fornecimento do roteiro previamente ao entrevistado. Segundo Freitas (2006), é comum, especialmente pessoas importantes, solicitarem o roteiro ou pauta de entrevista. Para a autora, deve-se fornecer, somente, quando esta for a única condição para a realização da entrevista. O depoente, ao ter acesso ao roteiro, previamente, pode elaborar respostas, que não apresentem realmente os fatos verdadeiros.

Para Delgado (2006):

- Somente após o aceite do depoente os roteiros devem ser preparados;
- Os roteiros devem ser flexíveis e adequados ao entrevistado, tanto na linguagem quanto no vocabulário;

- Para a história de vida devemos considerar a biografia do entrevistado. Para as entrevistas temáticas as trajetórias e histórias pessoais dos depoentes devem ser levadas em menor grau;
- As informações dos roteiros referentes à biografia do entrevistado com os roteiros referentes à história da comunidade, grupo ou país devem ser cruzadas entre si.
- A compreensão do roteiro como um mapa de memória que funcione como flexibilidade na construção e condução das entrevistas e não como uma camisa de forças que impeça a flexibilidade das entrevistas.

3.2 REPRESENTAÇÃO IDENTITÁRIA DO TERRITÓRIO

No presente subcapítulo insere a problemática da representação e fundamenta-se nos estudos dos territorialistas, por conseguinte, na Escola Territorialista Italiana, valendo-se da metodologia e da técnica de representação identitária. Para os autores, é necessário um sistema de representação que viabilize o estudo da imagem identitária, paisagística e social do território.

De acordo com Magnaghi (2005a), o percurso metodológico para o estudo deve ocorrer em cinco movimentos:

- a) A definição do conceito de desenvolvimento local autossustentável;
- b) A definição da metodologia e técnica de representação identitária no formato de um atlas do patrimônio territorial;
- c) A elaboração das regras para a transformação;
- d) A elaboração dos futuros cenários de visões estratégicas do território;
- e) A definição dos instrumentos e do processo de planejamento.

Busca-se neste método um processo para documentar e representar a identidade territorial do Tirol, assim sendo, para a dissertação, entende-se que o percurso metodológico deve ser efetuado até o item “B” do processo desenvolvido por Magnaghi (2005a). Nesse sentido, a representação é construída mediante a produção de diferentes mapas como *Uso do solo*, *Ocupação do solo*, *Declividade*, *Hidrografia*, *Manchas de ocupação*, *Acessos*, *Fluxos*, *Limites*, *Edifícios de relevância*, entre outros.

Utiliza-se de diversas fontes como a fotografias, narrativas, histórias de vida, imagens pictóricas, mapas, cartografias antigas, percepções, dentre outros, com o propósito da representação dos elementos da identidade territorial.

3.2.1 Abordagem territorialista italiana

Segundo Andrade (2015, p.14), a abordagem territorialista italiana é uma corrente de pensamento que “[...] prioriza a conservação e valorização de âmbitos, figuras e elementos patrimoniais de longa data no território [...]”. Magnaghi (2010) afirma que, a abordagem tem caráter crítico, pois questiona o papel do território na atualidade, seu pensamento é direcionado, especialmente, nos temas políticos, econômicos, sociais e ambientais.

Para Paba (2010), a abordagem territorialista apresenta uma estrutura com múltiplas disciplinas como sociologia, urbanismo, história e geografia. Nota-se que as pesquisas que utilizam a abordagem não estão concentrados em um único laboratório, conta com o apoio de diferentes núcleos de pesquisa inseridos em diversos campos disciplinares. Essa rede é criada pelo arquiteto Alberto Maghagni, sendo a pesquisa voltada para o desenvolvimento local autossustentável⁴² com a intenção de realizar projetos no território.

Alberto Maghagni é a figura central do grupo que, segundo Poli (2010), se auto define como *Scuola Territorialista*⁴³, por redescobrir e utilizar na prática o planejamento dos *atos territorializantes* do território. O grupo surge depois da crise do sistema industrial na metade da década de 1980 (POLI, 2010), a adversidade põe à luz os problemas gerados pela insustentabilidade no manejo dos recursos naturais no território do sistema econômico vigente.

Maghagni inicia seu trabalho na *Facoltà di Architettura di Firenze* em outubro de 1988 (POLI, 2010). Após dois anos em Florença, funda e coordena o *Laboratorio di Progettazione Ecologica degli Insediamenti* (LaPEI), com o objetivo de conhecer, analisar e projetar o território.

Em 1990, Magnaghi [...] funda o LaPEI, e publica duas edições da revista *Materiali*, com crítica direcionada ao instrumental urbanístico de governo do território, baseado no crescimento econômico ilimitado, e proposição de

⁴² O desenvolvimento autossustentável é abordado ao longo do capítulo 1. *Conceituando identidade territorial*.

⁴³ Escola Territorialista Italiana. (ANDRADE, 2015)

pesquisa de um novo modelo de desenvolvimento, endógeno, local, capaz de produzir riqueza a partir dos próprios recursos do território, apresentando conceitos da disciplina da geografia, como *sistema territorial local* (Slot) e *valor territorial agregado* de Giuseppe Dematteis. A reflexão alarga-se à dimensão econômica e ambiental da sustentabilidade, enfrentando também outros temas, como da crise das identidades coletivas, da consciência local, e da solidariedade social (ANDRADE, 2015, p.153).

A Escola Territorialista Italiana desponta dentro do ambiente acadêmico, portanto, apresenta como seu suporte as universidades, por meio da pesquisa e experimentação de técnicas e métodos voltados para o estudo do território. A investigação da escola visa uma aproximação das comunidades locais com o intuito de aprimorar o diálogo pretendendo, por conseguinte, alcançar um desenvolvimento autossustentável, por entender que o território é o suporte passivo para alcançar esse objetivo.

A escola apoia-se na universidade, através do ensino e da pesquisa-ação, como meio de experimentar métodos e técnicas, com enfoque na ciência do território, para melhoramento do diálogo com a comunidade local. O termo territorialista, refere-se ao papel determinante e ativo conferido ao território e ao local, na **dinâmica do desenvolvimento, em um período em que se considera o território como um suporte passivo** e inerte, resumido a simples localização e função (ANDRADE, 2012, p.152, grifo nosso).

Magnaghi (2005b) desenvolve experimentações de representações complexas e dinâmicas das identidades territoriais. Seu estudo apresenta como objetivo central a eficácia da representação em processos de planejamento, buscando o desenvolvimento autossustentável na transformação territorial. A avaliação da eficácia no método de representação da identidade é fundamental, segundo Magnaghi (2005b), para processos de planejamento.

A introdução de modelos e ferramentas de análise da eficácia da representação identitária no processo de planejamento é essencial para tratar o conceito produção de "*valor territorial agregado*", que decorre da identificação e promoção de estruturas territoriais e ações específicas que colocam o valor no patrimônio local⁴⁴ (MAGNAGHI, 2005b, p.9).

Magnaghi (2005b) apresenta três categorias para a representação ser considerada como eficaz. São elas: interna, externa e geradora. Entende-se:

a) Eficácia interna: ocorre uma renovação tanto da linguagem quanto dos instrumentos das instituições acadêmicas e governamentais. Ou seja, a representação influencia mudanças nas disciplinas do urbanismo e nos instrumentos de ação do governo a partir das entidades locais. Magnaghi (2005b,

⁴⁴ Tradução nossa.

p.12) escreve, “[...] refere-se à capacidade da representação identitária de alterar a teoria e a prática da disciplina do urbanismo do governo⁴⁵”.

b) No que se refere à categoria externa de representação: compreende-se como símbolos ou imagens criadas para ampliar a ideia de identidade, pertencimento e reconhecimento da sociedade. Para Andrade (2015), essa categoria significa a capacidade de elaborar espaços com o objetivo de promover solidariedade, laços e integração da comunidade local. Magnaghi (2005b, p.12) declara a “[...] capacidade da representação identitária de construir imagens reconhecíveis aos atores não especialistas [...]”⁴⁶.

c) A eficácia geradora: busca seus efeitos a médio e longo prazo na integração entre os atores territoriais, sociais, econômicos e institucionais.

[...] se trata de uma eficácia, não mensurável sobre uma ação específica contingente na qual nasce uma interação entre o saber especializado e contextualizado, mas que se mede somente em médio/longo período, o fortalecimento das "competências", capacidades de se relacionar e projetual autônoma e endógena dos atores dos diversos sistemas territoriais locais⁴⁷ (MAGNAGHI, 2005 b, p.13).

Andrade (2015) aponta que, para processos de planejamento, a eficácia da representação é essencial para o tratamento da produção do *valor territorial agregado*⁴⁸ Contudo, para Magnaghi (2005 b, p.17), seus trabalhos ainda possuem o *status* de experimentais, pois necessitam de projetos para verificar a eficácia interna e externa.

O artigo “*Atlanti, figura territorial e regole statutarie*”, de Carta e Lucchesi (2010), demonstra a importância do estudo da identidade territorial como ferramenta das legislações. Os autores utilizam-se do exemplo da região Toscana, Itália. Denominado de *Statuto*⁴⁹, o termo tem como objetivo a tarefa de identificar as referências primordiais e consistentes das identidade dos locais, para a construção políticas públicas, estratégias ou documentos que interferem nos projetos e planos com o intuito de regular as transformações dos locais na busca de um lugar sustentável e da reprodução durável das características identitárias.

⁴⁵ Tradução nossa.

⁴⁶ Tradução nossa.

⁴⁷ Tradução nossa.

⁴⁸ Este conceito trata da identificação e da promoção de estruturas territoriais e ações pontuais que agregam valor ao patrimônio local

⁴⁹ Estatuto. Tradução nossa.

Para Carta e Lucchesi (2010), é complexa e necessária uma descrição da identidade do território, assim sendo, é indispensável uma metodologia rigorosa para tal atividade. Lançam como a primeira problemática a identidade territorial ser definida a partir de um processo de co-evolução entre o ambiente e a ação humana durante um longo período. Desse modo, para descrever a identidade territorial é necessário uma “[...] profunda e adequadamente perspectiva de tempo[...]⁵⁰ (CARTA e LUCCHESI, 2010, p.84). Outro ponto considerado pelos autores, é a “[...] definição gradual de identidade através de lugares não pode, contudo, ser confundido, ou feito para coincidir com a reconstrução da história da região [...]”⁵¹ (CARTA e LUCCHESI, 2010, p.84).

Faz-se necessário uma investigação meticulosa do contexto, pois essa permite identificar as regras que regem a evolução do tempo definidora da identidade. Para Carta e Lucchesi (2010), essas regras devem ser identificadas, organizadas e descritas em atlas especiais, tendo como objetivo a construção de cenários de transformação. É, portanto, possível reproduzir as características estruturais das comunidades sendo possível, segundo os autores uma comparação constante do cumprimento das regras definidas em um processo participativo entre os habitantes e as instituições.

A abordagem territorialista (MAGNAGHI, 2005 b) entende os ativos específicos⁵² de cada local como patrimônio territorial, sendo os ativos fruto de uma relação entre os ambientes físico (clima, fauna, flora e sistemas ambientais), construído (construção técnicas urbanas e territoriais, e materiais, qualidade do caráter massa de terra da paisagem) e o antrópico (padrões sociais, culturais e particularidades linguísticas).

Essas informações acerca dos valores devem ser organizadas em um inventário, com o intuito de analisar as três camadas supracitadas. Esse inventário é denominado como Atlas do Patrimônio, e tem como objetivo a “descrição, interpretação, e representação cartográfica da identidade ambiental, territorial e paisagística; e a indicação de *regulamentações* que orientaram a ocupação na região” (ANDRADE, 2015, p. 48).

⁵⁰ Tradução nossa.

⁵¹ CARTA e LUCCHESI, 2010, p.84. Tradução livre.

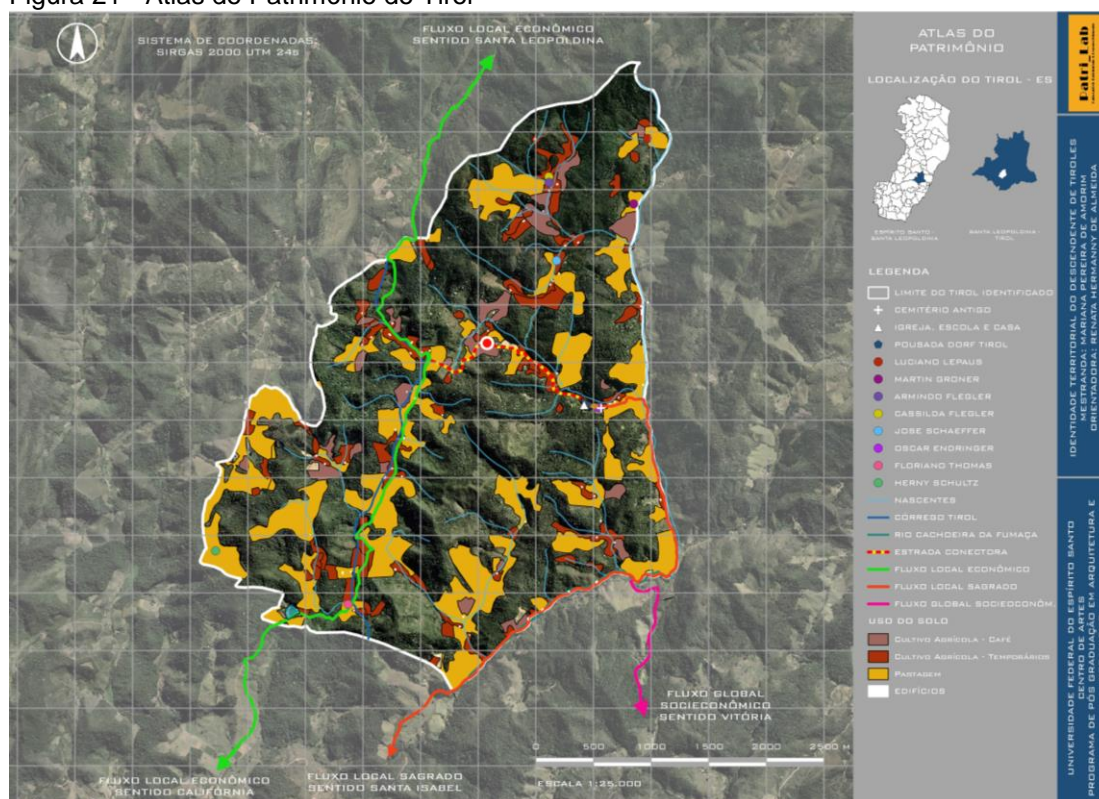
⁵² Ou *atos territorializantes*.

3.2.2 Atlas do Patrimônio

Para desenhar um território é preciso adotar um instrumento de síntese, a produção da carta do patrimônio, **observando estruturas persistentes de longa data, para que seja possível revelar a personalidade do lugar** (ANDRADE, 2015, p.26, grifo nosso).

Para Carta e Lucchesi (2010), o Atlas funciona como um instrumento para a exploração e para a construção do conhecimento heurístico. O Atlas Patrimonial é organizado em três descrições: analítica; estrutural de síntese; e interpretação identitária e estatutária.

Figura 21 - Atlas do Patrimônio do Tirol



Fonte: Amorim, 2018

- A primeira etapa da descrição é a analítica: essa descrição apresenta as primeiras fontes que constituem o atlas, são eles os patrimônios ambientais, territoriais e paisagísticos. As informações são inseridas e organizadas em forma pranchas, constam os dados básicos da carta (nome e número da carta, data de consulta, notas, bibliografia, entre outros);
- A análise ecológica: fornece o resultado da análise dos aspectos físicos e construídos do território. É portanto, a relação entre o ecossistema e a paisagem com as ações humanas. A análise ecológica utiliza-se de “[...] temas de caráter geomorfológico, hidrográficos, climáticos e vegetativos. Evidencia-se a relação

entre sistema biótico e antrópico, por meio da elaboração da carta do uso do solo” (ANDRADE, 2015, p.45). As informações utilizadas são documentos e fotografias históricas e dados georreferenciados. A escola territorialista italiana, em suas experiências em diversas circunstâncias, apresenta sua abordagem com base no conhecimento e interpretação das informações topográficas estratificadas.

c) A análise do território e da paisagem: tem como principal objetivo a produção da carta das figuras territoriais e da carta do patrimônio territorial. As cartas propõem, segundo Andrade (2015), uma leitura da paisagem em sua total complexidade, considerando-a indissociada das dimensões estruturais, ecológicas e perceptivas. A análise considera os dados descritivos do território e da paisagem ponderando os momentos históricos em que o território é sobreposto a outro uso, o que Andrade (2015) denomina como um palimpsesto⁵³.

A compreensão da relação desenvolvida historicamente entre a estrutura ambiental e a estrutura construída [...] evidencia a lógica da natureza da ocupação urbana, consolidada ao longo da história, e o (des)equilíbrio entre a sociedade assentada e o seu ambiente de vida, que (não) garantem a durabilidade e a sustentabilidade do assentamento. Assim, a natureza do espaço urbano é caracterizada a partir de tais relações, para então ser cotidianamente reinterpretada do ponto de vista da sociedade contemporânea (ANDRADE, 2015, p.46).

3.2.3 Processo metodológico para a construção do Atlas

A escola territorialista italiana propõe modelos de análise do território utilizando os recursos digitais da geoinformação. Os modelos podem ser denominados como cartografia digital⁵⁴, pois ilustram digitalmente as superfícies do território por meio de cores e efeitos. O uso de softwares livres e gratuitos na construção do Atlas do Patrimônio proporciona uma produção colorida, bidimensional ou tridimensional de qualidade. É necessário ressaltar que os modelos fabricados através de uso da tecnologia devem ser precedidos da produção de esquemas manuais (Figura 22) realizados nas vistas ao objeto-concreto, por meio de desenhos à mão livre com caráter perceptivo (ANDRADE, 2015).

⁵³ É um pergaminho ou papiro cujo o conteúdo foi modificado a partir da raspagem do antigo texto, possibilitando a reutilização.

⁵⁴ Ou cartografia automatizada.

Figura 22 - Esquema manual do Tirol



Fonte: Amorim, 2018

Os softwares para a construção dos modelos de análise do território utilizam o Sistema Informativo Geográfico - SIG. O sistema permite a definição física, de uma área delimitada, sua análise quantitativa, qualitativa e multidisciplinar como geológica, econômica, entre outras. O conceito de SIG, estudado por Cowen (1990), apresenta a possibilidade de produzir, analisar e manipular os dados extraídos na pesquisa (ANDRADE, 2015).

Andrade (2015) aponta para os softwares como uma ferramenta importante no planejamento urbano, pois o instrumento define de forma fiel o local do estudo. Dentre os diversos softwares, o escolhido para o presente trabalho é o Qgis. O software possibilita a visualização, gestão, edição, análise de dados e a criação de mapas extraídos a partir da geoinformação. O Qgis é um Sistema de Informações Geográficas com funções de processamento de imagens, análise espacial, modelagem numérica de terreno e consulta a bancos de dados espaciais.

O método do geoprocessamento é elucidado por Andrade (2015, p. 31), como “[...] modelos que abrangem da representação gráfica de fenômenos estudados até a proposição de análises e sínteses através de algoritmos de avaliações heurísticas.”

Para o autor, os modelos representam um contexto de um determinado período e seguindo a diversos objetivos. Contudo, esse contexto se modifica com o tempo.

Para Serra (2006), os mapas são modelos fies do sítio, quando estes apresentam informações completas, como a hidrografia, a vegetação, as vias, edificações entre outros. Vescina (2010 apud ANDRADE, 2015) aponta o mapeamento como uma construção e representação da realidade. Portanto, para a pesquisa são elaboradas cartografias que pretendem descrever a partir de textos e iconografia a identidade territorial do Tirol, Santa Leopoldina –E.S.

[...] permitem uma manipulação ágil, ampla e precisa dos dados com que se percebem os fenômenos e interfere na realidade. A compreensão de SIGs, como modelos da realidade, tem, como consequência, a necessidade, no caso do planejamento e gestão urbana, do projeto de sistema que represente adequadamente - para os objetivos propostos - a cidade que se pretenda planejar, gerir, monitorar ou simular o crescimento (PEREIRA; SILVA, 2001, p. 106 apud QUEIROZ, 2013, p. 28).

Na a realização do processo metodológico para a produção da cartografia, a metodologia apresenta etapas que devem ser realizadas em ordem e seguindo as especificidades de cada momento. Ao todo, são cinco etapas do processo: inspeção, análise integrada dos dados, interpretação, projeto de legenda e de carta, por fim, a redação da carta. O Diagrama 5 apresenta o processo idealizado e sistematizado por Daniela Poli, docente da *Facoltà di architettura di Firenze* na disciplina *Laboratorio di analisi urbana e territoriale* (ANDRADE, 2015).

Diagrama 05 - Processos metodológicos para a produção do Atlas do patrimônio



Fonte: Amorim, 2018

A primeira etapa é a Inspeção, caracterizada pelo reconhecimento do objeto-concreto pelo pesquisador. São realizados as visitas *in loco*, coleta dos dados, fontes orais, fontes materiais, testes físicos, materiais artísticos e cartas temáticas. “Trata-se de

uma primeira aproximação ao território, um legado de desenho e descrição do lugar [...]” (ANDRADE, 2015, p.39).

A inspeção permite ao pesquisador uma abordagem empírica do objeto-concreto e é a partir dessa etapa que inicia a construção dos modelos digitais do território. Poli (2014 apud ANDRADE, 2015) sintetiza o método de representação em esquema de processo de redação de cartografia, explicitando a importância da *inspeção*, que se caracteriza pelas visitas técnicas ao lugar, e coleta de dados qualitativo provenientes de cartas temáticas, materiais artísticos, textos científicos e cartografia histórica, como suporte ao conhecimento do lugar (ANDRADE, 2015).

A segunda etapa, Análise Integrada dos Dados, é fragmentada em três⁵⁵ categorias de análises: ecológica; territorial e paisagística. No que tange à análise ecológica tem-se o diagnóstico físico do território, busca-se a relação dos aspectos do território e sua conexão com os aspectos construídos. Por conseguinte, a análise evidencia a relação natural e construído, utilizando dados históricos, como documentos e iconografias; dados georreferenciados; e ortofotos aéreas (ANDRADE, 2015). A análise do território e da paisagem apresentam com foco as figuras territoriais, considera como relevante os processos históricos de ruptura e continuidade e os aspectos culturais. Ambos apresentam como produto a produção do mapa com os elementos de identitários e o Atlas do Patrimônio (ANDRADE, 2015).

Visto a importância da visita *in loco*, como momento de inspeção e reconhecimento do objetivo verifica-se a necessidade do pesquisador de reconhecer todos os meandros do território do Tirol. Por conseguinte, todos os trajetos em um área total de 18.1032 km² são percorridos, todavia, observa-se a necessidade do auxílio de um membro do povoado, afim de estabelecer o reconhecimento da organização das parcelas territoriais através do “olhar” de um ator interno, juntamente, como as observações do pesquisador. Desse modo, com o auxílio de Luzia Schultz é realizado toda a inspeção pelo recorte.

A moradora, nascida no povoado, Luzia Schultz⁵⁶, é agente de saúde da prefeitura de Santa Leopoldina. Luzia é responsável pelo cadastramento da população do Tirol

⁵⁵ No trabalho de Andrade (2015) são considerados quatro aspectos: ecológica; territorial, paisagística e urbano. Todavia, como o trabalho está inserido em um contexto rural com ocupação dispersa no território não é utilizado o aspecto urbano.

⁵⁶ Esposa do entrevistado Herny Schultz.

residente na porção oeste do território, no que tange, as áreas a leste e a sul são de responsabilidade de outros dois funcionários do povoado, ambos residem no Tirol.

Figura 23 - Luzia Schutlz



Fonte: Acervo da autora, 2018

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Justifica-se o uso, da investigação realizada por Andrade (2015), como autor central no capítulo metodológico, no que se refere à abordagem territorialista italiana, devido ao seu caráter de pesquisador introdutório da *Escola Territorialista Italiana* no Brasil. Seus estudos estão alinhados com os laboratórios *Laboratorio di Progettazione Ecologica degli Insediamenti* (LaPEI), na *Facoltà di Architettura di Firenze* (UniFI) e o Laboratório Patrimônio & Desenvolvimento (Patri_Lab) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e, à tradução e produção bibliográfica inédita na língua portuguesa.

Verifica-se uma complexidade na representação da identidade territorial por apresentar aspectos materiais e imateriais, portanto, necessita-se de uma metodologia rigorosa para a representação desse elementos. Posto isso, o trabalho baseia-se no processo de cinco etapas: inspeção, análise integrada dos dados, interpretação, projeto de legenda e de carta, por fim, a redação da carta. Para o sucesso da representação é necessário um contato direto com o objeto e o estudo do processo de co-evolução entre o ambiente e a ação humana durante a história. À vista disso, busca-se na metodologia da História Oral uma aproximação ao conteúdo empírico e do objeto.

O subcapítulo 2.1 História Oral introduz a metodologia homônima utilizada na dissertação, a construção do item se dá a partir das obra de quatro autores, Delgado, Lang, Correr e Freitas. As contribuições dos teóricos são organizadas em uma linha horizontal, tanto de importância quanto em número de citação. Para a formação do subcapítulo busca-se autores com trabalhos voltados para teoria da História Oral (Delgado e Freitas) e a aplicação da mesma no âmbito da construção da identidade das gerações dos imigrantes no Brasil (Correr e Lang).

A metodologia é uma ferramenta de recuperação das memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas; possibilita apreender nas entrevistas aos depoentes a conexão entre a vida individual e a sua relação com o seu meio social; e, permite a construção de uma documentação de ou processos que não foram registrados. Portanto, o intuito da utilização da História é devido ao método possibilitar uma aproximação ao objeto empírico que permita a identificação dos elementos/*atos territorializantes* dos atores sociais e históricos e sua co-evolução no tempo.

Quando eu vim da minha terra,
se é que vim da minha terra
(não estou morto por lá?)
a correnteza do rio
me sussurrou vagamente
que eu havia de quedar
lá donde me despedia
(...) Quando vim da minha terra
não vim, perdi-me no espaço
na ilusão de ter saído.
Ai de mim, nunca saí.

Carlos Drummond de Andrade
(s.d apud HAESBAERT, 1999, p. 169)

4 IDENTIDADE TERRITORIAL DA COMUNIDADE DO TIROL, SANTA LEOPOLDINA – ES

O último capítulo da dissertação, *Identidade Territorial da comunidade do Tirol, Santa Leopoldina*, tem como objetivo apresentar o objeto de estudo, o povoado do Tirol em Santa Leopoldina, Espírito Santo. O conteúdo final desse trabalho tem seu embasamento teórico delineado no primeiro capítulo, *Conceituando Identidade Territorial*, e utiliza-se das metodologias descritas no segundo capítulo, *Metodologia: História Oral e Abordagem territorialista italiana*, como método de aproximação ao conteúdo empírico e a representação do objeto concreto.

Por conseguinte, é possível conhecer e compreender a identidade territorial a partir do estudo da continuidade histórica; identificação dos atores sociais; reconhecimento das características específicas materiais e imateriais do território; e, do reconhecimento dos movimentos de continuidades e rupturas.

Diagrama 06 - Base da Identidade territorial



Fonte: Amorim, 2018

Para alcançar o objetivo do capítulo utiliza-se as metodologias: História Oral, como reconhecimento dos elementos imateriais, identificação dos atores e preenchimentos das lacunas históricas; a construção do Atlas do Patrimônio com o intento de documentar, descrever e reconhecer os elementos citados; e, a revisão bibliografia

histórica, a qual, no presente trabalho, dispõe de duas linhas de pesquisas diversas, contudo, complementares.

A primeira corrente de estudo é referente aos fluxos migratórios, no século XIX, dos imigrantes germânicos no estado do Espírito Santo. Nesse recorte, os trabalhos explorados são os dos seguintes autores: Gilda Rocha⁵⁷, Adilson Abreu⁵⁸, Everton Leopoldino⁵⁹, José Martinuzzo⁶⁰, Jean Roche⁶¹, Sonia Maria Demoner⁶² e Cilmar Franceschetto⁶³.

A segunda linha de pesquisa tem como objeto a história do município de Santa Leopoldina, Espírito Santo. A antiga colônia do império tem seu estudo inaugural na década de 1970 com o lançamento da obra *Viajantes estrangeiros* de Levy Rocha. Para Bentivoglio (2013, p.9), o autor "[...] relacionou e comentou naquela obra narrativas feitas por alguns estrangeiros que passaram pela província".

Quando, no início dos anos 1970 publicou-se *Viajantes estrangeiros* no Espírito Santo surgia, de maneira explícita, a primeira obra que procurava compreender as imagens retratadas por alguns viajantes sobre a província no século XIX (ROCHA, 1971, apud BENTIVOGLIO, 2013, p.9).

Nesse sentido, o trabalho apoia-se no relato de viajantes do século XIX e XX como Princesa Teresa da Baviera, Johann Jakob von Tschudi, Hugo Wernicke e Ernst Wagemann e o Imperador D. Pedro II. As viagens dos estrangeiros, por vezes, não tem o município de Santa Leopoldina como finalidade especial, como é o caso da Princesa Teresa Baviera, em seu livro *Viagem ao Espírito Santo 1888: viagem pelos trópicos brasileiros*. "A finalidade da minha viagem foi conhecer os trópicos e, sempre que possível, visitar povos indígenas, coletar plantas, animais e objetos etnográficos"

⁵⁷ Mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil (1983). Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil.

⁵⁸ Doutor em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil (1973). Professor visitante da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil (1998), Brasil. Colaborador do Conselho de defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (2008).

⁵⁹ Doutor em Língua e cultura italiana pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil (2014). Professor no Centro Cultural Dona Leopoldina, Brasil.

⁶⁰ Pós-doutorado em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil (2014). Professor Associado do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

⁶¹ Professor *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal da Bahia.

⁶² Doutora em História Social e em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil.

⁶³ Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo - IHGES e Conselheiro do Com.It.Es-Comitê dos Italianos no Exterior, (Espírito Santo - Rio de Janeiro).

(BAVIERA, 2013, p.29). Todavia, Bentivoglio (2013) aponta a importância das diversas facetas dos relatos da princesa.

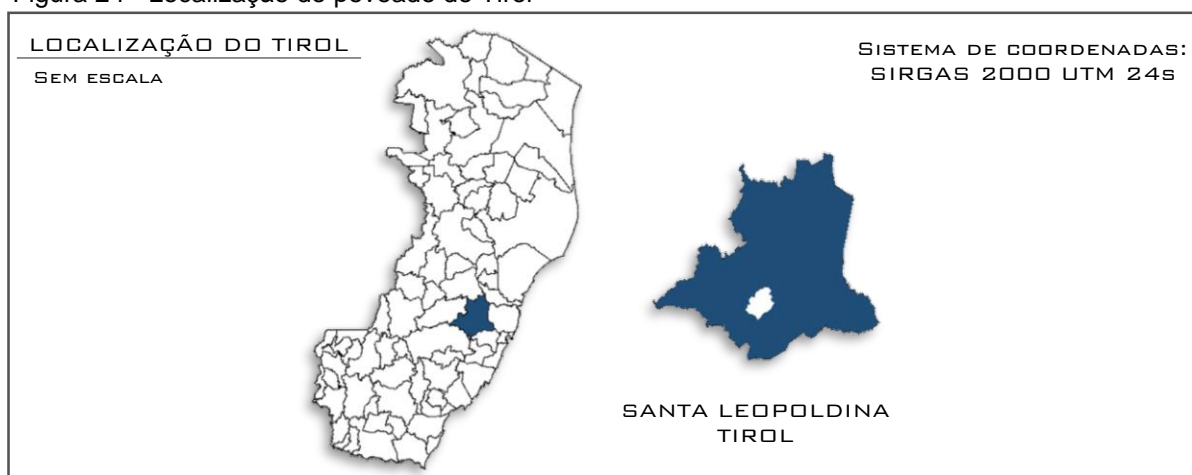
Teresa da Baviera, neste *Viagem ao Espírito Santo*, recupera algumas histórias e lugares do Espírito Santo no final do século XIX e, ao **falar mais da natureza do que das pessoas**, acaba por **reforçar imagens duradouras ainda hoje**. De fato, a insistência nos encantos da natureza é uma imagem resistente na historiografia e no imaginário popular capixaba. E ela aparece sempre reforçada por seu duplo: **a rusticidade da vida material e simplicidade dos homens do lugar**. Trata-se de um emblema da eficácia seja da história oficial, seja da memória popular, em preservar certos construtos capazes de estabelecer vínculos entre passado e presente, mantendo-se liames que consolidam certas tradições e preservam determinados valores da história capixaba e juízos sobre ela (BENTIVOGLIO, 2013, p.13, grifo nosso).

Os relatos de viajantes e memorialistas sobre o Espírito Santo durante o século XIX devem ser lidos e interpretados **a partir das relações sociais e de força em torno das quais se constituíram, expressando uma dada organização da sociedade e do tempo, bem como de práticas individuais e coletivas de produção de saberes e de produções discursivas**. Esses relatos nos remetem a questões decisivas em torno da autoria (FOUCAULT, 1999: 293) – da originalidade –, da observação participante e dos vestígios culturais europeus que são incorporados às narrativas, das regras e regimes de escritura – operação complexa em torno de um lugar, de uma disciplina e de uma compreensão do ato de escrever e sua institucionalização, vinculadas a tropos, gêneros, convenções e estilos (CERTEAU, 2004: 89). (BENTIVOGLIO, 2013, p.14-15, grifo nosso).

Por fim, ciat-se os trabalhos do autor Francisco Schwarz⁶⁴, os quais resgatam a história do município de Santa Leopoldina, desde de sua fundação até as últimas décadas do século XX. Nesse contexto o recorte temporal do trabalho se inicia “[...] quando ocorrem grandes modificações no seio da sociedade espírito-santense, com grande destaque para a entrada em massa de imigrantes de diversos países europeus” (LAZZARO 2008, p.7). E o recorte espacial, portanto, o objeto concreto, está localizado no interior de Santa Leopoldina, a 17 km da sede do município, a 68 km da capital Vitória e apresenta área total de 18.1032 km² (Figura 24).

⁶⁴ “Francisco Schwarz, eminente homem público, artista plástico e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, [...] resgata uma dívida histórica, pois escreveu um bem documentado volume sobre a história de Santa Leopoldina.” (PACHECO, 19992, s.p)

Figura 24 - Localização do povoado do Tirol



Fonte: Amorim, 2018

4.1 POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO NÃO LUSITANA: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPÍRITO SANTO

Segundo Gilda Rocha (1984), na dissertação *Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*, o governo imperial brasileiro instituiu, nos princípios do século XIX, a política de imigração com os seguintes objetivos; promover o povoamento do país e a substituição do trabalho escravo⁶⁵. Para a historiadora, os dois objetivos estão estreitamente correlacionados devido a experiência, na década de 1840, no interior paulista nas grandes propriedades cafeeiras com a utilização da mão de obra livre não lusitana.

À vista disso, Rocha (1984) declara,

"Assim, é fora de dúvida que a corrente imigratória que se deseja introduzir no país tinha como objetivo preparar o caminho para as transformações das condições de trabalho que naturalmente deveriam ocorrer com a cessão do tráfico negreiro" (ROCHA, 1984, p.9).

A partir do objetivo central da política de imigração, o método dividiu-se em duas tendências que se mantêm até o fim do período imperial; a introdução do imigrante em pequenas propriedades com o sistema da agricultura familiar e, a formação de grandes contingentes de imigrantes no intento de fornecer às vastas lavouras cafeeiras mão de obra livre (ROCHA, 1984).

⁶⁵ Ainda que a lei de 1831 proibindo a importação de escravos não tenha sido colocada em execução, uma vez que a expansão cafeeira pressionava nesse sentido, na década de 1840 a extinção do tráfico de mão-de-obra escrava era algo que se configurava concreta [...]. (ROCHA, 1984, p.8)

Como observa Saquet (2002), no livro *Colonização italiana e agricultura familiar*, esse processo gerou no país manifestações distintas, tendo como exemplo os estados do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo, a colonização por intermédio do trabalho familiar em pequenos lotes de terra. Situação antagônica ao estado de São Paulo com a política do *colonato* nas lavoura cafeeiras.

Pretende-se, nesse trabalho, lançar luz unicamente a tendência da colonização não lusitana em pequenas propriedades agrícolas vinculadas a agricultura familiar. O justifica-se o recorte em razão de o objeto concreto e seus adjacentes permanecem, em grande parte, até os dias atuais em sua configuração original predefinida pelo projeto do Governo Imperial.

Os pequenos núcleos de proprietários são, para Luiz Pedreira do Couto Ferraz⁶⁶, uma opção de atração de estrangeiros para o império, em oposição ao sistema de *colonato*. Dessarte, o Governo Imperial presta auxílio financeiro às colônias oficiais por, segundo Rocha (1984, p.10), "[...] acreditar ser esse tipo de estabelecimento o meio mais eficaz para promover a colonização."

Os diversos pronunciamentos dos Presidentes da Província do Espírito Santo não deixam margem a dúvidas: aqui a questão imigratória era vista como uma solução para o povoamento da terra, o que resultaria num melhor desempenho da economia. Raramente encontramos, nesse pronunciamentos, a ideia de utilização do imigrante como mão-de-obra para a grande lavoura, e quando isso acontece a idéia chega mesmo bisonha, tão distante esta a realidade da Província (ROCHA, 1984, p.18).

De acordo com Rocha (1984, p.15), "[...] a política de núcleos de pequenos proprietários pode ser implementada pelo Governo Imperial sem muitos percalços até fins da década de 1870. A partir de 20 de dezembro de 1879, quando ocorre a promulgação do decreto nº 7.570, inicia-se uma nova direção no que tange atração de imigrantes para pequenas propriedades, devido ao corte ao auxílio de custo do Governo Imperial.

Francisco Schwarz (1992), no livro *O município de Santa Leopoldina*, atribui o início da imigração não lusitana no Brasil no ano de 1818, com a chegada de um grupo de suíços à região serrana do estado do Rio de Janeiro – Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo –. Contudo, a capital do império não despontará como receptora dos fluxos

⁶⁶ Titular da Pasta do Império (ROCHA, 1984), ex -presidente da província do Espírito Santo, fundador da colônia de Santa Isabel, ministro do Império e amigo de Pedro II (ROCHA, 2008).

imigratórios do século XIX, enquanto a província do Espírito Santo revela-se, por diversos fatores, como de excelência para atender ao programa do Governo Imperial.

4.1.1 A imigração germânica em Santa Leopoldina: fatores que favorecem a imigração

A Província do Espírito Santo é descrita no século XIX, por Bentivoglio⁶⁷ (2013) e Rocha (1984), como opulenta em fontes naturais. Contudo, seus aspectos econômicos e políticos são inexpressivos, suas vilas são modestas e, por vezes, em estado de abandono, o sistema viário é extremamente deficiente, o sistema de comunicação precário e uma baixa densidade populacional está concentrada no litoral.

Para Bentivoglio (2013) e Rocha (1984), a função de barreira verde exercida pela província durante o século XVIII e a pequena população são os entraves que não permitem a participação do Espírito Santo no desenvolvimento econômico das regiões limítrofes.

[...] a província surge como sendo **pouco opulenta**, mas dotada de uma natureza exuberante. De fato, nas construções feitas sobre o Espírito Santo durante o oitocentos são comuns as referências ao abandono e à pouca riqueza. Localizado entre a Bahia e o Rio de Janeiro, o Espírito Santo teria permanecido eclipsado, com **atividades econômicas inexpressivas** e pequenos plantéis de escravos, marcado pela forte presença do indígena. Terra da qual foram expulsos os jesuítas, responsáveis pelo desenvolvimento econômico e cultural até meados de 1750; **barreira verde para impedir o acesso às minas durante o século XVIII** que se viu impedida de participar do desenvolvimento econômico vivido naquele contexto. Região de poucas vilas e prédios modestos no dizer de muitos viajantes, **verdadeiro contraste face às imagens de pujança comercial e econômica do Rio de Janeiro no mesmo período** (BENTIVOGLIO, 2013, p.15, grifo nosso).

O contexto capixaba do século XIX é exposto em relatórios à Assembleia Legislativa Provincial que apresentam a ausência de população como causa da prostração econômica. (ROCHA, 1984). Schwarz (1992) relata a imigração europeia não lusitana como ação importante para superar os problemas supramencionados e as consequências da abolição da escravatura. De acordo com o autor, a província capixaba é propícia para atender o programa de imigração do Governo Imperial por apresentar uma estrutura geofísica e climática favorável.

No Espírito Santo, pelas condições climáticas próprias existentes nas regiões montanhosas, deu-se início à imigração europeia, não lusitana, atendendo ao programa elaborado pelo Governo Imperial, tendo em vista a necessidade de

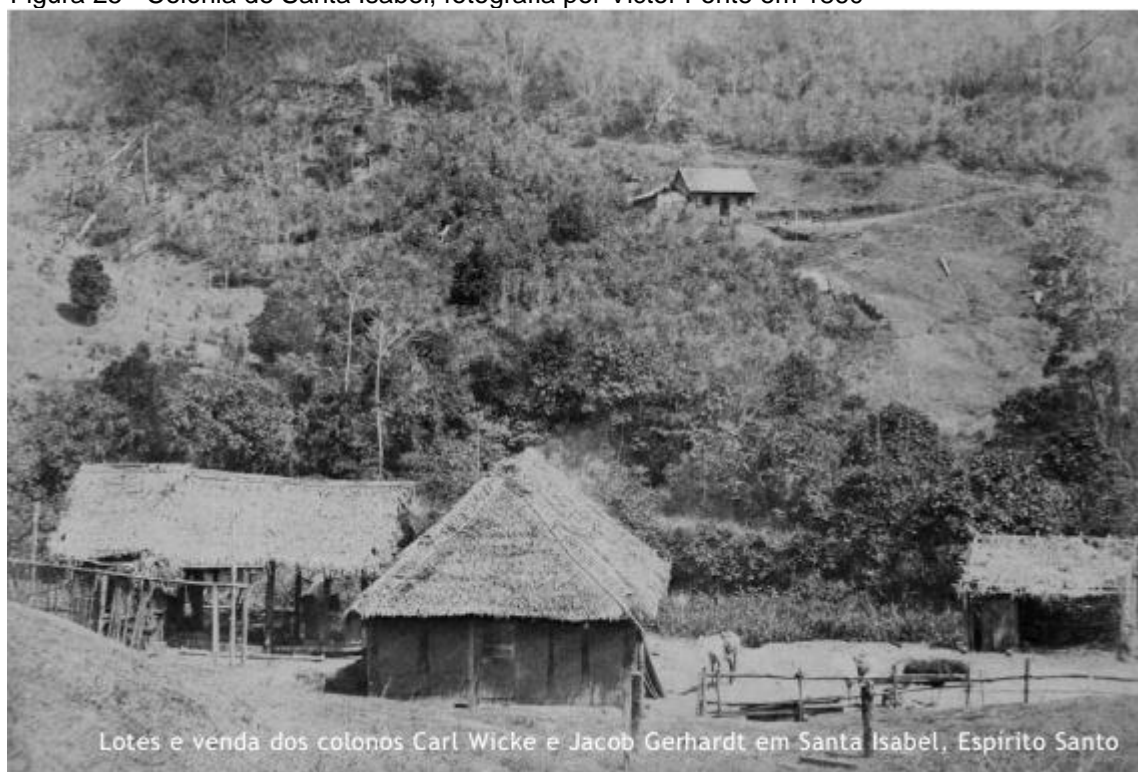
⁶⁷ No prefácio do livro *Viagem ao Espírito Santo 1888: viagem pelos trópicos brasileiros da Princesa Teresa da Baviera*.

colonizar [...], suavizar [...] o impacto que iria causar a abolição da escravatura [...] (SCHWARZ, 1992, p.1-2).

À vista disso, no ano de 1847 é criada, nas margens do rio Jucu, a Colônia de Santa Isabel (Figura 25). É implantada em um local de solo fértil para a cultura de cereais e café (DEMONER, 1983). Na ocasião da fundação da colônia o Presidente da província Luiz Pedreira do Couto Ferraz salienta a necessidade de mão de obra livre para o trabalho nas lavouras em terras não exploradas e devolutas do governo.

A colônia de Santa Isabel, hoje município de Domingos Martins, desde do princípio recebe assistência religiosa e conta com vários funcionários como diretor, superintendente, inspetor, administrador e um encarregado dos negócios. Próspera a colônia é emancipada no ano de 1866, pois conta com igreja com casa paroquial, escola e viação regular. (DEMONER, 1983). "Daí por diante a tônica é sempre a mesma: os relatórios Presidenciais clamam sempre pela introdução de imigrantes no território espiritosantense como solução para o seu problema populacional e econômico" (ROCHA, 1984, p.19).

Figura 25 - Colônia de Santa Isabel, fotografia por Victor Fonte em 1860



Fonte: Rocha, 2008

Segundo Demoner (1983, p.93), no livro *A presença de missionários capuchinhos no Espírito Santo - século XIX* -, é baseado no sucesso da Colônia de Santa Isabel que "[...] deram ensejo a que se fundasse a Colônia de Santa Leopoldina (antiga Santa

Maria) [...] na margens do Rio Santa Maria." Desse modo, no dia 15 de dezembro de 1855 o ministro do interior oficializa a resolução de fundar mais uma colônia de estrangeiros. (SCHWARZ, 1992) (Figura 26).

Levy Rocha (2008) relata, em seu livro *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*, a determinação da demarcação de uma área de 657km² entre a cachoeira Grande e a cachoeira José Cláudio à margem do rio Santa Maria da Vitória, o levantamento dos lotes com área igual a 62.500 braços quadros e da área de 500 braços⁶⁸ quadradas para a sede. Esse ofício fica a cargo do tenente João José Sepúlveda de Vasconcelos (ROCHA, 2008)

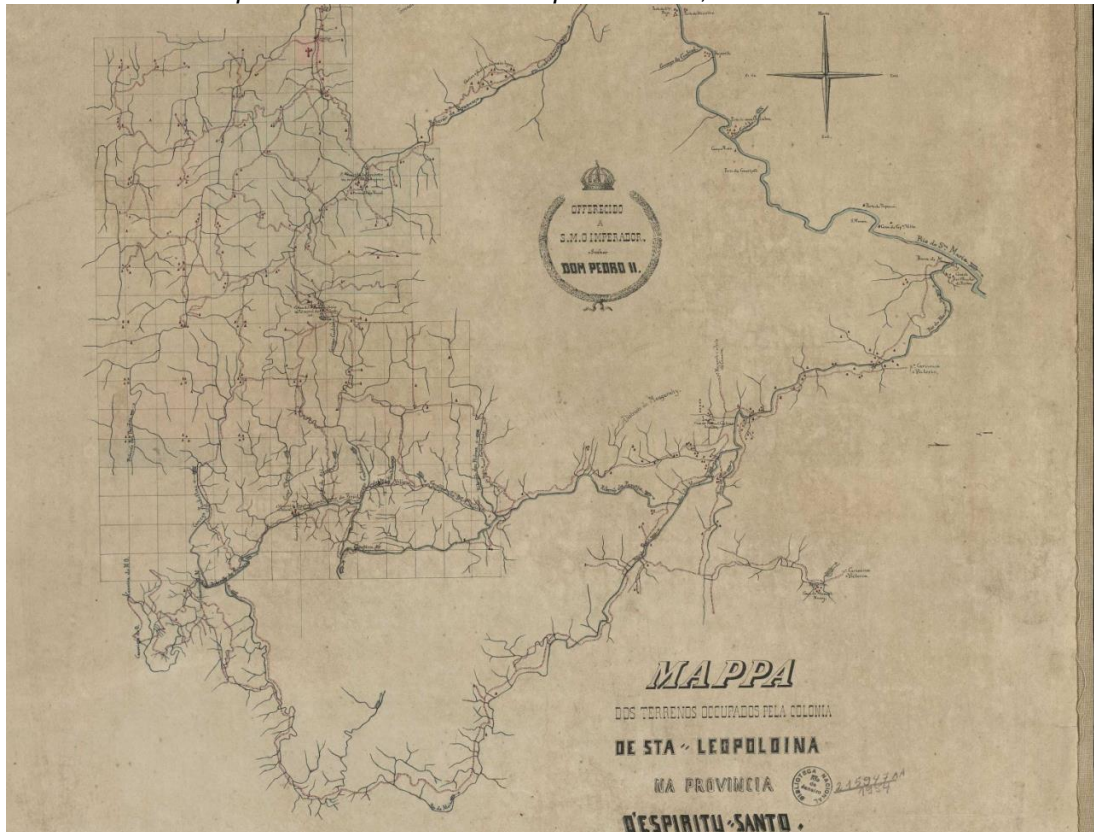
[...] Ministro do Interior do Império, comunicava por ofício de 15 de dezembro de 1855, ao Presidente da província do Espírito Santo, [...] a resolução de fundar na região da cachoeira do rio Santa Maria da Vitória, uma colônia de estrangeiros. Inicialmente foram demarcados [...] uma área de 657 km² em lotes iguais de 62.500 braços quadrados, tendo sido delimitada a área para a sede da futura povoação, quatro léguas acima da cachoeira [...] (SCHWARZ, 1992, p. 2).

Entrementes, o tenente João José Sepúlveda de Vasconcelos recebia a incumbência de fazer o levantamento do terreno e medição de quatro léguas quadradas à margem daquele rio, local situado entre a cachoeira Grande e a cachoeira de José Cláudio. Dividiu-a em lotes iguais, de 62.500 braços quadradas cada um, e nela demarcou uma área de 500 braços quadradas para o estabelecimento da povoação (ROCHA, 2008, p. 121).

Antes da colonização, onde hoje localiza-se o município de Santa Leopoldina, no século XVI habita duas aldeias indígenas. Os aldeamentos contavam com mais de 1.500 índios que recebiam orientação dos padres Antônio da Rocha e Diogo Jácome. Entretanto, no de 1564 os padres e grande parte dos indígenas falecem após uma epidemia atingir a região. Outro relato de moradores nas proximidades são os ex soldados do "Batalhão do Imperador", após a dissolver o grupo, os combatentes são enviados para o Espírito Santo e se fixam as margens do Rio Santa Maria (SCHWARZ, 1992).

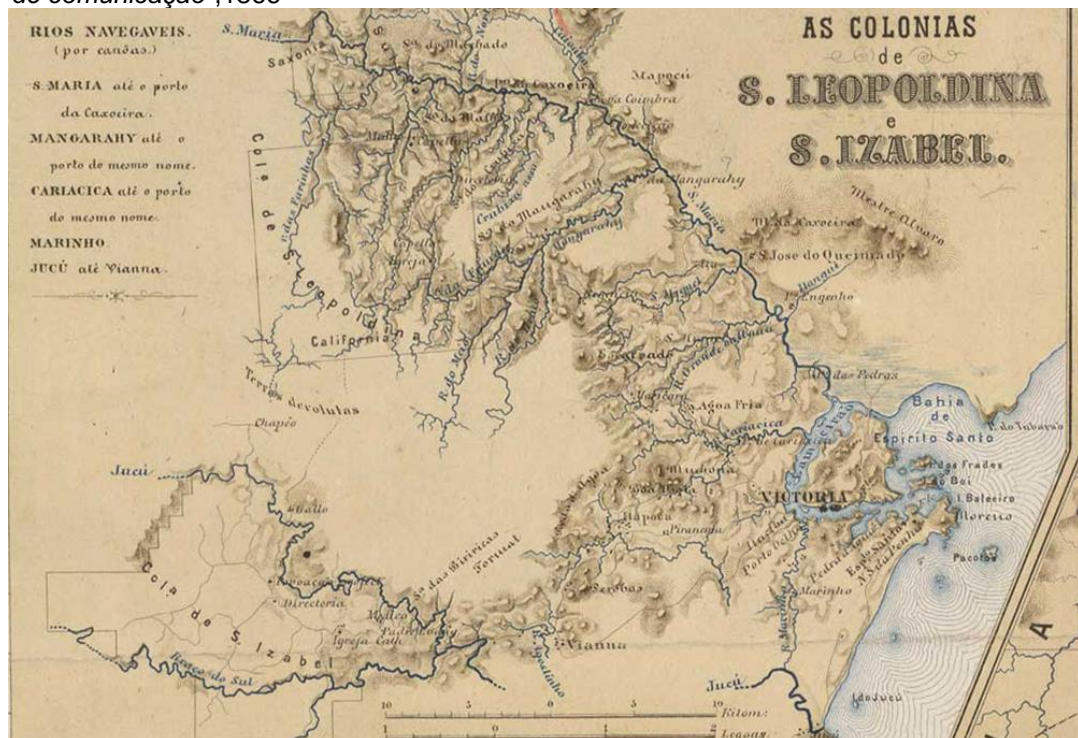
⁶⁸ "[...] 1 braça quadrada é igual a 4,84 metros quadrados" (Wernicke, 2013 p. 99)

Figura 26 - Local da colônia de Santa Leopoldina, trecho do mapa "Terrenos ocupados pela colônia de Sta. Leopoldina na Província do Espírito Santo", 1866



Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>. Acesso em: 08/01/2018. Editada pelo autor.

Figura 27 - Colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina, trecho do mapa "As colônias e vias de comunicação", 1866



Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>. Acesso em: 08/01/2018. Editada pelo autor.

No dia 27 de fevereiro de 1856 é fundada a Colônia de Santa Maria⁶⁹ (DEMONER, 1983), nesse mesmo ano são instalados os primeiros colonos, são 140 colonos suíços de língua alemã vindos da cidade de Ubatuba⁷⁰ (SCHWARZ, 1992). O trabalho de demarcação das pequenas propriedade rurais para o assentamento dos colonos inicia em 26 de julho de 1857, em áreas inexploradas e inóspitas nas proximidades da localidade de Bragança. O serviço fica a cargo do engenheiro Américo Pralon e do major Antônio Ferreira Castelo⁷¹ (Figura 28 e 29).

Coube ao engenheiro Américo Pralon e ao major Antônio Ferreira Castelo encontrar terrenos para o assentamento de colonos. Após a exploração, encontraram nas proximidades de **Bragança**, áreas que **diziam ser planas e próprias para fixação das famílias**. Em 26 de julho de 1857, deu-se início à medição dos lotes, que atingiram a uma média de 200, naquele ano. Em 02 de maio de 1860, o engenheiro Américo Pralon deu início a construção da estrada que ligaria **o porto de Mangarai a Colônia**, segundo determinação do presidente da província (SCHWARZ, 1992, p. 3-4, grifo nosso).

Figura 28 – Residência de Américo Pralon, fotografia por Victor Fonte em 1860



Fonte: Rocha, 2008

Em 1858, são instalados na recém colônia 222 imigrantes de língua alemã de diversas regiões da Europa como Prússia, Saxônia, entre outras (SCHWARZ, 1992). Segundo Franceschetto (2014), no livro *Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração*

⁶⁹ "[...] o Imperador, por decreto [...], ordenara a mudança de seu nome para Santa Leopoldina" (TSCHUDI, 2004, p.37).

⁷⁰ O Governo havia liberado de seus contratos em Ubatuba, São Paulo. (TSCHUDI, 2004, p.32).

⁷¹ A delimitação dos lotes chega ao fim no ano de 1860, após esse trabalho prestado a província o engenheiro inicia a construção da estrada conectora entre a Colônia e Mangarai. (SCHWARZ, 1992)

⁷² A partir da obra de Cilmar Franceschetto, 2014 e do dados fornecidos pelo Projeto *Imigrantes* do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

"A região que ocuparam em Santa Leopoldina recebeu a denominação de Tyrol, em homenagem ao lugar de origem dos colonos, e desta forma permanece até os dias atuais" (FRANCESCHETTO, 2014, p.1033). Autores como Schwarz (1992), Franceschetto (2014) e Leopoldino (2005) relatam um perfil dominante entre os imigrante tirolês austríaco do século XIX, tendo isso posto, Leopoldino (2005), na dissertação *A fala dos tirolese de Piracicaba: um perfil linguístico dos bairros Santana e Santa Olímpia*, reitera a necessidade do estudo e a compreensão contexto histórico da região de origem dos imigrantes.

4.1.2 Tyrol austríaco: contexto histórico

Segundo Franceschetto (2014), a região de origem dos colonos austríacos, instalados no recorte territorial, é a região do Tyrol, a qual pertence, no período dos grandes fluxos migratórios do século XIX, ao vasto Império Austro-húngaro (Figura 30).

[...] **Áustria compunha o Império Austro-húngaro**, que dominava um vasto território **no centro-sul da Europa**, estendendo-se a oriente até a região da Galícia, no oeste da Ucrânia e a parte sul da atual Polônia. Abrangia ainda uma grande parte dos balcãs e também **subjugava o Tirol italiano, hoje região do Trentino Alto-Adige e parte do Friuli-Veneza Giulia** que foram retomados pela Itália durante a Primeira Guerra (FRANCESCHETTO, 2014, p.1034, grifo nosso).

Figura 30 Império Austro-Húngaro 1900



Fonte: Franceschetto, 2014.

O Império Austro-húngaro detém em sua regência povos das mais diversas culturas, é “[...] um Estado singular que agregava diferentes [...] etnias e religiões. Não possuía unidade étnica, linguística, confessional e nem mesmo nacional⁷³ (LEOPOLDINO, 2009, 67-68). Deste modo, observa-se no mapa a região denominada Tyrol abrange territórios ao sul como Trento e Bolzano, os quais na atualidade, pertencem a Itália. “Trata-se, portanto, de um território que se localiza entre dois países, numa área montanhosa entre os Alpes centrais, ao norte, e as montanhas Dolomitas, ao sul” (LEOPOLDINO, 2009, 33).

[...] o que hoje se conhece por Tirol, um dos nove estados da atual República da Áustria, não corresponde à região histórica que inclui, além da porção setentrional austríaca, uma região autônoma formada por duas províncias italianas (Trento e Bolzano), anexadas ao então Reino da Itália após o final da Primeira Guerra Mundial (LEOPOLDINO, 2015, s.p).

Essa localidade, Leopoldino (2015, s.p) denomina de *Tyrol Histórico*, compreende o território desde “[...] Kaisergebirge, na fronteira da Alemanha com a Áustria, até o Lago di Garda, na fronteira com as regiões italianas [...] conhecido desde a Alta Idade Média como Tirol (inicialmente Tiral, depois Tiralli, Tirâl e Tyrol/Tirol)”. Está localizado em um importante ponto conector entre a península itálica e às terras setentrionais e sua “[...] geografia [...] é marcada pelas montanhas acima dos dois mil metros, e quase dois terços de sua área total é coberta por florestas e bosques. (LEOPOLDINO, 2009, p.34).

Tendo isso posto, o *Tyrol Histórico* abrange povos com culturas diversas, dentre os sistemas linguísticos e múltiplos dialetos com ou sem tradição escrita, os três grupos linguísticos principais são: italiano, alemão e ladino dolomítico⁷⁴. Os colonos instalados no núcleo do Tirol são de língua alemã e habitam a porção setentrional do Tirol ou *Nordtirol* (LEOPOLDINO, 2015). Para Franceschetto (2014), a chegada desses colonos coincide com a entrada de outros povos de cultura germânica como luxemburgueses, suíços e outros imigrantes das regiões da antiga Alemanha.

No *Tyrol Histórico* predomina a população camponesa baseada na agricultura familiar, em pequenas propriedades, com o sistema de herança das propriedades privilegiando somente o filho primogênito. De acordo com Joaquim Bonifácio do Amaral (1879 apud

⁷³ Segundo Leopoldino (2015, s.p), desde a “[...] Antiguidade, encontraram-se ali as culturas céltica, rética e latina, às quais se acrescenta a cultura germânica com as migrações que culminaram com o fim do Império Romano.”

⁷⁴ A língua Landina é um língua de origem do latim e hoje é considerada um dialeto na região do Tirol, para Leopoldino (2015, s.p), é uma “[...] língua aparentada ao romanche suíço”.

LEOPOLDINO, acesso em 31 dez. 2017), as famílias tirolesas são patriarcais, numerosas, unidas, com senso de moralidade e grande envolvimento com o trabalho. Afirmação que vai ao encontro com o Johann Jakob von Tschudi, em *Viagem à Província do Espírito Santo: Imigração e Colonização Suíça 1860*,

[...] colonos tiroleses. Eram em sua maioria pessoas robustas e **habituaadas ao trabalho**, e para elas a **derrubada da floresta não exigia tanto esforço. Eram acostumadas com o trabalho na mata, com a região montanhosa e com o solo ruim em função de seu país de origem**. Ansiavam muito por possuir gado e pretendiam fazer principalmente pastos artificiais. Mas também entre elas não faltavam algumas vozes de coruja grasnando desgraças (TSCHUDI, 2004, p.83, grifo nosso).

A população possui como aspecto marcante a religiosidade na fé católica. Bispó (2013) e Leopoldino (2009) vinculam essa característica a restauração católica contra as crescentes religiões protestantes. O movimento foi marcado pelo Concílio de Triento e pela Contra Reforma, na época amplamente difundida no sul da Alemanha, Áustria e Suíça. Deste modo, conforme Franceschetto (2014, p.1033), os imigrantes são, em sua maioria, "[...] agricultores e católicos [...], principalmente para aqueles que chegaram no século XIX".

A região tirolesa teve relevante destaque no século XVI quando o movimento da Contra-Reforma, que culminou com o Concílio de Trento (1545-1563), o mais longo concílio da história da Igreja e uma resposta do Vaticano à Reforma protestante na Europa (LEOPOLDINO, 2009, p.46).

O contexto econômico e político do *Tyrol Histórico* contribuíram para a saída do grande número de pessoas, dentre os séculos XIX e XX, a situação de extrema miséria; guerras por território entre o antigo Império Austro-Húngaro e os separatistas; e, a crise na economia agrária impulsionariam a imigração. Após o período napoleônico surgem problemas de viés agrário como praga nas plantações, baixas nos rebanhos, doenças na população e aumento da mortalidade, afetando principalmente a população agrícola, portanto, grande parte dos habitantes (LEOPOLDINO, 2009).

Para compreendermos a emigração tirolesa, no contexto da emigração de europeus do final do século XIX, torna-se necessários conhecer os principais motivos que a desencadearam. As crises políticas, econômicas e sociais que atingiram a Europa [...] **prejudicaram principalmente os camponeses, que não encontravam alternativas perante as grandes baixas na agricultura e na pecuária** (LEOPOLDINO, 2009, p. 63, grifo nosso).

De acordo com Franceschetto (2014), o total de imigrantes austríacos que aportaram no Espírito Santo são de 426 pessoas, sendo 295 apenas na segunda metade do século XIX. Segundo o autor, dos 426, somente, 187 estrangeiros apresentam

informações acerca da região de origem. Posto isso, os imigrantes provenientes do Tyrol austríaco representam o maior percentual, cerca de 73,80% dos estrangeiros oriundos de toda Áustria, nos séculos XIX e XX. "Para 187 imigrantes constam informações sobre a região de origem, dos quais 138 são do Tyrol austríaco; 29 de Viena e 9 de Salzburg." (Franceschetto, 2014, p.1033).

Franceschetto (2014), faz uso das seguintes fontes documentais: Lista Avulsa de Matrícula de Colonos 1857-1860 (Santa Leopoldina); Contrato de Colonos Alemães e Austríacos; Livro de Matrícula da Colônia Santa Leopoldina 1857 a 1873; Entrada e Saída de Imigrantes da Hospedaria da Pedra d'Água 1889-1890 e 1896- 1900; Microfilmes das listas de passageiros dos navios e das hospedarias dos imigrantes do Rio de Janeiro pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional; e, Prontuários de Identificação da Polícia Civil de 1928 a 1956. O resultado apresenta um total de 254 diferentes sobrenomes de famílias austríacas, dos quais dez sobrenomes apresentam o maior número de membros. A partir dos registros é possível identificar os cognomes tirolese entre apontados por Franceschetto (2014), sendo eles Walcher, Helmes, Auer e Holzmeister⁷⁵ (Quadro 03).

Quadro 03 - Sobrenomes austríacos predominantes, em destaque cognomes tirolese

NOMES DE FAMÍLIA PREDOMINANTE ENTRE OS AUSTRÍACOS , UM TOTAL DE 254 DIFERENTES SOBRENOMES	
SOBRENOMES	IMIGRANTES
WALCHER	20
SCHMID	40
EGGEL	8
HELMER	8
AUER	7
TROST	7
BENZ	6
FLEISCHMANN	6
HARTL	6
HOLZMEISTER	6

Fonte: Franceschetto, 2014

A partir do trabalho de documentação e catalogação dos 426 austríacos de Franceschetto (2014) é possível identificar 138 tirolese austríacos e organiza-los em um quadro com as seguintes informações: data de entrada na província, distrito de origem, idade e membros familiares. Assim sendo, são catalogados os tirolese austríacos do Espírito Santo com registro nas fontes documentais mencionadas.

⁷⁵ "Os nomes próprios masculinos mais comuns entre os austríacos são: Johann (Giovanni), Joseph (e suas variações Josef e Giuseppe), Franz, Anton (Antonio), Aloys, Carl e Georg. E entre as mulheres os que mais se repetem são: Maria, Anna (e suas variações Marie e Anne) Elisabeth, Nothburga e Catharina". (FRANCESCHETTO, 2014, p.1034)

Quadro 04 – Imigrante austríacos instalados em Santa Leopoldina nos séculos XIX e XX

IMIGRANTES AUSTRIÁCOS DO SÉCULO XIX E XX INSTALADOS EM SANTA LEOPOLDINA					
SOBRENOME	NOME	IDADE	PARENTESCO	COMUNA	DATA
AIGHNER	GEORG	37	CHEFE	ERLACH	10/08/1859
LEITNERIN	MARIA	29	ESPOSA	ERLACH	10/08/1859
AUER	JOHANN	62	CHEFE	-	10/08/1859
AUER	CATHARINA	43	ESPOSA	-	10/08/1859
AUER	ERNEST	20	FILHO	-	10/08/1859
AUER	JOHANN	17	FILHO	-	10/08/1859
AUER	PAULINA	14	FILHA	-	10/08/1859
AUER	JOSEPH	12	FILHO	-	10/08/1859
AUER	FRANZ		FILHO	-	10/08/1859
BLANK	BALTHASAR	36	SÓ	SCHÖNBERG	10/08/1859
EGG	JOSEPH	35	CHEFE	GREIS	10/08/1859
GOGL	KRESZENZ	27	AGREGADO	GREIS	10/08/1859
KOFLER	GENOFEVA	24	ESPOSA	GREIS	10/08/1859
EGG	JOSEPH	1	FILHO	GREIS	10/08/1859
PENZ	JOHANN	30	AGREGADO	GREIS	10/08/1859
FIGLE	JOSEPH	48	SÓ	-	10/08/1859
FIGLER	LUIZ	42	SÓ	-	1869
FIGLER	JOHANN	57	SÓ	-	1869
FRIED	JOSEPH	54	SÓ	-	1859
GREID	JOHANN	47	CHEFE	-	1869
GREID	FRANZISCA	38	ESPOSA	-	1869
GREID	MARIA	8	FILHA	-	1869
GREIER	JOHANN	43	SÓ	NEUSTILT	1869
HELMER	INGENUIN	50	CHEFE	ARZL	10/08/1859
HELMER	JOHANN	25	FILHO	ARZL	10/08/1859
HELMER	PETER	23	FILHO	ARZL	10/08/1859
HELMER	LEOPOLD	20	FILHO	ARZL	10/08/1859
HELMER	JOSEPH	30	FILHO	ARZL	10/08/1859
FIEGL	GENOFEVA	40	NORA	ARZL	10/08/1859
HELMER	IGNAZ	-	CHEFE	-	22/04/1861
HELMER	-	-	ESPOSA	-	
HELMER	-	-	FILHA	-	
HOLZMEISTER	IGNAZ	51	CHEFE	FULPMESS	10/08/1859
HOLZMEISTER	MARIA	46	ESPOSA	FULPMESS	10/08/1859
HOLZMEISTER	JOHANN	22	FILHO	FULPMESS	10/08/1859
HOLZMEISTER	ANNA	18	FILHA	FULPMESS	10/08/1859
HOLZMEISTER	ALOIS	11	FILHO	FULPMESS	10/08/1859
HOLZMEISTER	NOTHBURGA	9	FILHA	FULPMESS	10/08/1859
PENZ	ALOIS	56	AGREGADO	FULPMESS	10/08/1859
KAPFERER	MARTIN	23	CHEFE	FULPMESS	10/08/1859
LEITGCH	MARGARETH	33	ESPOSA	FULPMESS	10/08/1859
KOFLER	JOSEPH	36	SÓ	FLAURLING	10/08/1859
MARKT	ALOIS	27	SÓ	KANGEN	10/08/1859
MÜLLER	JUDITH	44	CHEFE	OLESTEIG	10/08/1859
MÜLLER	JOSEPH	14	FILHO	OLESTEIG	10/08/1859
MÜLLER	ALOIS	13	FILHO	OLESTEIG	10/08/1859
MÜLLER	JOHANN	11	FILHO	OLESTEIG	10/08/1859
OBERACHER	JOSEPH	56	CHEFE	FULPMESS	10/08/1859
BELLER	ANNA	39	ESPOSA	FULPMESS	10/08/1859
OELHAFEN	JOSEPH	29	SÓ	OBERSPERFUSS	10/08/1859
PFURTSCHELLER	JOHANN	29	SÓ	FULPMESS	10/08/1859
PIDNER	VINCENZ	22	CHEFE	FULPMESS	16/04/1893
KAPFERER	MARIA	19	ESPOSA	FULPMESS	16/04/1893
KAPFERER	ALOYS	17	CUNHADO	FULPMESS	16/04/1893
POSSMOSE	ANDREAS	53	CHEFE	ABSAM	19/10/1859
WALCHER	ANNA	45	ESPOSA	ABSAM	19/10/1859
POSSMOSE	JOSEPH	16	FILHO	ABSAM	19/10/1859
POSSMOSE	ANNE	14	FILHA	ABSAM	19/10/1859
POSSMOSE	ANDREAS	10	FILHO	ABSAM	19/10/1859
POSSMOSE	MARIA	6	FILHA	ABSAM	19/10/1859

SOBRENOME	NOME	IDADE	PARENTESCO	COMUNA	DATA
RANDER	GEORG	36	SÓ	FULPMESS	10/08/1859
REICH	JOSEPH	39	CHEFE	MARTINAU	10/08/1859
REICH	ELISABETH	39	ESPOSA	MARTINAU	10/08/1859
REICH	JOSEPH	9	FILHO	MARTINAU	10/08/1859
REICH	MAXMILIAN	7	FILHO	MARTINAU	10/08/1859
REICH	ELISABETH	6	FILHA	MARTINAU	10/08/1859
ROFNER	JOSEPH	36	CHEFE	MIEDERS	10/08/1859
KINDEL	MARIA	26	ESPOSA	MIEDERS	10/08/1859
ROTT	LORENZ	51	CHEFE	FULPMESS	10/08/1859
ROTT	GEORG	20	FILHO	FULPMESS	10/08/1859
SCHLEIFER	JOSEPH	47	CHEFE	MATREI	06/01/1860
SCHLEIFER	ELISABETH	42	ESPOSA	MATREI	10/08/1859
SCHLIERENZAUER	ALOIS	58	CHEFE	ARZL	10/08/1859
SCHLIERENZAUER	ENGELBERTH	17	FILHO	ARZL	10/08/1859
SCHLIERENZAUER	MECHTILDE	16	FILHO	ARZL	10/08/1859
SCHLIERENZAUER	BARBARA	13	FILHA	ARZL	10/08/1859
SCHMIDT	FRANZ	48	CHEFE	FULPMESS	10/08/1859
HOER	GERTRAND	50	ESPOSA	FULPMESS	10/08/1859
SCHÖPF	FRANZ	28	CHEFE	OBSTEIG	10/08/1859
WALDHART	MARIA	26	ESPOSA	OBSTEIG	10/08/1859
SILLER	JOSEPH	27	CHEFE	FULPMESS	10/08/1859
KAPFERER	NOTHBURGA	24	ESPOSA	FULPMESS	10/08/1859
SINGER	CASPAR	38	CHEFE	ELMEN	10/08/1859
GRITSCH	KATHARINA	40	ESPOSA	ELMEN	10/08/1859
SINGER	JOHANN	18	ENTEADO	ELMEN	10/08/1859
SINGER	ADELHEIT	6	FILHA	ELMEN	10/08/1859
SINGER	ADELBERT	4	FILHO	ELMEN	10/08/1859
SINGER	JOHANN	5	FILHO	ELMEN	10/08/1859
BIRCHER	ELISABETH	48	AGREGADA	ELMEN	10/08/1859
SPECKLACHER	MICHAEL	28	CHEFE	MALL	10/08/1859
SALCHNER	KRESZENZA	30	ESPOSA	MALL	10/08/1859
STEINER	GEORG	29	CHEFE	DATTNAU	10/08/1859
STRELE	MARIA	23	ESPOSA	DATTNAU	10/08/1859
TCHAN	VINCENZ	24	SÓ	[INNSBRUCK]	10/08/1859
TIRCHNER	ALOIS	32	CHEFE	-	15/08/1868
TIRCHNER	THEREZA	32	ESPOSA	-	15/08/1868
UBERBACHER	GEORG	27	CHEFE	FULPMESS	10/08/1859
GRIESSER	THERESE	20	ESPOSA	FULPMESS	10/08/1859
KRESSBACHER	GALLUS	19	AGREGADO	FULPMESS	10/08/1859
WALCHER	JOSEPH	39	CHEFE	OBSTEIG	10/08/1859
HAHN	ROMANA	40	ESPOSA	OBSTEIG	10/08/1859
WALCHER	MAGDALENA	16	FILHA	OBSTEIG	10/08/1859
WALCHER	ANTON	15	FILHO	OBSTEIG	10/08/1859
WALCHER	ALOIS	13	FILHO	OBSTEIG	10/08/1859
WALCHER	MARIA	12	FILHA	OBSTEIG	10/08/1859
WALCHER	NOTHBURGA	9	FILHA	OBSTEIG	10/08/1859
WALCHER	KRESZENZ	8	FILHO	OBSTEIG	10/08/1859
WALCHER	JOHANN	5	FILHO	OBSTEIG	10/08/1859
WALCHER	SOPHIA	2	FILHA	OBSTEIG	10/08/1859
WALCHER	AGNES	0	FILHA	OBSTEIG	10/08/1859
WALCHER	JOHANN	39	CHEFE	SCHWOICH	19/10/1859
WALCHER	ANNE	45	ESPOSA	SCHWOICH	19/10/1859
WALCHER	JOHANN	17	FILHO	SCHWOICH	19/10/1859
WALCHER	SIMON	14	FILHO	SCHWOICH	19/10/1859
WALCHER	JOSEPH	13	FILHO	SCHWOICH	19/10/1859
WALCHER	ANTON	11	FILHO	SCHWOICH	19/10/1859
WALCHER	MICHAEL	9	FILHO	SCHWOICH	19/10/1859
WALCHER	JACOB	6	FILHO	SCHWOICH	19/10/1859
WALCHER	CASPAR	4	FILHO	SCHWOICH	19/10/1859
WEGSCHEIDER	JOSEPH	43	SÓ	NEUSTILT	10/08/1859

Fonte: Franceschetto, 2014. Editado pela autora.

É possível, por meio dos registros, identificar Santa Leopoldina como a maior colônia receptora de austríacos da província. Ao todo recebe 36,6% do contingente dentre todas as regiões (Quadro 05).

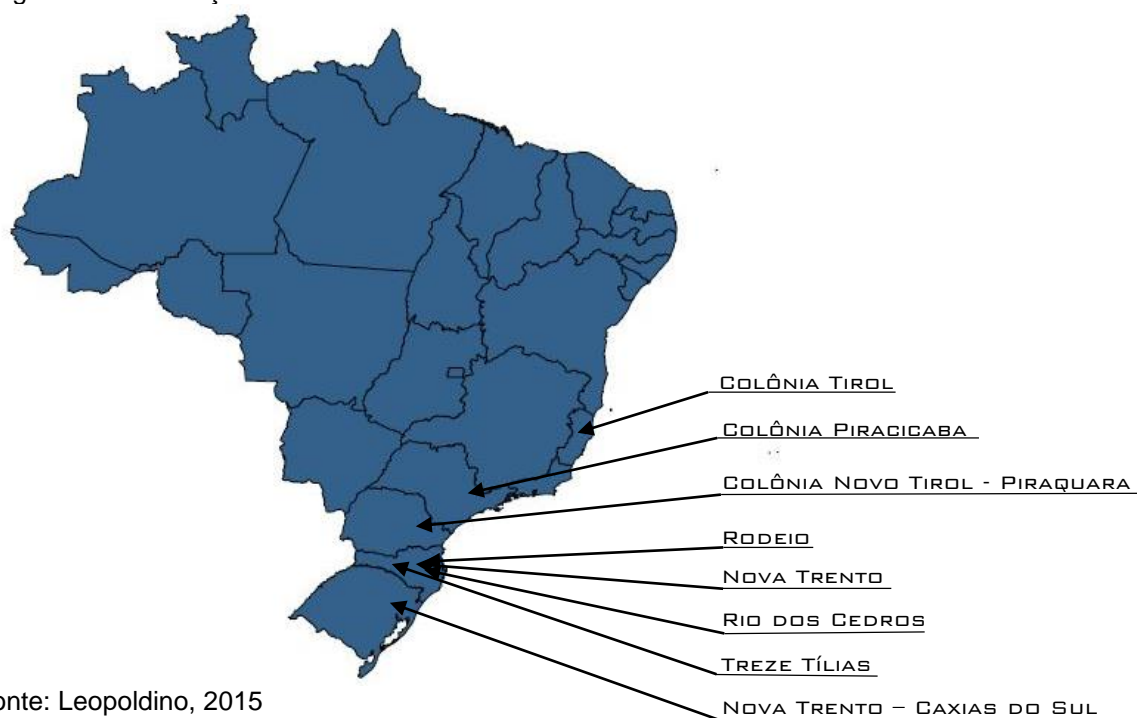
Quadro 05 - Destino dos imigrantes austríacos

AUSTRÍACOS DE ACORDO COM O DESTINO		
DESTINO	IMIGRANTE	PORCENTAGEM
SANTA LEOPOLDINA	145	36,6
BENEVENTE	97	24,5
VITÓRIA	74	18,7
BAIXO GUANDU	27	6,8
ITAPEMIRIM	10	2,5
RIO DOCE	9	2,3
RIO JUCU	6	1,5
OUTROS	28	7,1
TOTAL	396	100

Fonte: Franceschetto, 2014

O núcleo formado por tirolese austríacos, Tirol, permanece durante os de 1859-1875 como a única colônia do Brasil. Após dezesseis anos é constituído outro núcleo, denominado Colônia de Nova Trento, no estado de Santa Catarina. No Brasil existem oito regiões desenvolvidas por tirolese, tanto austríacos como italianos (Figura 31). Nesses locais os imigrantes são responsáveis por todo o desenvolvimento e confrontam diversas dificuldade como "[...] enfrentar gentios, adversidades de clima, terreno, alimentação e, também, porque não dizer, despreparo dos administradores para a gigante tarefa." (SCHWARZ, 1992, p. 4).

Figura 31 Localização das comunidades tirolese no Brasil



Fonte: Leopoldino, 2015

4.2 COLÔNIA DO TIROL: TIROLESES AUSTRIÁCOS EM SOLO CAPIXABA

Os imigrantes do século XIX implantados na região centro serrana do Espírito Santo são responsáveis pelo desenvolvimento econômico e cultural do local. O subcapítulo apresenta a colônia formada por tirolese australianos, denominada como Tyrol, Tirol, Dorf Tirol ou Colônia do Tirol. Os limites territoriais, do recorte⁷⁶, são estabelecidos em 1993, através do projeto *Mapeamento de Comunidades Urbanas e Rurais do Espírito Santo*, desenvolvido pelo Instituto Jones dos Santos Neves, em convênio com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A revisão história apoia-se nos estudos na área da antiga Colônia entre os séculos XIX, XX e XXI. A principal linha de pesquisa é a colonização germânica no Espírito Santo, uma vez que, o trabalho apoia-se na citação de Grosseli (2008), em *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900*, no entendimento que os tirolese de língua alemã são inseridos nas comunidade germânicas. É possível afirmar, desde já, que o sistema linguístico é um fator aglutinador mais influente que a região de origem dos imigrantes.

Em 1859 entraram em Santa Leopoldina grandes grupos de europeus, [...]. Eram em sua maioria alemães, de várias regiões [...]. As minorias eram compostas de holandeses, suíços e luxemburgueses e [...] 82 tirolese. **Tratavam-se de tirolese de língua alemã, inseridos na comunidade alemã da colônia.** Quando chegaram as centenas de tirolese italianos⁷⁷, ou seja, trentinos, não se misturaram a eles, mas formaram as suas comunidades juntamente com os outros colonos italianos. De acordo com a documentação que analisamos, é possível supor que a maior parte destes tirolese de língua alemã tenha chegado à colônia em 1859 (GROSSELI, 2008, p. 201-202, grifo nosso).

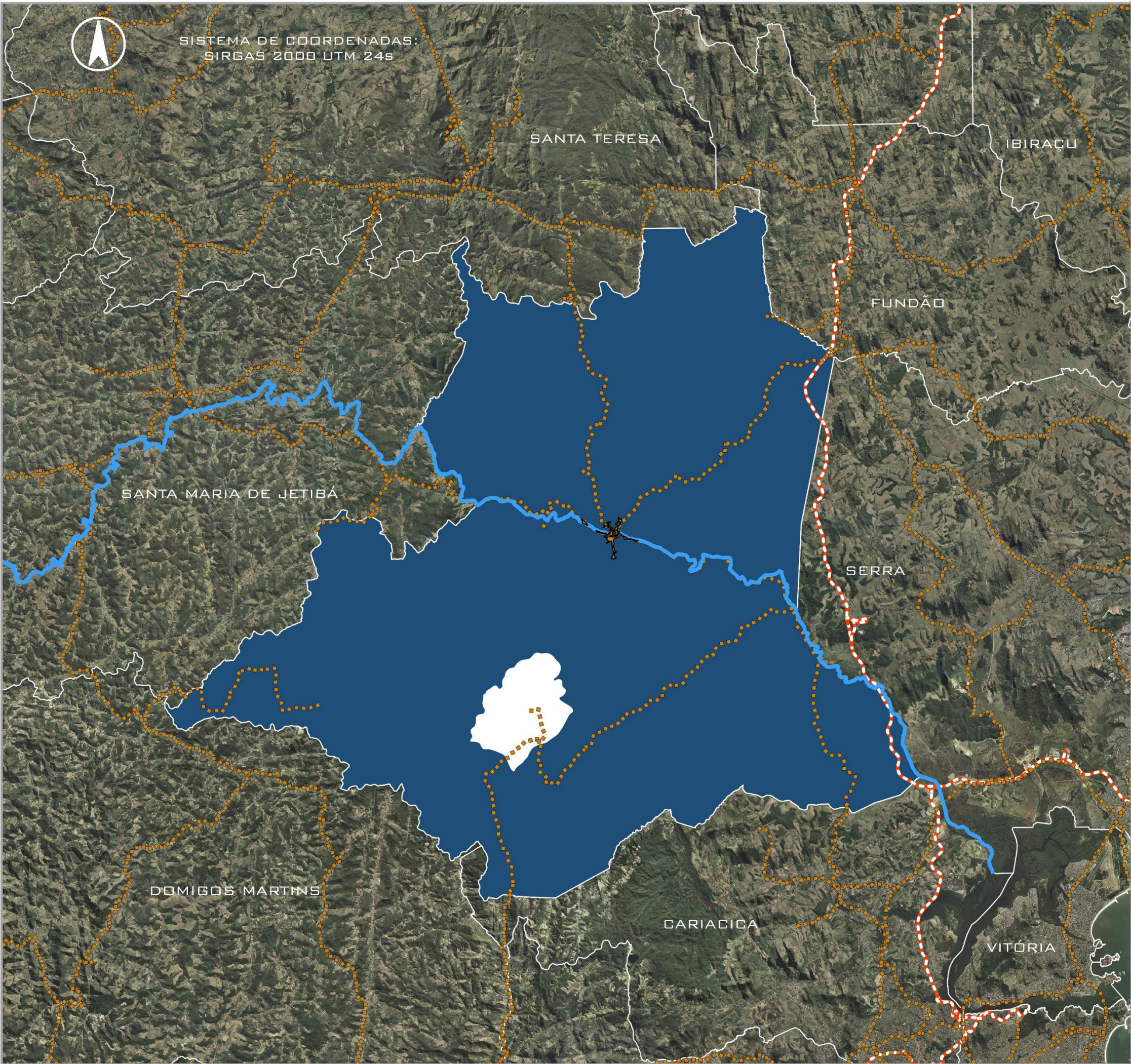
Entretanto, observa-se lacunas históricas importantes nos relatos dos viajantes e nos trabalhos voltados para as colônias germânicas. Dessa forma, o estudo pretende, por meio da História Oral, complementar e confirmar informações do povoado do Tirol através das falas dos depoentes⁷⁸.

Mapa 01 – Localização do Tirol:

⁷⁶ Utilizado nos mapas Declividade e hidrografia, Uso do solo, Ocupação do solo.

⁷⁷ Refere-se a Colônia de Timbuy.

⁷⁸ Quadro dos síntese dos depoentes e a rede de entrevista estão no subcapítulo 2.1 História Oral.



MAPA LOCALIZAÇÃO TIROL

LOCALIZAÇÃO DO TIROL - ES



ESPÍRITO SANTO -
SANTA LEOPOLDINA



SANTA LEOPOLDINA -
TIROL

LEGENDA

- RIO SANTA MARIA DA VITÓRIA
- ... RODOVIAS
- - - FERROVIA
- COMUNIDADE DO TIROL
- CIDADE SANTA LEOPOLDINA
- MUNICÍPIO SANTA LEOPOLDINA
- LIMITES MUNICIPAIS

OBSERVAÇÕES

4.2.1 Porto Cachoeira: ponto de partida

Segundo Tschudi (2004, p.32), a sede da Colônia de Santa Leopoldina⁷⁹ está situada a “[...] 19 léguas a oeste-noroeste de Vitória e está limitada ao norte pelo rio Santa Maria e ao sul pelo rio Mangaraí.” Neste local são implantados os imigrantes de diversas nacionalidade, tornando a Colônia o principal foco de atração de imigrantes germânicos e italianos⁸⁰. Para Franceschetto (2015, p.57), os “[...] camponeses procedentes dos antigos Estados alemães chegavam em maior número, além dos austríacos, holandeses, luxemburgueses e os pomeranos, estes a partir de 1859.

À margem do rio Santa Maria da Vitória, [...], estabeleceu-se uma colônia de nacionais de diversos países, à qual denominaram Santa Leopoldina (Leopoldina era o nome da segunda princesa imperial). A fundação efetuou-se na década de 1850, quando o governo Brasileiro, arduamente, começou a incentivar a colonização. Então, **criaram-se numerosos núcleos de imigrantes**, nas províncias meridionais do império (WAGEMANN, 1949, p.24, grifo nosso).

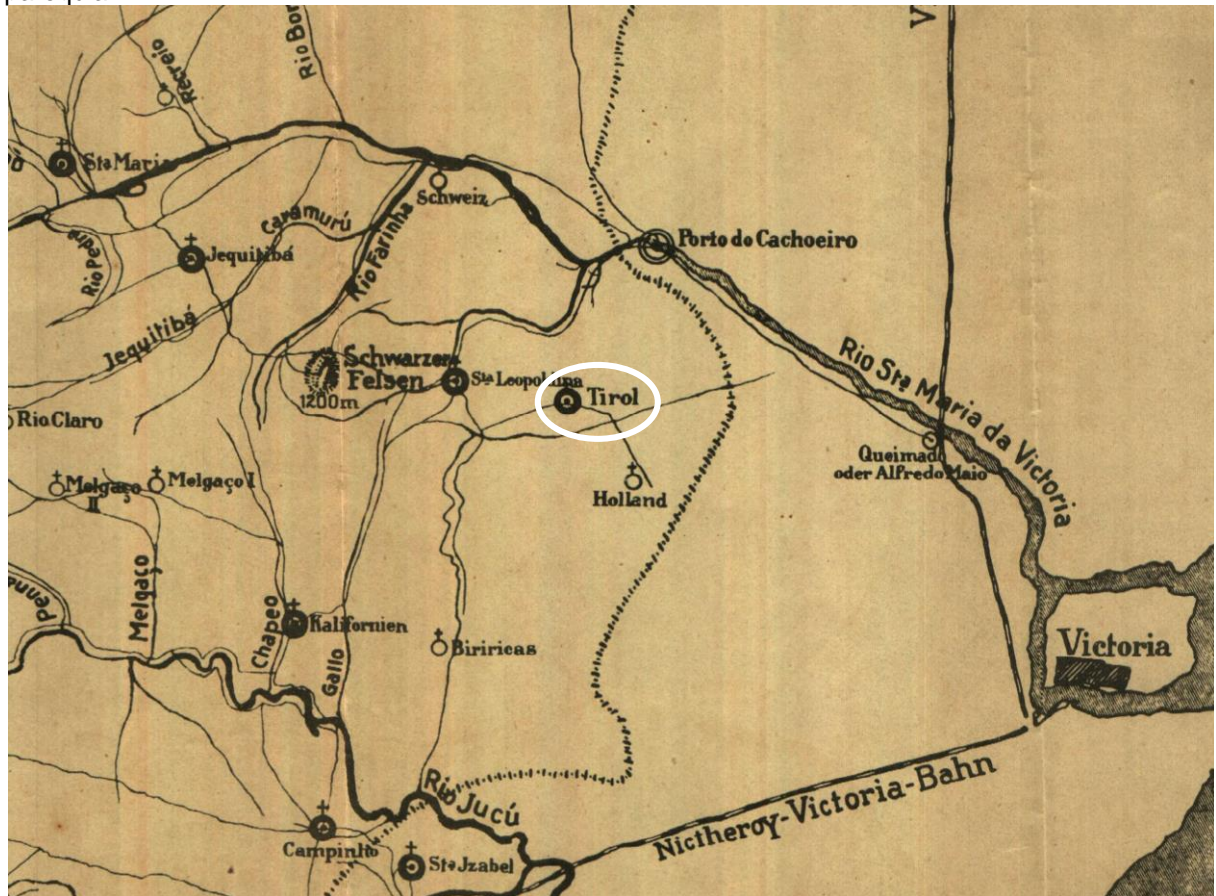
Dentre os núcleos de imigrantes mencionados na citação de Ernst Wagemann (1949), em *A colonização alemã no Espírito Santo*, o trabalho destaca: Holanda, Califórnia⁸¹, Luxemburgo e Tirol (Figura 32). No mapa *Regiões do Espírito Santo, colonizados por alemães* (Anexo IV), é possível identificar a implantação dos núcleos na zona alta ou parte meridional, segundo (Wagemann 1949), está localizada de 500 até 900 metros acima do nível do mar. Na atualidade os moradores do Tirol, denominam como terra fria a área meridional e terra quente a área setentrional

⁷⁹ Porto Cachoeira.

⁸⁰ Segundo Abreu (1967, p.88), a imigração apresenta “[...] duas fases: a fase alemã, que vai do início do movimento até meados da década de 70, e a fase italiana, começando por volta de 1875, indo até fins do século passado.”

⁸¹ Segundo Wagemann (1949), juntamente com Campinho e Jequitibá, Califórnia apresenta-se entre as maiores. Califórnia, Holanda e Luxemburgo são os povoados limítrofes ao Tirol. São colonizados por imigrantes germânicos católicos e protestantes como Holandeses, Luxemburguês, alemães e Tiroleses

Figura 32 – Trecho do mapa *Regiões do Espírito Santo, colonizados por alemães*, em 1914, produzido por Wagemann. É possível identificar a cidade de Vitória conectada até a sede da colônia pelo Rio Santa Maria. Em destaque o núcleo do Tirol, sinalizado contendo uma igreja paroquial.



Fonte: Wagemann, 1949

Os estrangeiros colonizadores dos núcleos, supramencionados, são de origem germânica e são destinados para a Colônia de Santa Leopoldina entre 1956 a 1960. Para chegar a Colônia é necessário fazer todo o trajeto navegável do Rio Santa Maria em canoas de madeira (Figura 33). A viagem dura entorno de 12 horas (Wagemann 1949), o trajeto e o meio de transporte são descritos por Baviera (2013) e Tschudi (2004):

Nossa canoa era feita de um enorme tronco de madeira amarela e tinha seis bancos. Esses bancos não eram destinados a nós, mas ao pessoal que remava a canoa. Essa equipe era composta de quatro remadores, sendo dois deles negros, um índio e um branco, mais o piloto, igualmente um negro parado em pé, que comandava a canoa com um remo. Para nós estava reservado um lugar comprido, sem banco, acima do qual havia uma cobertura, um meio-cilindro de folhas de palmeira, que servia para nos proteger dos raios do sol. Sobre a madeira do piso havia uma esteira e um colchão. [...] Nas duas primeiras horas da viagem, a canoa foi conduzida pelos remos, depois empurrada para frente com paus compridos (BAVIERA, 2013, p.45-46).

Em uma canoa conduzida por cinco vigorosos negros, franqueamos em nove horas a distância entre Vitória e o Porto do Cachoeiro. A partir desse ponto, na direção oeste, o rio deixa de ser navegável (TSCHUDI, 2004, p.32).

Figura 33 - Rio Santa Maria da Vitória com o monte Mestre Álvaro. Natureza esquematizada por Baviera e reproduzida por E. Berninger



Fonte: Baviera, 2013

Para Adilson Abreu (1967), no artigo *A colonização ítalo-germânica no Espírito Santo e seus problemas*, após os imigrantes percorrerem os 70 km navegáveis do Rio Santa Maria de Vitória a colônia Santa Leopoldina, são abrigados na sede em barracões⁸². Segundo Demoner (1983) e Tschudi (2004), o panorama da Colônia é bem diversa daquela vista pelos colonos no Porto de Vitória, a paisagem que desponta à frente deles é marcada por declives acentuados, com vales estreitos entre montanhas. Ao fundo dos vales⁸³, na maior parte dos casos, é o local mais amplo onde encontra-se um rio, ribeirão ou córrego (Figura 34). Apresenta um solo coberto por matas belas e exuberantes, de acordo com Baviera (2013, p. 53-54), é um "[...] vale montanhoso [...] muito bonita [...] à semelhança de um povoado do Tirol⁸⁴".

Compreende montanhas abruptas e vales fechados, cuja superfície é raramente mais larga que o rio que o atravessa. [...] O solo é em grande parte arenoso e quartzoso; a terra vegetal não tem, em média, mais do que duas a três polegadas de profundidade e nem mesmo se compõe de humus puro, mas de uma teia cerrada de finas raízes filamentosas misturadas ao humus.

⁸² [...] um barracão amplo com compartimentos destinados ao alojamento de cinquenta famílias. (ROCHA, 2008, p. 121)

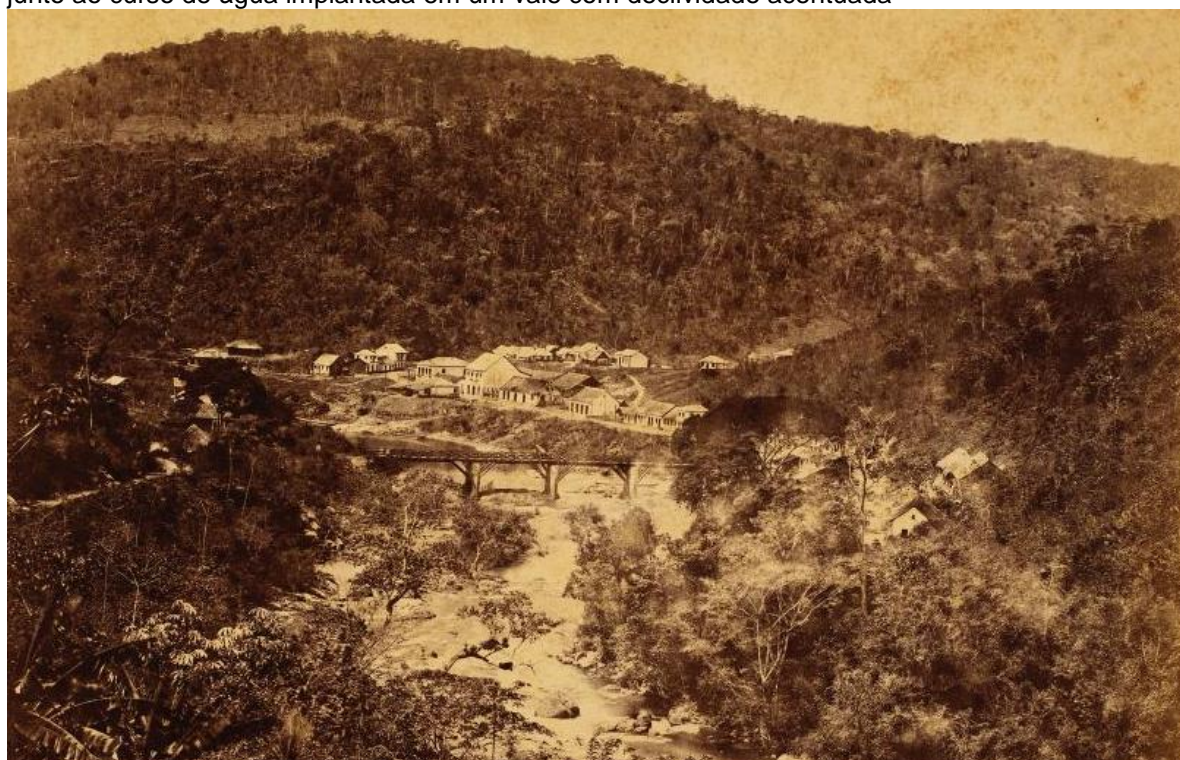
⁸³ [...] de maneira a com que a "colônia" se apresentasse com testada para o curso d'água e com fundos para os interflúvios [...] através dos fundos dos vales, deu-se toda a penetração" (ABREU, 1967, p.87)

⁸⁴ O Tirol, mencionado por Baviera (2013), é a região do *Nordtirol* do *Tyrol Histórico*. A Princesa nasceu no Reino da Baviera em 1846. Filha de Augusta Ferdinand (1825-1864), arquiduquesa da Áustria.

Apenas em alguns locais onde o vale se alarga um pouco, junto a um ribeirão, encontra-se uma camada mais espessa de terra vegetal carregada das montanhas e onde a fertilidade é naturalmente maior (TSCHUDI, 2004, p.32).

Em geral os terrenos desta colônia eram montanhosos e cobertos de soberbas matas. Cortados por numerosos rios, ribeirões e córregos, os terrenos prestavam-se a todas culturas, especialmente a do café. Desde logo tornou-se o centro da colônia de Santa Leopoldina o lugar chamado Porto Cachoeiro, por ser o ponto até onde era navegável o rio Santa Maria da Vitória, e por onde convergiam todos os produtos que deviam ser transportados para Vitória, Capital da Província (DEMONER, 1983, p.94).

Figura 34 – Sede de Porto do Cachoeiro, fotografia de Albert Richard Dietze em 1876. Edificações junto ao curso de água implantada em um vale com declividade acentuada



Fonte: Lopes, 2003.

Contudo, os recém-chegados não são designados para a sede, são encaminhados para as “linhas colônias”, ou seja, as demarcações de definidas por Américo Pralon. De acordo com Roche, (1963), no livro *A colonização alemã no Espírito Santo*, nessa ocasião as estradas são picadas, caminhos abertos a golpes de facão ou foice.

Após chegar ao lote selecionado para a família inicia o trabalho de construção e povoamento de uma área, até então, inexplorada. Forma-se os núcleos, que são nomeados a partir da nacionalidade dos imigrantes, tendo isso posto, o núcleo do Tirol é, segundo Franceschetto (2014), uma homenagem a pátria dos colonos.

4.2.2 Colônia do Tirol

De acordo com Grosseli (2008), os colonos são distribuídos em pequenas propriedades rurais com o tamanho médio de 30 hectares⁸⁵. Segundo Roche (1963), a delimitação dos lotes ocorre, somente, no limite frontal da propriedade, logo, apresentam imprecisões em relação aos limites laterais e posterior.

[...] os lotes tinham sido delimitados, de frente, de uma parte e de outra da picada (eixo de penetração antes de torna-se o das comunicações). Esta repartição de lotes, efetuada como nas antigas colônias do sul do Brasil, apresentam a mesma imprecisão, uma vez que nem os lados nem o fundo foram traçados no terreno; os colonos deviam eles próprios definir seus limites a partir da picada, empreendendo o desmatamento paralelo, o que seria fonte de contestação entre vizinhos (ROCHE, 1963, p. 26).

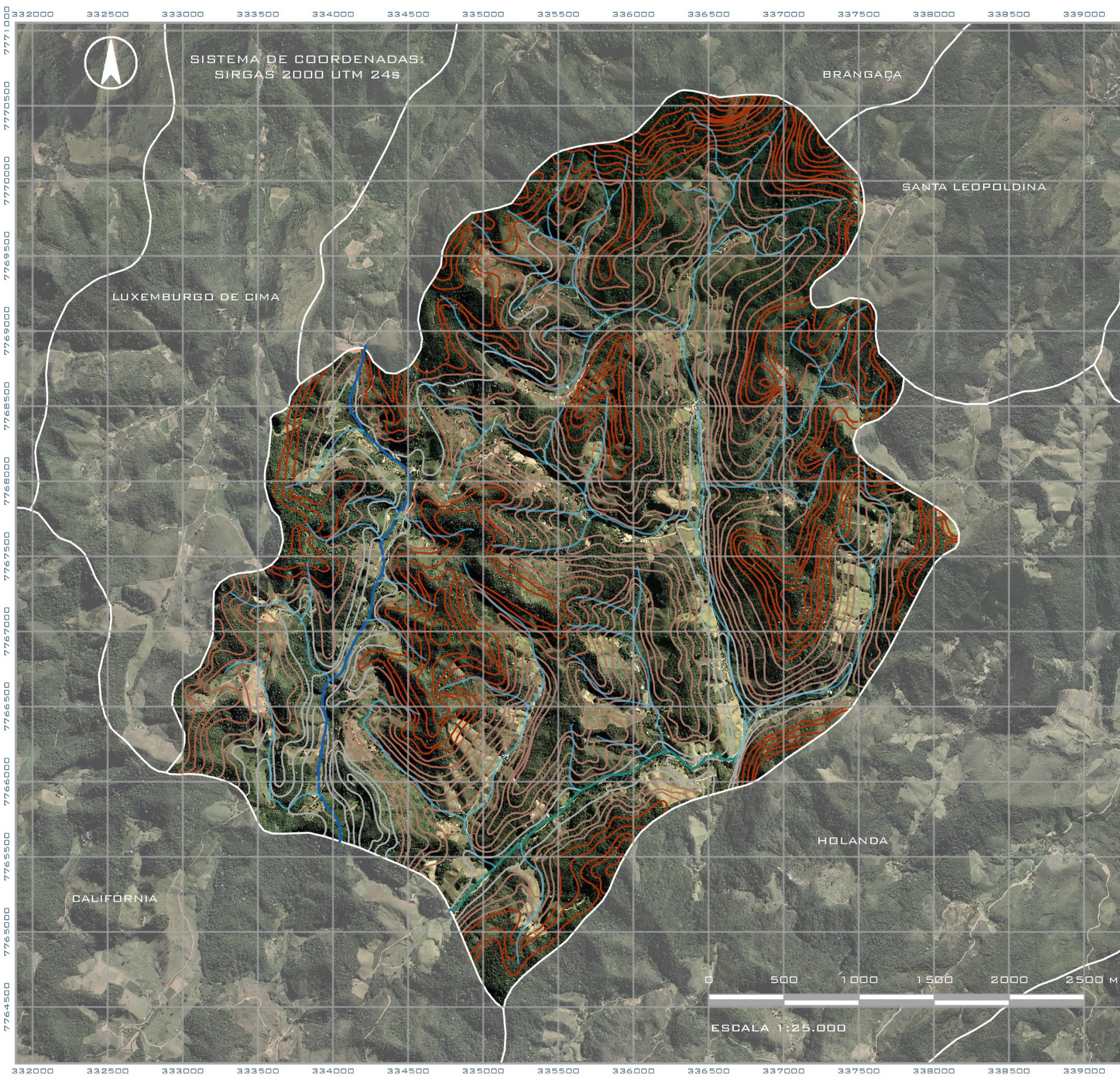
O Tirol é uma região com declividade acentuada com as curvas de nível “[...] relativamente paralelas e próximas umas das outras, o que indica bem a massividade do alto platô, limitado por declives vigorosos e frequentemente escapados” (ROCHE, 1963, p. 20). Soma-se a essa paisagem a mata fechada e virgem; riachos; e, córregos ao fundo dos vales, o núcleo apresenta uma hidrografia abundante em pequenos riachos (Mapa 02).

A topografia e a presença dos diversos cursos de água são fatores determinantes na implantação das edificações; na formação das plantações; na construção dos acessos; e, na relação entre vizinhos. A região montanhosa favorece a colonização por famílias isoladas, são sítios implantados de forma difusa no território. Portanto, segundo Wagemann (1949, p. 30), “[...] a maioria dos alemães vive dispersa, em sítios, ou seja, em colônias-famílias”.

[...] a habitação dispersa constitui a regra na zona de colonização, [...] O movimento do terreno [...] torna mais sensível a dispersão do habitat, uma vez que fragmenta o conjunto da colônia em um grande número de pequenos compartimentos, separados por uma espécie de ferrolhos em que os rios se encaixam e onde a floresta, com frequência, permaneceu agarrada. Por isso mesmo, nos setores ocupados pelo homem, há uma centena de anos, há descontinuidade ou irregularidade do povoamento, mais denso nas bacias que têm por base principais níveis (por exemplo o de 500 e de 700 nas antigas colônias [...]); as células do povoamento estão ligadas em rosário pelas estradas que substituíram recentemente os caminhos precários do período anterior (ROCHE, 1963, p. 46-47).

Mapa 02 – Declividade e hidrografia:

⁸⁵ Segundo Roche (1963), no começo da colonização alguns colonos conseguiram de dois a três lotes, assim sendo, é possível encontrar propriedades maiores do que o padrão estabelecido. Para Wagemann (1949), alguns possuem de duas a três ‘colônias’ e considera cada ‘colônia’ em média de 25 hectares, portanto, segundo o autor, uma média de 50 a 75 hectare.



SISTEMA DE COORDENADAS:
SIRGAS 2000 UTM 24S

BRANGAÇA

SANTA LEOPOLDINA

LUXEMBURGO DE CIMA

HOLANDA

CALIFÓRNIA

MAPA DECLIVIDADE E HIDROGRAFIA

LOCALIZAÇÃO DO TIROL - ES



ESPÍRITO SANTO -
SANTA LEOPOLDINA



SANTA LEOPOLDINA -
TIROL

LEGENDA

- POVOAMENTOS
- NASCENTES
- CÓRREGO TIROL
- RIO CACHOEIRA DA FUMAÇA

DECLIVIDADE

- 0% - 10%
- 10% - 20%
- 20% - 35%
- > 35%

OBSERVAÇÕES

IDENTIDADE TERRITORIAL DO DESCENDENTE DE TIROLES
MESTRANDA: MARIANA PEREIRA DE AMORIM
ORIENTADORA: RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO

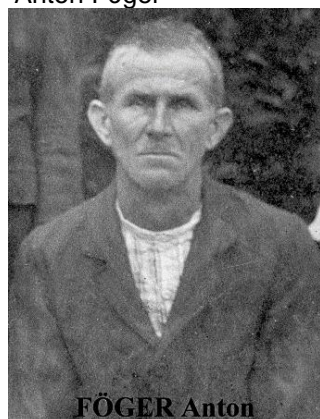
No acervo do *Projeto Imigrantes* do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, consta o registro dezoito imigrantes implantados no núcleo Tirol, os quais dezoito são tirolese e um polonês (Quadro 06). A partir dos dados é possível traçar um perfil dominante com as seguintes características: a religião predominante é a católica e a maior parcela é composta por agricultores. Todos chegam em Santa Leopoldina no ano de 1859, contudo, o dia e mês variam entre de 19 de outubro e 10 de agosto. O Projeto também disponibiliza as únicas duas imagens de imigrantes tirolese (Figura 35 e 36). No entanto, os sobrenomes não constam na lista de estrangeiros oriundos do *Tyrol Histórico*, todavia, o imigrante Johann Thomas é antepassado dos depoentes.

Quadro 06 – Imigrantes estabelecidos no núcleo do Tirol, Santa Leopoldina

IMIGRANTES ESTABELECIDOS NO TIROL, SANTA LEOPOLDINA						
SOBRENOME	NOME	IDADE	REGIÃO	COMUNA	PROFISSÃO	RELIGIÃO
AICHNER	GEORG	37	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
LEITNERIN	MARIA	29	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
BLANK	BALTHASAR	36	ÁUSTRIA	TIROL	DIARISTA	CATÓLICO
FÖGER	FRANZ	26	ÁUSTRIA	TIROL	ESCREVENTE	CATÓLICO
PFURTSCHELLER	JOHANN	29	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
RANDER	GEORG	36	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
SILLER	JOSEPH	27	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
KAPFERER	NOTHBURGA	24	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
STEINER	GEORG	29	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
STRELE	MARIA		ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
WALCHER	JOHANN	39	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
WALCHER	ANNE	45	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
WALCHER	JOHANN	17	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
WALCHER	SIMON	14	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
WALCHER	JOSEPH	13	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
WALCHER	ANTON	11	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
WALCHER	MICHAEL	9	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
WALCHER	JACOB	6	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
WALCHER	CASPAR	4	ÁUSTRIA	TIROL	AGRICULTOR	CATÓLICO
BRUGNE	ANDREAS	23	POLÔNIA	VARSOVIA	AGRICULTOR	CATÓLICO

Fonte: Projeto Imigrante, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018

Figura 36 – Foto do tirolês Anton Föger



FÖGER Anton

Fonte: Projeto Imigrante, APEES, 2018

Figura 36 – Foto do tirolês Johann Thomas



THOMAS Johann

Fonte: Projeto Imigrante, APEES, 2018

Os imigrantes exercem sua profissão em propriedades rurais⁸⁶ pequenas e isoladas, enfrentam dificuldades iniciais por falta instrução referente os aspectos do solo, do clima e da vegetação diversos do seu país de origem (Demoner, 1983). Assim sendo, o desenvolvimento da Colônia é lento.

Muitos fatores concorreram para lento desenvolvimento dessa colônia, que em 1864, ainda continuava sem grandes progressos. Um deles foi a pouca instrução dos colonos para ali designados, nos negócios da agricultura. A maioria desconhecia os tipos de terrenos e de plantas (DEMONER, 1983, p. 94).

Acrescentamos, ao fator supramencionado, a ausência do auxílio do Governo Imperial, aos colonos é prometido um auxílio financeiro durante os seis primeiros meses. Todavia, Grosseli (2008) afirmar não ser suficiente para que os novos produtores rurais tornassem independentes, sendo assim, o auxílio é prolongado por doze meses, ou até vinte quadro meses. Pode-se acrescentar como fatores relevantes para o embargo do desenvolvimento o atraso ao pagamento, a desorganização administrativa e a corrupção dos funcionários da Coroa.

[...] a estrutura administrativa era tão precária que não havia uma contabilidade colonial. Tudo era improvisado. Isto às vezes favorecia os colonos, que não pagavam suas dívidas pelas terras e auxílios que receberam. Outras vezes a falta de escrituras causava-lhes grandes sofrimentos, como quando lhes subtraíam parte de seus lotes ou os obrigavam a mudar de lote quando já haviam começado a cultivar. A colônia viveria neste caos administrativo (GROSSELI, 2008, p. 202).

A infraestrutura da Colônia de Santa Leopoldina é dispersa no território (Figura 37, são propriedade do Estado “[...] a casa da direção, a do médico⁸⁷, o hospital, dois barracões⁸⁸ no porto, um outro junto à fazenda Alvarenga Rosa, dois no distrito de Suíssa e três no de Bragança. [...]. Também a escola, a igreja católica⁸⁹ e a casa do pastor protestante⁹⁰” (GROSSELI, 2008, p. 234). Todavia, de acordo com Schwarz (1992) a Colônia de Santa Leopoldina tem mais cinco barracões, dois na Suíça e três em Bragança.

⁸⁶ Para Abreu (1967), a implantação dos colonos em Santa Leopoldina remetem a forma de implantação do Vale do Itajaí, Santa Catarina.

⁸⁷ Segundo Grosseli (2008), o médico e a enfermeira viviam em Santa Leopoldina.

⁸⁸ “[...] especificava-se que os barracões eram de madeira com teto de palha”. (GROSSELI, 2008, p. 234)

⁸⁹ A igreja católica está situada no núcleo do Tirol (GROSSELI, 2008)

⁹⁰ O pastor mora na Pomerânia Oriental. (GROSSELI, 2008)

Figura 37 – Trecho da *Planta da Província do Espírito Santo onde estão as colônias de 1878*. Destaque para a possível edificação pública atribuída por Franceschetto (2014) como a localização da casa do engenheiro de Américo Pralon (Figura 28) e contorno do Tirol.



Fonte: Franceschetto, 2015

Apesar das dificuldades impostas pela falta de infraestrutura; ausência do auxílio do Governo; e, da falta de conhecimento dos colonos, a população inicia o trabalho com a terra. A prática da agricultura é possível somente a partir do desmatamento da mata virgem. A primeira operação⁹¹, segundo Roche (1963) e Wagemann (1949), é derrubar as árvores de grande porte, desse maneira, as menores vizinhas a essa também despencam ao encontro do chão.

Após a primeira etapa são amontoados os galhos em uma clareira, posteriormente, quando secos⁹² ateiam fogo e inicia a segunda etapa, a queimada. É desejável que o fogo não seja excessivamente forte⁹³, pois, poderá destruir o húmus tornando a terra dura e seca, prejudicando culturas como o milho, a qual necessita de um solo 'fofo'. "O terreno se conserva, então úmido, e se desenvolve melhor, depois, a desejada capoeira" (WAGEMANN, 1949, p.50).

De acordo com Rocha (2008) a Colônia é rica em água de excelente qualidade, o que permite aos colonos, nas últimas décadas do século XIX, formar lavouras de milho, mandioca, feijão e café. Contudo, fatores como o local montanhoso de vales estreitos e solo com pequena camada de húmus transformaram a realidade os imigrantes em uma experiência onerosa, que resultou, nos primeiros anos, em um trabalho árduo.

⁹¹ Denominada a derrubada. (WAGEMANN, 1949)

⁹² "Após 8 a 10 semanas depois da derrubada, se o tempo tiver estado seco, toca-se fogo às árvores e arbustos caídos, em caso contrário espera-se mais tempo". (WAGEMANN, 1949, p.50)

⁹³ Conserva-se, ao final dessa etapa, somente cepos enegrecidos de 2 a 3 metros de altura, esse são recolhidos e utilizados na construção das edificações. (ROCHA, 2008)

Segundo Rocha (2008, p.122), “Não fosse a ajuda, em dinheiro, do governo, eles não conseguiriam manter-se só com a minguada produção da terra.” No relato de Tschudi (2004, p.33) no ano de 1860 é possível identificar a péssima qualidade da produção da agrícola no final do século XIX.

O milho cresce pouco e dá espigas pequenas; a mandioca também é pequena [...] e freqüentemente fica preta sob a terra. Em vão plantam feijão: ele não cresce e, o que é pior, os cafeeiros plantados morrem ao fim de dois ou três anos. Os colonos perdem assim a esperança de conseguir um melhor futuro por meio dessa importante cultura. [...] Para cúmulo da desgraça, as grandes formigas que sempre acompanham a cultura (TSCHUDI, 2004, p.33)

Todavia, na segunda década do século XX a Colônia recebe a visita de Hugo Wernicke, o qual relata outro panorama das propriedades rurais, rendendo elogios ao café produzido e criticando a forma de prepara-lo para venda, indicando que prevalece um sistema rudimentar de produção, “[...] o café cresce muitíssimo bem [...] e dá um fruto finamente aromático, mas que infelizmente perde muito de sua qualidade em função da forma bastante primitiva de prepará-lo para a venda” (WERNICKE, 2013, p.73).

A importância do café mante-se na segunda década do século XX, aponta Wagemann (1949), como único produto de exportação e a mais importante atividade econômica. Cultiva-se os tipos ‘Bourbon’ e ‘Crioulo’. Segundo o autor, as culturas associadas mantêm-se as citadas por Rocha (2008), na visita de D. Pedro II em 1880, milho, mandioca e feijão, soma-se o cará, taioba e abóbora.

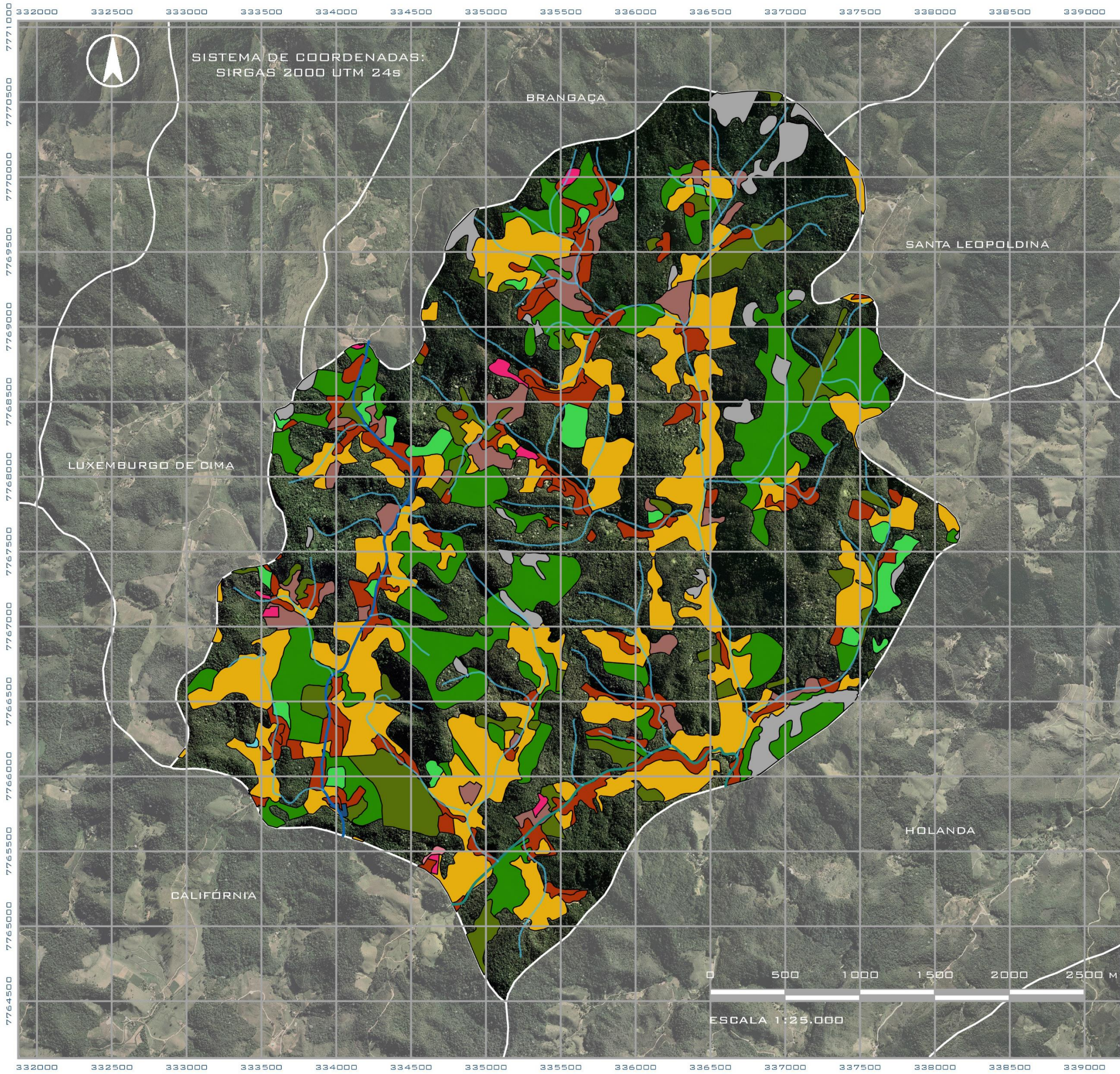
Wagemann (1949) considera uma ‘colônia’ tendo em média 25 hectares, destes entorno de 10 a 12 hectares já são desbravados, portanto, sem a mata nativa. A divisão dessa área é descrita no Quadro 07. O restante do lotes dos colonos, ou seja quase a metade, é ainda mata nativa. Para Wernicke (2013), a organização das plantações é realizada com diferentes culturas nos declives dos vales estreito e nos fundos dos vales próximo aos fluxos de água é destinado aos pastos⁹⁴ para os animais.

Quadro 07 – Organização da lavoura dos colonos

ORGANIZAÇÃO DA LAVOURA DO COLONOS		
01	CAFÉ (3000 PÉS)	1,5 A 2 HA.
02	MILHO	4 A 6 HA
03	TUBÉRCULOS	1 HÁ
04	PASTOS	4 HA

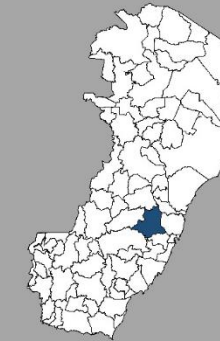
Fonte: Wagemann, 1949

⁹⁴ São mantidas algumas árvores frondosas, no intento de proporcionar sombra para os animais.



MAPA USO DO SOLO

LOCALIZAÇÃO DO TIROL - ES



ESPÍRITO SANTO -
SANTA LEOPOLDINA



SANTA LEOPOLDINA -
TIROL

LEGENDA

- POVOAMENTOS
- NASCENTES
- CORRÉGO TIROL
- RIO CACHOEIRA DA FUMAÇA
- USO DO SOLO
- AFLORAMENTO ROCHOSO
- BREJO
- CULTIVO AGRÍCOLA - BANANA
- CULTIVO AGRÍCOLA - CAFÉ
- CULTIVO AGRÍCOLA TEMPORÁRIO
- CAPOEIRA
- MASSA D'ÁGUA
- MATA NATIVA
- MATA NATIVA EM REGENERAÇÃO
- PASTAGEM
- CULTIVO DE EUCALIPTO
- SOLO EXPOSTO

OBSERVAÇÕES

AS INFORMAÇÕES DESSE MAPA SÃO DO INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES E INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA GERAL. CONSIDERA-SE CULTIVO PERMANENTE PLANTAÇÕES DE CAFÉ, BANANA E PALMITO PUPUNHA. CONSIDERA-SE CULTIVO TEMPORÁRIO PLANTAÇÕES DE MANDIOCA, GENGIBRE, CARÁ, PALMEIRA REAL E OLERÍCOLAS.

Mapa 03 - Uso do Solo:

A partir do Mapa 03 – *Uso do solo*⁹⁵ – é possível constatar a permanência da organização dos sítios, observados por Wernicke, até a atualidade. A área destinada ao pasto está nas cotas mais baixa dos lotes e as encostas são destinadas ao plantio de diversos tubérculos, hortaliças e herbáceas. Mantém, como indicado pelo autor, grande parte das propriedades com expressiva superfície de mata nativa, principalmente nas áreas de grande declividade. Nota-se trechos com áreas significativa de mata nativa em regeneração.

Schwarz (1992) atribui essa característica a mudança de mentalidade em relação as queimadas, a qual o autor a classifica como nefasta para o meio ambiente. “Há regiões onde a nefasta política de queimadas está totalmente ultrapassada, havendo uma mentalidade de proteção dos pequenos córregos” (SCHWARZ, 1992, p.99).

Em oposição, existem espaços dispersos pelo recorte territorial de plantação de eucalipto e pequenos pontos de solo exposto, contudo, não são relevantes dentro da massa total de mata nativa. Os afloramentos rochoso, mais proeminentes no povoamento, estão presentes nas divisas com Holanda e Bragança, não tendo dentro da área um afloramento importante.

Observa-se grande área sendo ocupada por pastagem, indicando sua importância dentro da propriedade é, no presente, superior ao do milho, o qual hoje apresenta parcela mínima dentro dos cultivos existentes. Conquanto, podemos afirmar que a pecuária é um ofício que necessita de uma grande superfície para o seu desenvolvimento, nesse sentido verifica-se uma mudança, a partir da década de 1980, com a diminuição das pastagens⁹⁶ para cultivos diversos. É possível identificar zonas pontuais de plantação de café, principalmente na porção norte da comunidade, todavia, nota-se a diminuição do cultivo do café, assim como o milho e, também, dos prados, os quais não apresentam relevância como na segunda década do século XX.

Verifica-se a diversidade dos cultivos com a inserção de tubérculos como a batata doce e, em especial, o inhame, o qual tem crescido expressivamente sua produção,

⁹⁵ As informações sobre o Uso do Solo constam a partir das informações do GeoBases do Instituto Jones Santos Neves e do IBGE.

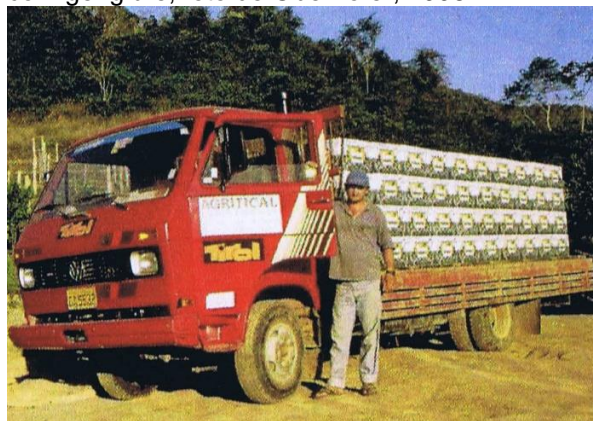
⁹⁶ Segundo o entrevistado Everton Vitor de Amorim, as pastagens e a plantação de mandioca dominavam a paisagem no final da década de 1980. Tal panorama altera com a inserção de variadas culturas.

adiciona-se também o palmito, o cultivo de hortaliças folhosas⁹⁷ e a significativa produção de gengibre. Dentre esses, destaque-se o gengibre, pois de acordo com Carmo e Balbino (2015), no livro *Gengibre*, o cultivo da planta herbácea inicia na região de Califórnia na década de 1970 e se expande para o Tirol na mesma época.

O início do cultivo do gengibre no Estado do Espírito Santo data de meados da década de 1970, [...] na comunidade de Boqueirão dos Thomas⁹⁸, [...]. Os plantios foram se multiplicando e se estenderam para as localidades de Califórnia, Tirol, Rio das Pedras, Rio das Farinhas, Caramuru de Baixo, entre outras. A pequena produção era comercializada na Ceasa-ES e na zona portuária de Vitória, principalmente para estrangeiros [...] Como a cultura apresentava boas perspectivas de produção e retorno econômico, técnicos da Emater-ES, da Associação dos Agricultores de Tirol e Califórnia – Agritical e empreendedores rurais realizaram excursões técnicas ao Município de Taperaí, em São Paulo (CARMO e BALBINO, 2015, p. 15-16).

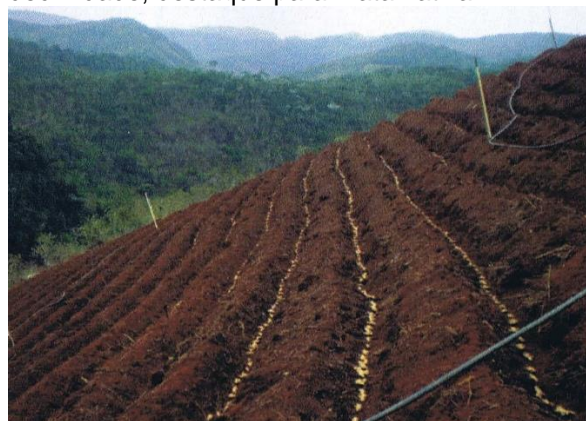
Inicia uma considerável cultura do gengibre na região, atraídos pela crescente demanda do mercado internacional, o gengibre local é reconhecido nacional e internacionalmente pelo excelente padrão de qualidade (CARMO e BALBINO, 2015). “A atividade representa importante valor socioeconômico para a região e é desenvolvida por agricultores familiares [...]. O Estado é o maior produtor e exportador nacional de gengibre (CARMO e BALBINO, 2015, p.15),

Figura 38 – Caminhão da Associação Agritical com gengibre, foto de Oberhofer, 1998



Fonte: Carmo e Balbino, 2015

Figura 39 – Plantação de gengibre em declividade, destaque para mata nativa



Fonte: Carmo e Balbino, 2015

É criada no Tirol a festividade denominada ‘Festa do Gengibre’, na década de 1990, organizada por Camilo Thomas⁹⁹. A festividade inclui a reunião dos produtores rurais,

⁹⁷ Em algumas propriedades, não sendo muito expressivo como em outras propriedades da região centro serrana.

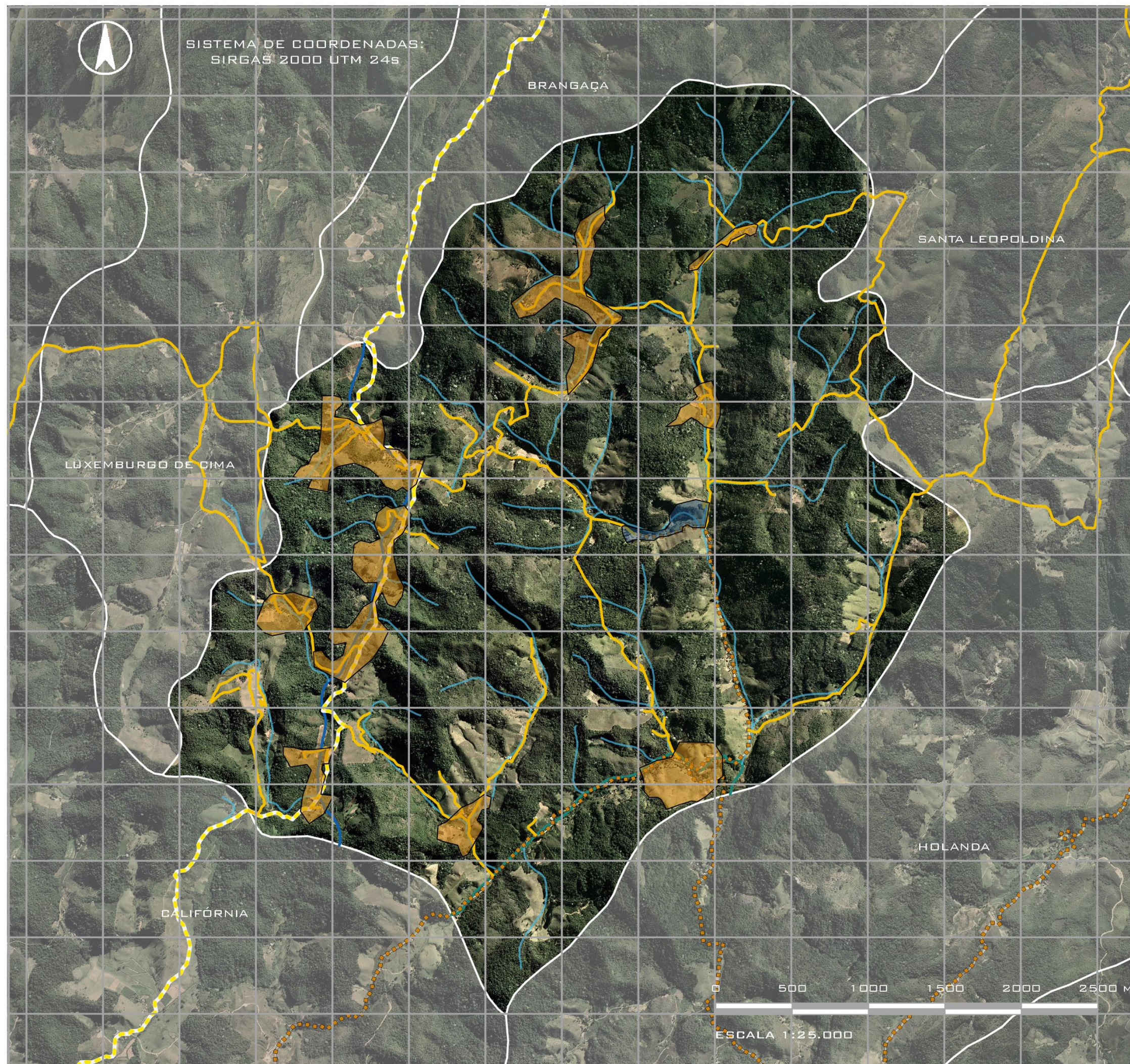
⁹⁸ Califórnia.

⁹⁹ Camilo Thomas é um dos principais atores de desenvolvimento do local no final do século XX e início do XXI na região. Camilo Sebastião Thomas nasceu na região do Tirol. Foi presidente da Associação de Agricultores do Tirol e Califórnia e organizador das festas do Gengibre que ocorreu na comunidade durante a década de 1990. Todas as informações foram retiradas da entrevista com a viúva do Camilo, Olga Thomas, realizada em maio de 2016 pela autora.

grupos de música, apresentação do coral com músicas típicas da cultura germânica e grupos de dança germânica. Infelizmente, a última festa ocorre no ano de 2003.

O gengibre é utilizado desde da década de 1910 na utilização de cerveja de consumo próprio, citado por Wernicke (2013), como uma bebida agradável e saudável. Segundo o autor, o gengibre cresce com facilidade nas terras da região, informação que vai ao encontro de Carmo e Balbino (2015, p.53), atribui essa qualidade a quantidade expressiva de água na região, pois “A planta do gengibre necessita do fornecimento regular de água durante todo o ciclo vegetativo”. Ainda assim, nas entrevistas com os moradores do Tirol não é mencionado a cerveja descrita por Wernicke.

[...] a cerveja de gengibre, uma bebida bastante saudável que aplaca otimamente bem a sede. Tanto os donos de “vendas”, quanto os colonos, produzem-na para consumo próprio sem muito esforço. **Apanha-se o gengibre que cresce muito bem nas terras deles**, cortam-se alguns tubérculos em fatias finas, acrescenta-se açúcar a gosto, às vezes também um pouco de casca de limão ralada e coloca-se num barril, sem a tampa e com água até a metade; em seguida acrescenta-se um pouco de fermento e deixa-se a bebida coberta por alguns dias (WERNICKE, 2013, p. 111 e 112, grifo nosso).



MAPA OCUPAÇÃO DO SOLO

LOCALIZAÇÃO DO TIROL - ES



ESPIRITO SANTO -
SANTA LEOPOLDINA



SANTA LEOPOLDINA -
TIROL

LEGENDA

- POVOAMENTOS
- NASCENTES
- CORRÉGO TIROL
- RIO CACHOEIRA DA FUMAÇA
- ESTRADAS
- ESTRADA FRAZ BAUER
- TRECHO RODOVIÁRIO
- MANCHA NÚCLEO DO TIROL
- MANCHA DE OCUPAÇÃO

OBSERVAÇÕES

AS INFORMAÇÕES MANCHA OCUPAÇÃO E MANCHA NÚCLEO TIROL SÃO IDENTIFICADAS A PARTIR DAS VISTAS DA AUTORA E DA ANÁLISE DO MAPA USO DO SOLO.

A MAIOR CONCENTRAÇÃO DA OCUPAÇÃO ESTÁ NA PORÇÃO OESTE DO TIROL, SEGUINDO O CURSO DA ESTRADA FRAZ BAUER.

Mapa 04 - Ocupação do solo:

No mapa 04 – *Ocupação do Solo*¹⁰⁰ – identificamos nove manchas de ocupação no território, as quais coincidem com as zonas de maior concentração de cultivos variados do mapa 03 – Uso do solo. Nota-se a manutenção da distância considerável entre as manchas de ocupação, mencionada por Wagemann (1949, p. 30), “O vizinho mais próximo costuma morar a uma distância de um quarto de hora a cavalo, [...] cada família mora isoladamente em meio a seus pastos e plantações.”

Figura 40 – Casa do colono tirolês austríaco Reichel, fotografia de Dietze em 1876. Edificação junto ao curso de água implantada em um vale com declividade acentuada



Fonte: Lopes, 2003.

Ao fundo dos vales, comumente, encontra-se um curso d'água e, é esse o local da implantação das edificações, as quais abrigam o moinho e a roda d'água¹⁰¹, segundo Wagemann (1949) e Wernicke, (2013, p.79-80), "[...] quase todos os colonos em Santa Leopoldina têm instalado em seu terreno [...] um moinho [...]. As máquinas [...] são muito simples e fabricadas pelos próprios colonos; apenas as poucas partes de ferro são feitas por artesãos¹⁰²". Wagemann (1949) afirma a importância do moinho na alimentação da população, pois, tritura o milho para a obtenção do fubá¹⁰³ e a

¹⁰⁰ O mapa é gerado a partir das visitas in loco da mestrandia Mariana Amorim.

¹⁰¹ Esse instrumento, segundo Abreu (1967), é utilizado na pilagem do arroz, prensagem da mandioca e moagem do milho para fubá. Para Wernicke (2013, p.70), " Se o proprietário não tiver à sua disposição uma queda d'água ou cavalos e mulas, fará esse trabalho manualmente no almofariz, no chamado pilão."

¹⁰² Para Wernicke (2013, p.80) os artesãos "[...] quando moram no campo, fazem esse trabalho apenas como bico, paralelamente à lavoura.

¹⁰³ Matéria prima da fabricação do pão caseiro (WAGEMANN, 1949).

mandioca para produzir da farinha; pilar o café produzido na propriedade; no trato dos animais como vacas e muares; e, o fornecimento de água (Figura 41).

Na atualidade encontramos somente um moinho em funcionamento na propriedade de Floriano Thomas (Figura 42). O agricultor é apontado como o único do núcleo que detém os conhecimentos da fabricação e manutenção do maquinário. Portanto, no presente a tradição dos moinhos não permaneceu na comunidade.

Figura 41 - Pilador de café na região da Colônia de Santa Leopoldina. Foto de Hugo Wernicke em 1910



Fonte: Wernicke, 2013

Figura 42 – Moinho na propriedade de Floriano Thomas



Fonte: Acervo da autora, 2018

Para Rocha (1963, p.56), a casa rural é o objeto que melhor traduz a forma de vida daqueles que a produziram e ali vivem, visto que encontramos “[...] material abundante que nos permitirá definir a maneira de viver dos colonos”, assim sendo, compreendê-la é um meio de aproximação ao objeto empírico. Os primeiros relatos das edificações são de D. Pedro II, seguido de Teresa Cristina da Baviera e Johann Jakob von Tschudi.

De acordo com as descrições do Imperador: “Quase todas as casas da colônia Leopoldina são de paus fincados unidos e todas cobertas de palha” (ROCHA, 2008, p.124). Dessarte, utiliza-se a foto de autoria do fotógrafo francês Victor Frond (Figura 28) para ilustrar as características supracitadas. A casa do engenheiro e ex-diretor da Colônia está situada no Tirol (Figura 37) nas proximidades da Igreja católica do Tirol, informação confirmado por Tschudi (2004, p.151),

D. Pedro II chegou à casa do engenheiro e ex-diretor da colônia por volta das quatro horas da tarde, onde jantou. [...] O “rancho imperial” de acordo com indicações do Imperador, **se localizava entre o lote do colono Wilhelm Wellmer e a igreja católica do Tirol** (TSCHUDI, 2004, p.151).

Em contraponto, Baviera (2013) descreve com riqueza de detalhes o interior de uma típica residência de um imigrante tirolês de língua alemã. A Princesa narra com detalhes o mobiliário, o qual é citado como típico do *Tyrol Hystórico*:

O proprietário é um tirolês alemão, sua esposa é da Baixa Baviera e ambos descendem de círculos de camponeses muito simples. Nessa **casa modesta** [...] destinado um **quarto espaçoso, sem forro, sem porta e que, em vez de janelas com vidro, tinha janelas de madeira**. As **camas eram autênticas camas do Tirol** ou da Alta Baviera, com **colchão de mola**, e não sacos de palha de milho como as de Santa Teresa. [...] a noite a chuva batia no telhado, cujo **vigamento podíamos ver da cama** (BAVIERA, 2013, p.66).

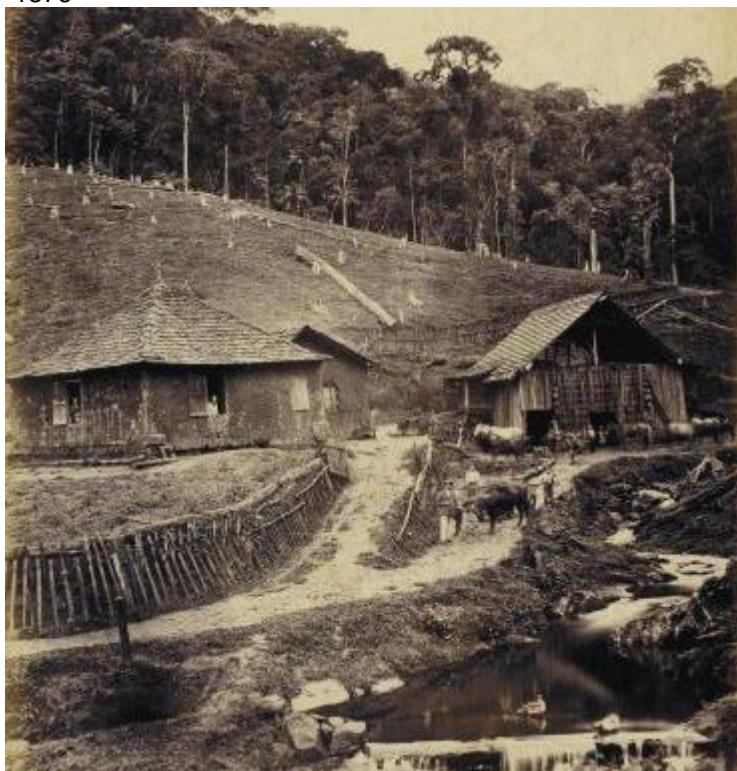
Dado as características gerais das últimas décadas do século XIX, os relatos dos autores do início do século XX é diversa, pois entende-se uma evolução das edificações a partir, principalmente, do material. Segundo (ROCHE, 1963, p. 55), “Contrariamente ao que se poderia esperar numa zona em que o que menos falta é a árvore, não se encontra [...] nenhuma casa de madeira [...]”.

Na citação do autor, compreendemos que as construções não são fabricadas de madeira em sua totalidade, como ocorre na região sul do Brasil também colonizada por tirolese e germânicos. Todavia, a madeira é utilizada em diversos momentos nas edificações como relata Wernicke (2013):

Na sua construção utilizaram-se apenas as **melhores madeiras da floresta**, sobretudo para as **estacas fincadas na terra**. As madeiras mais procuradas

aqui são: jacarandá ou palissandra, usadas também como estacas para fazer o cercado de arame farpado dos seus pastos; além disso há a graúna negro-acinzentada, o aromático funcho, o ipê e muitas outras madeiras que se igualam ou mesmo superam o carvalho em resistência, peso e durabilidade. Os telhados de quase todos os colonos são feitos com ripas de graúna ou de ipê. (WERNICKE, 2013, p.66-67)

Figura 43 - Prazo do Colono tirolês austríaco Ignaz Helmer em Califórnia, povoado vizinha ao Tirol, fotografia de Dietze em 1876



Fonte: Lopes, 2003.

Consequentemente, as casas são construídas com uma armação de madeira, sendo seus vazios preenchidos com taipa ou tijolos crus. Após o fechamento são imediatamente recobertas por cal¹⁰⁴ somente nas paredes, deixando o teto e os caixilhos em seu estado natural. Contudo, “Apesar da modéstia, elas revelam o cuidado com que foram construídas. Não são mesmo destituídas de certa elegância” (ROCHE, 1963, p. 55).

De acordo com Roche (1963) as residências apresentam somente o andar térreo, sendo elevadas sobre pilotis de madeiras, troncos sólidos encovados ao solo, não ultrapassando um metro de altura (Figura 44). Para o autor, o intervalo criado a partir da elevação da edificação não apresenta importância, pois não é utilizado como

¹⁰⁴ “[...] geralmente revestidas de terra alisada a prancha (e não à mão como na construção cabocla de pau a pique)” (ROCHE, 1963, p. 55)

subsolo ou cantina, somente empregado para abrigar lenha ou instrumentos. Wernicke (2013, p.66-67) interpreta a área inferior como uma palafita: “[...] o ar pode circular à vontade sob o assoalho, o que contribui tanto para a sua conservação quanto para a saúde dos moradores.

Figura 44 – Edificação construída pela família Reich na década de 1930 ou 1940. Detalhe da armação em madeira aparente pela deterioração da material



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 45 – Edificação construída pela família Schaeffer. Detalhe do espaço inferior utilizado como depósito

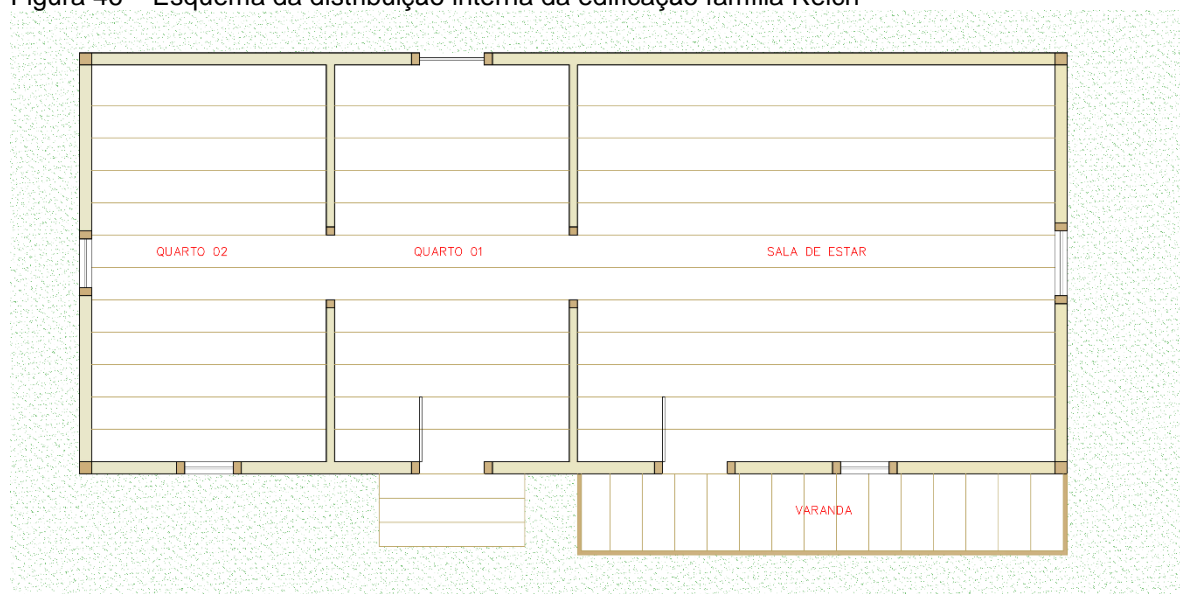


Fonte: Acervo da autora, 2016

As janelas, segundo Roche (1963), são desprovidas de vidros, normalmente em madeira, podendo ser uma ou duas folhas. O teto é rústico, as vezes, caiado, contudo, raramente pintado a óleo, não apresenta forro, portanto o madeiramento fica aparente, utiliza-se pranchas de madeira ou telhas “francesas” (WAGEMANN, 1963). De acordo com o autor, [...] os materiais empregados são os mesmos: madeira para pilares, caixilhos e vigamento; taipa, tijolo cru ou cozido para as paredes; e, pranchas ou telhas “francesas” para o telhado (ROCHE, 1963, p. 57).

Para Wagemann (1949), o interior da edificação residencial é modesto. A setorização da casa é dividida em sala e dois quartos, porém, a sala ocupa metade da edificação e a outra metade é segmentada entre os dois quartos de dormir (Figura 46). Os móveis que compõem a sala são: “uma mesa, um ou dois bancos de madeira, um ou dois baús para guardar roupas brancas, dinheiro e documentos, um relógio de parede, uma máquina de costura¹⁰⁵, [...] enfeites [...] nas paredes, [...], quadros [...] e fotografias. (WAGEMANN, 1949, p.76)

Figura 46 – Esquema da distribuição interna da edificação família Reich



Fonte: Amorim, 2018

Os quartos contém pouquíssima mobília, contendo duas camas, em regra, em cada cômodo. Além das camas, o único móvel é um espelho, [...] cavilhas e pregos fazem às vezes de guarda-roupa” (WAGEMANN, 1949, p.76). O soalho em madeira e os móveis apresentam uma aparência de recém polidos. O lavatório no início do século

¹⁰⁵ Podendo ser mais caso houver um número maior de filhas. (WAGEMANN, 1949)

XX é considerado por Wagemann (1949) como ‘supérfluo’, uma vez que o riacho o substitui.

A cozinha é ao lado da edificação principal, não possui piso revestido em madeira, funciona no chão batido. O fogão é, de acordo com Wagemann (1949, p.77), “[...] uma calha feita de pedras pegadas a barro, sobre a qual paira uma haste que [...] pendura-se as panelas [...] serve também para dependurarem toucinho, [...] Todos dispõem de forno.”

Todavia, para Roche (1963), a varanda na fachada frontal, ou galeria, é o elemento mais representativo das casas da Colônia, cerca de 51% das edificações germânicas apresentam a sacada, centralizada (Figura 47), ou descentralizada¹⁰⁶ (Figura 48). O acesso é, na maioria, por degraus de madeira ou alvenaria, limitada por um guarda-corpo de madeira.

Por fim, Wagemann (1949, p.76) declara:

Os colonos [...], em regra, transplantaram para a nova pátria os velhos costumes relacionados com o lar. Sua morada proporciona uma impressão amável e limpa¹⁰⁷. [...]Uma casinha branca, luminosa, com portas e janelas azuis, com vidraças cintilantes, cercada por uma pequena varanda. [...] as dependências, desprovidas de enfeites, de madeira bruta, em trajes de trabalho – a cozinha, o galpão de milho e de café, o galinheiro e o chiqueiro. [...] suas linhas simples a vegetação exuberante do jardim[...] expressam o interesse e os cuidados com as plantas ornamentais! [...] Subindo as escadas, chega-se a uma varanda, ao longo da casa, [...] coberta por um prolongamento do telhado em que diminui a inclinação do telhado (WAGEMANN, 1949, p.76).

Contudo, Roche (1963, p. 56) observa, comumente, a casa torna-se o depósito das propriedades quando a família tem recursos financeiros para construir uma segunda casa, mais vasta e mais confortável. Todavia, é possível notar adições nas edificações originais, as quais são edificadas antes da construção da nova moradia. Na Figura 49 percebe -se acréscimos em alvenaria do banheiro e uma segunda varanda, com função de lavanderia. O acesso da edificação é realizado pela nova varanda.

¹⁰⁶ Isto revela uma certa liberdade na localização da varanda. (ROCHE, 1963, p.59)

¹⁰⁷ Segundo WAGEMANN (1949, p.76), “[...] ao contrário das habitações da população rural brasileira.”

Figura 47 – Edificação construída pela família Gröner



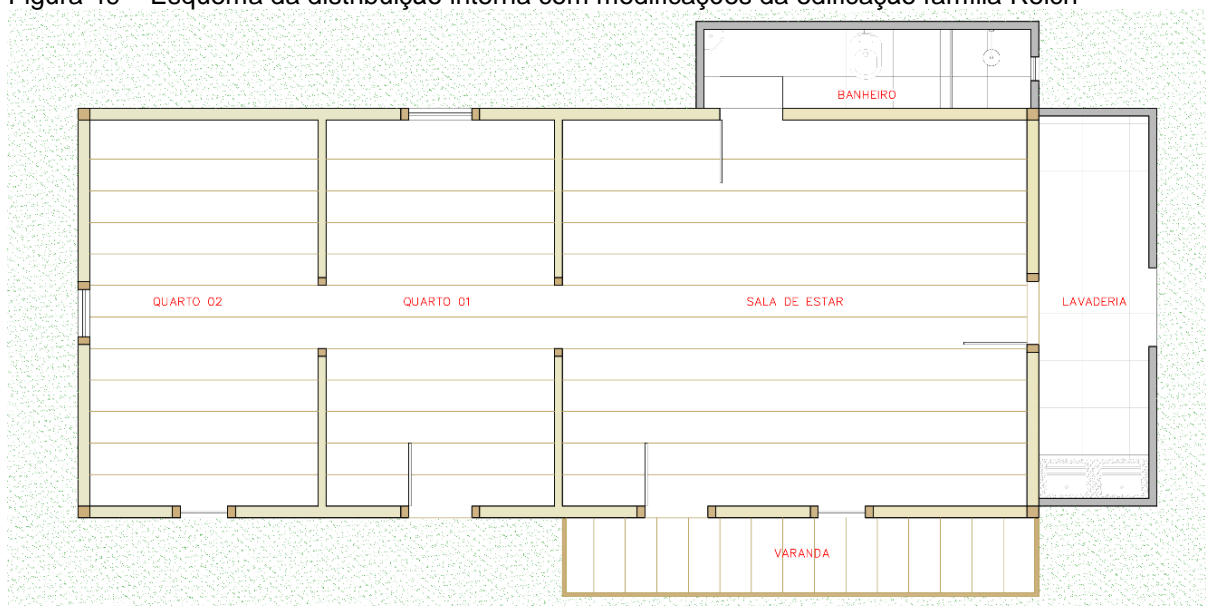
Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 48 – Detalhe varanda da edificação da família Reich



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 49 – Esquema da distribuição interna com modificações da edificação família Reich



Fonte: Amorim, 2018

Figura 50 – Casa atual da família Schaeffer



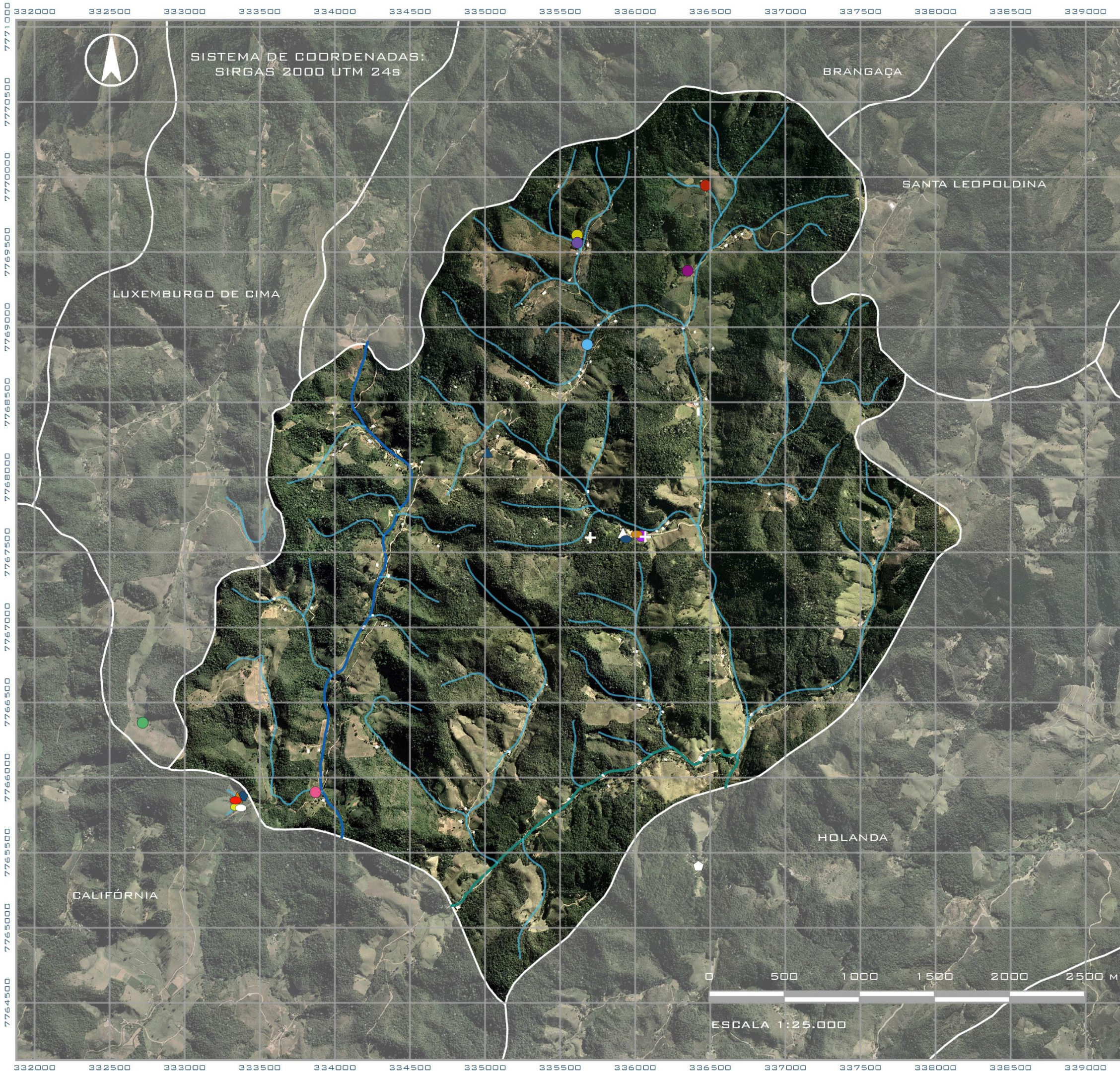
Fonte: Acervo da autora, 2016

As novas edificações são, em sua totalidade, com sistema estrutural em pilar, viga e laje e a fundação é por meio de sapata de concreto. A elevação presente nas edificações do começo do século XX não permanece nas novas moradias, todas estão no mesmo nível do terreno e apresentam um pavimento (Figura 50). As vedações são em alvenaria de tijolo cerâmico e apresentam reboco, em sua totalidade, com acabamento em pintura fosca, as cores mais comuns são amarelo, alaranjado e branco.

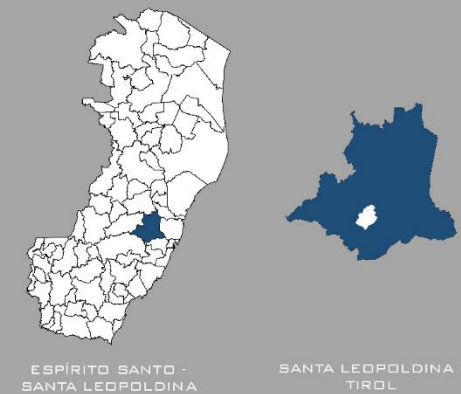
Domina o telhado em duas águas, contudo, o material é diversificado entre telhas cerâmicas vermelhas ou telhas de fibrocimento ondulada sem cor. As esquadrias são duas folhas de correr em alumínio branco ou sem pintura com as folhas em vidro incolor, as portas são sempre em madeira. O piso pode alternar em duas opções, cimento queimado ou revestimento cerâmico. As paredes recebem pintura na cor branca e o teto, na atualidade, tem cobertura em forro PVC, para esconder a estrutura do telhado.

Observa-se a varanda como o elemento principal de todas as edificações recentes, mantém as mesmas características citadas por Roche, todavia, existe a adição da segunda varanda na fachada posterior, local destinado a lavanderia. Outros cômodos adicionados são a cozinha e o banheiro, todas as novas moradias do Tirol apresentam essas mudanças.

Mapa 05 – Edifícios Públicos e Casa dos Depoentes:



MAPA EDIFÍCIOS PÚBLICOS CASA DOS DEPOENTES LOCALIZAÇÃO DO TIROL - ES



LEGENDA

- POVOAMENTOS
- CEMITÉRIO
- IGREJA CATÓLICA
- IGREJA ASSEMBLÉIA DEUS
- CAPELA POUSADA DORF TIROL
- POUSADA ECOLÓGICA TIROL
- POUSADA DORF TIROL
- POSTO DE SAÚDE
- ESCOLA DO TIROL
- MERCEARIA ENDRIGER
- BIBLIOTECA
- CRECHE
- LUCIANO LEPAUS
- MARTIN GRONER
- CASSILDA FLEGLER
- ARMINDO FLEGLER
- JOSÉ SCHAEFFER
- OSCAR ENDRINGER
- FLORIANO THOMAS
- HERNY SCHULTZ
- NASCENTES
- CORRÉGO TIROL
- RIO CACHOEIRA DA FUMAÇA
- EDIFÍCIOS

OBSERVAÇÕES

O mapa 05 - *Edificações de serviços e entrevistados* - contém a mancha do núcleo central do Tirol formada por casa residenciais, mercado Endringer (Figura 52), escola pública de ensino fundamental do Tirol, Igreja do Divino Espírito Santo, casa paroquial (Figura 51), dois cemitérios católicos¹⁰⁸ (Figura 53 e 54) e um largo em frente ao conjunto.

Figura 51 – Escola, Igreja, Casa Paroquial e largo



Fonte: Acervo da autora, 2017

Figura 52 – Mercado Endringer



Fonte: Acervo da autora, 2017

¹⁰⁸ Na região existe a distinção, até os dias atuais, dos cemitérios católicos e luteranos. Todos os cemitérios do Tirol são católicos. O cemitério luterano mais próximo está em Luxemburgo de Cima.

Figura 53 – Cemitério antigo



Fonte: Acervo da autora, 2017

Figura 54 – Cemitério novo



Fonte: Acervo da autora, 2017

A implantação da mancha do núcleo do Tirol origina-se da fundação do povoamento, os católicos, sobretudo os procedentes da região do *Tyrol histórico* de língua alemã, concentraram-se, por solidariedade, em um ponto na região montanhosa, para Roche (1963, p. 28) “A colonização se realizou [...] por espécie de segregação religiosa, instalando-se os católicos no Tirol”. Segundo o autor, os católicos são minoria¹⁰⁹ se comparados com os protestantes na Colônia de Santa Leopoldina.

[...] os imigrantes alemães eram, em parte, católicos e, em parte, protestante. Logo de início, os católicos recebem assistência religiosa e fundam os núcleos religiosos de Santa Isabel, no município do mesmo nome, e de **Tirol, no município de Santa Leopoldina**. À sua frente estão **os religiosos alemães, enviados** pela Missão de Steyl (**Irmãos do Verbo Divino**). (WAGEMANN, 1949, p.24, grifo nosso)

A assistência religiosa inicia com o Frei austríaco Adriano Lantschner¹¹⁰ da ordem dos Missionários Capuchinhos¹¹¹, após sua transferência da Colônia de Santa Isabel para a Colônia de Santa Leopoldina em 1858 (DEMONER, 1983). Após a visita do Imperador D. Pedro II, o Frei recebeu a doação de seiscentos mil contos de réis para a construção do cemitério e trezentos para a compra de paramentos da Igreja¹¹².

De acordo com Demoner (1983), em 1º de maio de 1864 é lançada a pedra fundamental da construção da Igreja do Tirol, seguindo de sua construção, a qual

¹⁰⁹ “Tinham se concentrado, por solidariedade, num ponto (...) onde eram minoritários desde as origens da colonização”. (ROCHE, 1963, p. 308). Em 1864, “a proporção de católicos é (...), em Santa Leopoldina, de 413 sobre 1214, ou seja, 34%” (ROCHE, 1963, p. 310).

¹¹⁰ Schwarz (1992) adota a escrita do nome do Frei Hadrianus Lantscener e também Hadrianus Lauscher, desse modo, o trabalho adota a definição de Demoner (1983), Adriano Lantschner.

¹¹¹ “O Espírito Santo, no séc. XIX, terá nos missionários Capuchinhos, seu baluarte, tanto na evangelização do gentio quanto na fixação do colono europeu em terras espírito-santeses” (DEMONER, 1983, p.34).

¹¹² E para a construção de duas capelas nas extremidades da Colônia de Santa Leopoldina (DEMONER, 1983).

finaliza no ano de 1868. A Igreja do Tirol (Figura 55) é dedicada a Nossa Senhora da Conceição, é a primeira igreja católica construída no interior da Colônia e torna-se o local definido, pelo Frei Adriano Lantschner, para sua residência (Figura 56). A Igreja, para Roche (1963, p. 50), “[...] permanece solitária, em um lugar escondido no centro do núcleo de povoamento”. Segundo Demoner (1983), são construídas três Capelas com o auxílio do Imperador, em Luxemburgo de Cima, Mangaraí e Suíça.

[...] Luxemburgo [...] Lá há também uma capela católica: esta e mais duas outras [...] e uma outra localizada na própria Suíça – são alternadamente visitadas por padres que, se não me engano, pertencem à Irmandade da Palavra de Deus¹¹³ e possuem no Tirol – um outro distrito da colônia de Santa Leopoldina – uma igreja com uma residência paroquial (WERNICKE, 2013, p.57).

O Frei Lantschner é encarregado das funções religiosas de toda Colônia de Santa Leopoldina e no ano de 1861 é atribuído ao pároco o cargo professor. Soma-se as atividades do religiosos o culto da Colônia de Santa Izabel quando o Frei Pedro Regalado é exonerado do cargo. Tal fato agrava a saúde do missionário, por conseguinte, o Frei falece após dez anos de trabalho na Colônia de Santa Leopoldina no dia 23 de dezembro de 1868 na cidade de Vitória (DEMONER, 1983).

A população do lugar onde residia frei Adriano contribui com as despesas do transporte do corpo de Vitória para o cemitério do Tirol. Em verdadeira romaria foram conduzidos os despojos do abnegado missionário ao descanso final, no pequeno cemitério que havia construído¹¹⁴ (DEMONER, 1983, p.107).

Bonzano (1983) e Demoner (1983) enaltecem o trabalho religioso dos missionários Capuchinhos como heroica, no sentido de explorar locais inóspitos do Brasil Imperial com o objetivo de evangelizar os gentios e auxiliar a dura adaptação do imigrante europeu em terras brasileiras.

Longe das aspirações materialistas [...] os Capuchinhos, para difundir sua fé civilizadora, embrenharam-se na mata virgem, hostil e perigosa, que além das setas traiçoeiras, ocultavam ciladas mortais vindas do clima insalubre ou das feras bravias que nelas viviam. Enfrentaram, ainda, **as brutais paixões dos ocupantes supostamente civilizados, mas embrutecidos, por se encontrarem longe do convívio da pátria e frente a tremendos obstáculos que a natureza cruel lhes apresentava** (BONZANO, 1983, p. 17, grifo nosso).

¹¹³ Possível erro de tradução.

¹¹⁴ Os restos mortais do religioso encontram-se no interior da Igreja do Tirol (DEMONER, 1983).

Figura 55 – Primeira Igreja católica do Tirol, Santa Leopoldina, fotografia de Albert Richard Dietze em 1876. Edificação com torre sineirs na fachada frontal e em madeira



Fonte: Lopes, 2013.

Figura 56 – Primeira Igreja católica do Tirol e casa paroquial em 1895



Fonte: Acervo Congregação do Verbo Divino, s.d, Disponível em:
https://www.facebook.com/svd.esdeva/photos_all. Acessado em: 11/02/2018:

Após o falecimento do Frei a Colônia está sob os cuidados dos padres da paróquia de São José do Queimado, na Serra. A assistência religiosa católica na Colônia de Santa Leopoldina, segundo Schwarz (1992), é retomada em 18 de março de 1895 com a chegada de dois missionários da Congregação do Verbo Divino, padres Francisco Tollinger e Francisco Dold. Os religiosos são enviados para uma missão em Buenos

Aires, Argentina. Ao aportarem no Porto de Vitória são informados da condição de desamparo religioso dos imigrantes tirolese da Colônia de Santa Leopoldina, isso posto, partem em direção a Colônia.

De acordo com Schwarz (1992), emissários levam a notícia da chegada dos religiosos para o Tirol, assim sendo, ao chegar à sede da colônia, os colonos do Tirol já os esperam para acompanhá-los ao núcleo, um dia após a chegada dos religiosos, dia 19 de março de 1895, data de São José, os missionários fundam a paróquia homônima ao padroeiro. Por conseguinte, Os padres fixam moradia no Tirol e não retornam mais ao navio (Figura 57).

Figura 57 – Comunidade verbita no Tirol. De pé: Ir. Bianchi e Ir. Germano. Sentados: Pe. Bommes, Pe. Müller

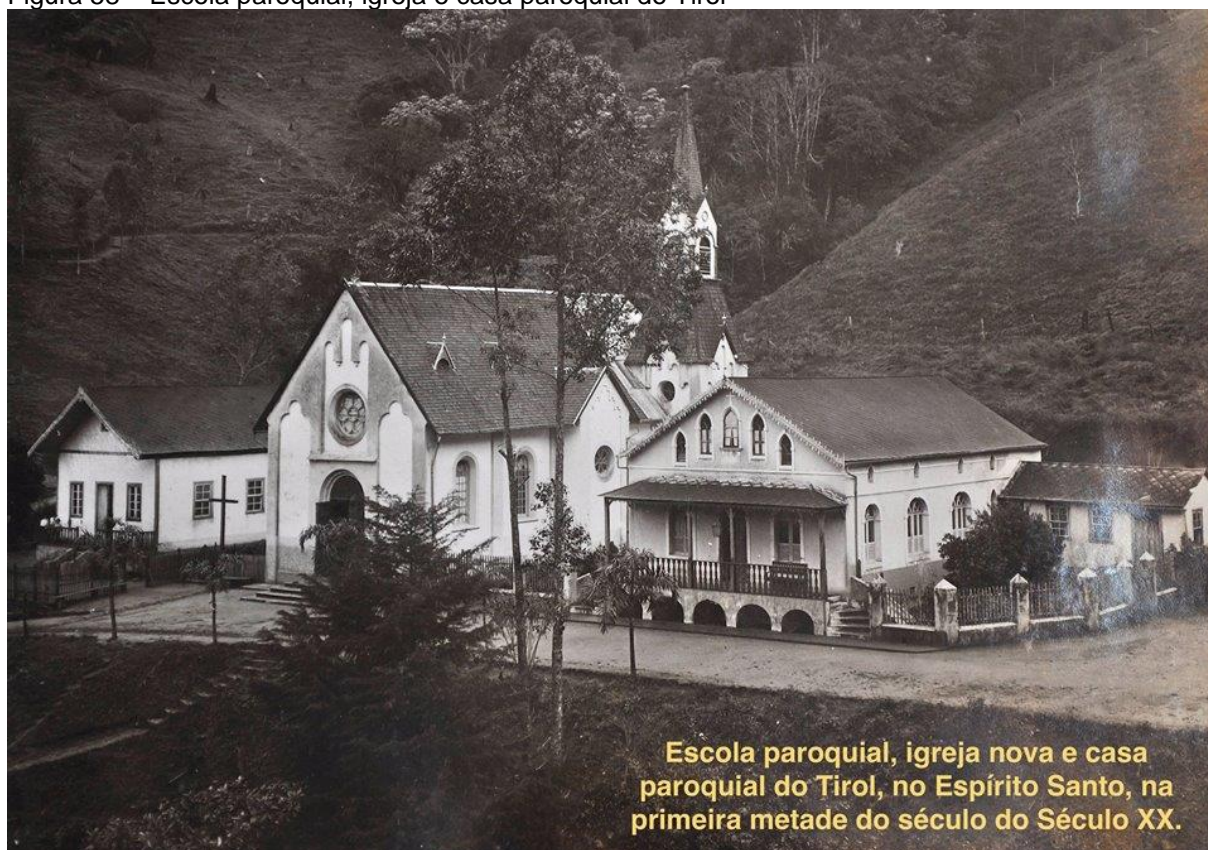


Fonte: Acervo Congregação do Verbo Divino, s.d. Disponível em: https://www.facebook.com/svd.esdeva/photos_all. Acessado em: 11/02/2018

Após três anos, da instalação dos missionários do Verbo Divino, inicia a construção das novas dependências religiosas do núcleo, a obra perdura do ano de 1898 até 1901. A nova igreja (Figura 58 e 59) é consagrada ao Divino Espírito Santo, atual nome da paróquia, e funciona como matriz da Colônia.

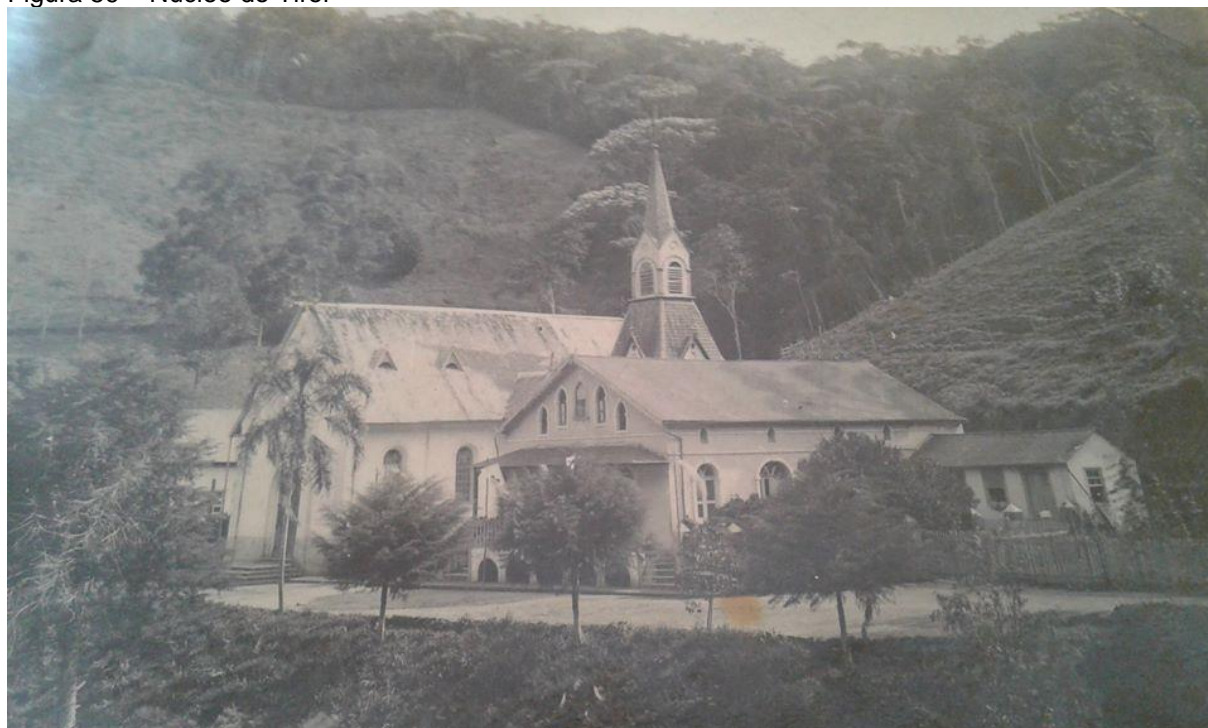
Todavia, a partir da determinação do Bispo Diocesano Dom Benedito Paulo Alves de Souza, no ano 1918, ocorre a mudança da matriz para a cidade de Santa Leopoldina. Tal resolução inclui a mudança da residência do vigário Paulo Gruber (Quadro 08) para sede (SCHWARZ, 1992). Entretanto, o núcleo religioso do Tirol permanece “[...] com um padre residente por muitas décadas após essa transferência” (SCHWARZ, 1992, p.88)

Figura 58 – Escola paroquial, igreja e casa paroquial do Tirol



Fonte: Acervo Congregação do Verbo Divino s.d. Disponível em: https://www.facebook.com/svd.esdeva/photos_all. Acessado em: 11/02/2018

Figura 59 – Núcleo do Tirol



Fonte: Prefeitura de Santa Leopoldina. Disponível em <http://www.santaleopoldina.es.gov.br/files/albums/000001/000011.jpg>> Acesso em 20 jan. 2017

Quadro 08 – Relação dos vigários com residência em Tirol

RELAÇÃO DOS VIGÁRIOS COM RESIDÊNCIA EM TIROL	
FRANCISCO TOLLINGER	1895-1899
LEOPOLDO PFADD	1899-1904
PAULO GRUEBER	1904-1908
ALBERTO MÜLLER	1908-1914
THEODORO MATESSI	1914-1917
GUILHERME MINSTERL	1917-1918

Fonte: Schwarz, 1992

A Igreja do Divino Espírito Santo e a Casa Paroquial do Tirol recebem, no ano de 1983, proteção legal do Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo. As edificação apresentam aspectos e linguagem estilista do neogótico e ao neorromânico, fato compreensível, tendo em vista o auge no estilo eclético na Europa no momento da construção dos edifícios. A igreja e a casa paroquial configuram “[...] uma importante ambiência [...] por materializar espacial e simbolicamente o centro da comunidade de origem tirolêsa no município” (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 247).

O núcleo religioso do Tirol permanece como ponto central da comunidade no presente, entretanto, a casa paroquial não é habitação dos religiosos, utiliza-se uma vez por mês como apoio dos agentes de saúde do município de Santa Leopoldina. Na igreja realiza-se missas aos em um domingo por mês. Contudo, o estado de conservação dos imóveis é considerada regular, não apresentando mudanças nos aspectos construtivos e não existe alteração arquitetônica como adornos ou acréscimos.

Observa-se no Quadro 01 a mudança em relação a hegemonia da religião católica dos depoentes se compararmos o Quadro 06 e o relato de Wagemann (1949), o qual considera o contato entre católicos e protestantes, na primeira metade do século XX, delicado. Desse modo, podemos considerar uma abertura da comunidade em relação a membros protestantes, visto que, em conversa Martin Gröner relembra a relutância do pai em conviver e contratar católicos para o trabalho, assim como, em depoimento Armindo Flegler considera-se católico e luterano, frequentando e pagando o dizimo nas duas religiões. Ambos relatam não existir problemas na comunidade com relação a religião.

É possível observar no mapa a Igreja evangélica Assembleia de Deus, não obstante, não é identificado nenhum membro das famílias dos entrevistados como evangélico. Tal fato, pode ser relacionado a moradores dos povoamentos vizinhos ou novos moradores sem relação com a comunidade do povoamento.

Para Wagemann (1949), a vida religiosa é dominada pela igreja, característica que os imigrantes carregam do local de origem, segundo o autor, na região isolada de Santa Leopoldina a igreja é a única portadora de cultura, por meio das escolas paroquiais católicas (Figura 59), as quais concentram os esforços no ensino religioso, matemático e na gramática alemã e portuguesa.

Contudo, por meio das entrevistas é possível identificar o analfabetismo dos genitores dos depoentes, assim como, o uso somente da língua alemã¹¹⁵. Segundo Wagemann (1949), os pais dos entrevistados são educados em suas residências e não tem contato com brasileiros. Isso posto, compreendemos a partir da fala dos entrevistados, os quais afirmam que só tem contato com português nas escolas do povoamento, sendo que em casa é mantido a comunicação em alemão.

No começo da colonização, os mais jovens não tiveram oportunidades regulares de aprender a ler, escrever e contar. O ensino caseiro ministrado, por vezes, pelas mães e irmãos mais velhos, não preenchia a absoluta falta de escolas. Assim, quase toda segunda geração de colonos cresceu sem receber instrução (WAGEMANN, 1949, p. 90).

Nos primeiros anos o Governo é ausente da responsabilidade do ensino as crianças (WAGEMANN, 1949), após a construção das primeiras escolas paroquiais ou construídas pelas comunidades o ensino é ainda restrito e insuficiente. Segundo Wagemann (1949):

Ainda hoje, o ensino de que a juventude desfruta se restringe ao mais elementar. O aprendizado dura pouco. Frequenta-se a escola, durante 2 anos, três vezes semanalmente, ou no espaço de três anos. 2 vezes por semana. O dia escolar tem 4 a 5 horas. [...] Em face disso, estamos habilitados a formular uma ideia dos resultados das escolas e colônia. Também as escolas paroquiais dificilmente ultrapassam as noções mais elementares, em virtude de o aprendizado ser breve (WAGEMANN, 1949, p. 90-91).

O século XX marca a mudança na estrutura escolar, com o ensino público fornecido pelo governo, a escola do Tirol mantém-se ativa (Figura 60) até os dias atuais para crianças da comunidade até o ensino fundamental (Figura 61).

¹¹⁵ A partir das entrevistas dos depoentes Martin Gröner, Armindo Flegler e José Schaeffer.

Figura 60 – Escola do Tirol, em 15 de novembro 1947



Fonte: Acervo pessoal de Geraldo Thomas

Figura 61 – Crianças da Escola do Tirol em visita a Universidade Federal do Espírito Santo



Fonte: Acervo da autora, 2017

Isso posto, percebe-se a partir das entrevistas e da revisão histórica rupturas importantes em relação a fala do Tirol. Os imigrantes e a primeira geração de filhos

de imigrantes mantém a comunicação por meio da língua alemã. A partir das entrevistas nota-se a manutenção desse sistema linguístico até a terceira geração¹¹⁶. Essa estrutura rompe na geração estudada, pois, segundo os depoentes, o primeiro contato com a língua portuguesa ocorre na escola, local de alfabetização e contato com pessoas descendentes de outras nacionalidades.

Contudo, o estudo de Wagemann (1949) juntamente com o relato de José Schaeffer apresentam uma variação entre o dialeto do alemão do *Tyrol Histórico* e o dialeto alemão utilizado no povoamento. De acordo com Wagemann (1949), comumente os imigrante tomam emprestado expressões alemães, na maioria técnicas, adaptando-as a ao seu cotidiano, portanto retiram o significado real do palavra, como também, modificam a pronuncia original, repassando para a próxima geração.

Existe também a adição ao sistema linguístico dos colonos de pouquíssimas palavras em português, somente, aquelas as quais os colonos não conhecem em alemão tradução semelhante. Justifica-se o baixo intercambio linguístico ao fatos, segundo Wagemann (1949), do pouco contato entre os colonos e brasileiros de língua portuguesa, visto que, imigrantes habitantes das regiões mais baixas apresentam um número maior de adições em seu vocabulário. Para o autor, o crescimento de palavras é ligado ao trabalho com a terra, visto que, não ocorre com palavras portuguesas no vocabulário religioso.

Umas 100 palavras, proválvemente, foram introduzidas no alemão dos colonos; o número delas, na região baixa, é um pouco maior que na parte alta. Em regra, os colonos só tomaram de empréstimo as designações de objetos que não conheciam anteriormente. [...] A circunstância de que praticamente tôdas as palavras do linguajar brasileiro, adotadas pelos colonos, se refiram à vida material, **prova que a influência espiritual exercida pelo novo meio permanece igual a zero**. Eles só têm contacto com a gente da terra, esporádicamente; quase todos os comerciantes da região que povoam, são alemães. É muito difícil que viagem até Vitória; quando vão a Pôrto do Cachoeiro, onde a maioria é alemã. É raro entrarem em contacto com as autoridade; quando tal sucede, é o mesmo superficial (WAGEMANN, 1949, p. 95).

Baviera (2013) acrescenta a diferença da origem linguística dos imigrantes germânicos como fator determinante para a manutenção e permanência da língua alemã no cotidiano em comparação com a língua italiana. Tendo o português e o italiano raízes de origem no latim, trazem semelhanças de fala, estrutura e vocabulário

¹¹⁶ A partir das entrevistas dos depoentes Martin Gröner, Armindo Flegler, José Schaeffe e Cassilda Fleger.

similar, fator que auxilia a mudança do italiano para o português. Não é a realidade dos imigrantes tirolezes de língua alemã, que apresentam maior dificuldade pela distância dos sistemas linguísticos.

Os dois peões cavaleiros também são tirolezes italianos, mas se comunicam entre si em português. Interpelado por que todos os italianos entre si falavam o idioma estrangeiro, ele disse que isso vem de forma muito natural quando alguém ouve sempre esse idioma estrangeiro perto de si. Essa facilidade de deixar a língua materna para trás, segundo minhas observações, só acontece no caso de imigrantes cujo idioma está próximo do idioma do novo país. Desse modo, **romanos não portugueses adaptam-se facilmente ao português no Brasil, ao passo que os imigrantes alemães conservam o uso de seu idioma por toda a vida em sua comunicação pessoal**¹¹⁷. (BAVIERA, 2013, p.62, grifo nosso).

A segunda ruptura ocorre na geração dos filhos dos entrevistados, os quais não aprendem o alemão em casa. A geração dos depoentes, diferentemente dos seus genitores, não praticam e não repassam aos filhos a língua alemã. É possível identificar, somente, três casos a família Thomas, a família Schaeffer e a primogênita da família Gröner, que sabe o idioma pois é criada pela avó materna, a qual não sabe falar português.

Todos os entrevistados afirmam sabem falar alemão, contudo, José Schaeffer¹¹⁸ afirma que a população idosa do Tirol não tem o domínio da língua, para o depoente, eles tem o conhecimento de algumas palavras em alemão, não sabem a estrutura e nem a pronuncia correta de muitas palavras, assim sendo, apresentam dificuldades de comunicação com falantes da língua alemã.

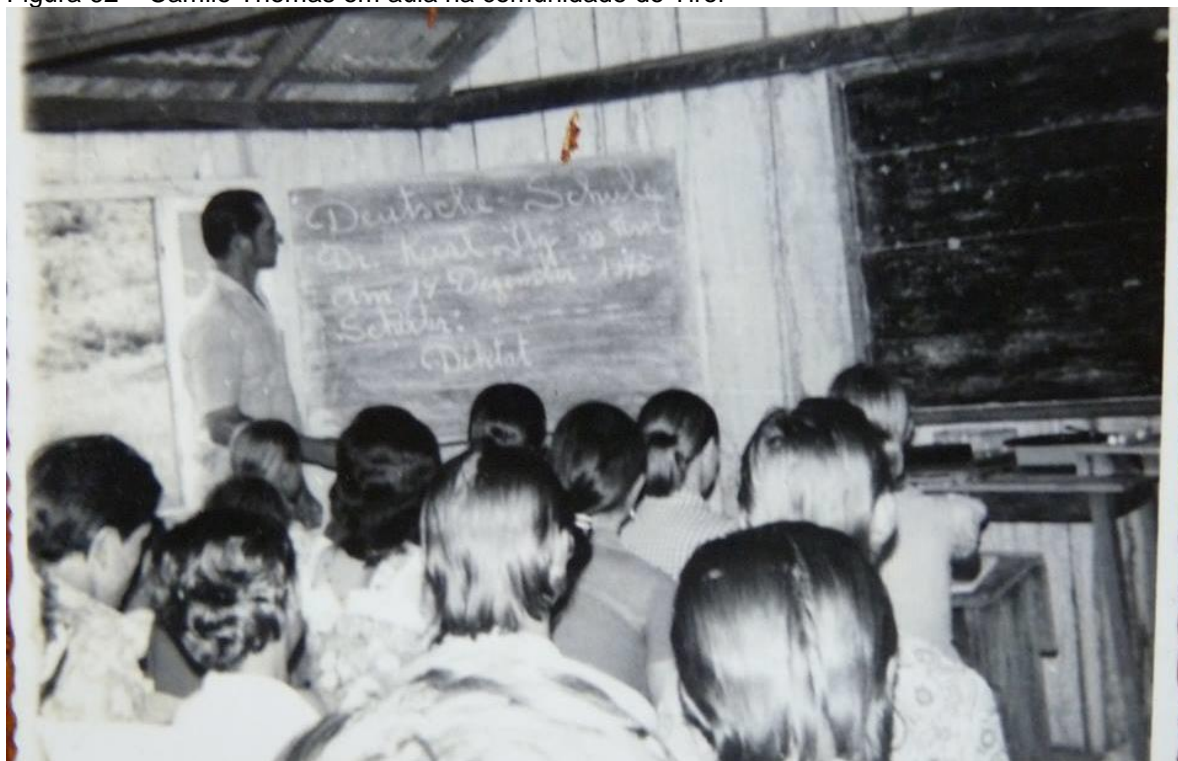
José Schaeffer, Olga Thomas e Geraldo Thomas relatam a existência de aulas de alemão no povoamento. Segundo Geraldo Thomas e José Schaeffer, os professores da comunidade, cronologicamente são Martha Giesen Nagel, Mathias Nickel e Camilo Thomas na década de 1970 (Figura 62).

A década 70 inicia profundas mudanças no povoamento, esse momento de transição ocorre de maneira a proporcionar uma valorização da cultura tiroleza na população, assim como um resgate do passado e um enaltecimento dos elementos materiais e imateriais da comunidade pela primeira vez.

¹¹⁷ Nas colônias alemãs, a língua alemã se conserva até mesmo durante gerações (BAVIERA, 2013, p.62).

¹¹⁸ José Schaeffer nasceu na região em 1952, é lavrador e professor de alemão aposentado. Entrevistado em maio de 2016.

Figura 62 – Camilo Thomas em aula na comunidade do Tirol



Fonte: Acervo pessoal de Geraldo Thomas

A mudança tem início a partir da figura do Doutor Karl Igl (Figura 63), por meio de seu estudo acerca da cultura germânica, sobretudo, no que se refere as comunidades de imigração (alemãs, austríacas e suíças) na América do Sul (Brasil e Peru).

Figura 63 – Professor Karl Igl



Fonte: Centro Cultural Dona Leopoldina de Treze Tílias, disponível em: <https://www.ccdl.org.br/quem-somos>. Acesso em: 13/02/2018

O professor visita pela primeira vez a comunidade do Tirol no ano de 1966 e reside durante três meses na casa de Camilo Sebastião Thomas. Iniciam um programa a partir dos estudos do professor com auxílio financeiro do governo austríaco e a ajuda

local da figura de Camilo Thomas e José Schaeffer de desenvolvimento econômico e cultural.

Figura 64 – Alpinistas tiroleses na comunidade do Tirol em frente à igreja católica em 1974



Fonte: Acervo pessoal de Geraldo Thomas

Figura 65 – Olga e Camilo Thomas na varanda da casa do casal no Tirol



Fonte: Acervo pessoal de Olga Thomas

Segundo Luzia Schultz, ocorre na comunidade o intercâmbio cultural, com a vinda de tiroleses austríacos para conhecer a região (Figura 64); o projeto de troca de cartas entre famílias austríacas e brasileiras; estudiosos como Wilfried Schabus para a

produção do livro “Tirol do Brasil: Das “Dorf Tirol” in Brasilien”¹¹⁹, no ano de 2009; a produção do documentário “*Tiroler Im Urwald*” de Luis Walter, no ano de 2014; intercambio de pessoas da comunidade para Áustria com objetivo de adquirir conhecimento de mecânica, entre outros.

O governo austríaco envia recursos financeiros com o objetivo de melhorias estruturais no local, como construção das estradas de acesso ao local¹²⁰; do posto médico (Figura 66); da biblioteca (Figura 67); criação da creche (Figura 68); e, a construção da Pousada Gasthof Tirol (Figura 69). Para a Associação de Agricultores do Tirol e Califórnia foi entregue um caminhão (Figura 38), um trator e ferramentas, assim como a administração da pousada¹²¹.

Além da melhoria dos serviços básicos da comunidade, a ação do governo austríaco inclui aulas, para crianças e adultos, de língua alemã e do dialeto alemão da região do Tirol Europeu. O conteúdo das aulas abrange assuntos ligados a cultura tirolesa como: culinária tirolesa, música típica da região do Tirol Europeu e danças típicas¹²². O lavrador Martin Gröner¹²³, por exemplo, aprende a tocar músicas tirolesas na sanfona a partir das aulas.

José Schaeffer, Geraldo Thomas¹²⁴ e Camilo Thomas são o grupo de professores responsáveis pelas aulas. Os moradores da comunidade recebem material didático e os professores preparo para lecionar na comunidade¹²⁵. Segundo Schaeffer, em entrevista cedida em maio de 2016, o governo austríaco pagava o valor de um salário mínimo para os professores.

A iniciativa perdurou por 15 anos, de 1994 a 2012, José Schaeffer afirma, que as aulas só tiveram fim após o corte de recursos vindos da Áustria. O professor acredita que as lições são importantes, pois o dialeto alemão, ensinado em casa pelos pais e avôs, era arcaico e rudimentar.

¹¹⁹ Sem tradução em português.

¹²⁰ Contudo, não foram concluídas.

¹²¹ Todas as informações foram retiradas das entrevistas realizadas com Olga Thomas, Geraldo Thomas e José Schaeffer realizadas entre maio e junho de 2016 pela autora.

¹²² Todas as informações foram retiradas da entrevista realizada com José Schaeffer realizada entre maio de 2016 pela autora.

¹²³ Martin Gröner nasceu na região em 1937, é lavrador e ferreiro aposentado. Entrevistado em maio de 2016.

¹²⁴ Geraldo Thomas nasceu na região em 1967, é professor de alemão e geografia. Entrevistado em abril de 2016.

¹²⁵ Todas as informações foram retiradas da entrevista realizada com José Schaeffer realizada entre maio de 2016 pela autora.

Observa-se um trabalho de motivação para um desenvolvimento endógeno, ou seja, o governo austríaco propôs um melhoramento na qualidade de vida da população, por meio de melhorias nos acessos ao povoamentos; melhoramento na infraestrutura da educação e da saúde; auxílio na instrução e modernização da produção rural, portanto, não pretende retirar as famílias do trabalho rural, mas sim evoluir a produção agrícola; promoção do turismo, o qual deve ser gerido pela própria comunidade, uma vez que a administração da pousa e dos pontos turísticos são de responsabilidade da comunidade. Provendo assim, um desenvolvimento autossustentável, gerando riqueza aos atores locais do território.

Figura 66 – Posto de saúde



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 67 – Biblioteca



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 68 – Creche



Fonte: Acervo da autora, 2016

Figura 69 – Pousada Gasthof Tirol



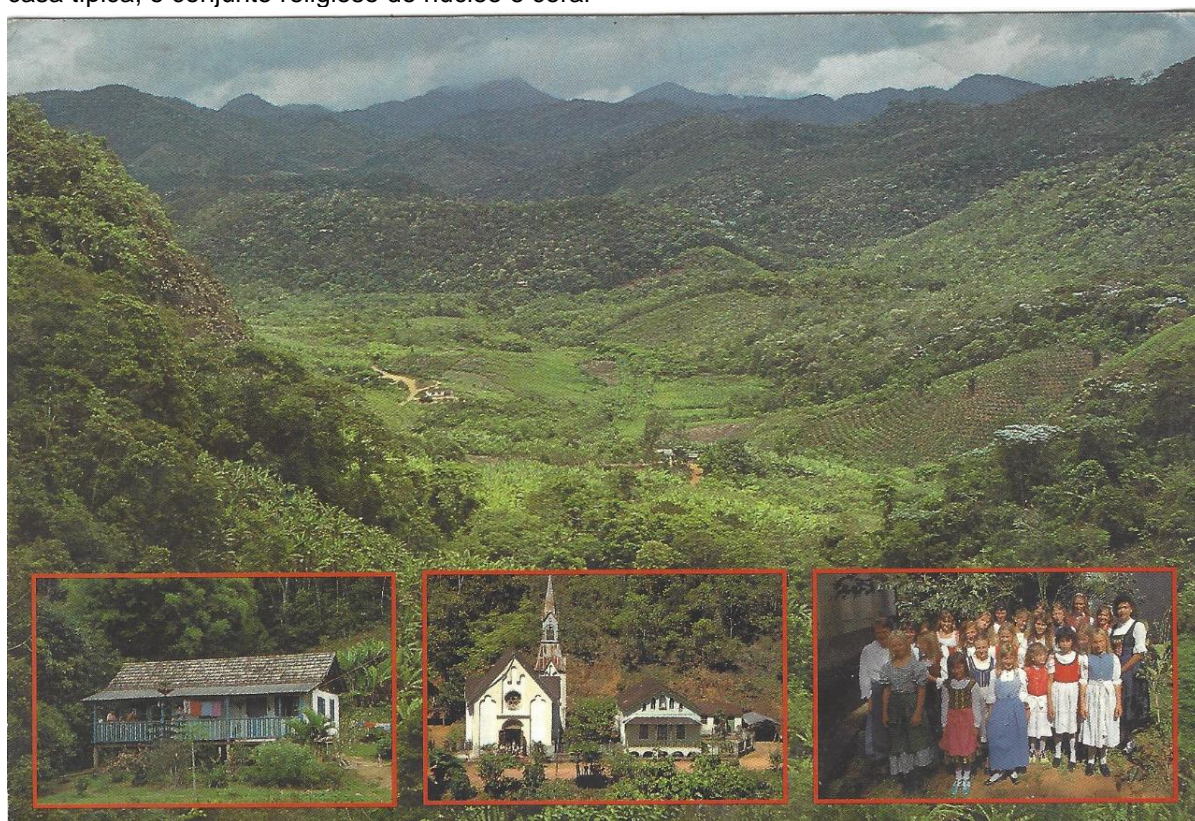
Fonte: Acervo da autora, 2016

As iniciativas indicam o interesse, também, na promoção do turismo voltado para a realidade rural e os aspectos imateriais e materiais da comunidade; ideal que pode ser constatado a partir do cartão postal (Figura 70) produzido pelo programa austríaco na década de 1980. Especial atenção para a declividade acentuada, demonstrando os

vales profundos; a implantação dos sítios e das pastagens nas cotas mais baixas, as plantações de café e diversa culturas nas cotas médias do terreno e nas cotas mais altas a mata atlântica nativa.

Na parte inferior do cartão, constatamos a importância das edificações, tanto da casa típica¹²⁶ produzida pelos imigrantes, com todos os aspectos supramencionados, e o conjunto religioso do núcleo do povoado; e, as crianças do antigo coral vestidas com roupas típicas do *Tyrol Histórico*¹²⁷. Reproduzindo *atos territorializantes* materiais e imaterias do território.

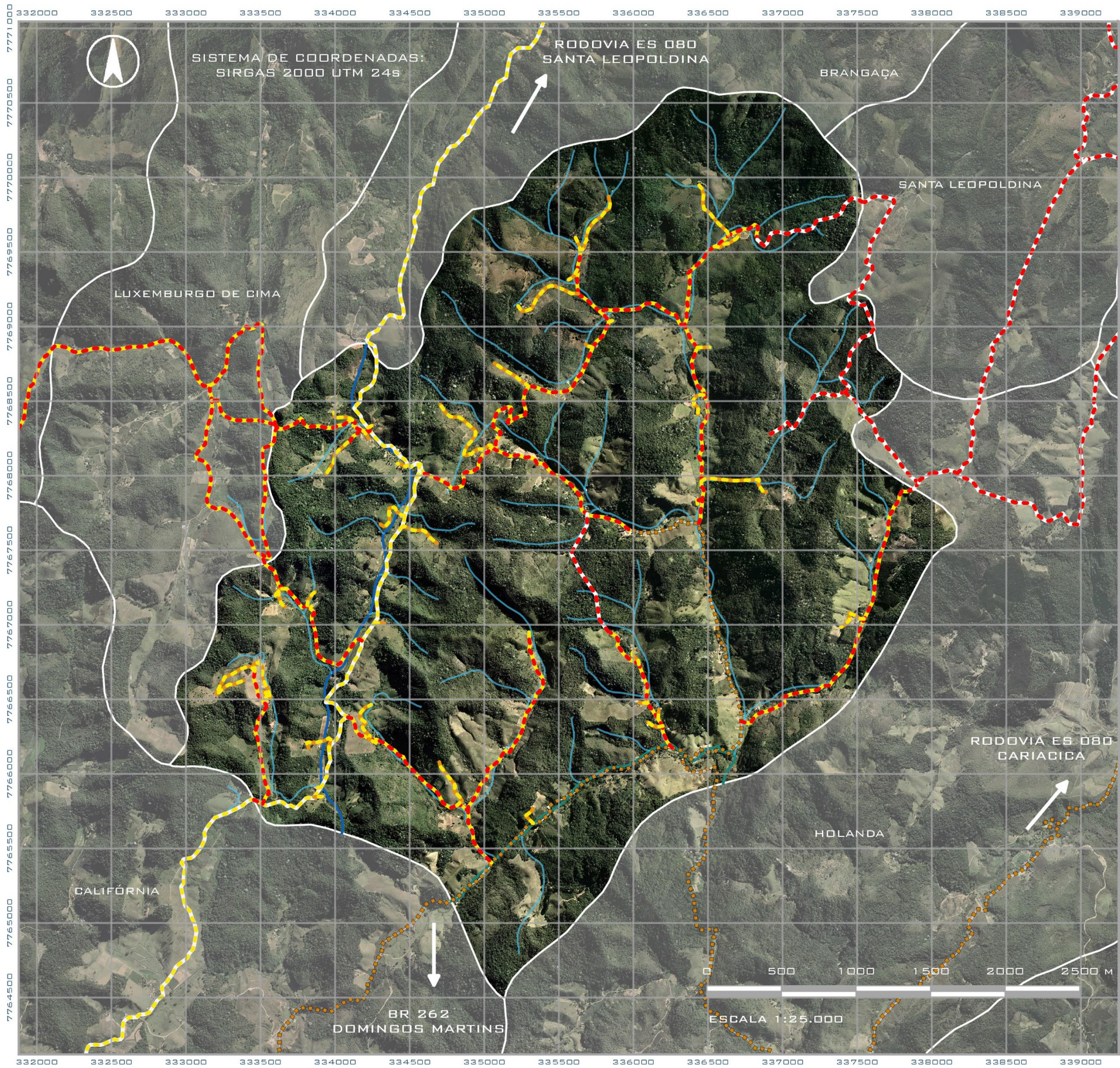
Figura 70 – Cartão postal produzido da década de 1980, destaque para a topografia acentuada, a casa típica, o conjunto religioso do núcleo e coral



Fonte: Acervo pessoal de Everton Vitor de Amorim, 2018.

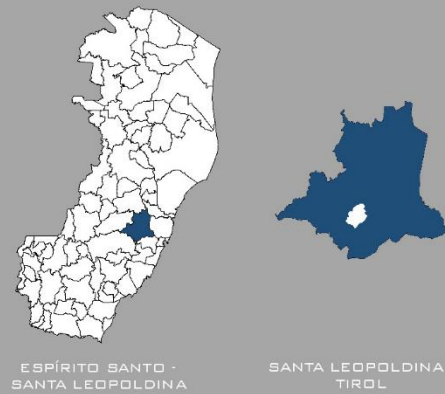
¹²⁶ A casa do cartão pertence à família Thomas, implantada atrás da Pousada Gasthof Tirol.

¹²⁷ É possível reconhecer Olga Thomas no canto esquerdo da imagem do coral.



MAPA ESTRADAS

LOCALIZAÇÃO DO TIROL - ES



LEGENDA

- POVOAMENTOS
- NASCENTES
- CORRÉGO TIROL
- RIO CACHOEIRA DA FUMAÇA
- TRECHO RODOVIÁRIO
- ESTRADA FRAZ BAUER
- ESTRADA FLUXO MÉDIO
- ESTRADA FLUXO BAIXO
- ESTRADA USO PARTICULAR

OBSERVAÇÕES

A INFORMAÇÃO TRECHO RODOVIÁRIO É DO INSTITUTO JONES DO SANTOS NEVES. TODAS AS DEMAIS ESTRADAS SÃO IDENTIFICADAS PELA AUTORA.

O TRECHO RODOVIÁRIO APRESENTA O MAIOR FLUXO DE AUTOMÓVEIS E A MELHOR CONSERVAÇÃO (VERIFICADO PELA AUTORA).

A ESTRADA FRAZ BAUER É DENOMINADA NO SÉCULO XIX E XX DE ESTRADA REAL SÃO PEDRO ALCÂNTARA. POSSUI CONSERVAÇÃO MÉDIA (VERIFICADO PELA AUTORA).

AS ESTRADAS DE FLUXO MÉDIO APRESENTAM CONSERVAÇÃO VARIADA, ASSIM COMO AS ESTRADAS DE USO PARTICULAR (VERIFICADO PELA AUTORA).

AS ESTRADAS DE FLUXO BAIXO SÃO AS PIORES ESTRADAS DO NÚCLEO, A POPULAÇÃO LOCAL NÃO UTILIZA POR CONSIDERAR IMPRÓPRIA E PERIGOSA (VERIFICADO PELA AUTORA).

Mapa 06 - Estradas:

Ao analisar o Mapa 06 – *Estradas* – concluímos que os caminhos seguem o curso d'água, portanto, são implantadas nas cotas mais baixas do terreno (DEMONER, 1983). De acordo com Schwarz (1992), todo o trabalho referente a construção das vias é realizado à base do trabalho braçal e com a utilização de tração animal, em decorrência da declividade acentuada da região e dos afloramentos rochosos, exigindo grande esforço. Fator também mencionado por Demoner (1983, p.94), “O solo, extremamente, acidentado, dificultava a construção de estradas regulares, necessárias à comunicação e transporte de gêneros alimentícios.”

Os primeiros relatos acerca das vias de deslocamento são de Baviera (2013). A Princesa as classifica como trilhas, devido sua condição precária e rudimentar, as vias são extremamente íngremes e acompanham a declividade do terreno, os pilões são utilizados como mecanismo para conseguir vencer a inclinação do terreno.

A nossa trilha era indescritivelmente ruim. Novamente tivemos que passar por inúmeros pilões, as tais escadarias de terra como se fossem feitas com arado e em cuja profundidade os animais tiveram que afundar as patas. Em seguida, havia subidas e descidas tão íngremes que às vezes tínhamos que segurar nas crinas das mulas, em seguida apelar novamente para as relhas para não cairmos da sela. De vez em quando o trajeto passava por povoados totalmente isolados num trecho desmatado [...] (BAVIERA, 2013, p.70).

Para Tshudi (2004), as estradas são ruins, íngremes e irracionais. Segundo o autor, a Colônia investe um alto valor na construção das vias, contudo, não existe nenhum responsável técnico pela obra, tornando-as, em alguns trechos, intransitáveis.

Achei quase todas as estradas, que cortavam a colônia, muito ruins e irracionais, em sua maioria construídas seguindo a linha mais curta, excessivamente íngremes, subindo e descendo montanhas. As despesas para se fazer a estrada nova, que vai do centro ao Porto da Cachoeira, foram muito altas, mas ela não passa de uma prova brilhante dos conhecimentos técnicos do construtor. Encontramos os vários trechos, já terminados e entregues ao tráfego, quase inteiramente intransitáveis (TSCHUDI, 2004, p.83).

Em consequência do declive acentuado e das condições montanhosas, Schwarz (1992) afirma ter como única solução para o escoamento da produção a utilização de mulas (Figura 71). Assim sendo, “O comércio é, portanto, a base do transporte, o comerciante, é um transportador. [...] Não se conhece, portanto, nem feiras nem mercados.” (ROCHE, 1963, p. 49). Em vista disso, as estradas tem um constante vai e vem das tropas das mulas, transportando as riquezas produzidas e os produtos consumidos pela população (SCHWARZ, 1992).

[...] é o mular o meio de transporte mais importante no território das colônias de alemães. As caravanas ou comboios de bēstas carregam as mercadorias. Os colonos chamam essa espécie de caravana de “trupe” ou “troppe” [...]. Ela consiste de vários lotes (Lotts, na língua dos colonos) cada um com um guia, o tropeiro, e dez animais (WAGEMANN, 1949, p.67).

Figura 71 – Tropa com mulas carregando mercadorias



Fonte: Wernicke, 2013

Wernicke (2013) apresenta um relato detalhado das tropas de muare, cada animal carrega 60 quilos de mercadoria de cada lado, portanto, 120 quilos ao todo, podendo ser até mais se necessário. Soma-se ainda a sela de carga¹²⁸, segundo o autor, muito pesada e feita de madeira reforçada com ferro, penduram-se bolsas e sacolas feitas de couro ou de junco para carregar as mercadorias. Utiliza-se uma pele de boi de grandes proporções para proteger a carga da chuva, amarra-se toda a carga com um cinto de couro preso em uma cavilha de madeira. Nos animais utiliza-se uma focinheira com a função de impedir a alimentação durante o percurso.

A escolha dos animais é definida por uma só cor, enfeita-se com arreiaamentos e adornos de níquel e prata. São ao todo 10 mulas em cada lote nas tropas, tendo, em cada lote, um tocador para conduzir os burros (SCHWARZ, 1992). É, desse modo, que os tropeiros e os barqueiros do Rio Santa Maria são os denominados por Schwarz (1992), como responsáveis pela condução das riquezas.

¹²⁸ Cangalha (WERNICKE, 2013)

De acordo com Schwarz (1992), a estrada de maior relevância no Brasil Império até a década de 1950 é denominada “São Pedro de Alcântara”, conecta Bragança, Tirol, Califórnia, indo até a cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais (Figura 72). Na atualidade a estrada é denominada Franz Bauer (Figura 73), sendo a segunda mais utilizada pela comunidade, pois liga as cidade de Santa Leopoldina e Domingos Martins.

Figura 72 – Trecho do mapa Rota Imperial, antiga estrada São Pedro de Alcântara



Fonte: Site G1, disponível em: <http://www.rotaimperial.org.br/images/banners/mapa.jpg>. Acesso em: 13/02/2018

Figura 73 – Placa de identificação da antiga estrada ‘São Pedro de Alcântara’, hoje Estrada Franz Bauer



Fonte: Acervo da autora, 2018

A construção da estrada é anterior a fundação da Colônia de Santa Leopoldina, inicia no ano de 1814 e no ano de 1816 a estrada é finalizada. Após o declínio da extração

de ouro no estado de Minas Gerais, o Governo Imperial libera a construção do trajeto Vitória a Ouro Preto (LEAL, s.d). A estrada é

[...] construída para atender a regiões com seus viajantes, moradores e tropeiros e possuía uma largura média de quinze palmos ou cerca de três metros. No caso específico da Estrada São Pedro de Alcântara chama atenção o fato de usar sempre um percurso nos altos das montanhas (LEAL, s.d, 8).

Todavia, as condições de tráfego da via são consideradas de péssima qualidade desde do princípio, de acordo com Leal (s.d), em relatos¹²⁹ enviados ao Governo Imperial, o Presidente da Colônia do Espírito Santo afirma ser intransitável o trecho da estrada na província capixaba, encontra partida, o uso é constante desde Ouro Preto até o Caparó, atribui-se essa discrepância a estagnação do Espírito Santo.

De acordo com Leal (s.d), na segunda metade do século XIX, o “elemento europeu”, tanto germânico quanto italiano, utiliza-se da estrada São Pedro de Alcântara para adentrar no interior da Colônia até as glebas selecionadas.

Com o incremento da chegada de colonos europeus (alemães, austríacos, italianos, espanhóis e outros) ao Espírito Santo foi a estrada usada para os assentamentos de colônias como Santa Leopoldina, Viana, Santa Isabel e Castelo garantindo seu uso constante e intermitente exatamente no percurso onde até então era mais exíguo. D. Pedro II, em sua visita ao Espírito Santo, em 1860, usou de parte da estrada na visita que fez às colônias de Santa Izabel e Viana (LEAL, s.d, 7).

Com o intuito de redescobrir e divulgar a Estrada Real, são instalados ao longo da estrada, tendo o palácio Anchieta como marco zero, totens (Figura 74 e 75) contendo informações sobre a via histórica. São computados ao todo no Tirol nove totens em todo o percurso do caminho no recorte territorial. Contudo, mesmo com a importância histórica supracitada, a via identificada com o maior fluxo é denominada de trecho rodoviário. Após visita *in loco* constata-se que as estradas Franz Bauer e trecho rodoviário apresentam a melhor conservação, entretanto, não são pavimentadas.

O trecho rodoviário tem sua construção iniciada na década de 1950, na administração de Francisco Schwarz, nesse período ocorre a abertura das rodovias de todos os distritos para a sede de Santa Leopoldina. Schwarz (1992, p.9) garante que a obra “[...] culminou com a ligação de quase todas as propriedades existentes no município.” Contudo, as estradas são feitas utilizando o trabalho manual, pois não existe maquinário disponível. Schwarz (1992) ressalta a construção da estrada Mangaraí-

¹²⁹ Os relatos são datados nos anos de 1828, 1831 e 1850 (LEAL, s.d)

Holanda (indicada no mapa como Trecho Rodoviário de Holanda até o núcleo) devido sua construção ser possível somente com auxílio do trabalho braçal da população local.

Nesse ensejo devo acrescentar que a estrada de Mangaraí a Holanda foi inaugurada e construída com dificuldades, dada a estrutura do terreno ser muito pedregosa. Com a cooperação da gente laboriosa daquele distrito, levamos a estrada a Holanda de Cima, Tirol e Califórnia (Schwarz, 1992, p. 27-28).

Esse é um momento de ruptura importante para o município de Santa Leopoldina, pois o transporte com o uso de animais cai em desuso, em razão do início do transporte de mercadorias por meio de caminhões. “Aquilo que, no lombo de burro, levava dias e dias para ser transportado, o era em poucas horas pelo caminhão” (Schwarz, 1992, p. 28).

Figura 74 – Totem Rota Imperial



Fonte: Acervo da autora, 2018

Figura 75 – Detalhe do Totem Rota Imperial



Fonte: Acervo da autora, 2018

A falta de estrutura viária é lembrada pelos moradores idosos. A entrevistada Olga Thomas, recorda das péssimas condições das estradas que ligam a comunidade com a cidade de Santa Leopoldina: “[...] quando era menina, adoeci, fui levada para a

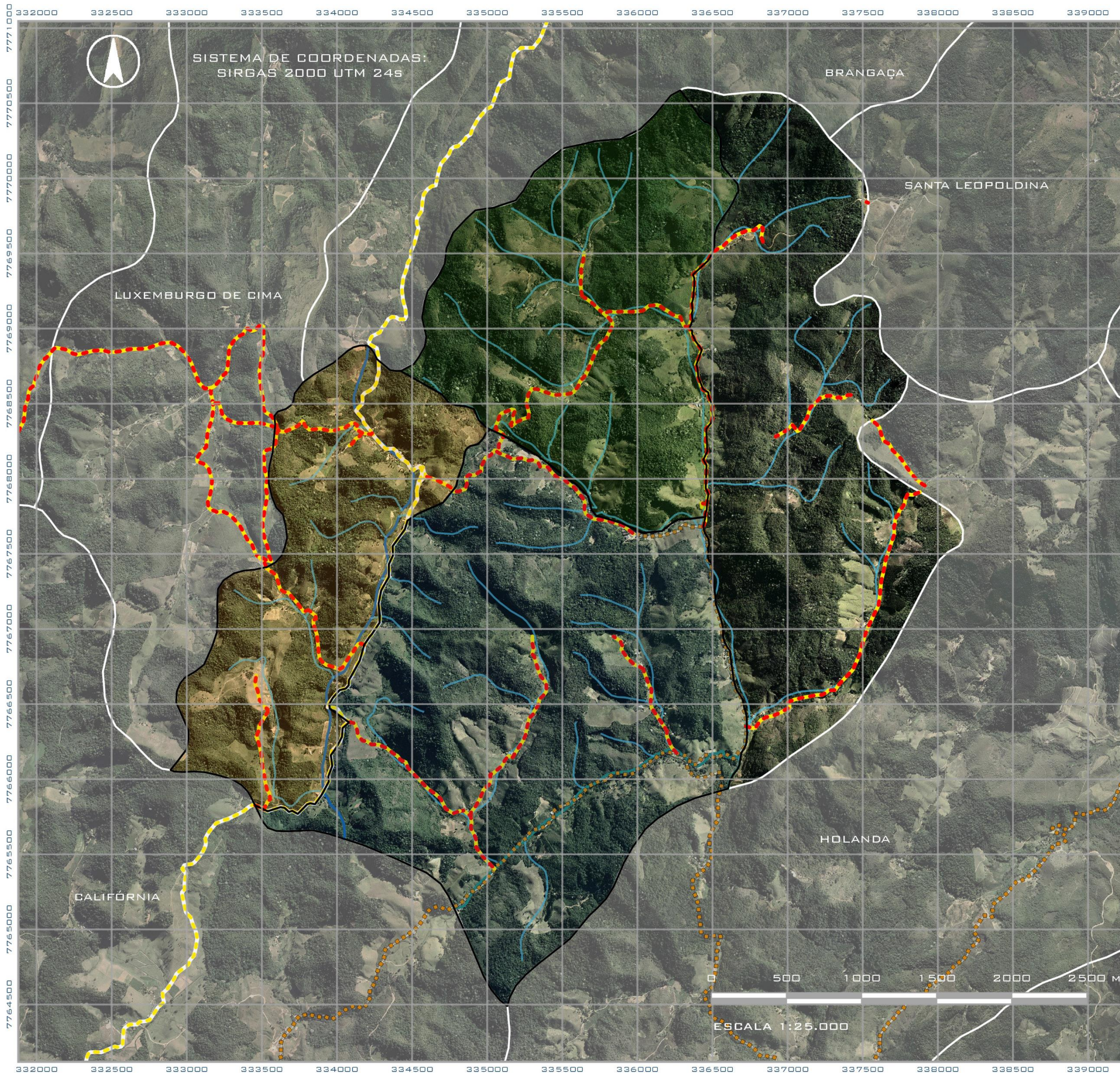
cidade carregada em um pano, como uma rede. As estradas eram muito ruins”¹³⁰. Olga lembra que o evento ocorre quando tinha dez anos de idade no ano de 1956. Armino Flegler, também recorda das estrutura precária das estradas, o aposentado cita o escoamento da produção através de animais e recorda das tropas de mulas.

No mapa 06 notamos um desequilíbrio na implantação das estradas, a maior concentração está na porção oeste do recorte territorial. A área leste apresenta o menor número de vias e com a pior conservação, sendo necessário o uso de automóveis com tração 4x4, pois são íngremes devido a declividade acentuada e ao baixo fluxo. A população não utiliza as estradas da região, segundo Luzia Schultz, o local é evitado pela comunidade, a região conhecida como morro do Adão, é uma área de pessoas provenientes da cidade Vitória.

É possível identificar uma permeabilidade no território através das duas vias principais, responsáveis pela entrada, formação e fixação dos núcleos de sítios de produção e do núcleo central e religioso. As ocupações identificadas no Mapa 04 – Ocupação do Solo - apresenta a maior concentração no percurso da estrada Franz Bauer, portanto, é o local do fluxo migratório iniciado no ano de 1859. Contudo, a mancha do núcleo do Tirol, local de importância religiosa para a comunidade, está fora do curso Franz Bauer.

Tal fato, juntamente com a revisão histórica é possível conjecturar a hipótese da existência de dois fluxos no ano de 1859, o primeiro ao norte do recorte, a partir de Santa Leopoldina, os imigrantes “desciam” o território para as glebas de destino, e a segunda ao sul, a partir de Santa Isabel até o núcleo religioso, com a vinda do pároco Adriano Lantschner. Sendo assim, é possível a existência de uma trilha anterior ao trecho rodoviário.

¹³⁰ Trecho retirado da entrevista realizada com Olga Thomas em junho de 2016 pela autora.



MAPA MICROTERRITORIALIDADE

LOCALIZAÇÃO DO TIROL - ES



ESPÍRITO SANTO -
SANTA LEOPOLDINA



SANTA LEOPOLDINA -
TIROL

LEGENDA

- POVOAMENTOS
- NASCENTES
- CORRÉGO TIROL
- RIO CACHOEIRA DA FUMAÇA
- TRECHO RODOVIÁRIO
- ESTRADA FRAZ BAUER
- ESTRADA FLUXO MÉDIO
- RECANTO DO TIROL
- TIROL OU BAIXO TIROL
- ALTO TIROL

OBSERVAÇÕES

AS INFORMAÇÕES GERADAS NESTA MAPA SÃO VERIFICADAS PELA AUTORA NA VISITA NO LOCAL COM A ENTREVISTADA LUZIA SCHULTZ EM JANEIRO DE 2018. A MORADORA DO TIROL ACOMPANHOU TODO O TRAJETO EM TODAS AS ESTRADAS DO TIROL E IDENTIFICOU OS LIMITES DO POVOADO. A PORÇÃO LESTE DO TIROL NÃO APRESENTA DENOMINAÇÃO, SENDO A REGIÃO MENOS HABITADA E COM AS ESTRADAS DE PIOR CONSERVAÇÃO E MENOR FLUXO. O LOCAL É EVITADO PELAS PESSOAS DO POVOADO POR SER CONSIDERADO PERIGOSO E DE ACESSO DIFÍCIL.

Mapa 07 - Microterritorialidade:

Observa-se, nas principais bifurcações das estradas, placas de localização identificando limites internos do Tirol. São classificadas em três áreas, denominadas de Alto Tirol, Baixo Tirol ou Tirol e Recanto do Tirol (Figura 76, 77, 78 e 79). Com ajuda de Luzia Schultz é possível identificar as áreas, produzindo assim o Mapa 07 - *Microterritorialidades*.

Figura 76 – Placa Alto Tirol e Tirol



Fonte: Acervo da autora, 2018

Figura 77 – Recanto do Tirol e Tirol



Fonte: Acervo da autora, 2018

Figura 78 – Alto Tirol, Bragança e Pousada Gasthof Tirol



Fonte: Acervo da autora, 2018

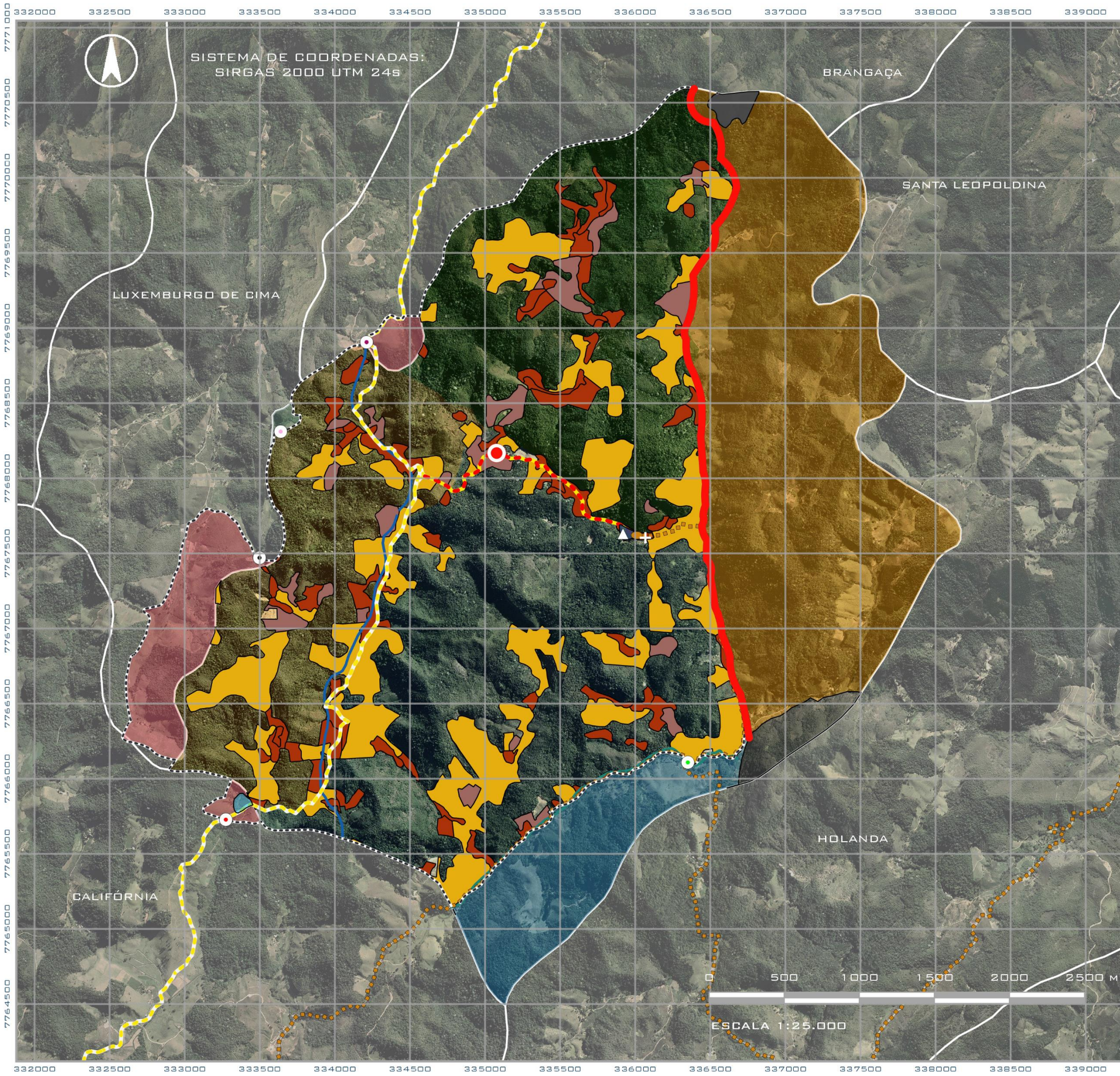
Figura 79 – Pedra Preta, Bragança e Sede do município



Fonte: Acervo da autora, 2018

Não existe para a porção leste do recorte uma denominação oficial, como placas ou sinalização, desse modo, não é possível classificar a extensão leste. Em conversa com Luzia Schultz, a área norte da porção leste é identificada pela comunidade como morro do Adão, contudo, não é um nome oficial. O morro do Adão é considerado um local à ser evitado pela população, pois o considera perigoso com risco de assalto, uma vez que, é considerado esconderijo de criminosos vindos de outras regiões da grande Vitória.

Mapa 08 - Elementos e Áreas Identitários:



MAPA ELEMENTOS E ÁREAS IDENTITÁRIOS

LOCALIZAÇÃO DO TIROL - ES



ESPÍRITO SANTO -
SANTA LEOPOLDINA



SANTA LEOPOLDINA -
TIROL

LEGENDA

- POVOAMENTOS
- CEMITÉRIO ANTIGO
- IGREJA, ESCOLA, CASA PAROQU.
- MERCADO ENDRINGER
- BIFURCAÇÃO MICRORREGIÕES
- LIMITE CALIFÓRNIA-TIROL
- LIMITE BRANGANÇA-TIROL
- LIMITE HOLANDA-TIROL
- LIMITE LUXEMBURGO-TIROL
- LIMITE LUXEMBURGO-ALTO TIROL
- CÓRREGO TIROL
- RIO CACHOEIRA DA FUMAÇA
- ESTRADA CONECTORA
- ESTRADA FRANZ BAUER
- TRECHO RODOVIÁRIO
- LIMITE IDENTIFICADO
- LIMITE DECLIVIDADE
- NÚCLEO RELIGIOSO
- NÚCLEO SERVIÇOS
- AFLORAMENTO ROCHOSO
- PEDRA PEIXE PODRE
- ÁREA RESTRITA DO RECORTE
- ÁREA SUBTRAÍDA DO RECORTE
- ÁREA ADICIONADA AO RECORTE
- RECANTO DO TIROL
- TIROL OU BAIXO TIROL
- ALTO TIROL
- USO DO SOLO
- CULTIVO AGRÍCOLA - CAFÉ
- CULTIVO AGRÍCOLA - TEMPORÁRIOS
- PASTAGEM

Baseado na produção dos mapas, é possível reconhecer duas grandes áreas distintas no recorte proposto, no ano de 1993, pelo projeto "Mapeamento de Comunidades Urbanas e Rurais do Espírito Santo". As porções leste e oeste do território são estabelecidas por condições pré-existentes a implantação do imigrante no século XIX. A partir da declividade acentuada é possível traçar um eixo norte e sul do Tirol, denominado *Limite declividade* (Mapa 08), o qual é limitado por dois afloramentos rochosos localizados um a norte¹³¹ e outro a sul.

As duas parcelas do objeto de estudo são verificadas, em um primeiro momento da pesquisa, com a inserção das coordenadas das residências dos depoentes, ou seja, o local da moradia, trabalho e produção do território pelos atores mais antigos e relevantes identificados. Todos os entrevistados estão na porção oeste do recorte, circunstância que também se sucede nos mapas *Uso do solo*, *Ocupação do Solo*, *Edifícios Públicos e Casa dos Depoentes*, *Estradas*, e *Microterritorialidades*. Todavia, somente é possível traçar o eixo norte e sul com precisão, pois utiliza-se das curvas de nível e da hidrografia, as quais delimitam as estradas.

As vias da parcela leste são indicadores importantes da segmentação territorial, em razão de serem as piores estradas do povoado, de aspectos quase intransitáveis. Soma-se a condição física com a fala dos depoentes, os quais classificam a área como restrita, pois não é local de passagem ou uso da comunidade. Segundo os moradores, é um local evitado por ser considerado perigoso.

As estradas principais do Tirol, estrada Franz Bauer e o trecho rodoviário, são identificadas com valores históricos, como a penetração dos imigrantes através da Estrada São Pedro de Alcântara; sociais, por meio da comunicação entre sítios; econômicos, com o escoamento da produção agrícola a partir da década de 1950; e, culturais, conexão com outros núcleos germânicos católicos como Santa Isabel. Ambas estão na porção oeste do recorte apresentam a melhor conservação, o maior escoamento de produção e, a maior circulação da população. Acompanham o fluxo dos cursos hídricos, Córrego Tirol e rio Cachoeira da Fumaça.

As duas principais estradas apresentam um fluxo norte a sul do território, desse modo, é notável a importância do trecho conector entre as vias, com o fluxo leste a oeste,

¹³¹ Segundo a entrevistada Luzia Schutlz o Afloramento rochoso ao norte é denominado por Peixe Podre.

sendo uma importante rota de articulação dentro do povoado. O trecho conector contém o ponto de bifurcação para as microterritorialidades, Alto Tirol, Tirol e Recanto do Tirol, nesse sentido, forma o principal nó do local. Todavia, não é possível atribuir os fluxos e valores dos trajetos principais.

A partir da revisão histórica e da cartografia antiga (Figura 37), observa-se que o sul do Tirol é delimitado pelo rio Cachoeira da Fumaça. Soma-se a esse fato histórico a primeira sinalização interna do Tirol (Figura 76, *Limite Holanda-Tirol*), tendo isso posto, considera-se uma subtração na margem direita do rio. Entretanto, no segmento oeste, são identificados acréscimos expressivos, em razão da grande permeabilidade entre Tirol e Luxemburgo de Cima, em decorrência do grande número de estradas entre os dois povoados. Acrescenta-se que, diferentemente dos limites leste e sul, inexistente curso hídrico ou barreira territorial, desse modo, o limite considerado apresenta uma forma menos rígida, configurando-se como uma zona fronteira.

Em vista disso, tira-se proveito das estradas; da documentação das propriedades rurais; das pessoas do local; e, com o auxílio do GPS, identifica-se os pontos limites. No que tange à documentação, trata-se de toda burocracia referente à compra e venda das terras públicas localizadas ao sul do campo denominado *Área Adicionada ao Recorte*. A aquisição da gleba de 62500 braças quadradas ocorre no dia 28 de maio de 1881, sendo o registro mais antigo da propriedade, desse modo, confirma a hipótese que a região pertence ao povoado do Tirol, pois apresenta no documento a localização do sítio como *Tyrol da Colônia de Santa Leopoldina* (Figura 80).

O documento pertence à época do Brasil Império, conquanto, utiliza-se outros documentos com registros nas seguintes datas: 1924, 1943 (Figura 81) e 1968. Tendo isso posto, percebe-se a manutenção da denominação da área como pertencente ao povoado, assim sendo, é adicionada a área ao recorte. A segunda adição, localizada a região nordeste do objeto de estudo, é definida a partir das estradas e do ponto *Limite Bragança-Tirol*.

Figura 80 – Documentação de Compra e Venda do ano de 1881

Lancado a fl. 428 do 1.º livro de Tomb. e fl. 258 do 2.º livro de Contas Correntes.
Nucleo do Porto do Cachoeiro 3.º de Junho de 1881

EXERCICIO DE 1880 A 1881

N.º 133 RS. 375 500

Alfandega e Recebedoria da Cidade da Victoria.

Venda de Terras Publicas.

A fl. 228 do livro de receita deste artigo de renda fica debitado ao actual Thesoureiro abaixo assignado pela quantia de *montante de mil e quinhentos* que recebeu de *Pedro Antunes* proveniente da compra que fez de um praso de terras com 67.500 bucatas quadradas no lugar denominado *Viprol da* *Colonia de Santa Leopoldina*, do praso de *meio da 1.ª e 2.ª*

E para constar extrahi o presente conhecimento, que assignei com o respectivo thesoureiro.

Em 28 de Maio de 1881

O ESCRITURARIO: *Camilo Guadalupe* O THESOUREIRO: *Camilo Guadalupe*

Fonte: Acervo pessoal de Everton Vitor de Amorim, 2018.

Figura 81 – Documentação recebimento de imposto e taxa, 1943

CONHECIMENTO PARA RECEBIMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS

Diretoria da Receita Pública Nº 57840 *

EXERCÍCIO DE 1943

<i>Divida Alvor</i>	Cr\$ 356,40
	Cr\$
	Cr\$
	Cr\$
	Cr\$
TOTAL....	Cr\$ 356,40

Receita do Sr. *Thomaz* (cop. extenso) *40*

de uma propriedade no lugar denominado Viprol da Colonia de Santa Leopoldina, do praso de meio da 1.ª e 2.ª

Conforme Prop. nº 1812

de 30 de Maio

Sub-Comissão de Mangueira da Colônia de Santa Leopoldina

Thomaz (ESCRITURARIO) *Thomaz* (EXATOR)

Fonte: Acervo pessoal de Everton Vitor de Amorim, 2018.

Os limites referentes a *Luxemburgo-Alto Tirol*, *Bragança-Tirol* e *Califórnia-Tirol* são estabelecidos por meio de visitas no local. O *Limite Luxemburgo-Alto Tirol* é fixado com base na cota mais alta da estrada, com 833 metros de altitude (Figura 82), constata-se que o ponto coincide com o limite do recorte. Nessa perspectiva, pode-se conjecturar a seguinte hipótese: as entradas e a declividade são elementos de referência e auxílio no mapeamento de 1993 do IJSN e do IBGE. A similitude é identificada, também, no *Limite Bragança-Tirol*, pois o ponto limiar entre os povoados é identificado em uma bifurcação (Figura 79), sendo coincidente com a delimitação estabelecida no projeto "Mapeamento de Comunidades Urbanas e Rurais do Espírito Santo".

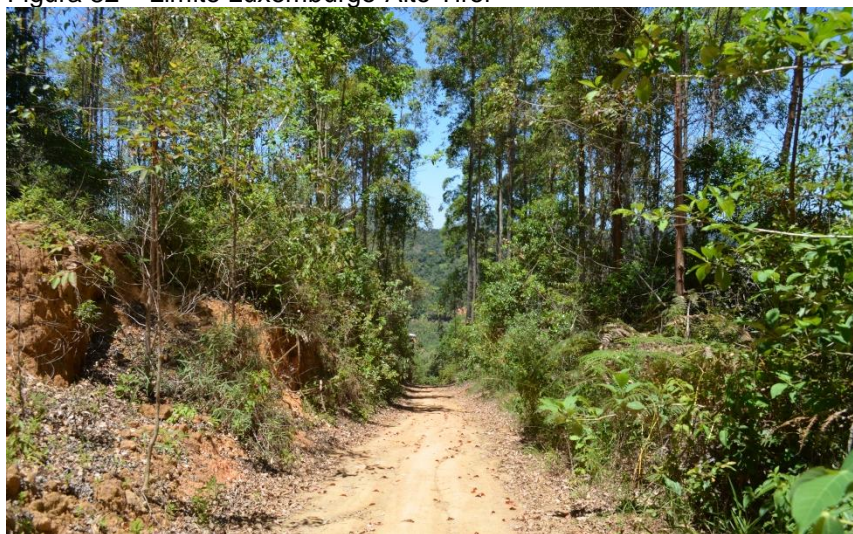
O *Limite Califórnia-Tirol* é verificado em uma curva da estrada Franz Bauer (Figura 83). Após a sinuosidade, está o povoado de Califórnia com o núcleo de serviço do povoado, que abrange os edifícios de uso da comunidade: escola, igreja católica e uma pequena mercearia. Próximo ao *Limite Califórnia-Tirol*, situa-se o *Núcleo de Serviços* do Tirol, o pólo conta com o posto de saúde, creche e biblioteca¹³². O trabalho considera o *Núcleo de Serviços* como uma área de elementos de valor identitário médio, pois é a estrutura física de maior relevância da década de 1990, representando o projeto do governo austríaco para promover o desenvolvimento na região.

Contudo, o pólo que apresenta maior valor no povoado é o *Núcleo Religioso*, com as edificações: Igreja do Verbo Divino, a casa paroquial e o cemitério antigo. O local representa a materialização da religiosidade do povoado e, bem como, é o cerne inaugural da colonização, ou seja, o primeiro indício do homem no território. Soma-se ao núcleo religioso, o edifício escolar e a mercearia Endringer, ambos têm valor abaixo dos edifícios religiosos, porém, são responsáveis por fluxo interno diário da população.

Adiciona-se a escola como importante elemento de memória afetiva da infância dos moradores, local de conexão entre as gerações mais novas, frequentadores do edifício, e das gerações mais antigas da comunidade. Nesse sentido, a conexão e vínculo entre passado e futuro também é ocasionado pelo cemitério, lugar de lembrança dos antepassados dos moradores (Figura 84).

¹³² A creche e biblioteca não estão em funcionamento.

Figura 82 – Limite Luxemburgo-Alto Tirol



Fonte: Acervo da autora, 2018

Figura 83 – Limite Califórnia-Tirol



Fonte: Acervo da autora, 2018

Figura 84 – Cemitério antigo com túmulos dos antepassados da família LePaus



Fonte: Acervo da autora, 2016

4.3 ATLAS DO PATRIMÔNIO TIROL, SANTA LEOPOLDINA, E.S

No intuito de alcançar o objetivo geral da pesquisa, faz-se necessário a realização dos objetivos específicos do trabalho: o estudo da área de colonização dos imigrantes tirolezes em Santa Leopoldina; a documentação e o georeferenciamento do quadro ambiental e territorial da comunidade; e, a identificação, o georeferenciamento e o mapeamento dos elementos de relevância para a memória e o sentimento de pertencimento da comunidade, portanto, os *atos territorializantes*.

Segundo Pollice (2010), a identidade territorial é um processo autorreferencial de uma comunidade, em vista disso, é por intermédio da metodologia da História Oral que a dissertação ratifica os *atos territorializantes* materiais e imaterial do povoado do Tirol. Portanto, utiliza-se a revisão bibliográfica referente à formação do povoado, visando identificar o valor dos elementos através do tempo. Por conseguinte, é factível a elaboração de um Atlas do Patrimônio, com o propósito de documentar a identidade territorial da comunidade rural do Tirol, Santa Leopoldina.

A dissertação apropria-se do pensamento de Dematteis e Governa (SAQUET, 2010), o qual compreende que para o estudo da identidade territorial se deve considerar a coerência interna do território, logo, seus muros, delimitações ou limites; o processo histórico, a construção através do tempo da sociedade, ou seja, o resultado do processo de territorialização; e as projeções do futuro, portanto, suas metas.

É possível observar um novo contorno dos limites com subtrações expressivas, o qual é redesenhado considerando aspectos territoriais, como declividade¹³³ e recursos hídricos¹³⁴, os quais tornam-se barreiras, tanto de fluxo, quanto de acesso ao território. Todavia, acréscimos importantes são incorporados por motivos territoriais e sociais, como uma declividade sem grandes bloqueios; as comunidades vizinhas apresentam aspectos culturais similares como origens, hábitos e religiosidade; e por fim, uma infraestrutura viária que permite um acesso exequível entre as áreas.

No que tange às vias, identifica-se, nas duas principais estradas do Tirol, fluxos de viés econômico; sagrado¹³⁵; e, socioeconômico. A estrada Franz Baeur é classificada

¹³³ A partir da Figura 37 é possível verificar o limite leste do território como uma linha norte e sul, paralela à declividade encontrada.

¹³⁴ Identifica-se a partir da Figura 37 o Rio Cachoeira da Fumaça como limite entre Tirol-Holanda-Califórnia.

¹³⁵ Ou religioso.

como de fluxo local econômico, uma vez que, desde dos primórdios do povoamento, é utilizada para o deslocamento interno dos imigrantes no século XIX; para o escoamento da produção, na segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, para a sede de Santa Leopoldina; e, a principal conexão entre os principais povoados de articulação do Tirol, Luxemburgo de Cima e Califórnia¹³⁶.

O trecho rodoviário é fragmentado em dois segmentos, classificados com fluxos diversos. O trecho com sentido Santa Isabel é identificado por apresentar um fluxo local sagrado, dado que conjectura-se ser essa a possível rota do pároco Adriano Lantschner, entre os anos de 1858 e 1868 e dos missionários da Verbo Divino, a partir de 1895, para atender a comunidade católica de Santa Isabel. Assim sendo, o valor de sagrado é materializado pelo ponto final da via, o núcleo religioso da Igreja do Divino Espírito Santo, com as edificações de maior valor identitário para a comunidade (figuras 85 e 86).

Na década de 1950 é edificado o trecho rodoviário Mangaraí-Holanda, infraestrutura que determina o surgimento de um novo deslocamento, inserido a comunidade em um fluxo global. A via apresenta um curso no sentido sudeste da comunidade e conecta o povoado à capital do estado, Vitória. Dessa maneira, torna-se desnecessário de ir para a sede do município ou para sede de municípios vizinhos. Tendo isso posto, a nova via proporciona um novo deslocamento, rompendo, de certa maneira, a hegemonia econômica e social da sede de Santa Leopoldina sobre o Tirol e atraindo novos atores externos.

O trabalho identifica os atores externos do Tirol em duas categorias, atores de origem das cidades da Grande Vitória e atores de origem austríaca. Assim sendo, observa-se nos atores das grandes cidade do Espírito Santo a compra de pequenas propriedades¹³⁷. Ou seja, parcelas das glebas originais com o objetivo de constituir sítios voltados ao lazer dos proprietários; nesse sentido, é possível verificar adições de itens de lazer (Figura 87). Nota-se uma fragmentação das propriedades rurais, principalmente na região do Recanto do Tirol, sendo o local mais adensado do povoado.

¹³⁶ É reconhecida como a ligação entre os povoados pela das construção das capelas e pelo assentamento de tirolese austríacos na Califórnia (Figura 43);

¹³⁷ Informações retirada da entrevista realizada com José Schaeffer realizada entre maio de 2016 pela autora.

Os atores externos de origem austríaca desenvolvem um trabalho voltado para a comunidade, com o objetivo de melhoria de vida da população, principalmente para o incentivo ao progresso do trabalho e da educação. Nesse sentido, as edificações que marcam esse período são de valor regular para a população.

Segundo Santos (1991), o homem é o agente transformador do território, por conseguinte, no Tirol, a produção agrícola é o mais significativo fruto do seu trabalho. É a partir dessa ação humana que o território do povoado adquire uma feição rural, baseada na agricultura familiar de pequenas propriedades. Para o autor, as feições múltiplas do território são respectivas de um dado momento histórico, entretanto, no caso específico do objeto de estudo, percebe-se a manutenção das feições agrícolas desde de sua fundação.

Para Santos (1991), é o trabalho a maneira pela qual o homem se reconhece e se auto afirma perante o externo; portanto, define quem ele é e como produz o seu território. Isso posto, identifica-se no trabalho ligado à terra como constituinte estruturante da identidade territorial dos depoentes, pois, mesmo em idade avançada, todos mantêm sua atividade profissional de lavradores ativa, mesmo após a aposentadoria. Tal característica é reconhecida pelo agente externo de desenvolvimento, o governo austríaco ao promover melhorias, por meio do aperfeiçoamento do ofício do homem do campo, com investimentos em maquinário, trator e caminhão, proporcionando mudanças e melhorias endógenas.

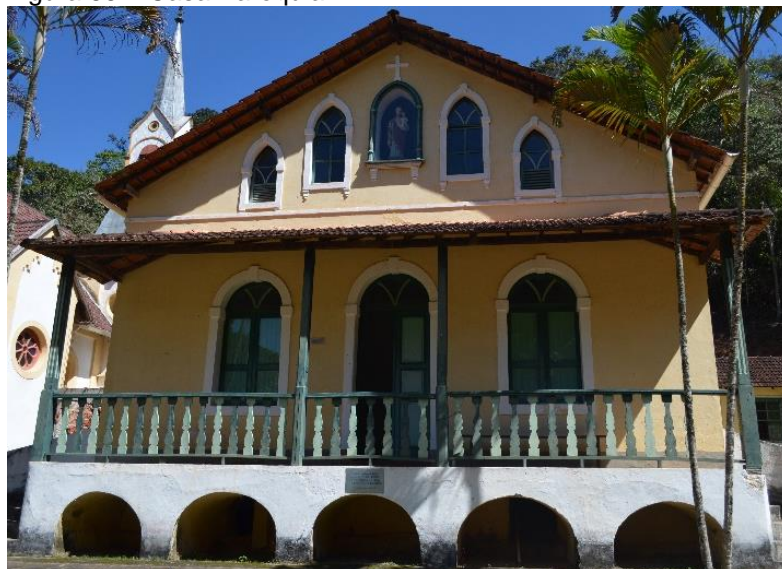
O trabalho de produtor rural é arcabouço da identidade territorial da população do Tirol, o qual, manifesta-se no território através dos cultivos da terra. Nessa perspectiva, observa-se uma exteriorização desse aspecto identitário nas expressões corporais dos depoentes. É a partir da pele branca marcada pela exposição intensa do Sol; as mãos firmes e ásperas da lida diária com a enxada; e, a estrutura corporal resistente de uma vida inteira de trabalho braçal. Soma-se as marcas materiais da identidade territorial ao aspecto imaterial, sendo a língua um alicerce de conexão entre o novo território e as raízes europeias.

Figura 85 – Igreja



Fonte: Acervo da autora, 2017

Figura 86 – Casa Paroquial



Fonte: Acervo da autora, 2017

Figura 87 – Antiga edificação da família Gröner



Fonte: Acervo da autora, 2016

Portanto, a língua de herança, isto é o alemão, é identificado como resiliente durante as cinco gerações, para tal é necessário adaptações e adições para a manutenção da fala. No que tange, as adições em português observa-se, segundo Wagemann (1949), que são vinculadas ao trabalho exercido pelos imigrantes e seus descendentes. Portanto, os novos vocabulários são uma conexão importante com o ofício e uma renovação importante da identidade como forma de atualização para mantê-la em uso.

As plantações são importantes elementos territorializantes materiais da identidade territorial do Tirol, e têm papel expressivo na fixação das famílias ao território, pois, é o que mantém o homem germânico fixado às antigas colônias do Governo Imperial até atualidade. Portanto, adiciona-se a esse elemento o valor de conexão do homem ao território, tendo isso posto, compreende-se as plantações como de alto valor, e, também, as nascentes, os afluentes, os córregos e os rios, pois as instalações dos cultivos são nitidamente ligados à presença da água.

Na identificação dos *atos territorializantes* imateriais, considera-se o descendente tirolês, na pesquisa representado por pessoas da 5ª geração, entrevistadas, como elementos de alto valor. Compreende-se que simbolizam um Tirol nitidamente ligado a terra; com características fortes da imigração do ano de 1859; a vida cotidiana ligada estreitamente à vida religiosa; com uma forte ligação com a língua alemã, como forma de comunicação com os genitores. Tendo isso posto, é necessário documentar a origem dos antepassados dos depoentes com o objetivo de reconhecer a descendência tirolesa austríaca com base nos registros do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A partir das informações cedidas pelo Projeto Imigrante, não é possível identificar, dentre os sobrenomes dos depoentes, nenhum imigrante tirolês austríaco (Quadro 09), nesse sentido conjectura-se hipóteses para tal panorama. Observa-se que a totalidade dos sobrenomes são de origem germânica, portanto, confirma-se a suposição de Wagemann (1949), a qual identifica a união dos elementos germânicos nas colônias capixabas. Logo, a língua alemã é o fator aglutinar do imigrante sendo um elemento *territorializante* importante da identidade territorial, não somente do Tirol.

Alguns entrevistados são descendentes de imigrantes oriundos de Luxemburgo, portanto, assentados no povoado limítrofe ao Tirol. Segundo Wageman (1949, p. 88), uniões entre pessoas vizinhas é fato corriqueiro, “[...] as pessoas que se casam são quase sempre do mesmo lugar. É muito frequente a união matrimonial entre filhos de

moradores que se avizinham.” Portanto, é possível considerar a inclusão dos desentendes alemães e luxemburgueses pelo casamento. À vista disso, compreende-se que, com casamentos entre os elementos germânicos, pode ter se perdido a descendência tirolesas, ou seja, é importante estudos que se debruce sobre as árvores genealógicas dos depoentes para reconhecer as hipóteses supracitadas e que localize o local dos assentamentos das famílias mencionadas no Quadro 06.

Visto que a família Schulz aporta em Santa Leopoldina juntamente com os imigrantes tiroleses, é possível ter sido assentado com o grupo dominante, os 88 tiroleses austríacos, os quais, fizeram toda a travessia da Europa a Santa Leopoldina juntos. Outra suposição considera que os católicos constituem minoria dentre os imigrantes da Colônia, sendo provável a fixação das famílias católicas nas proximidades do núcleo religioso do Triol.

Quadro 09 – Origem e religião dominante dos antepassados dos depoentes

ORIGEM DOS ANTEPASSADOS DOS DEPOENTES					
SOBRENOME	NOME	IDADE	DATA	PAÍS	REGIÃO
THOMAS	JOHANN	30	10/03/1860	ALEMANHA	RENÂNIA DO NORTE
SCHAEFER	MICHEL	52	21/06/1859	LUXEMBURGO	LUXEMBURGO
FLEGLER	ANDREAS	21	19/10/1959	ALEMANHA	BADEN-WÜRTTEMBERG
GRÖNER	CARL	44	06/10/1960	ALEMANHA	POMERÂNIA
LIPPHAUS	GERHARD	57	10/03/1860	ALEMANHA	RENÂNIA DO NORTE
ENTRINGER	HEINRICH	52	21/06/1859	LUXEMBURGO	LUXEMBURGO
SCHULZ	AUGUST	32	10/08/1859	ALEMANHA	POMERÂNIA
CARACTERÍSTICAS DOS ANTEPASSADOS DOS DEPOENTES					
SOBRENOME	NOME	COLÔNIA	DISTRITO	PROFISSÃO	RELIGIÃO
THOMAS	JOHANN	SANTA LEOPOLDINA	MANGARAHY	FERREIRO	CATÓLICO
SCHAEFER	MICHEL	SANTA LEOPOLDINA	-	AGRICULTOR	PROTESTANTE
FLEGLER	ANDREAS	SANTA LEOPOLDINA	-	AGRICULTOR	LUTERANO
GRÖNER	CARL	SANTA LEOPOLDINA	-	AGRICULTOR	LUTERANO
LIPPHAUS	GERHARD	SANTA LEOPOLDINA	-	AGRICULTOR	CATÓLICO
ENTRINGER	HEINRICH	SANTA LEOPOLDINA	-	AGRICULTOR	PROTESTANTE
SCHULZ	AUGUST	SANTA LEOPOLDINA	-	AGRICULTOR	LUTERANO

Fonte: Projeto Imigrante, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2018

Fundamentado na delimitação dos limites determinados pelos membros do Tirol, assim como a identificação dos *atos territorizantes* materiais e imateriais definidos pela revisão histórica e por meio das falas dos depoentes, considera-se, por fim, a identificação dos planos futuros, ou seja, *quais são as metas do povoamento do Tirol?*

Com suporte nas entrevistas dos idosos, é possível identificar uma ruptura das gerações dos filhos e netos, sendo o aspecto imaterial de maior perda a fala do dialeto alemão e a não manutenção do trabalho nos cultivos das propriedades familiares. As gerações mais recentes das famílias iniciam a saída do povoado com o objetivo de exercer outras profissões como professor, enfermeira, cabeleira, vendedora, entre outros. A maior parte dos entrevistados moram ou sozinhos ou, somente, com um filho, os demais filhos moram em áreas urbanas.

À vista disso, compreende-se um desmantelamento das forças de cooperação para o crescimento do povoado, como nas ações passadas pesquisadas, por exemplo, a construção do trecho Holanda-Mangaraí, a construção e manutenção das vias internas, a união dos produtores rurais com a Associação Agrícola, a qual trouxe importantes avanços na produção do Tirol, como o desenvolvimento das culturas do gengibre.

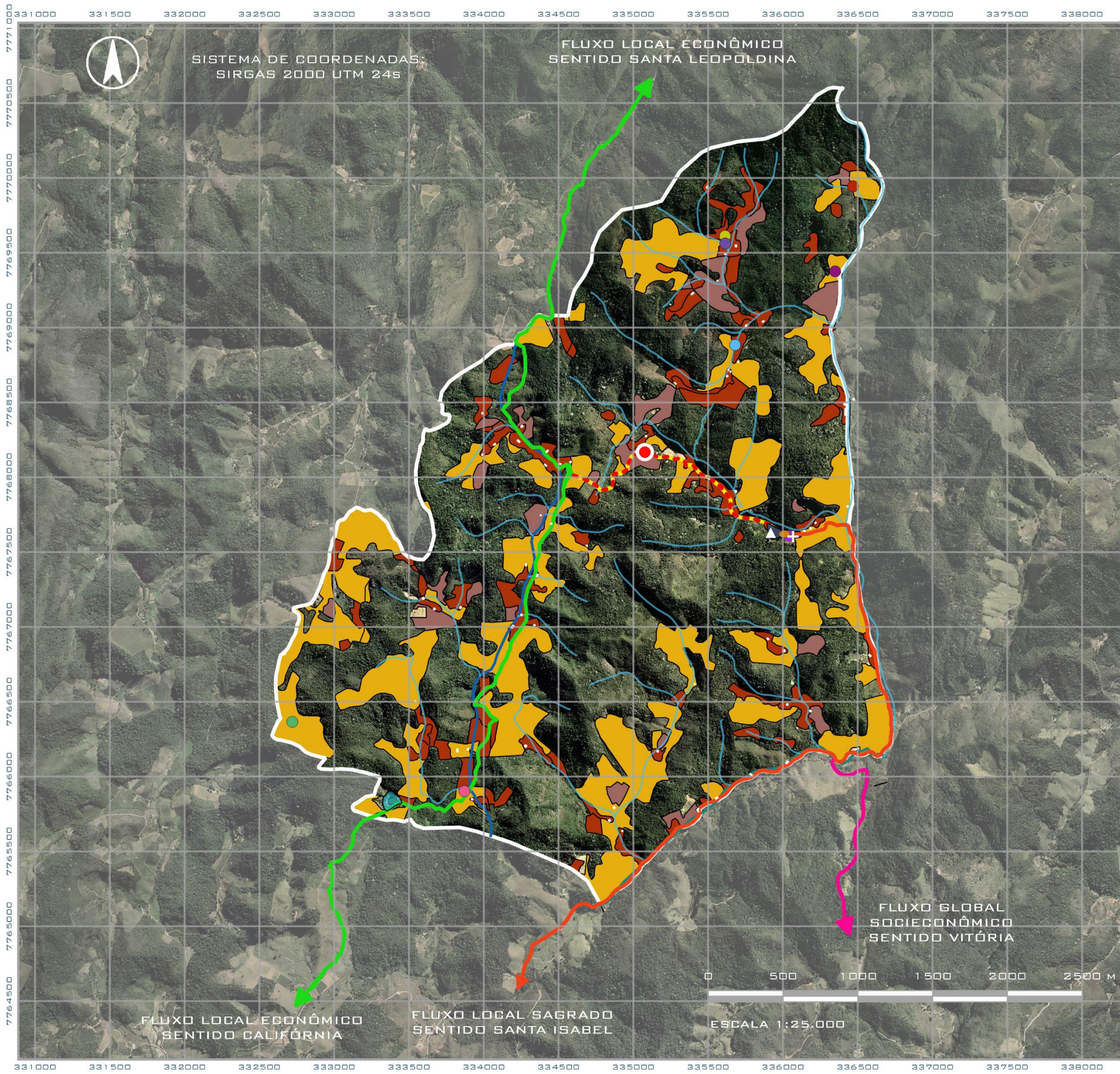
É constatado uma perda importantes referente as conexões interpessoais entre os membros do povoado. Isto é, as ligações ou laços entre as famílias do Tirol não são mais perceptíveis como identificado até a primeira década do século XIX, essa ruptura é mencionada nas entrevistas dos idosos, pois no povoado não existe mais festejos, encontros religiosos ou organizações internas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do povoamento.

Assim sendo, não é verificado um plano de metas ou de pensamento “*onde nós, como comunidade queremos chegar?*”, esse pensamento tem como origem a fragmentação e a saída das sexta sétima gerações do Tirol. Portanto, para uma manutenção futura da identidade territorial é necessário que todos os valores e atos importantes para as gerações passadas sejam perpetuadas para as gerações futuras.

Concluindo, existe no Povoamento do Tirol uma identidade territorial singular, mesmo se comprada aos assentamentos germânicos vizinhos. A coerência interna é determinada pelas barreiras territoriais de maneira muito expressiva na parcela leste, verificando uma manutenção da primeira delimitação datada do século XIX até a atualidade. A permeabilidade da área oeste é constatada, juntamente com as semelhanças sociais e culturais dos núcleos vizinhos, com a verificação da origem dos antepassados dos depoentes, revelando uma união entre descendentes de imigrantes de língua germânica nas implantados nos núcleos vizinhos.

Os elementos materiais e imateriais são identificados por três parâmetros, a duração do elemento ao longo da história e o valor de memória para a comunidade; o reconhecimento a partir do diálogo com idosos; e, a observação do pesquisador, embasado nos conceitos econômicos, políticos e culturais do território. Por fim, observa-se um fato recente da perda de reconhecimento das gerações atuais de todos os aspectos, supramencionados, delineando um possível futuro próximo sem o reconhecimento da identidade territorial do Tirol.

Mapa 09 – Atlas do Patrimônio:



ATLAS DO PATRIMÔNIO

LOCALIZAÇÃO DO TIROL - ES



ESPÍRITO SANTO -
SANTA LEOPOLDINA



SANTA LEOPOLDINA -
TIROL

LEGENDA

- LIMITE DO TIROL IDENTIFICADO
- + CEMITÉRIO ANTIGO
- ▲ IGREJA, ESCOLA E CASA
- ◆ POUSADA DORF TIROL
- LUCIANO LEPAUS
- MARTIN GRONER
- ARMINDO FLEGLER
- CASSILDA FLEGLER
- JOSE SCHAEFFER
- OSCAR ENDRINGER
- FLORIANO THOMAS
- HERNY SCHULTZ
- NASCENTES
- CÓRREGO TIROL
- RIO CACHOEIRA DA FUMAÇA
- ESTRADA CONECTORA
- FLUXO LOCAL ECONÔMICO
- FLUXO LOCAL SAGRADO
- FLUXO GLOBAL SOCIECONÔM.
- USO DO SOLO
- CULTIVO AGRÍCOLA - CAFÉ
- CULTIVO AGRÍCOLA - TEMPORÁRIOS
- PASTAGEM
- EDIFÍCIOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título do trabalho, *Identidade Territorial do descendente tirolês em Santa Leopoldina – E.S.*, é articulado com o conhecimento da implantação e permanência dos descendentes de imigrantes tirolezes na área denominada Tirol, no município de Santa Leopoldina. Acredita-se que tal fato está vinculado à infraestrutura ineficiente e ao difícil acesso ao núcleo, que mantêm o Tirol isolado, portanto, essas condições determinam uma relação, homem e território, singular nessa localidade.

Destarte, é necessário um conceito para compreender o vínculo entre o território e o objeto, que apresenta as bases da identidade, língua, arquitetura, religião e tradições, oriundos do imigrante do século XIX, preservadas até a atualidade. Desse modo, a dissertação busca no estudo do conceito identidade territorial uma possível leitura do povoamento do Tirol.

A investigação acerca do termo apresenta três autores centrais, Marcos Aurélio Saquet, Milton Santos e Alberto Magnaghi, tendo como autores suportes os brasileiros Eliseu Savério Sposito, Rogério Haesbaert e Tatiana Colasante. Por meio da obra revisionista de Saquet, nota-se a tradição italiana nas pesquisas que articulam território e identidade, principalmente nos trabalhos de Giuseppe Dematteis e Fabio Pollice.

Assim sendo, o primeiro capítulo apresenta as contribuições relacionadas ao estudo do conceito, ou seja, como a identidade territorial manifesta-se de maneira ímpar em determina localidade. À vista disso, é resultado do capítulo teórico conceitual o entendimento que a identidade territorial está relacionada à vida em comunidade, ou seja, às relações afetivas, às coletivas e de reconhecimento, que são específicas de cada lugar, construídas ao longo do tempo por meio das continuidades e rupturas.

Nessa perspectiva, entende-se a identidade territorial como resultante dos momentos territorialização, desterritorialização e reterritorialização do território, sendo o produto desses processos elementos materiais ou imateriais identificados como *atos territorializantes* dos atores sociais. Esses elementos podem ser interpretados por meio da economia, política, cultura e natureza. Os *atos territorializantes* dos atores sociais históricos são compreendidos como sedimentos no espaço, que demonstram uma co-evolução entre sociedade e natureza, consequentemente, evidenciam a importância do tempo nas relações da sociedade.

Por conseguinte, é uma contribuição importante do capítulo a necessidade de uma revisão bibliográfica histórica do povoamento, no intuito de identificar os *atos* territorializantes materiais e imateriais de longa duração no território. Contudo, sendo a identidade territorial um processo autorreferencial, é necessário o contato direto com o conteúdo empírico da pesquisa, as pessoas do povoado. Nesse sentido, os dados coletados devem ser alicerçados pela revisão histórica. Soma-se a essa discussão a importante apreensão de que as principais bases da identidade territorial são: os limites e as delimitações consideradas pela população; a evolução do povoado através do tempo; e os rumos futuros dessa população, isso é, os planos para a comunidade.

Observa-se, a partir dos aportes da revisão bibliográfica sobre o conceito identidade territorial, ser necessário o uso de diferentes metodologias com o intuito de alcançar o objetivo geral do trabalho: verificar a identidade territorial do descendente de tirolês em Santa Leopoldina. Assim sendo, busca-se na metodologia da História Oral a aproximação ao conteúdo empírico, com o intuito de assimilar como os depoentes se auto afirmam e detectar no território os *atos territorializantes* materiais e imateriais. À vista disso, surge a problemática de como representar e documentar os limites e os elementos, assim sendo, a pesquisa apóia-se na Representação Identitária da abordagem territorialista italiana aspirando uma representação que viabilize a representação da identidade por meio dos atos identificados.

Nesse sentido, o capítulo dois destina-se à apreensão das metodologias para a obtenção do produto final. A metodologia da História Oral é uma ferramenta utilizada para a aproximação ao objeto, seu procedimento tem o contato direto com a fonte, com o objetivo de obter testemunhos e versões. Emprega a técnica de entrevistas com o intuito de registrar depoimentos sobre a história da comunidade com base na memória e em outros fatores subjetivos.

A partir do estudos das etapas da História Oral, é definido que a rede de entrevista deve ser qualitativa, e não quantitativa, desse modo, são estabelecidos parâmetros para a escolha dos depoentes. Determina-se que os depoentes são os idosos do povoamento, pois compreende-se que são uma conexão importante entre o passado e o futuro a partir das memórias das mudanças do povoado entre os séculos XX e XXI.

Assim sendo, as contribuições da metodologia são importantes ao trabalho, pois consta-se rupturas e continuidades, como a manutenção do dialeto alemão como a língua principal do povoado até a infância dos depoentes. A descontinuidade é produto de múltiplos fatores, identificados na fala dos idosos, como a não transmissão do dialeto por parte dos entrevistados para seus filhos, a entrada do elemento externo vindos de outras localidades urbanas, fluxo possível através da melhoria da infraestrutura viária, na década de 1950. Fator, também, determinante para a saída da primeira geração do Tirol para outras cidades e, pela primeira vez, a ocorrência da desvinculação dos descendentes com a profissão exercida durante gerações.

A metodologia reforça a importância da religião, observada na revisão bibliográfica, como aglutinador das pessoas da comunidade, tendo até a inserção de membros de outras religiões. E a identificação do trabalho braçal como arcabouço da identidade territorial do povoado, por meio do auto reconhecimento, dos depoentes, como produtor do território através da atividade.

A dissertação apresenta como objetivo específico documentar, descrever e representar a identidade territorial, ou seja, os *atos territorializantes* materiais e imateriais. Para isso, utiliza a metodologia de representação identitária na construção do Atlas Patrimonial, fazendo uso de ferramentas de tecnologias SIG. O Atlas do patrimônio utiliza modelos georeferenciados territoriais, paisagísticos, uso e ocupação do solo, para conhecer o território e, por conseguinte, formular o Atlas.

O QGis é o software utilizado para a construção dos nove mapas, *Localização do Tirol; Declividade e hidrografia; Uso do solo; Ocupação do solo; Edifícios públicos e casa dos depoentes; Estradas; Microterritorialidades; Elementos e áreas identitários; e, Atlas do Patrimônio*. O software opera com informações cedidas pelo Instituto Jones dos Santos Neves e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, juntamente com informações retiradas *in loco* com o auxílio do GPS e de um guia local para informar os locais limites ou inseguros considerados pela comunidade.

O terceiro capítulo apresenta o objeto concreto, todos os conceitos, metodologias e dados são demonstrados no último capítulo da dissertação. Tendo isso posto, na coleta dos materiais para a pesquisa, observa-se lacunas históricas importantes e poucos trabalhos em português voltados, especificamente, para o imigrante tirolês austríaco. Assim sendo, a revisão bibliográfica apresenta duas linhas de pesquisas complementares: referente aos fluxos imigratórios e aos assentamentos de imigrantes

germânicos do século XIX no Espírito Santo; e acerca da Colônia de Santa Leopoldina, portanto, a antiga colônia do império.

O Mapa 01 – *Localização do Tirol*, demonstra o posicionamento do objeto de estudo ao centro da porção sul do município de Santa Leopoldina, importante apontar dentre os diversos povoamentos o Tirol é o ponto final do trecho rodoviário, inserindo o povoado em um fluxo estadual. No segundo mapa – *Declividade e hidrografia*, é possível identificar um território com declividade acentuada e curvas de nível relativamente próximas, o que ocasiona um panorama de vales estreitos com cursos hídricos na cota mais baixa dos vales.

Pode-se identificar, após análise e o estudo do mapa 02, semelhanças importantes com a terra de origem dos imigrantes, fator que pode auxiliar na adaptação do imigrante tirolês nas montanhas capixabas. A declividade e os recursos hídricos são fatores considerados na implantação das edificações; na formação das plantações; na construção dos acessos; e, na relação entre vizinhos, favorecendo uma colonização difusa por famílias isoladas.

A topografia existente no recorte é fator limitador da organização territorial, tal afirmação é identificada no mapa 03 – *Uso do solo*, pois são implantadas as edificações e as pastagens nas cotas mais baixas junto aos córregos, nas encostas estão os cultivos temporários ou permanentes das herbáceas, hortaliças e tubérculos. No início dos morros e, por fim, nas cotas mais altas e cumeeiras estão as matas nativas. À vista disso, é possível observar o território sendo fracionado em duas categorias, as áreas de alta declividade com a mata em regeneração ou original e nas cotas mais baixas e com declividade moderada os cultivos.

Grande parte das propriedades apresenta uma cobertura de Mata Atlântica intocada, principalmente nas áreas de grande declividade, todavia, áreas expressivas de mata em regeneração apontam mudanças no cuidado com a terra. O imigrante no século XX tem como procedimento as queimadas e o sempre avanço do desmatamento, com o objetivo de aumentar a área de cultivo e proporcionar, a partir da decomposição da capoeira, geração de nutrientes para a terra. Entretanto, a mudança de pensamento, considerado inapropriado pelos autores, possivelmente está vinculado às leis de proteção e conscientização da população.

Os mapas 04 – *Ocupação do solo* e mapa 05 – *Edifícios públicos e casa dos depoente*, representam um território com uma ocupação difusa, com manchas de ocupação implantadas na porção oeste, seguindo cursos hídricos e as estradas principais do núcleo. São identificadas nove manchas de ocupação no Tirol. São manchas de edificações dispersas, sempre nas cotas mais baixas, junto às estradas e aos cursos hídricos.

Em relação às manchas de ocupação, o núcleo religioso desponta como o mais importante, por ser a representação física do início da colonização do povoado. A Igreja, a casa paroquial e o cemitério antigo são símbolos do sagrado. O núcleo contém, ainda, a escola e a mercearia Endringer, considerados em menor escala de importância que os demais, contudo, identificados por manter um fluxo interno diário da população.

E o núcleo de serviço com valor menor que o núcleo religioso, pois é a representação da entrada do capital estrangeiro com o objetivo de melhoria no povoado através do projeto do governo austríaco. Segundo Tauroco (2011), essas construções são importantes pois, como elementos materiais, como prédios, trajes típicos e monumentos históricos, materializam a identidade territorial.

O Mapa 06 – *Estradas*, é construído a partir das visitas *in loco*, são classificados os fluxos e conservação das vias, nenhuma das estradas são pavimentadas, acompanham a declividade do terreno, assim sendo, apresentam trechos de declividade acentuada. Verifica-se duas principais vias no sentido norte e sul do povoado. A primeira, anterior à colonização, é datada do início do século XIX e conjectura-se ser a rota dos imigrantes após serem designados aos lotes de destino.

A segunda via é fragmentada em dois trechos, um, em direção à rodovia ES 080, sendo sua construção data da década de 1950, conecta o núcleo religiosos do Tirol com outras cidades capixabas e apresenta a melhor conservação (Trecho Mangaraí-Holanda). O segundo trecho é, possivelmente, o caminho utilizados pelos párocos residentes no Tirol para o outro núcleo católico, a Colônia de Santa Isabel.

O Mapa 07 – *Microterritorialidades*, é um desmembramento dos dados recolhidos para a construção do mapa 06. Por meio das placas de sinalização das estradas, juntamente com o auxílio do guia local, é possível certificar a existência de regiões internas do Tirol. Todavia, a partir dos mapas 06 e 07, nota-se um desequilíbrio na

porção oeste do território, a área não apresenta denominação oficial. O norte da porção, com declividade acentuada de até 870 metros de altitude, contém estradas quase intransitáveis e é conhecida pela comunidade como morro do Adão, a localidade é evitada por ser considerada perigosa e local de moradia de pessoas externas à comunidade.

O Mapa 08 – *Elementos e áreas identitárias* é a união de todos os elementos territoriais identificados com relevância para o povoado. Desse modo, verifica-se áreas de adição e subtração definidas por múltiplos fatores: sinalização, documentação, definições por meio de aspectos territoriais, cartografia, observação do pesquisador, entrevistas dos moradores, entre outros. As principais vias são apontadas com sentido norte e sul, posto isso, percebe-se a importância da via conectora entre as estradas principais, que liga o território em um eixo leste e oeste. O valor do trecho conector é reforçado, pois contém o único nó do povoado, sendo uma importante bifurcação entre as microterritorialidades, Alto Tirol, Tirol e Recanto do Tirol.

Os núcleos religioso e de serviços são duas pequenas áreas, que concentram os principais edifícios do território, os quais, apresentam valores de momentos históricos importantes, como o primeiro período de colonização do território no século XIX e a abertura para atores externos de desenvolvimento no século XX. São representações importantes da religiosidade e contêm um fluxo interno diário, por terem serviços básicos como escola, posto de saúde e mercearia.

Por fim, o trabalho apresenta o mapa 09 – *Atlas do Patrimônio*, que tem como objetivo ser um mapeamento síntese das estruturas persistentes de longa data identificadas no estudo histórico do Tirol e, também, representativas do território, documentando e revelando a identidade territorial do povoado. O Atlas contém a análise ecológica do Tirol, isto é, o resultado da análise dos aspectos físicos e construídos, portanto, verifica a relação entre o ecossistema e as ações humanas. Soma-se, por fim, as análises econômicas, sociais e culturais, verificadas na identificação dos fluxos nos âmbitos locais e globais; e, nos aspectos econômicos, religiosos ou culturais e sociais.

Finalizando a dissertação, é possível afirmar a existência de uma identidade territorial ímpar no povoamento do Tirol, Santa Leopoldina. Pois, identifica-se todos os aspectos necessários para a identidade territorial: os limites internos; a identificação dos elementos de longa duração no território e as metas futuras da população. Em razão

disso, pode-se considerar a coerência interna do Tirol é estabelecida por meio de elementos, por exemplo, na parcela leste, são definidos por elementos territoriais, como a declividade e os cursos hídricos. Na porção oeste identifica-se uma permeabilidade entre os povoados vizinhos, sendo possível a identificação das áreas pertencentes ao Tirol, por meio de documentação de longa data e a visita *in loco*. Tendo isso posto, é possível detectar uma união entre os povoados vizinhos, Luxemburgo de Cima e Califórnia por meio da revisão histórica, onde identifica-se tirolese assentados nesses sítios (Figura 43), casamentos entre os moradores de vizinhos e nas ações econômicas para a criação da Associação de agricultores do Tirol e Califórnia. .

Os *atos territorializantes* materiais e imateriais são identificados tendo em consideração os seguintes aspectos: a permanência do elemento ao longo do tempo, portanto, o valor representativo para a memória da comunidade; a identificação através das entrevistas; e, as considerações do pesquisador, por meio dos conceitos econômicos, políticos e culturais do território. São indicados os elementos materiais: os edifícios religiosos; os cultivos nas encostas e as pastagens nas cotas mais baixas; os edifícios de serviços construídos no final do século XX; as via indicando os fluxos locais e globais de aspectos religiosos, econômicos e sociais; e, as edificações. Os atos imateriais são a língua alemã, a religiosidade; e, o trabalho como produtor rural sendo o ato mais relevante para a identificação da identidade territorial, pois é o elementos influenciador de todos os supramencionados.

Compreende-se, ao final do trabalho, um dismantelamento das cooperações entre vizinhos, desse modo, uma perda importante referente às conexões interpessoais entre os membros do povoado. Identificada por uma ruptura nas gerações dos filhos e netos dos membros da quinta geração. Tendo como aspectos importantes: a perda da fala do dialeto alemão e a não manutenção do trabalho nos cultivos das propriedades familiares. A essa perda recente de reconhecimento das gerações atuais de todos os aspectos, e a não verificação de metas e planos futuros da comunidade, podem indicar um possível futuro próximo sem a possibilidade de reconhecimento da identidade territorial do Tirol.

REFERÊNCIAS

ABREU, Adilson Avansi. A colonização ítalo-germânica no Espírito Santo e seus problemas. *Boletim de Geografia*. São Paulo, n.44, out. 1967.

ANDRADE, Bruno A. de. *Representando o patrimônio territorial com tecnologia da geoinformação: experimento em Santa Leopoldina/ Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2015.

BAVIERA, Princesa Teresa da. *Viagem ao Espírito Santo 1888:viagem pelos trópicos brasileiros*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

BENTIVOGLIO, Julio. Prefácio. In BAVIERA, Princesa Teresa da. *Viagem ao Espírito Santo 1888:viagem pelos trópicos brasileiros*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

BONZANO, Mario. Prefácio. In DEMONER, Sonia Maria. *A presença de missionários capuchinos no Espírito Santo - Século XIX -*. Vitória: UFES: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1983.

CARMO, Carlos Alberto Simões do. BALBINO, José Mauro de Souza. *Gengibre*. Vitória: Incaper, 2015.

CARTA, Massimo; LUCCHESI, Fabio. Atlanti, figure territoriali e regole statutarie. In POLI, Daniela (Org.). *Contesti Città territori progetti*. Florença: Nuova Grafica Fiorentina, 2010. p.84-88.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COLASANTE, Tatiana. *O processo de reterritorialização dos gaúchos no Norte do Paraná: a construção de uma identidade territorial*. 2016. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.

CORRER, André B. *Identidade tirolesa em Santa Olímpia (Piracicaba/SP): festas, tradições e memória*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais, Universidade de São Paulo, Escola das Artes, Ciências e Humanidades, São Paulo, 2013.

DELGADO, Lucilia de A. N. *História oral: memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

DEMATTEIS, Giuseppe. Prefácio. In SAQUET, Marcos Aurélio. 2. ed. *Abordagens e concepções do território*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2010.

DEMONER, Sonia Maria. *A presença de missionários capuchinos no Espírito Santo - Século XIX -*. Vitória: UFES: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1983.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretária de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. *Arquitetura*. Vitória: SECULT, 2009.

FRANCESCHETTO, Cilmar. *Victor Frond - 1860: Uma aventura fotográfica pelo itinerário de D. Pedro II na Província do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

FRANCESCHETTO, Cilmar. *Imigrantes Espírito Santo: Base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo no séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

FREITAS, Sônia M. de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2.ed. São Paulo: Editora Humanitas, 2006.

GROSSELI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

HAESBAERT, Rogério C. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*. Porto Alegre, v. 29, n. 1. 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38739/26249>>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. Identidades Territoriais. In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.179-190.

ESPÍRITO SANTO; Instituto Jones dos Santos Neves. *Projeto Mapeamento de comunidades urbanas e rurais do Espírito Santo: divisão territorial, município de Santa Leopoldina*. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120817_ij00799_projetomapeamentodecomunidades_santaleopoldina.pdf>. Acesso: 31 out. 2017.

LANG, Alice B. da S. G. História Oral e Migração: A questão do Regresso. *Oralidades: Revista de História Oral*. São Paulo, v. 1, n. 1, jan. jun. 2007. Disponível em: <<http://diversitas.fflch.usp.br/node/3673>>. Acesso em: 31 out. 2017.

LAZZARO, Agostino. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: 100 anos. In GROSSELI, Renzo M. *Colônias Imperiais na Terra do Café: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras - Espírito Santo 1874-1990*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

LEAL, João Euripedes Franklin. *A Rota Imperial da Estrada Real: a estrada S. Pedro de Alcântara*. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Disponível em: <<http://tirolese.com.br/2016/04/24/revista-blumenau-em-cadernos/>>. Acesso: 14/02/2018.

LEOPOLDINO, Everton Altmayer. *A fala dos tirolese de Piracicaba: um perfil linguístico dos bairros Santana e Santa Olímpia*. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Língua Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2009.

_____. Aspectos identitários da imigração tirolese no Brasil (1859 – 1938). *Revista Blumenau em Cadernos*, Blumenau, ISSN 0006-5218, dez., 2015. Disponível em: <<http://tirolese.com.br/2016/04/24/revista-blumenau-em-cadernos/>>. Acesso: 25/12/2017.

_____. *L' emigrazione Tirolese in Brasile*. Fonte Online. Disponível em: <<http://www.welschtirol.eu/lemigrazione-tirolese-in-brasile/>>. Acesso: 31/12/2017.

LOPES, Almerinda da Silva. *Albert Richard Dietze: um artista-fotógrafo alemão no Brasil do século XIX*. Vitória: Gráfica e Editora A1, 2003

MAGNAGHI, Alberto. Verso la società dei territorialisti e delle territorialiste. In *Contesti Città territori progetti*. Florença: Nuova Grafica Fiorentina, 2010. p.125-128

_____. *The Urban Village: a charter for democracy and local self-sustainable development*. Tradução Edward Goldsmith. Londres: Zed Books Ltd, 2005a.

_____. Il ritorno dei luoghi nel progetto. In MAGNAGHI, Alberto (Org.). *La rappresentazione identitaria del territorio: Atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale*. Florença: Editrice Alinea, 2005b. p.7-20

MORAIS, Ana Alcídia de Araújo. Histórias de vida e autoformação de professores: alternativa de investigação do trabalho docente. Pro-Posições.

QUEIROZ, Rodrigo Zotelli. *Uso de ferramentas computacionais para análise de modificações na ambiência urbana de sítio histórico tombado: ensaio em Santa Leopoldina - ES*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2013

PABA Giancarlo. Militant University: tradizioni e intersezioni nella scuola territorialista In POLI, Daniela (Org.). *Contesti Città territori progetti*. Florença: Nuova Grafica Fiorentina, 2010. p.7-30.

PACHECO, Renato José Costa. Apresentação. In SCHWARZ, Francisco. *O município de Santa Leopoldina*. Vitória: Traço certo, 1992.

POLI, Daniela. Editoriale. In POLI, Daniela (Org.). *Contesti Città territori progetti*. Florença: Nuova Grafica Fiorentina, 2010. p.5-6.

_____. Un approccio che viene dal lotano: teorie e azione della scuola territorialista italiana fra XX e XXI secolo. In POLI, Daniela (Org.). *Contesti Città territori progetti*. Florença: Nuova Grafica Fiorentina, 2010. p.15-30.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. *Espaço e cultura*. Rio de Janeiro, n. 27. jan. jun. 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/issue/view/275>>. Acesso em: 31 out. 2017.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal do Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Niterói, 1984.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RODRIGUES, Marian Paim. *Patrimônio territorial - paisagístico e projeto: um parque fluvial em Santa Leopoldina (ES)*. 2016. 91 f. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SANTOS, Milton. *Por uma nova Geografia: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.

_____. *Metamorfose do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

SAQUET, Marcos Aurélio. Territorialidade Relações campo-cidade e ruralidades em processo de transformação territorial e autonomia. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*. Uberlândia, v.9, n. 18. 2014. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/1138/showToc>>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. In: SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). *Estudos territoriais na ciência geográfica*. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74

_____. 2. ed. *Abordagens e concepções do território*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2010.

_____. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. *Revista Faz Ciência*. Francisco Beltrão, v. 7, n. 1. 2005. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7380>>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. *Colonização italiana e agricultura familiar*. Porto Alegre: Est Edições, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

SCHWARZ, Francisco. *O município de Santa Leopoldina*. Vitória: Traço certo, 1992.

SERRA, Geraldo G. *Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação*. São Paulo: EUSP & Mandarim Editora, 2006.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação S. Prefácio. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009.

TAROUCO, Fabrício. Identidade Territorial: Um processo de construção. In: *CONGRESSO NACIONAL DE DESIGN*, 1., 2011, Bento Gonçalves. Anais do I Congresso Nacional do Design: Desenhando o futuro. Disponível em: < <http://docplayer.com.br/3654694-Desenhando-o-futuro-1o-congresso-nacional-de-design-design-e-sociedade-1.html>>. Acesso em: 31 out. 2017.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem à Província do Espírito Santo: Imigração e Colonização Suíça 1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

WAGEMANN, Ernst. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

WERNICKE, Hugo. *Viagens pelas colônias alemãs do Espírito Santo - a população evangélico-alemã no Espírito Santo: uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

ANEXO I

Carta de cessão

Eu, _____, após ter recebido as informações quanto aos objetivos da entrevista, conduzida pela pesquisadora Mariana Pereira de Amorim, mestranda do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), **autorizo**, por meio desse termo, que minha entrevista gravada em ____ / ____ / 2016 fique sob os cuidados de Mariana Pereira de Amorim em formato gravado e escrito. Autorizo também que minha entrevista seja utilizada para fins de publicação, por Mariana Pereira de Amorim e Renata Hermannny de Almeida

Esta autorização exime meus descendentes dos direitos sobre a mesma entrevista.

Santa Leopoldina, ____ / ____ /

Nome Completo:

Identidade:

Assinatura: _____

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Pesquisadora: Mariana Pereira de Amorim

Orientadora: Renata Hermann de Almeida

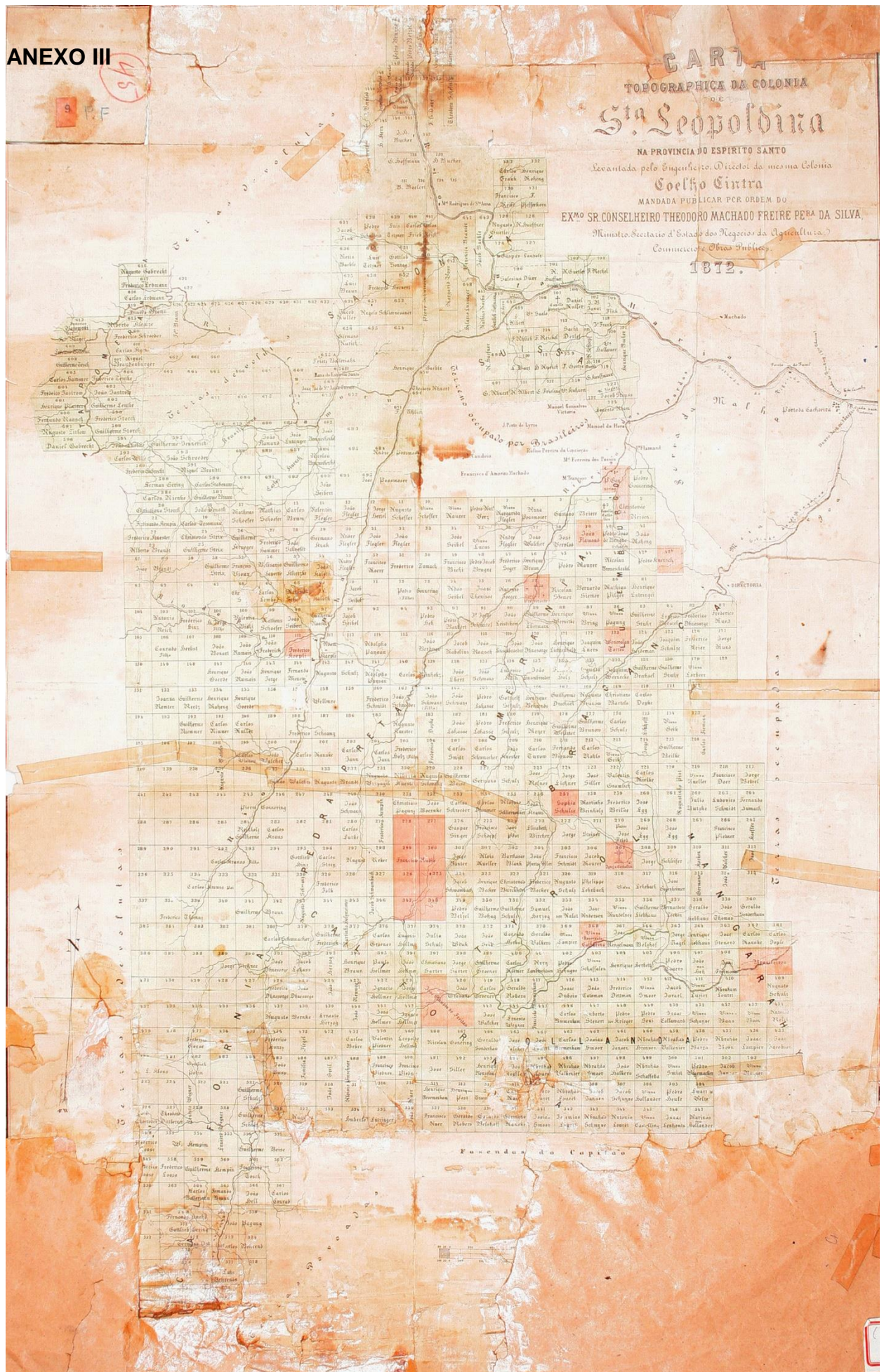
Título da dissertação: Identidade territorial do descendente de tirolês em Santa Leopoldina - ES

Perfil do Entrevistado
Nome:
Natural de:
Idade:
Escolaridade:
Profissão:
Estado civil:
Filhos: () Sim () Não
Moram na comunidade do Tirol:
Religião:
Fale da sua infância, brincadeiras, convívio com outras crianças, escola e cotidiano no campo? Como era a vida naquela época? Como era a relação com os seus pais?

Trajetória do imigrante
Qual é o grau de parentesco com o seu parente que veio da Europa:
Local de origem do imigrante:
Ano que veio para o Brasil:
Motivo da mudança para o Brasil:
Por que escolheram o Brasil:
Como foi a viagem para o Brasil:
Existe algum objeto do país de origem:
Como foram os primeiros anos no Brasil:
Manteve-se contato com os parentes na Europa:
Como eram as viagens até as cidades mais próximas:
Como era a convivência dos seus parentes com os brasileiros:
O trabalho que exerciam no local de origem foi o mesmo que o trabalho realizado no Brasil?

Questões de identidade
Mantém vínculo com o país de origem dos seus antepassados:
Casou-se com uma pessoa do mesmo grupo ou de outra nacionalidade:
Teve a oportunidade de retornar a terra de origem dos seus antepassados:
Se negativo, deseja conhecer a terra de origem:
Você se reconhecer como descendente
O que seus antepassados trouxeram da terra natal ainda hoje faz parte do seu dia-dia:
Fala o dialeto: () Sim () Não
Quando aprendeu:
Seus filhos e netos sabem o dialeto: () Sim () Não
Qual a diferença mais marcante no comportamento das pessoas daqui:
Como é a viver na comunidade do Tirol:
Como é a sua relação com as pessoas que vivem aqui:
Na paisagem o que mais te recorda o Tirol?
Existe alguma festa que ou comemoração na comunidade que reforce a cultura dos imigrantes: () Sim () Não
Se positivo, como ocorre, quem organiza e quem participa:
As tecnologias atuais mudaram o comportamento da nova geração:
As gerações atuais estão mais distantes das tradições?

ANEXO III



ANEXO IV

